



FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (FCI)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCINF)

BRUNA PIMENTEL LOPES

**Os efeitos da institucionalização de arquivos de escritoras no Brasil:**

análise de usos e usuários a partir da produção científica

BRASÍLIA – DF

2023

BRUNA PIMENTEL LOPES

**Os efeitos da institucionalização de arquivos de escritoras no Brasil:**

análise de usos e usuários a partir da produção científica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCInf) da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

**Área de Concentração:** Gestão da Informação

**Linha de Pesquisa:** Organização da Informação

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Georgete Medleg Rodrigues

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Leandra Bizello

BRASÍLIA – DF

2023

Lopes, Bruna

L864e

Os efeitos da institucionalização de arquivos de escritoras no Brasil: análise de usos e usuários a partir da produção científica / Bruna Pimentel Lopes ; orientadora Georgete Medleg Rodrigues ; coorientadora Maria Leandra Bizello. – Brasília, 2023.

223 p.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação ) – Universidade de Brasília, 2023.

1. Arquivos femininos. 2. Arquivos literários. 3. Usuários de arquivos.  
4. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. 5. Departamento de Literatura do Instituto Moreira Salles. I. Rodrigues, Georgete Medleg, orient. II. Bizello, Maria Leandra, coorient. III. Título.

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

## PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 25

Aos 21 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, instalou-se a banca examinadora de Tese de Doutorado da aluna Bruna Pimentel Lopes, matrícula 180090194. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr(a). Cynthia Roncaglio, membro interno, PPGCINF/UnB; Dr. Renato de Mattos, Membro Titular Externo à UnB, UFF; Dr(a). Mônica Tenaglia, Membro Titular Externo à UnB, UFPA; Dr(a). Patrícia Ladeira Penna Macêdo, Membro Suplente, UNIRIO e Dr(a). Georgete Medleg Rodrigues, Presidente, PPGCINF/UnB, orientadora/presidente. A discente apresentou o trabalho intitulado "Os efeitos da institucionalização de arquivos de escritoras no Brasil: análise de usos e usuários a partir da produção científica".

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

( ) Pela aprovação do trabalho;

( X ) Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

( ) Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (Nº DE MESES) para nova versão;

( ) Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dra. Georgete Medleg Rodrigues, PPGCINF/UnB  
(orientadora/presidente)

Dra. Cynthia Roncaglio, PPGCINF/UnB  
(membro interno)

Dr. Renato de Mattos,UFF  
(Membro Titular Externo à UnB)

Dra. Mônica Tenaglia, UFPA  
(Membro Titular Externo à UnB)

Dra. Patrícia Ladeira Penna Macêdo, Unirio  
Membro Suplente

Bruna Pimentel Lopes  
(Doutoranda)

[https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=11268249&infra\\_sistema...](https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11268249&infra_sistema...) 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Georgete Medleg Rodrigues, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 06/08/2023, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Mattos, Usuário Externo**, em 07/08/2023, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Roncaglio, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 07/08/2023, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Tenaglia, Usuário Externo**, em 07/08/2023, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Pimentel Lopes, Usuário Externo**, em 07/08/2023, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0), informando o código verificador **10106348** e o código CRC **A85C97B3**.

*Aos meus pais, Fernando e Luzimá,  
as principais fontes de motivação para a realização dos meus sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

É com imensa felicidade que expresso aqui meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a conclusão desta tese. A produção deste trabalho perpassou uma série de momentos importantes e desafiadores, como a pandemia do Coronavírus (COVID-19), as mudanças políticas e outras circunstâncias adversas. Gostaria de ressaltar que esta realização não seria possível sem o apoio fundamental que recebi, pois, desde o início, contei com o suporte incansável de familiares, amigos e profissionais, cuja contribuição foi essencial para me manter motivada e superar as dificuldades encontradas.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Georgete Rodrigues, pela orientação, pela parceria e pelos conhecimentos compartilhados ao longo de todo o processo de pesquisa. Suas contribuições foram fundamentais para moldar este trabalho e para o meu desenvolvimento como pesquisadora. Muito obrigada por acreditar no meu potencial e por me guiar ao longo desta jornada!

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Leandra Bizello, pela coorientação, pela disponibilidade e pelas sugestões que enriqueceram significativamente este trabalho.

Aos membros da banca examinadora pelas análises, revisões e contribuições oferecidas desde o momento da qualificação até à defesa final.

Aos colegas, colaboradores e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Agradeço a cada um de vocês, especialmente às secretárias Fabiana da Mata e Vivian Miatelo, pela atenção, paciência e profissionalismo, e ao amigo Elton Mártires, pela troca de conhecimentos e por todo o apoio desde os tempos do mestrado.

Às equipes do Instituto Moreira Salles e da Fundação Casa de Rui Barbosa por fornecerem as informações necessárias para a realização desta tese.

Aos pesquisadores entrevistados, que gentilmente responderam aos questionários e concederam entrevistas, sou grata por compartilharem suas experiências.

Ao meu local de trabalho, a Biblioteca Mário de Andrade, pela compreensão e pelo suporte que recebi para participar das aulas, eventos e demais atividades relacionadas ao doutorado.

À minha família, cujo amor e assistência foram essenciais durante o desenvolvimento desta tese. Agradeço aos meus pais, Fernando Lopes e Luzimá Lopes, e às minhas irmãs, Luana Lopes e Fernanda Lopes, por serem constantemente a minha fonte de motivação, incentivo e inspiração. Amo vocês!

À Mônica Gomes, pela amizade e por sempre estar disposta a me ajudar.

Ao Fernando Vilela que, na reta final desta pesquisa, preencheu minha vida com amor, tornando tudo mais leve e divertido. Sem você essa experiência teria sido muito mais difícil. Obrigada pela constante torcida e por sonhar com a conclusão desta tese tanto quanto eu. Amo você!

A todas as pessoas mencionadas e àquelas que talvez não tenham sido citadas, meu mais profundo agradecimento. Esta conquista não teria sido possível sem o auxílio e a generosidade de todos vocês!

*“Escrevo à mão, em cadernos, não importa em que lugar da casa. Prefiro lápis à caneta. É o meu kit poesia. Sempre carrego o caderno, mesmo em viagens, para registrar um episódio, um acontecimento que tenha natureza poético-literária. Sei que é a semente do texto. É meu dever registrar aquilo. É um presente divino que preciso guardar. Pode estar aí o embrião de um poema, de uma prosa, de uma novela. Se você tem um dom, a coisa mais agradecida que você pode fazer em relação a ele é aceitar, cuidar disso como um operário. Mas quando o livro fica pronto, costumo queimar todos os cadernos de rascunho”.*

*Adélia Prado  
(CHIODETTO, 2012, p. 22).*



## RESUMO

Nos últimos anos houve aumento significativo na quantidade de publicações, tais como edições anotadas e comentadas de correspondências e diários, bem como o desenvolvimento de pesquisas que visam reconstruir o percurso biográfico de escritores com o propósito de compreender suas obras sob uma perspectiva cronológica, temática e editorial. Esse movimento parece estar relacionado à criação de centros de pesquisa e documentação que visam a preservação de arquivos literários. Buscando dar maior visibilidade aos arquivos literários femininos, esta tese pretende contribuir para as discussões que envolvem a articulação entre os titulares e detentores desses acervos, as instituições de custódia e os seus usuários. A hipótese geral é que a institucionalização dos arquivos literários femininos parece ter dado mais visibilidade a essas fontes de informação, atraindo mais usuários às instituições custodiadoras, bem como impulsionado a pesquisa e a produção sobre as titulares dos fundos. O objetivo geral do estudo é investigar como a institucionalização de arquivos literários femininos tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas a respeito da vida e obra das titulares desses acervos no Brasil. O universo da pesquisa compreendeu o Departamento de Literatura do Instituto Moreira Salles e o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa e o *corpus* para análise consistiu nos fundos de arquivos literários femininos custodiados por essas duas instituições dos quais se extraiu uma amostra de seis fundos e as produções acadêmicas a partir do acesso e uso dos documentos desses acervos. Com abordagem qualitativa, utilizou-se como método a pesquisa documental com o propósito de analisar a história custodial dos acervos e identificar as produções acadêmicas sobre a vida e obra das titulares dos arquivos literários femininos; o perfil dos usuários foi complementado com questionários aplicados aos autores de estudos sobre as escritoras. A análise dos dados coletados indicaram que a partir da institucionalização dos acervos houve um aumento na produção de trabalhos a respeito da vida e obra das escritoras, demonstrando que o acesso aos arquivos literários femininos permitiu não só a reconstrução da trajetória das escritoras, mas também a descoberta de novos aspectos sobre as suas vidas e obras. Dentre outras considerações, concluiu-se que há necessidade de uma política mais efetiva para a divulgação dos acervos, de modo a dar maior visibilidade aos arquivos literários femininos.

**Palavras-chave:** arquivos femininos; arquivos literários; usuários de arquivos; Arquivo-Museu de Literatura Brasileira; Departamento de Literatura do Instituto Moreira Salles.

## ABSTRACT

Over the past few years, there has been a significantly growing trend of publishing materials such as annotated and commented editions of writers' diaries and letters. This has been accompanied by research aimed at retracing the biographical trajectory of writers to understand their works from a chronological, thematic, and editorial perspective. Such movement seems to be related to the creation of new research and documentation centers for preserving literary archives. In this context, this dissertation aims to provide greater visibility to female literary archives and contribute to discussions about the exchange among these collections' authors, owners, archival institutions, and users. The general hypothesis is that the institutionalization of female literary archives has increased their visibility, drawn more users to archival institutions, and stimulated research and production about the archives' authors. The study's general objective is to investigate how the institutionalization of female literary archives has contributed to the development of research about the lives and works of female authors in Brazil. The research focuses on two institutions, Instituto Moreira Salles's Literature Division and Fundação Casa de Rui Barbosa's Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, and its corpus consisted of a sample of six female literary archive funds from both institutions, along with the academic productions that accessed and used documents from those archives. The study adopts a qualitative approach, using documental research to analyze the custody history of the collections and identify productions on the lives and works of the female writers. Questionnaires given to authors of studies about those writers are used to supplement the archives users' profiles. The data shows that the institutionalization of collections has led to an increase in published works about the lives and works of those writers, allowing researchers not only to retrace their biographical trajectories but also to unveil new aspects of their lives and works. Among other considerations, the study concludes that there is a need for a more effective dissemination policy to provide greater visibility to the female literary archives.

**Keywords:** female archives; literary archives; archive users; Arquivo-Museu de Literatura Brasileira; Instituto Moreira Salles's Literature Division.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> – “Tesouros escondidos: as instituições e os documentos fechados para pesquisadores”.....	p. 62
<b>FIGURA 2</b> – Classificação dos usuários de arquivo.....	p. 77
<b>FIGURA 3</b> – Busca na base de dados OASISBR.....	p. 91
<b>FIGURA 4</b> – Retrato de Ana Cristina César (1952-1983).....	p. 96
<b>FIGURA 5</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Ana Cristina Cesar (1952-1983)..	p. 98
<b>FIGURA 6</b> – Retrato de Carolina Maria de Jesus (1914-1977).....	p. 104
<b>FIGURA 7</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977).....	p. 106
<b>FIGURA 8</b> – Retrato de Clarice Lispector (1920-1977).....	p. 110
<b>FIGURA 9</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Clarice Lispector (1920-1977) no AMLB.....	p. 112
<b>FIGURA 10</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Clarice Lispector (1920-1977) no IMS.....	p. 114
<b>FIGURA 11</b> – Retrato de Elisa Lispector (1911-1989).....	p. 125
<b>FIGURA 12</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Elisa Lispector (1911-1989).....	p. 127
<b>FIGURA 13</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Judith Grossmann (1931-2015).....	p. 130
<b>FIGURA 14</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Judith Grossmann (1931-2015).....	p. 130
<b>FIGURA 15</b> – Retrato de Rachel de Queiroz (1910-2003).....	p. 133
<b>FIGURA 16</b> – Descrição dos documentos do Arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003).....	p. 136

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Subsistência dos direitos morais.....	p. 52
<b>QUADRO 2</b> – Arquivos Privados Declarados de Interesse Público e Social pela Presidência da República (2004 – 2018).....	p. 56
<b>QUADRO 3</b> – Conceitos e definições de “informação pessoal”, “dado pessoal” e “dado pessoal sensível” conforme a LAI e a LGDP.....	p. 66
<b>QUADRO 4</b> – Conceitos e definições de “Banco de dados” e “Documento” conforme a LAI e a LGPD.....	p. 67
<b>QUADRO 5</b> – Os usuários na terminologia arquivística.....	p. 72
<b>QUADRO 6</b> – Definições de usuários representados em níveis.....	p. 76
<b>QUADRO 7</b> – Algumas definições de estudos de usuários da informação.....	p. 80
<b>QUADRO 8</b> – Dados das titulares dos arquivos literários femininos analisados durante a pesquisa.....	p. 92
<b>QUADRO 9</b> – Descrição da amostra.....	p. 93
<b>QUADRO 10</b> – Relação entre objetivos, fonte, coleta e análise de dados.....	p. 94
<b>QUADRO 11</b> – Usos do arquivo de Ana Cristina César (1952-1983).....	p. 99
<b>QUADRO 12</b> – Perfil dos usuários do arquivo de Ana Cristina César (1952-1983).....	p. 99
<b>QUADRO 13</b> – Usos do arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977).....	p. 107
<b>QUADRO 14</b> – Perfil dos usuários do arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977).....	p. 107
<b>QUADRO 15</b> – Usos do arquivo de Clarice Lispector (1920-1977).....	p. 115
<b>QUADRO 16</b> – Perfil dos usuários do arquivo de Clarice Lispector (1920-1977).....	p. 116
<b>QUADRO 17</b> – Usos do arquivo de Elisa Lispector (1911-1989).....	p. 128
<b>QUADRO 18</b> – Perfil dos usuários do arquivo de Elisa Lispector (1911-1989).....	p. 128
<b>QUADRO 19</b> – Usos do arquivo de Judith Grossmann (1931-2015).....	p. 131
<b>QUADRO 20</b> – Perfil dos usuários do arquivo de Judith Grossmann (1931-2015).....	p. 131
<b>QUADRO 21</b> – Usos do arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003).....	p. 137
<b>QUADRO 22</b> – Perfil dos usuários do arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003).....	p. 137

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AES	Acervo de Escritores Sulinos
ALA	American Library Association
AMLB	Arquivo-Museu de Literatura Brasileira
AN	Arquivo Nacional
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados
BN	Biblioteca Nacional do Brasil
CMI	Centro de Memória e Informação
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
EU	Estudos de usuários
FCJA	Fundação Casa Jorge Amado
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNDAR	Fundação Darcy Ribeiro
GLAM	Group for Literary Archives & Manuscripts
GLAM(NA)	Group for Literary Archives & Manuscripts (North America)
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICA	International Council on Archives
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IES	Instituição de Ensino Superior
IMS	Instituto Moreira Salles
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDA	Lei de Direitos Autorais
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MAB	Museu Afro Brasil
OASISBR	Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAA	Society of American Archivists
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão

SLA	Section on Archives of Literature and Art
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UF	Unidade da Federação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p. 16</b>
<b>1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>p. 18</b>
<b>1.2 HIPÓTESE.....</b>	<b>p. 18</b>
<b>1.3 OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>p. 19</b>
<b>1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>p. 19</b>
<b>1.5 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>p. 20</b>
<b>1.6 ESTRUTURA DA TESE.....</b>	<b>p. 21</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>p. 23</b>
<b>2.1 OS ARQUIVOS PESSOAIS.....</b>	<b>p. 23</b>
<b>2.1.1 Os documentos pessoais como fonte de pesquisa.....</b>	<b>p. 31</b>
<b>2.2 A POTENCIALIDADE DOS ARQUIVOS LITERÁRIOS.....</b>	<b>p. 34</b>
<b>2.3 O ACESSO E USO DOS ARQUIVOS LITERÁRIOS: UMA QUESTÃO LEGAL.....</b>	<b>p. 45</b>
<b>2.3.1 A Lei de Diretos Autorais.....</b>	<b>p. 48</b>
<b>2.3.2 A Lei de Arquivos.....</b>	<b>p. 54</b>
<b>2.3.3 A Lei de Acesso à Informação.....</b>	<b>p. 59</b>
<b>2.3.4 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....</b>	<b>p. 64</b>
<b>2.4 OS USUÁRIOS E OS USOS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....</b>	<b>p. 70</b>
<b>2.4.1 Os estudos de usuários em arquivos.....</b>	<b>p. 79</b>
<b>2.4.1.1 Métodos e abordagens.....</b>	<b>p. 85</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>p. 88</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>p. 96</b>
<b>4.1 ARQUIVO DA ESCRITORA ANA CRISTINA CESAR (1952-1983).....</b>	<b>p. 96</b>
<b>4.2 ARQUIVO DA ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS (1914-1977).....</b>	<b>p. 103</b>
<b>4.3 ARQUIVO DA ESCRITORA CLARICE LISPECTOR (1920-1977).....</b>	<b>p. 109</b>
<b>4.4 ARQUIVO DA ESCRITORA ELISA LISPECTOR (1911-1989).....</b>	<b>p. 124</b>
<b>4.5 ARQUIVO DA ESCRITORA JUDITH GROSSMANN (1931-2015).....</b>	<b>p. 128</b>
<b>4.6 ARQUIVO DA ESCRITORA RACHEL DE QUEIROZ (1910-2003).....</b>	<b>p. 132</b>
<b>4.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>p. 138</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p. 142</b>
<b>6 RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA.....</b>	<b>p. 144</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>p. 145</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>p. 164</b>
<b>APÊNDICE A – ARQUIVOS LITERÁRIOS FEMININOS: DEPARTAMENTO DE LITERATURA DO IMS.....</b>	<b>p. 164</b>
<b>APÊNDICE B – ARQUIVOS LITERÁRIOS FEMININOS: ARQUIVO-MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA DA FCRB.....</b>	<b>p. 165</b>
<b>APÊNDICE C – QUESTIONAMENTOS PARA AS INSTITUIÇÕES.....</b>	<b>p. 166</b>
<b>APÊNDICE D – MODELO DE PLANILHA PARA COLETA DE DADOS.....</b>	<b>p. 170</b>
<b>APÊNDICE E – RESULTADOS QUANTITATIVOS OBTIDOS NA BASE DE DADOS OASISBR.....</b>	<b>p. 171</b>
<b>APÊNDICE F – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>p. 173</b>
<b>APÊNDICE G – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>p. 174</b>
<b>APÊNDICE H – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>p. 175</b>
<b>APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>p. 184</b>
<b>APÊNDICE IA – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 1.....</b>	<b>p. 184</b>
<b>APÊNDICE IB – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 2.....</b>	<b>p. 191</b>
<b>APÊNDICE IC – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 3.....</b>	<b>p. 197</b>
<b>APÊNDICE ID – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 4.....</b>	<b>p. 201</b>
<b>APÊNDICE IE – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 5.....</b>	<b>p. 206</b>
<b>APÊNDICE IF – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 6.....</b>	<b>p. 208</b>
<b>APÊNDICE IG – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 7.....</b>	<b>p. 211</b>
<b>APÊNDICE IH – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 8.....</b>	<b>p. 215</b>
<b>APÊNDICE II – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 9.....</b>	<b>p. 219</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nesta seção apresentamos o contexto geral do estudo, incluindo o problema de pesquisa, as hipóteses, os objetivos, geral e específicos, bem como a justificativa e a estrutura geral da tese.

Em primeiro lugar destacamos que, conforme Gomes (2004), nos últimos anos, temos acompanhado um crescimento exponencial na publicação de diários íntimos, cartas e livros de memórias. Segundo a autora, trata-se de uma espécie de *boom* de obras biográficas e autobiográficas, geralmente focadas em um gênero específico – a escrita de si –, que atualmente tem sido amplamente reconhecido e divulgado tanto pelo mercado editorial quanto pela academia.

No contexto científico, especificamente no campo da literatura, percebemos o crescimento de publicações, anotadas e comentadas, de correspondências e diários, e o desenvolvimento de pesquisas que têm como objeto de investigação a escrita autobiográfica. Esse movimento parece estar articulado à constituição de centros de pesquisa e documentação destinados à guarda de arquivos literários – categoria dos arquivos pessoais que compreende os registros produzidos e recebidos por determinada pessoa, relacionados às suas atividades cívicas, culturais e literárias, bem como à sua respectiva obra artística (GOMES, 2004; OLIVEIRA, 1992; MARQUES, 2015).

A preservação desses acervos reside no fato de que os documentos que compõem os arquivos literários têm valor histórico e científico, permitindo o reconhecimento da trajetória biográfica dos escritores, assim como a compreensão de sua obra a partir de um ponto de vista cronológico, temático e editorial. Para que isso se torne possível há a institucionalização dos arquivos literários, isto é, o deslocamento dos acervos do espaço privado para o público – processo decorrente das negociações entre as instituições e os detentores dos acervos que, geralmente, impacta nas formas de acesso e uso desses registros (OLIVEIRA, 2007; LOPES; RODRIGUES, 2018).

Em uma perspectiva de gênero, nos últimos anos, percebemos também que a atividade no mercado literário tem se concentrado em grande parte nas criações femininas, incluindo o aumento do interesse do público por temas feministas e obras de mulheres. Essa visão contrasta com os dados da pesquisa realizada pela professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), Regina Dalcastagnè, ao observar que mais de 70% dos livros impressos no Brasil entre os anos de 2005 e 2014 foram escritos por homens. Regina Dalcastagnè disse à Revista Gama:

“hoje não é mais o caso de dizer que as mulheres não escrevem [como se dizia no passado], a questão principal é a visibilidade” (ANIC, 2021).

Desde a década de 1970, alguns pesquisadores apontam e questionam a ausência de mulheres nas narrativas históricas tradicionais, fato que pode estar relacionado, em grande parte, ao silêncio dos arquivos sobre as trajetórias femininas. Nesse sentido, é preciso lembrar que os documentos de arquivo podem e devem ser utilizados para subsidiar pesquisas científicas, tendo em vista as importantes contribuições das mulheres nas diversas áreas do conhecimento: artes, ciências e literatura (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2017).

Dentro desse universo é importante ressaltar que há outros aspectos relevantes. Como exemplo de instituições detentoras de arquivos literários no Brasil, podemos citar o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), vinculado à Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), inaugurado na década de 1970, e o Departamento de Literatura do Instituto Moreira Salles (IMS), criado em 1994 (VASCONCELLOS, 2010; MARQUES, 2015).

Considerando os dados disponibilizados pelo AMLB, há uma predominância de acervos cujos titulares são do sexo masculino; dos 126 arquivos literários custodiados pela instituição, apenas 19 pertencem a escritoras, isto é, aproximadamente 15% de sua totalidade (APÊNDICE B). No caso do IMS, a realidade não é distinta: dos 27 arquivos literários custodiados pela entidade, apenas 8 são de titulares do sexo feminino, o que corresponde a 29% do total do acervo (APÊNDICE A).

No contexto da Arquivologia e da Ciência da Informação, Santos (2019) e Rizzi (2016) apontam a existência de poucos estudos sobre os arquivos literários. Os autores revelam alguns pontos a serem observados pelos pesquisadores da área: (a) a necessidade de maior número de pesquisas, uma vez que a maioria das investigações está vinculada ao campo da literatura; (b) maior compreensão sobre o processo de institucionalização desses acervos; (c) a trajetória dos conjuntos documentais até se tornarem públicos; e (d) a relação desses registros com seus usuários.

De acordo com Rizzi (2016), investigações de caráter mais amplo, envolvendo os arquivos literários, as instituições e os usuários, seguem subexploradas pela literatura, cuja atenção reside, na maioria dos casos, em estudos sobre as questões relacionadas à preservação, ao tratamento e à patrimonialização de conjuntos documentais individuais, sem a observação da interação entre esses agentes, tampouco do contexto em que tal interação acontece.

Desse modo, além de refletir sobre os aspectos relacionados aos arquivos literários, é importante analisarmos especificamente o caso dos arquivos literários femininos, buscando inclusive dar maior visibilidade a esses conjuntos documentais. Nesse sentido, considerando o

*boom* de pesquisas e publicações biográficas e autobiográficas dos últimos anos, conforme citado por Gomes (2004), torna-se necessário avaliar em que medida esses acervos têm sido utilizados como fonte de pesquisa. Deve-se verificar como e por quem os arquivos literários femininos custodiados, por exemplo, pelo AMLB e pelo IMS, têm sido utilizados como fonte de informação para a produção de estudos a respeito de suas titulares, além de identificar os produtos gerados a partir da consulta e uso desses documentos.

Segundo Vitoriano, Leme e Casarin (2020, p. 156), “atualmente, a discussão sobre os usuários em arquivos é percebida como de grande relevância, partindo da percepção de que os profissionais arquivistas não trabalham apenas para os arquivos, mas também para seus usuários”. No caso específico dos arquivos literários, Fitzpatrick (2012) afirma que muitas pesquisas sobre a temática estão relacionadas sobretudo aos problemas em relação ao uso dessas fontes, ou seja, os estudos buscam alertar os usuários sobre uma série de questões que podem afetar o modo como eles analisam esses registros, tais como a incompletude e a fragmentação desses conjuntos documentais.

Nessa perspectiva, é importante analisar, de modo mais detalhado, qual é o perfil dos usuários dos arquivos literários femininos, seus interesses e suas demandas informacionais. Além disso, partindo do pressuposto de que a institucionalização desses arquivos é fruto de um processo de negociações entre as instituições e os detentores dos acervos, é necessário avaliar quais são os produtos gerados a partir da articulação entre os seguintes agentes: titulares e detentores de arquivos literários, instituições de custódia e seus usuários.

## **1.1 PROBLEMA DE PESQUISA**

Tendo em vista o crescimento da quantidade de trabalhos publicados, incluindo versões anotadas e comentadas de correspondências e diários, bem como o avanço de estudos que buscam reconstituir a trajetória biográfica de escritores, nosso problema de pesquisa buscou responder como a institucionalização de arquivos literários femininos tem contribuído para o desenvolvimento de estudos a respeito da vida e obra das titulares desses acervos?

## **1.2 HIPÓTESE**

A hipótese central que norteou nossa pesquisa é a de que a institucionalização dos arquivos literários femininos parece ter dado mais visibilidade às fontes arquivísticas sobre esse

tipo de acervo, atraindo mais usuários às instituições custodiadoras, bem como impulsionado a pesquisa e produção sobre as titulares dos fundos.

### **Hipóteses secundárias:**

Decorrentes da hipótese central, formulamos as seguintes hipóteses secundárias:

- a) devido às diferentes origens sociais das escritoras, pode haver uma desigualdade na representação desses acervos nos inventários, catálogos e guias, uns sendo mais privilegiados que outros e, portanto, mais visíveis;
- b) pode haver uma hegemonia de pesquisas que privilegiam alguns tipos de fonte em detrimento de outros em função da notoriedade das escritoras;
- c) os tipos de usuário desses acervos podem ter se diversificado nos últimos anos em função justamente da maior disseminação e divulgação dos arquivos;
- d) apesar das políticas e diretrizes que promovem um amplo acesso à informação em arquivos, as restrições de consulta e uso dos documentos ainda existem e dependem dos acordos realizados entre pesquisadores, instituições, titulares e/ou detentores dos arquivos.

## **1.3 OBJETIVO GERAL**

Tendo em vista o problema de pesquisa e as hipóteses indicadas acima, o objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar como a institucionalização de arquivos literários femininos tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas a respeito da vida e obra das titulares desses acervos no Brasil.

## **1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para alcançar o objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar a história custodial dos arquivos literários femininos, especialmente os aspectos que envolvam a institucionalização desses acervos, o período e a forma de aquisição; o estágio de tratamento e a disponibilidade de instrumentos de pesquisa;
- b) identificar os trabalhos realizados sobre a vida e obra das titulares dos arquivos literários femininos, tendo como foco os trabalhos desenvolvidos a partir do uso dessas fontes documentais;

- c) indicar o perfil dos usuários dos arquivos literários femininos a partir de informações como: (a) gênero; (b) grau e área de formação; (c) vínculo institucional; e (d) origem/localidade;
- d) demonstrar os principais elementos que incentivam e obstam a busca e utilização de documentos provenientes de arquivos literários femininos, considerando os dados sobre os usos e usuários desses acervos.

## 1.5 JUSTIFICATIVA

A justificativa desta pesquisa de doutorado decorre, primeiramente, da dissertação de mestrado defendida em 2018 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, cujo objetivo foi avaliar os procedimentos de aquisição e acesso aos arquivos pessoais de escritores custodiados por entidades públicas brasileiras. Por meio de um estudo comparativo, constatou-se que a legislação brasileira ainda apresenta lacunas quanto às formas de consulta a esses registros. Além disso, as entidades pesquisadas previam o livre acesso à informação, mas o processo de institucionalização e a forma de aquisição dos arquivos pessoais influenciavam o modo como o acervo era disponibilizado para o público.

Tendo em vista essas constatações e buscando dar continuidade à investigação, percebemos que era necessário avaliar em que medida esses acervos vêm sendo utilizados como fonte de pesquisa para estudos a respeito de seus titulares, bem como quais são as características dos seus usuários e os produtos que têm sido gerados com base nessas pesquisas. Portanto, a primeira motivação para o desenvolvimento desta pesquisa é propiciar o avanço das discussões sobre os arquivos literários, especialmente no escopo da Arquivologia e da Ciência da Informação. Ao considerarmos que os arquivos literários são uma categoria de arquivos pessoais, inferimos também o lugar periférico que esses conjuntos documentais ocupam nos debates dessas áreas, cuja atenção sempre esteve mais focada nas atividades de tratamento e preservação dos arquivos públicos (HEYMANN, 2012; MACÊDO, 2020; OLIVEIRA, 2012).

Diante do exposto, a originalidade desta tese reside em demonstrar os principais efeitos<sup>1</sup> da institucionalização dos arquivos literários nos últimos anos para além das formas de

---

<sup>1</sup> No contexto desta pesquisa, atribuímos ao termo “efeitos” uma significação específica, referente à produção acadêmica gerada a partir do acesso e uso dos documentos provenientes dos arquivos literários femininos. Dentro

tratamento e patrimonialização desses acervos. O foco do estudo será analisar o impacto da aquisição, preservação, acesso e uso dos arquivos literários tendo como base os usuários desses acervos, pois, conforme Jardim e Fonseca (2004), “a literatura arquivística sobre estudos de usuários é pouco expressiva quando comparada a outros temas como transferência de documentos, avaliação, arranjo e descrição etc.” (JARDIM; FONSECA, 2004, p. 3).

Assim, esta tese tem como objetivo geral levantar e analisar os trabalhos científicos produzidos sobre a vida e obra das titulares de arquivos literários femininos da FCRB e IMS, utilizando as fontes documentais provenientes desses acervos. Esse levantamento nos permitiu também delinear o perfil dos usuários e mapear os acervos mais utilizados por eles.

Esperamos que esses dados possam subsidiar as atividades realizadas pelas entidades custodiadoras, que estas compreendam que, por serem unidades de informação relacionadas às comunidades nas quais estão inseridas, devem buscar e criar metodologias que possam atender cada usuário de acordo com suas especificidades, reconhecendo-os como fator primordial dos processos de gestão documental (VAZ; ARAÚJO, 2015). Por fim, no contexto das discussões de gênero, mais especificamente a partir da reflexão sobre usos e usuários de arquivos literários femininos, os resultados desta pesquisa poderá propiciar maior visibilidade a esses acervos, buscando minimizar o silêncio dos arquivos em relação às trajetórias femininas (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2017).

## **1.6 ESTRUTURA DA TESE**

Após essas considerações iniciais, é apresentada a revisão de literatura que sustenta o presente estudo, abrangendo a síntese e a análise das publicações relacionadas às seguintes temáticas: (a) arquivos pessoais; (b) arquivos literários; (c) os aspectos jurídicos relacionados ao acesso e uso dos documentos provenientes dos arquivos literários; (d) os usuários e as possibilidades de uso dos documentos arquivísticos.

Posteriormente, é descrito o percurso metodológico adotado para a elaboração desta tese, delineando-se as estratégias e os instrumentos utilizados para as etapas de coleta e análise de dados. Em seguida, é realizada a discussão dos resultados, examinando-se os dados coletados à luz da revisão de literatura.

As considerações finais, por sua vez, englobam uma reflexão sobre os dados obtidos e as implicações de tais descobertas especialmente nos campos da Ciência da Informação e da

---

dessa perspectiva, os “efeitos” englobam os produtos acadêmicos – tais como artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações – que emergem da consulta e utilização desses acervos.

Arquivologia. Além disso, são apresentadas as sugestões para futuros estudos que possam contribuir para o aprofundamento e ampliação do conhecimento acerca do tema abordado.

Por fim, os apêndices constituem a parte final do documento, abrigando informações complementares e detalhadas que sustentam a tese e que proporcionam uma maior compreensão das análises realizadas.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta o arcabouço teórico sobre o qual se sustenta a tese e é composto por sínteses da literatura sobre: (a) arquivos pessoais; (b) arquivos literários; (c) questão legal relacionada ao acesso e uso dos documentos que compõem os arquivos literários; e (d) usuários e usos da informação arquivística.

### 2.1 OS ARQUIVOS PESSOAIS

Em uma perspectiva global, os aspectos relacionados ao tratamento, à preservação e ao acesso aos arquivos pessoais passaram a ser debatidos a partir dos anos 1970, momento em que houve a crise geral dos paradigmas históricos e o surgimento de uma nova história cultural, baseada na Escola dos Annales<sup>2</sup>. Naquele momento, esses acervos começaram a ser explorados por pesquisadores como fontes potenciais de informação, de modo a demonstrar que a história é influenciada por referenciais sociais e culturais de determinada época, e que a experiência dos homens é considerada objeto essencial para a compreensão dos processos sociais (GOMES, 1998; MACÊDO, 2020).

É a partir da revalorização do indivíduo na história e do aumento no interesse de historiadores por registros de caráter privado que a Arquivologia começa a se dedicar mais ao tratamento e à preservação desses acervos. Esse processo se inicia com o recolhimento de fundos privados por arquivos e centros de documentação, considerando seu valor cultural, histórico, financeiro, estético e/ou informativo (HOBBS, 2016; GOMES, 1998; MACÊDO, 2020).

No Brasil, os arquivos pessoais também passaram a receber mais atenção a partir daquele momento. A criação das mais importantes instituições de arquivos de caráter privado e a implementação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), e do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas (Unicamp), ilustram a relação entre a “nova” história

---

<sup>2</sup> “Movimento historiográfico que propôs uma nova conceituação da disciplina, assim como a busca daquilo que é essencial à história: a problematização, a partir de métodos e metodologias novas. Seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, propuseram a elaboração de uma história-problema, ou seja, uma história feita por meio de questionamentos, em que não fossem privilegiados apenas os fatos políticos e diplomáticos por meio da figura dos grandes homens e dos grandes heróis nacionais, mas também o estudo do homem comum em seu fazer cotidiano, sendo este também sujeito e objeto da história. Esse novo tipo de abordagem previa a relação com outras disciplinas sociais, além da ampliação da renovação de fontes da história, em que tudo o que o homem produz, toca ou pensa é fonte histórica” (MACÊDO, 2020, p. 192).



social e cultural no país e a materialização de suas fontes por meio do acesso aos documentos privados (GOMES, 1998).

A primeira menção aos arquivos produzidos por indivíduos surge em manuais arquivísticos apenas em 1928, no trabalho publicado por Eugenio Casanova, que define os arquivos como: “acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição **ou pessoa** no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais pela referida instituição **ou pessoa**” (CASANOVA, 1928 apud SCHELLENBERG, 2008; HEYMANN, 2012, grifo nosso).

Dentro dessa perspectiva, a referência aos acervos de natureza pessoal também aparece na definição proposta por Herrera (1991), que define os arquivos como um ou mais conjuntos de documentos, qualquer que seja sua data, forma ou suporte material, acumulados de forma natural por uma pessoa ou entidade pública ou privada no decorrer de suas atividades, de modo a servir como testemunho e fonte de informação para a pessoa ou instituição que os produziu e para os cidadãos ou pesquisadores.

Apesar dessas menções há um consenso na área de Arquivologia sobre o lugar periférico que esses acervos ocupam nos debates da área, cuja história e desenvolvimento sempre estiveram ligados aos arquivos públicos (HEYMANN, 2012; MACÊDO, 2020; OLIVEIRA, 2012). Entre outras razões, isso se deve ao fato de que os debates metodológicos relacionados aos arquivos no Brasil e no exterior convergiram para a adoção de conceitos e práticas aplicáveis, sobretudo, aos arquivos públicos de caráter institucional, utilizando-os para todos os tipos de acervo, inclusive os pessoais (HEYMANN, 2012).

O próprio conceito de arquivo privado<sup>3</sup> é apresentado a partir da definição dos arquivos públicos, o que demonstra não só a falta de investimentos nos conjuntos arquivísticos de natureza pessoal, mas também o não entendimento desses acervos enquanto documentos de arquivo (HEYMANN, 2012; OLIVEIRA, 2012). Além disso, somente a partir do final do século XX, os documentos privados deixaram de ser tratados com base nas práticas e métodos biblioteconômicos, por serem constituídos a partir das necessidades, dos desejos e das preferências do seu produtor e não por razões administrativas ou exigências jurídicas (FRAIZ, 1998; HOBBS, 2016). Nos Estados Unidos, por exemplo, esses acervos eram tratados por

---

<sup>3</sup> Trata-se dos acervos produzidos por entidades não governamentais, que são classificados nas seguintes categorias: (a) arquivos econômicos: acervos de empresas, bancos, indústrias e comércios; (b) arquivos sociais: conjuntos documentais de instituições de ensino privadas, agremiações políticas, sindicatos, hospitais e outras entidades sem fins lucrativos; e (c) arquivos pessoais: constituídos a partir dos documentos produzidos e recebidos por pessoas físicas (BELLOTTO, 2006).

bibliotecários, uma vez que eram considerados peças avulsas e desorganizadas, o que os aproximava do conceito de coleções (COSTA, 2006).

No contexto brasileiro, uma das primeiras referências relacionadas à apresentação de métodos para a organização de arquivos pessoais foi produzida pelo CPDOC e publicada pela editora FGV em 1998. No ano anterior, o CPDOC, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), organizou o Seminário Internacional de Arquivos Pessoais, evento de grande impacto nos debates sobre esses acervos no Brasil, que culminou na publicação de um número exclusivo da revista *Estudos Históricos*, com a reunião de artigos de pesquisadores das áreas de Arquivologia, História e Ciências Sociais, ressaltando os valores históricos e a qualidade das fontes pessoais para os estudos historiográficos (DUARTE; BIZELLO, 2020).

Anteriormente a essa publicação, em 1980, a equipe do CPDOC também elaborou um manual técnico com a descrição de metodologias para a organização dos arquivos pessoais, tendo em vista a necessidade de padronizar essas atividades e adotar diretrizes comuns para o trabalho com esses acervos (DUARTE; BIZELLO, 2020). A partir desses movimentos, percebemos que os arquivos pessoais têm sido objeto de investimento dos mais diversos tipos de instituição no Brasil (VENÂNCIO, 2016). Os profissionais que lidam com essa documentação têm buscado métodos arquivísticos para tratá-los e organizá-los, baseando-se, sobretudo, na teia de relações que o conjunto documental mantém entre suas partes (CAMARGO; GOULART, 2007; COSTA, 2006).

Esse aspecto foi constatado por Lopes e Rodrigues (2018a), ao identificarem que os termos utilizados por entidades públicas brasileiras para denominar os arquivos pessoais têm sido muitas vezes denominados de “fundo privado”, “fundo pessoal”, “fundo documental privado”, “arquivo privado”, “acervo privado” e “arquivo particular”. Compreende-se, conforme Oliveira (2012), que esses acervos têm as cinco características essenciais dos

documentos de arquivo – autenticidade<sup>4</sup>, imparcialidade<sup>5</sup>, organicidade<sup>6</sup>, naturalidade<sup>7</sup> e unicidade<sup>8</sup>.

A base desta tese fundamenta-se na ideia de que esses acervos devem ser entendidos e tratados a partir das metodologias e práticas arquivísticas. Para além da compreensão de que os arquivos pessoais correspondem aos arquivos de pessoas físicas (ARQUIVO NACIONAL, 2005), entendemos esses acervos como uma categoria dos arquivos privados que, por sua vez, se referem aos “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991), tal como é definido na Lei de Arquivos brasileira.

Os arquivos pessoais não são produto de atividades funcionais e administrativas, como no caso de instituições públicas ou não governamentais. Eles consistem em registros relacionados à vida, à obra e às atividades de um indivíduo, ou seja, correspondem ao conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por pessoas, resultantes das atividades e funções sociais que desempenharam ao longo de sua vida (BELLOTTO, 2006; OLIVEIRA, 2012).

Camargo (2009) observa que o uso da expressão “arquivos pessoais” pela comunidade arquivística brasileira, apesar de admitido, não parece ser o mais correto. Em sua perspectiva, o mais adequado seria utilizar o termo “arquivo de pessoas” – desta ou daquela pessoa, de modo individual – ou de categorias ocupacionais – de literatos, de cientistas, de estadistas etc.

Por sua vez, Heymann (2012) acrescenta que as definições de arquivos pessoais geralmente caracterizam os titulares dos acervos como “políticos”, “cientistas” ou “literatos”, relacionando a identidade do titular ao desempenho de uma atividade profissional. Segundo a

---

<sup>4</sup> Refere-se a um documento cuja origem e integridade podem ser garantidas (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

<sup>5</sup> “Os registros são inerentemente verdadeiros, ou, como diz o arquivista britânico Hilary Jenkinson, “livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje”. Isso não quer dizer que as pessoas que intervêm em sua criação são livres de preconceitos, mas que as razões por que eles são produzidos (para desenvolver atividades) e as circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) asseguram que não são escritos “na intenção ou para a informação da posteridade”, nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar do público” (DURANTI, 1994, p. 51).

<sup>6</sup> “Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 270).

<sup>7</sup> “Diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta: eles não são “coletados artificialmente, como os objetos de um museu (...), mas acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração”. O fato de os documentos não serem concebidos fora dos requisitos da atividade prática, isto é, de se acumularem de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, os dota de um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada” (DURANTI, 1994, p. 52).

<sup>8</sup> “Qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 370).

autora, as discussões em torno dos arquivos pessoais têm ressaltado a dimensão “funcional” desses indivíduos, ou seja, as atividades que eles desempenharam na cena pública.

Em consonância com os dados obtidos por Lopes e Rodrigues (2018a), Venâncio (2016) também aponta que o conceito de arquivo pessoal utilizado pelas instituições é bastante genérico. Entre outros aspectos, o termo não esclarece, por exemplo, o mínimo de atividades e de séries documentais necessárias para considerarmos um conjunto de registros como representativo da vida de um indivíduo. Apesar dessa observação, optamos por utilizar a expressão “arquivos pessoais” ao longo deste trabalho, uma vez que o termo tem sido o mais empregado nas últimas publicações da área para se referir aos documentos produzidos, recebidos e mantidos por pessoas físicas.

Nesse sentido, cabe-nos salientar que o ato de arquivamento, no plano pessoal, corresponde ao “modo de evidenciar e memoriar nossas vidas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar no mundo’” (MCKEMMISH, 2018, p. 239). Trata-se da capacidade do indivíduo de testemunhar, evidenciar e memoriar a própria vida, produzindo documentos, situando-os no contexto de suas atividades, preservando-os, descartando-os e transformando-os em memória (MCKEMMISH, 2018).

Nos debates relacionados ao tema, Pierre Nora (1993) entende que as práticas de memória se apoiam em materiais, registros e imagens. Segundo o autor, esse movimento teve início com a escrita e evoluiu para a utilização de ferramentas cada vez mais tecnológicas. Nora (1993) acredita que há uma obsessão por práticas de arquivamento, ligada não só à necessidade de preservar integralmente o passado, mas também o presente. Em outras palavras, “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter a necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 14).

Ainda de acordo com Nora (1993), essa materialização da memória não só descentralizou, como também democratizou a produção dos arquivos, antes protagonizada apenas pelo Estado e pela Igreja. A partir disso, podemos perceber o crescimento da escrita de memórias e testemunhos, por exemplo. Ao contrário das sociedades tradicionais, nas quais a memória estava ancorada nas tradições e nos costumes, no mundo moderno, ela precisa ser gerada e reproduzida por meio de locais socialmente constituídos – os lugares de memória<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Esses locais apresentam três aspectos principais que coexistem sempre – a materialidade, a simbologia e a funcionalidade. De acordo com Nora (1993), “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar

Hobbs (2018) acredita que o arquivamento do “eu” não só fornece “provas de mim”, mas também corresponde a um processo de autorrepresentação, autoengrandecimento e automemorização, de modo que “relacionamentos e atividades são filtrados, suprimidos e marginalizados, ou, ao contrário, destacados, tornando-se essenciais na narrativa de autodefinição que a psicologia humana exige do eu” (HOBBS, 2018, p. 268).

Nesse sentido, Artières (1998) defende a ideia de que o arquivamento do “eu” tem três características principais: a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica. De acordo com o autor, o indivíduo produz um arquivo pessoal, a princípio, para ter a sua identidade reconhecida, uma vez que, para ser inserido socialmente, precisa recorrentemente apresentar seus registros pessoais: certidão de nascimento; registro civil; passaporte; comprovante de endereço etc.

De acordo com o autor, arquivar a própria vida não é, portanto, um processo neutro, restrito a homens ilustres – escritores e governantes, por exemplo; é, muitas vezes, a possibilidade de um indivíduo se fazer ver segundo seus desejos e interesses, tal como ele gostaria de ser visto, de modo que a ordem, os planos e a classificação dos documentos produzam um sentido para a sua própria vida (ARTIÈRES, 1998; FRAIZ, 1998). Essas práticas podem ser entendidas como um conjunto de ações relacionadas à “escrita de si” – como no caso da escrita de autobiografias e diários – e à constituição da “memória de si”, possibilitada por meio do recolhimento de objetos – fotografias, cartões-postais, cartas (ARTIÈRES, 1998; FRAIZ, 1998).

Buscando delimitar o conceito de arquivos pessoais, Bellotto (2006) define esses acervos como o conjunto de documentos resultantes da vida e da obra de indivíduos, cuja maneira de pensar, agir e viver possa ser de interesse nas respectivas áreas em que atuaram – Estado, política, ciência, literatura, arte etc. –, pessoas detentoras de informações inéditas que, se divulgadas, poderão alavancar novos fatos para as suas respectivas áreas de atuação, por exemplo.

Entendemos também que, ao longo de sua vida, esses indivíduos reúnem documentos de caráter pessoal, cuja localização, a princípio, se dá no âmbito privado e doméstico. Nesse momento, a documentação está condicionada ao uso pelo próprio titular, para a comprovação

---

puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for o objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança” (NORA, 1993, p. 21-22).

de suas atividades profissionais, existência civil e deveres cívicos, caracterizando o valor primário do acervo (BELLOTTO, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Posteriormente, quando o seu uso é realizado por terceiros e o objetivo da documentação não é mais servir para fins de comprovação das atividades do próprio produtor do arquivo, surge o valor secundário dos registros. Assim, considerando a sua potencialidade informacional, a preservação do conjunto documental tem por finalidade a pesquisa científica (BELLOTTO, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Dentro dessa perspectiva, há um crescente interesse pela aquisição de arquivos pessoais por parte de instituições públicas e privadas, como universidades, centros de documentação, arquivos, bibliotecas e fundações culturais. Cabe ressaltar que, com a transferência dos acervos para as entidades de guarda, ocorre um deslocamento dos documentos do espaço doméstico para o espaço público, tornando possível o seu acesso por estudiosos e pela sociedade de modo geral (MARQUES, 2015).

A institucionalização do arquivo pessoal é decorrente, portanto, do entendimento de que esses acervos são fontes informacionais e históricas que devem ser tratadas, organizadas e preservadas por entidades especializadas. O processo é oficializado por meio de uma transferência física e jurídica da documentação, que culmina no tratamento técnico adequado dos registros, bem como na identificação e estruturação da documentação, de modo a tornar o seu acesso factível (DUARTE, 2013).

Depreende-se, por conseguinte, que a aquisição de acervos deve ocorrer baseando-se em alguns aspectos, tais como: a missão da entidade, os objetivos institucionais do órgão e as características dos arquivos, especialmente aquelas relacionadas à sua natureza e às suas restrições, sendo este último ponto intrinsecamente relacionado ao ambiente de negociação que existe entre os titulares e/ou herdeiros e as instituições de guarda (HEYMANN, 2012; OLIVEIRA, 2012).

É importante destacar o papel das famílias que, não raro, se encarregam de “agrupar ou mesmo de organizar – realizando seleções, muitas vezes – os documentos deixados por seus pais e avós, com vistas a constituir uma memória documental que registre a trajetória de seu ancestral” (HEYMANN, 2004, p. 6), o que torna a aquisição dos acervos uma garantia de preservação e divulgação dessa memória, de modo a imortalizar o seu titular.

Logo, a institucionalização do arquivo pessoal ocorre a partir das decisões tomadas por pessoas que têm interesses e desejos distintos, desde o produtor até a entidade final que irá custodiar o acervo. Embora a maioria das instituições obtenha os arquivos pessoais a partir da assinatura de um termo e/ou contrato, as cláusulas desses termos estão atreladas às políticas de

cada entidade e aos interesses dos detentores dos acervos, o que impacta diretamente o acesso a esses registros (LOPES; RODRIGUES, 2018).

Cabe ressaltar também que o ingresso do arquivo pessoal, custodiado por entidades públicas ou privadas, não altera a sua gênese, ou seja, o seu caráter privado, de maneira que as fronteiras entre o público e o privado e entre o pessoal e o institucional são evidenciadas. A admissão desses documentos em instituições públicas ou privadas deve ser formalizada por meio de termos de doação ou qualquer instrumento legal que assegure os direitos e deveres dos produtores, dos detentores dos arquivos e das instituições (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017).

Apesar de cada vez mais evidentes, as questões relacionadas ao acesso e à intimidade no âmbito dos arquivos pessoais ainda não foram tratadas de maneira satisfatória pela Arquivologia. Embora existam instrumentos legais como a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), a Lei de Direitos Autorais (LDA) (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), a LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e a recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), percebe-se que essa legislação não trata de maneira adequada das dificuldades relacionadas à consulta e ao uso de arquivos pessoais custodiados por instituições públicas (LOPES; RODRIGUES, 2018). Essas normativas serão tratadas de modo específico nas seções posteriores.

A partir do exposto e das pesquisas relacionadas aos arquivos pessoais no Brasil, percebemos que houve um crescimento nos estudos e nas práticas relacionadas ao tratamento desses acervos. Entretanto, conforme revisão de literatura apresentada por Britto e Corradi (2017), a maioria dos estudos ainda estão concentrados na biografia dos titulares dos arquivos e na forma com que os conjuntos documentais foram organizados.

Dentro dessa perspectiva, Rizzi (2016) realizou um levantamento sobre o tema dos arquivos pessoais apresentados em todas as edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (1991-2014). Segundo o autor, os trabalhos estão concentrados em três eixos principais – preservação, patrimônio e memória –, o que aponta a baixa produção e a necessidade de aprofundamento teórico sobre a temática. Segundo Rizzi (2016), entre os tópicos que precisam ter maior abordagem, estão a tipologia e a natureza dos arquivos pessoais, o processo de institucionalização e, inclusive, a relação desses acervos com seus usuários.

### 2.1.1 Os documentos pessoais como fonte de pesquisa

Conforme nos lembra Silva (2017), o acesso e o uso de documentos provenientes de arquivos pessoais tornaram-se particularmente interessantes aos pesquisadores das ciências humanas devido ao fato de que essas fontes oferecem a possibilidade de decifrar aspectos sutis relacionados à trajetória individual do titular do arquivo, assim como ao meio social no qual ele esteve inserido.

Como também discutimos na seção anterior, nos últimos anos, houve uma crescente valorização das fontes pessoais por parte da historiografia nacional e internacional. Esse fato decorre do reconhecimento do indivíduo comum como ator pleno na história. Sob o ponto de vista francês, cujas práticas historiográficas são influentes no Brasil, alguns momentos podem ser indicados como marcos dessa mudança, assim como é destacado por Artières e Kalifa (2002):

a) primeiro momento: as lutas de maio de 1968, quando inúmeras autobiografias e diários foram publicados de modo a dar voz às vítimas, aos excluídos e àqueles que haviam sido silenciados na época do movimento;

b) segundo momento: desenvolvimento de práticas historiográficas centradas não só nos indivíduos marginalizados, mas também no fornecimento de uma perspectiva antropológica sobre esses silenciamentos. Um exemplo dessa mudança de panorama foi a publicação da coleção *História da Vida Privada*, dirigida pelos historiadores franceses Georges Duby e Philippe Ariès, lançada em 1985;

c) terceiro momento: os arquivos pessoais se converteram em objetos históricos em si mesmos. Os trabalhos historiográficos não se ocuparam somente de uma certa categoria de indivíduos. Desde então, esses acervos têm sido utilizados para compreender as experiências cotidianas e as práticas comuns que, muitas vezes, escapam aos olhos do historiador<sup>10</sup>.

O reconhecimento do indivíduo comum como protagonista na história pode ser constatado não só pelo crescente interesse pela institucionalização de arquivos pessoais por centros de documentação, bibliotecas, museus e fundações, mas também pelo que Gomes (2004) denomina como *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico nos últimos anos. Segundo a autora, no contexto brasileiro, é perceptível um interesse dos leitores por certos

---

<sup>10</sup> No contexto brasileiro, observamos o aumento na publicação de autobiografias e diários a partir da década de 1970. Além disso, houve o lançamento da tradução da série *História da Vida Privada*, o que, de certo modo, inspirou a publicação de outros títulos relacionados à temática, tais como as obras *Histórias das Mulheres no Brasil* (1997), da autora Mary del Priore, e a *História da Vida Privada no Brasil* (1997), organizado por Fernando Novais.



gêneros escritos, tais como diários, correspondências, biografias e autobiografias de literatos e políticos. Essas obras sempre foram alvo de interesse por parte dos leitores, mas, a partir da década de 1990, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade cada vez maior, seja pelo mercado editorial, seja pela academia (GOMES, 2004).

De acordo com Bellotto (2006), os arquivos públicos e/ou privados têm compreendido uma parcela significativa da matéria-prima utilizada para a pesquisa histórica. Entre as diversas fontes disponíveis para o pesquisador, uma que tem crescido atualmente em importância e abrangência de utilização é a que advém dos arquivos privados.

Os arquivos pessoais podem ser utilizados, segundo a autora, de diversas formas, tais como:

a) fonte básica: quando o acervo é utilizado como único instrumento para o estudo, prescindindo de fontes paralelas. Trata-se de uma tendência cada vez menor nas práticas historiográficas, mas tende a ser adotado nas “histórias de vida” quando há o objetivo de se compreender o alcance social ou político do biografado, assim como tornar a sua história, até então individual ou anônima, pública;

b) fonte alternativa: quando o arquivo privado pode atuar como testemunho devido à inexistência de outras fontes documentais que comprovem determinadas afirmações ou hipóteses em documentos públicos ou privados;

c) fonte subsidiária: quando determinados dados retirados dos documentos que compõem o arquivo podem basear os argumentos desenvolvidos a partir de outros tipos de materiais;

d) fonte paralela: quando determinados documentos do conjunto documental corroboram informações obtidas a partir de documentos públicos, não no sentido de fonte, mas de modo a enfatizar os dados que ali foram encontrados (BELLOTTO, 2006).

Por outro lado, apesar da crescente procura por essas fontes informacionais, Camargo (2018) destaca que, muitas vezes, os historiadores limitam-se a uma visão superficial dos arquivos e têm dificuldades de compreender a própria natureza dos documentos. Segundo a autora, há uma divisão de trabalho entre aqueles que analisam os documentos de arquivos (historiadores), e os profissionais que respondem por seu tratamento em uma instituição de custódia (arquivistas), tornando-se necessário um diálogo maior entre esses agentes.

Em artigo mais recente, Iumatti e Nicodemo (2018) fizeram um balanço sobre o modo como os documentos de arquivos pessoais têm sido utilizados em trabalhos relacionados à história da historiografia nacional. Os autores destacaram as transformações da escrita da

história nas últimas décadas e voltaram sua atenção aos usos dos arquivos pessoais para a pesquisa científica:

a) possibilidade de compreensão de redes sociointelectuais e institucionais: a partir da documentação pessoal, muitas vezes, se torna possível situar o autor ou intelectual em relação aos seus “pares”, auxiliando a compreensão sobre como o conhecimento circulava em determinada época;

b) possibilidade de compreensão sobre os processos de especialização, disciplinarização ou profissionalização do conhecimento no Brasil: dentro dessa perspectiva, a história da historiografia pode ser desenvolvida a partir da organização e formação dos acervos das primeiras gerações de professores das universidades do país e de outros atores que tiveram papel relevante na construção dessas instituições;

c) possibilidade de análise dos documentos pessoais a partir da leitura minuciosa ou microscópica das obras: embora essas práticas não tenham sido desenvolvidas originalmente no Brasil a partir dos estudos historiográficos, e sim por estudiosos da literatura, a crítica genética abriu os caminhos para um diálogo interdisciplinar entre a história e a teoria literária. A partir da década de 1990, os pesquisadores perceberam que, além de obras literárias, os métodos aplicados para esse tipo de estudo também poderiam servir às obras históricas. Desse modo, alguns trabalhos passaram a articular a documentação para compreender os processos de desenvolvimento de publicações;

d) possibilidade de reflexão sobre a constituição do arquivo pessoal enquanto um ato de memória: essas pesquisas buscam investigar os processos sociais relacionados à produção dos arquivos, assim como os indícios sobre a fixação de estratégias para monumentalização, para construção da memória e do eu (IUMATTI; NICODEMO, 2018).

Cabe ressaltar também que a validação do uso desse tipo de fonte por historiadores foi precedida de longos debates acerca dos procedimentos a serem adotados pelos pesquisadores. Houve, portanto, a necessidade de se incorporar novos objetos à prática historiográfica, exigindo a construção de outras metodologias e categorias de análise (GOMES, 2004).

Justamente pelas características desses documentos, algumas discussões ainda são comuns em relação ao seu uso como fonte. Uma delas é a noção de “ilusão biográfica”, isto é, a ingenuidade que, muitas vezes, o pesquisador tem ao supor a existência de um “eu” coerente e contínuo e ao acreditar nas fontes como se elas fossem o registro do que “verdadeiramente aconteceu”, o que inexiste em qualquer tipo de documento. Portanto, precisamos compreender que essas fontes têm valor de verdade, mas jamais podem ser tratadas de modo naturalizado ou espontâneo (GOMES, 2004; BOURDIEU, 2006).

## 2.2 A POTENCIALIDADE DOS ARQUIVOS LITERÁRIOS

Do ponto de vista histórico, os manuscritos literários passaram a ser de interesse para a pesquisa científica a partir do momento em que surgiu o culto ao grande escritor, prática iniciada, por exemplo, no século XIV, na Biblioteca Vaticana de Roma. Esses documentos eram conservados em sua qualidade de autógrafos, como relíquias, e nos espaços das bibliotecas, ocupavam o lugar de outros documentos preciosos (HAY, 2003; KOPP-OBERSTEBRINK, 2018). Nesse sentido, em 1889, o alemão Wilhelm Dilthey publicou o ensaio “Archive für Literatur”<sup>1112</sup> defendendo a ideia de que era necessário salvaguardar os testemunhos de criação literária, uma vez que se tratava de importantes fontes para os estudiosos científicos e acadêmicos (HAY, 2003; KOPP-OBERSTEBRINK, 2018).

Sete anos mais tarde, o Goethe-und Schiller-Archiv<sup>13</sup> foi inaugurado em Weimar<sup>14</sup> e, a partir daí, os centros literários começaram a se multiplicar e a servir de exemplo na Europa, dando início a uma nova ênfase nos estudos literários que, a partir do século XX, centraram-se no artista e nas suas criações. Essa nova perspectiva mudou a relação entre o escritor e seu manuscrito, pois, em vez de serem compreendidos como relíquias, passaram a ser entendidos enquanto ferramentas para alcançar a inteligência da criação literária (HAY, 2003).

Desse modo, a partir da década de 1960, esse patrimônio passa a ser compreendido como objeto de pesquisa, surgindo, a partir daquele momento, instituições de pesquisa especializadas em estudo sobre manuscritos, rascunhos e esboços, assim como cadernetas de obras literárias. Naquele momento, há também o estabelecimento da crítica genética – área que investiga a obra de arte desde a sua construção, acompanhando seu planejamento, execução e crescimento, com o intuito de compreender o processo de criação do artista<sup>15</sup> –, que incorpora a correspondência como instrumento elucidativo do processo de escrita. A publicação de correspondências traz à tona informações importantes sobre os escritores, que estimulam, inclusive, a divulgação de outros tipos de escritos íntimos, como os diários (VASCONCELLOS, 2010; VASCONCELLOS; SANTOS, 2017).

---

<sup>11</sup> “Os arquivos literários”.

<sup>12</sup> DILTHEY, Wilhelm. **Archive für Literatur**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1970. 1–16.

<sup>13</sup> “Os Arquivos Goethe e Schiller”. Trata-se da instituição arquivística literária mais antiga da Alemanha. Para maiores informações, consultar: <https://www.klassik-stiftung.de/goethe-und-schiller-archiv/das-archiv/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

<sup>14</sup> Cidade localizada no leste da Alemanha.

<sup>15</sup> Para maiores informações, consultar Salles (1998).

Um outro marco durante o século passado foi a doação de manuscritos de Miguel Angel Asturias (1899-1974)<sup>16</sup>, em 1971, à Biblioteca Nacional da França, incentivando não só a preservação das obras publicadas, mas também dos rascunhos e demais registros que compõem o material de trabalho dos escritores. Esse gesto motivou a criação da *Colección Archivos*<sup>17</sup>, “cujo objetivo maior é a preservação do acervo dos escritores para que sirva de fonte documental para o aprimoramento das edições comentadas e críticas” (SOUZA, 2008, p. 121).

Em uma perspectiva global, Sutton (2014) destaca que, atualmente, os arquivos literários têm um valor financeiro mais alto do que outros tipos de acervo e, geralmente, são mais encontrados em bibliotecas do que em arquivos. Segundo o autor, em muitos países, esses acervos têm sido custodiados por fundações, como a FCRB, no Rio de Janeiro, museus literários, como o Museum of Japanese Modern Literature in Meguro-ku<sup>18</sup>, em Tóquio, ou em casas literárias, como a Maison de Balzac<sup>19</sup>, em Paris.

Em países como Estados Unidos da América, Canadá e Reino Unido, as bibliotecas universitárias também são protagonistas na custódia de arquivos literários. Por outro lado, na França, as bibliotecas públicas – muitas vezes localizadas na própria cidade do escritor – são as principais entidades mantenedoras desse tipo de acervo, juntamente com a Bibliothèque Nationale de France<sup>20</sup> (SUTTON, 2014).

De acordo com Vasconcellos (2010), a constituição e preservação sistemática de acervos literários foram tardias no Brasil. Esse fato pode ser comprovado a partir dos dados de criação de alguns dos principais centros de documentação literária do país. Segundo a autora, quando se trata de arquivos literários, a primeira referência brasileira é a Biblioteca Nacional (BN)<sup>21</sup>, que em sua Seção de Manuscritos possui mais de 600 mil documentos.

As demais instituições que preservam a documentação literária no Brasil são mais recentes. Dentre elas, podemos citar o IEB, vinculado à Universidade de São Paulo (USP), que

---

<sup>16</sup> Prêmio Nobel de Literatura em 1967, o guatemalteco Miguel Ángel de Asturias, junto com Mário de Andrade, Alejo Carpentier, Jorge Luís Borges, foi um dos grandes renovadores da narrativa latino-americana entre as décadas de 1920 e 1940 (HÜLSENDEGER; KOHLRAUSCH, 2016).

<sup>17</sup> “Coleção Arquivos”.

<sup>18</sup> “Museu de Leitura Japonesa Moderna”.

<sup>19</sup> “Casa Balzac”. Trata-se do museu situado na antiga residência do romancista francês Honoré de Balzac (1799-1850).

<sup>20</sup> “Biblioteca Nacional da França”.

<sup>21</sup> “Suas origens estão relacionadas à criação da Biblioteca Real, a segunda organizada pela casa real portuguesa – a primeira foi destruída pelo terremoto que atingiu Lisboa em 1755. Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, a biblioteca foi trazida ao Brasil. Um decreto de 29 de outubro de 1810 é o marco oficial da criação da Biblioteca Nacional. O acervo de 60 mil peças foi instalado na Ordem Terceira do Carmo, mas a Biblioteca, apesar de inaugurada em 13 de maio de 1811, só foi aberta ao público em 1814. Antes disso, o acesso era restrito a estudiosos mediante pedido” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2021).

é o órgão interdisciplinar de pesquisa e documentação sobre história e cultura brasileira. O IEB abriga arquivos de escritores como Mário de Andrade (1893-1945), Guimarães Rosa (1908-1967) e Graciliano Ramos (1892-1953) (VASCONCELLOS, 2010).

Também podemos indicar o AMLB, criado a partir de um apelo de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) que, em sua coluna do *Jornal do Brasil*, em 11 de julho de 1972, lamentava a falta de um museu de literatura no país<sup>22</sup> (VASCONCELLOS, 2010). Hoje, o AMLB custodia o maior conjunto de documentos, coleções e arquivos literários do Brasil, entre os quais estão os acervos de Pedro Nava (1903-1984), Lúcio Cardoso (1912-1968) e Clarice Lispector (1920-1977) (MARQUES, 2015).

Na contemporaneidade, Marques (2015) afirma que, no Brasil, tem sido proeminente o papel das universidades públicas e privadas em relação à formação e preservação de arquivos literários. Foram criados, no interior dessas instituições, centros de documentação e memória, o que as torna não só mantenedoras das fontes primárias de pesquisa, mas também promotoras de seu acesso para a comunidade acadêmica e para o público de modo geral. Como exemplo dessas entidades, podemos mencionar a criação, na década de 1980, do Acervo de Escritores Sulinos (AES), instalado no Centro de Memória Literária da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)<sup>23</sup> e estabelecido a partir da organização dos documentos do escritor Érico Veríssimo (1905-1975) (MARQUES, 2015).

Na mesma época, também foi criado o Centro de Documentação Alexandre Eulálio, vinculado ao Instituto de Estudos de Linguagem da Unicamp, com o propósito inicial de conservar os materiais recolhidos pelas pesquisas realizadas por professores da instituição. Os estudos contribuíram para a captação dos arquivos de Monteiro Lobato (1882-1948), Oswald de Andrade (1890-1954) e Hilda Hilst (1930-2004). Em 1989, também foi inaugurado o Acervo de Escritores Mineiros, junto ao Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dentre os arquivos literários preservados pela instituição, destacam-se o de Henriqueta Lisboa (1901-1985), Murilo Rubião (1916-1991) e Fernando Sabino (1923-2004) (MARQUES, 2015).

---

<sup>22</sup> Trecho da coluna: “Velha fantasia deste colunista – e digo fantasia porque continua dormindo no porão da irrealidade – é a criação de um museu de literatura. Temos museus de arte, história, ciências naturais, carpologia, caça e pesca, anatomia, patologia, imprensa, folclore, teatro, imagem e som, moedas, armas, índio, república... de literatura não temos..., mas falta o órgão especializado, o museu vivo, que preserve a tradição escrita brasileira, constante não só de papéis como de objetos relacionados com a criação e a vida dos escritores. É incalculável o que se perdeu, o que se perde por falta de tal órgão. Será que a ficção, a poesia e o ensaio de nossos escritores não merecem possuí-lo? O museu de letras, que recolhesse espécimes mais significativas, prestaria um bom serviço” (ANDRADE, 1972).

<sup>23</sup> Atualmente esses acervos estão sendo custodiados pelo Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural, vinculado à mesma universidade. Para maiores informações, consultar: <https://www.pucrs.br/delfos/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Para além das iniciativas universitárias, podemos citar a Fundação Casa Jorge Amado (FCJA), criada em 1986, que abriga os arquivos de Jorge Amado (1912-2001) e Zélia Gattai (1916-2008). Podemos mencionar também a criação do Departamento de Literatura do IMS, em 1994, a partir da chegada do arquivo do jornalista e escritor Otto Lara Resende (1922-1992) (MARQUES, 2015; BEZERRA, 2021).

Em um sentido mais amplo, baseando-se nos dados do *World-Wide Directory of Repositories holding Archives of Literature & Art*<sup>24</sup>, produzido pela Section on Archives of Literature and Art (SLA)<sup>25</sup>, vinculada ao International Council on Archives (ICA)<sup>26</sup>, Negrini e Sutton (2017) fizeram um levantamento específico sobre a localização dos arquivos literários no Brasil. A pesquisa resultou em uma lista com aproximadamente 150 acervos que, segundo os autores, demonstra a tradição de recolhimento deles no país, assim como a riqueza do patrimônio arquivístico brasileiro.

Do ponto de vista conceitual, cabe destacar que a literatura arquivística, em especial a americana e a canadense, utiliza o termo “*manuscript*” para se referir aos papéis históricos ou literários dos arquivos pessoais ou de família (OLIVEIRA, 2012; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1999). A diversidade terminológica também é encontrada nos contextos português e alemão, que utilizam a palavra “*espólio*” como sinônimo de arquivo literário:

O conceito só em português e alemão tem designações que evocam necessariamente a morte do autor, *espólio* e *nachlaß*, mas há, na realidade, uma identificação entre espólio e herança documental deixada por um criador literário. Com o desenvolvimento da crítica genética, a atenção arquivística despertou para estes acervos enquanto *objectos* de ordenação necessária, ao mesmo tempo que as famílias e o público *coleccionador* também viram alterada a forma como avaliavam o legado dos autores. Na medida em que o espólio é sobretudo utilizável enquanto fonte a investigar para o traçado da gênese de uma obra, não inclui os *objectos extragráficos* que acompanharam o processo da escrita criativa (óculos, caneta, papel, máquina de escrever...), nem a biblioteca de que se rodeava o autor, mas a verdade é que um espólio em sentido mais lato abrangerá todos estes elementos patrimoniais que se juntam aos textos, *ante-textos*, éditos, inéditos, às cartas recebidas e a toda a sorte de documentos biográficos que

<sup>24</sup> “Diretório Mundial de Instituições que Custodiam Arquivos de Literatura e Arte”, em tradução livre. Para mais informações, consultar: <https://www.ica.org/en/world-wide-directory-repositories-holding-archives-literature-art>. Acesso em: 05 abr. 2022.

<sup>25</sup> “Seção de Arquivos de Literatura e Artes”.

<sup>26</sup> De acordo com as informações que constam no site do ICA, a Seção desempenhou um papel importante no passado e foi relançada em 2009. O seu objetivo é promover os arquivos literários e artísticos, de modo a criar uma rede mundial de arquivistas, curadores e usuários. Entre suas atribuições, há o compartilhamento de informações sobre os locais e a natureza diversificada dos acervos literários e artísticos ao redor do mundo, assim como das melhores práticas de catalogação, armazenamento, exposição e promoção desses arquivos. Além do site oficial vinculado ao ICA, a Seção tem um blog com notícias mais recentes. Para mais informações, consultar: <https://literaryartisticarchives-ica.org/blog/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

permitem contextualizar os sucessivos andamentos da obra *in statu nascendi* (MARQUILHAS, 2009, grifo nosso).

Por outro lado, o autor brasileiro Reinaldo Marques (2015) defende a ideia de que o “arquivo pessoal do escritor” se refere aos acervos que são produzidos segundo interesses e critérios particulares de seus titulares e estão essencialmente localizados em âmbito privado. O arquivo literário, em sua concepção, diz respeito aos arquivos de escritores que migram para centros de documentação, universidades e fundações e tornam-se disponíveis para consulta e pesquisa.

Entendemos, assim como Oliveira (1992), que é necessário adotar uma definição que seja aplicável onde quer que o arquivo literário esteja armazenado ou a quem quer que ele pertença ou venha a pertencer. Portanto, adotamos a ideia de que esses acervos correspondem a uma categoria dos arquivos pessoais, ou seja, trata-se de um:

Acervo documental complexo, constituindo uma unidade orgânica, decorrente da *actividade* literária (e/ou, por extensão, de intervenção cívica e cultural) de determinada pessoa e composta pela respectiva obra manuscrita ou equiparada (i. e. incluindo autógrafos, *dactiloscritos*, *tiposcritos* etc.) e pelos conjuntos de documentos que a essa pessoa foram enviados ou por ela recolhidos (cartas, documentos biográficos, coleções etc.) (OLIVEIRA, 1992, p. 108, grifo nosso).

Portanto, há uma riqueza e diversidade nos elementos que compõem esses acervos, que, geralmente, são compostos dos seguintes elementos:

a) **manuscritos literários:** são documentos de diversos formatos que se relacionam com todas as fases da história genética de uma obra literária. Os manuscritos incluem documentos criados durante as seguintes fases do trabalho de escrita:

- fase pré-composicional: notas, esboços, desenhos, planos de trabalho, cadernos, anotações;
- fase de composição: rascunhos brutos, retrabalhos, cópias corrigidas;
- fase de pré-publicação: reformulações do manuscrito e manuscrito definitivo;
- fase pós-composição: cópias do autor, provas do editor, provas colhidas, outros registros de produção;

- fase pós-publicação: edições anotadas pelo autor de um trabalho publicado.
- b) **cartas:** podem ser pessoais (de família, amigos, amantes), literárias e culturais (troçadas com escritores, artistas, músicos, cineastas, críticos, acadêmicos, revisores) ou relacionadas a negócios (agentes, editores, organizações literárias e instituições);
  - c) **diários:** podem ser diários pessoais ou de viagem, por exemplo;
  - d) **material audiovisual:** podem incluir fotografias, filmes, vídeos, gravações de fita, CDs, desenhos;
  - e) **e-records:** podem ser arquivos de software, e-mails, sites, disquetes;
  - f) **fontes impressas:** podem ser notícias, livros anotados, revistas;
  - g) **documentos legais:** podem ser contratos, processos judiciais, talões de cheque, contas, extratos bancários;
  - h) **objetos:** podem incluir canetas, máquinas de escrever, escrivatinhas (GROUP FOR LITERARY ARCHIVES E MANUSCRIPTS, 2021, tradução nossa)<sup>27</sup>.

Dentro dessa perspectiva, o valor dos arquivos literários reside no fato de que esses acervos são compostos por materiais diversificados e podem ser utilizados de formas variadas: os rascunhos das obras podem ser usados para mapear o desenvolvimento dos textos literários, desde a sua gênese até a sua publicação final; os cadernos pessoais, caso sejam datados, podem fornecer evidências cronológicas a respeito dessas atividades; cartas, jornais e diários podem

---

<sup>27</sup> “**Literary manuscripts:** These are documents (in a range of formats) which relate to all phases of the genetic history of a literary work through the stages of its life cycle – from the avant-texte stage, through the textualization stage, to the post-text stage. They include documents created during the following phases of work:

- Pre-compositional phase: notes, sketches, drawings, work plans, notebooks, marginalia, annotations.
- Compositional phase: rough drafts, reworkings, corrected fair copies.
- Pre-publication phase: reworkings of manuscript and definitive manuscript.
- Post-compositional phase: author’s proof copies, editor’s proofs, collated proofs, other production records.
- Post-publication phase: author’s annotated editions of a published work.
- Letters: These can be personal (family, friends, lovers), literary and cultural (other writers, artists, musicians, film makers, performers, critics, academics, reviewers), or business-related (agents, publishers, literary organizations and institutions, gas board, bank).

**Diaries:** These can be personal or engagement diaries.

**Audio-Visual Material:** This can include photographs, films, videos, tape recordings, CDs, drawings.

**E-Records:** These can be software files, emails, websites, floppy disks.

**Printed Sources:** These can be newscuttings, annotated books, journals, magazines.

**Legal Documents and economic records:** These can be contracts, court proceedings, cheque books, account books, bank statements.

**Objects:** These might include pens, locks of hair, typewriters, writing desks” (GROUP FOR LITERARY ARCHIVES E MANUSCRIPTS, 2021).



também proporcionar ao pesquisador maior contexto sobre a escrita dos livros, assim como subsidiar o trabalho dos biógrafos; e a biblioteca do escritor pode relevar também seus gostos e suas influências literárias (FITZPATRICK, 2012).

Segundo Oliveira (2007), esse tipo de conjunto documental permite o reconhecimento do percurso biográfico do escritor. Além disso, o acervo importa também para a compreensão de sua obra a partir de um ponto de vista cronológico, temático, editorial, de conteúdo, permitindo a análise do desenvolvimento de suas publicações. Já Hobbs (2018) também nos lembra que nesse tipo de arquivo são registradas experiências que incluem não só os atos e acontecimentos relacionados ao trabalho do escritor, mas também ideias, opiniões e preconceitos com relação ao circuito literário, além das atividades de publicação e toda a experiência do próprio ato de escrever. Portanto, o arquivo de um escritor “revela o penoso trabalho necessário para fazer uma literatura verdadeiramente de qualidade, mas também diz muito a respeito da evolução de personalidade e do caráter do autor” (HOBBS, 2018, p. 263).

Dentro dessa perspectiva, a preservação dos acervos de escritores parece estar condicionada a duas razões principais. A primeira delas diz respeito à possibilidade de que essas fontes documentais sirvam para o aprimoramento de edições comentadas e críticas. A crítica genética compreende, portanto, o lado inconcluso e incompleto da criação literária, permitindo que essas obras não se restrinjam ao texto publicado e/ou ao seu estatuto de objeto intocável ou estável. A segunda opção corresponde ao fato de que os acervos de escritores são compostos de materiais paraliterários, tais como correspondências, depoimentos, fotografias, entrevistas, livros e objetos pessoais, fontes essenciais para os estudos e as publicações biográficas (SOUZA; MIRANDA, 2003).

Fritzpatrick (2012) afirma que, muitas vezes, a fronteira entre os estudos relacionados à crítica genética e biografia literária pode parecer não muito bem definida. Muitos pesquisadores da área de literatura, por exemplo, defendem a ideia de que todo material escrito que pertenceu a um escritor – incluindo os documentos pessoais – tem o potencial de elucidar as pesquisas relacionadas à sua obra, seja relevando influências, seja fornecendo o contexto dos trabalhos publicados. Como exemplo da potencialidade desses acervos, Marcos Antonio de Moraes (2007, 2009), pesquisador do IEB e organizador de edições da correspondência de Mário de Andrade, destaca que, nos estudos literários, as correspondências entre escritores podem ser utilizadas em três campos de pesquisa.

O primeiro campo diz respeito à recuperação da expressão testemunhal nas correspondências, tornando-se um território fértil para os estudos biográficos e a produção de biografias direcionadas a todos os tipos de público. O segundo campo refere-se à análise da

movimentação dos bastidores do sistema literário, como as divergências entre os grupos, os comentários sobre a produção de livros, visando compreender a cena literária de determinada época. Por fim, o terceiro campo está relacionado ao gênero epistolar como “arquivos de criação”, “o laboratório”, “a crítica genética”, ou seja, a análise da genética das correspondências, uma vez que nas cartas de escritores podem residir momentos e informações que se referem à elaboração de uma determinada obra (MORAES, 2007, 2009).

Nesse sentido, Bezerra e Silva (2010) apresentam alguns aspectos a serem observados no tratamento da correspondência de escritores: a origem e o período da correspondência, a identificação dos correspondentes, suas formas de tratamento, assim como os pactos de privacidade entre eles. Gomes (2004) alerta para o fato de que trabalhar com esse tipo de documentação é procurar atentar-se para uma série de questões e buscar respondê-las: quem escreveu/leu as cartas? Em quais condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e estão guardadas? Quais são seus objetivos? Quais temas e assuntos envolvem?

Em relação às correspondências, Gomes (2004) também afirma que pode não ser surpreendente o fato de que muitos pesquisadores sintam que trabalhar com cartas é algo agradável, mas, ao mesmo tempo, muito difícil devido à complexidade desses registros. Segundo a autora, a correspondência é um tipo de documentação abundante, diversificada, fragmentada e dispersa, muitas vezes até inacessível, devido às barreiras impostas pelos detentores e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar.

Esse aspecto é reiterado por Vasconcellos (2010) ao afirmar que a doação de um arquivo pode, muitas vezes, vir acompanhada de algumas exigências do detentor do acervo, como a de permitir a consulta aos documentos somente após a sua organização de modo integral; a reserva de determinados registros por um período, principalmente em relação a correspondências e diários; e o fornecimento de acesso somente a determinado tipo de pesquisa etc. Fitzpatrick (2012) também considera que muito do que foi escrito sobre o uso de arquivos literários diz respeito aos possíveis problemas da utilização dessas fontes. De acordo com o autor, essas pesquisas concentram-se nos arquivos pessoais e tentam alertar os usuários sobre uma série de questões que podem afetar o modo como eles interpretam os documentos.

Uma dessas questões é a inevitável incompletude dos arquivos literários, pois, muitas vezes, os documentos que compõem esses acervos são perdidos, fragmentados ou destruídos, seja pelo próprio titular do arquivo, seja por seus detentores, o que pode ocasionar interpretações equivocadas a respeito de sua vida e obra (FITZPATRICK, 2012). Além disso, há autores que questionam até que ponto é possível compreender a vida de uma pessoa por meio de seus documentos, pois, conforme Hobbs (2018), no caso específico dos escritores, os seus

acervos podem ser especialmente parciais por serem produto de uma série de racionalizações e romantizações.

Para Sutton (2014), as pessoas que trabalham com arquivos literários estão familiarizadas com as divisões e fragmentações do acervo. Segundo o autor, para os arquivistas que trabalham com arquivos literários, isso implica o uso de referências cruzadas para tratar os documentos. Para os pesquisadores, isso acarreta o uso de metodologias complexas de estudo e orçamentos para viagens, por exemplo, já que muitos arquivos são custodiados por instituições que estão longe das origens do escritor: o arquivo do alemão Franz Kafka (1883-1924) é mantido pela Universidade de Oxford, no Reino Unido; os documentos do peruano Mario Vargas Llosa (1936-) e do grego Giórgos Seféris (1900-1971) estão na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, entre outros tantos exemplos.

Talvez por essas dificuldades, Vasconcellos (2010), Souza (2008) e Marques (2015) acreditam que os arquivos literários ainda são pouco explorados. Percebe-se uma procura maior a partir da década de 1980, com a possibilidade de estudos no campo da crítica genética, da edição crítica, da textologia e da história cultural, frentes de pesquisa que, para muitos estudiosos, parecem ser retrógradas em relação à literatura.

No contexto arquivístico, Santos (2019) realizou um levantamento sobre a produção acadêmica a respeito dos arquivos literários no Brasil. Segundo a autora, existem poucas pesquisas sobre a temática à luz dos preceitos da Arquivologia. Além disso, segundo os dados obtidos por meio do estudo, há indícios de que os usuários dos arquivos literários se concentram na área de literatura, evocando a necessidade de um diálogo interdisciplinar entre as áreas.

Esse aspecto foi constatado por Lopes e Vidal (2022) que, ao analisarem o perfil dos usuários dos arquivos literários femininos custodiados pelo arquivo do IEB, observaram que esses acervos têm sido estudados por mulheres, especialmente das áreas de Letras e Literatura. De acordo com as autoras, essas pesquisadoras geralmente possuem vínculos profissionais com a instituição e/ou recebem apoio financeiro para o desenvolvimento dos seus estudos. Essas evidências indicaram que esses arquivos têm sido pouco explorados, havendo a necessidade de uma política mais eficaz para promover a divulgação dos acervos, de forma a garantir maior visibilidade aos arquivos literários femininos.

Em uma perspectiva internacional, em 2006, o Group for Literary Archives & Manuscripts (GLAM)<sup>28</sup> fez uma ampla pesquisa relacionada aos arquivos literários na Grã-

---

<sup>28</sup> “Grupo de Arquivos Literários e Manuscritos”, em tradução livre. Criado em 2005, o grupo reunia arquivistas, bibliotecários, curadores, escritores e pesquisadores com interesse na coleta, preservação, uso e promoção de

Bretanha e na Irlanda. Entre os resultados obtidos, verificou-se que esses acervos têm sido bastante utilizados para atividades de ensino e aprendizagem, especialmente nas universidades, onde os manuscritos literários foram incorporados aos cursos de crítica literária, assim como de edição textual e escrita criativa (GROUP FOR LITERARY ARCHIVES AND MANUSCRIPTS, 2006).

Em 2010, o Group for Literary Archives and Manuscripts (North America) (GLAM-NA)<sup>29</sup> realizou um estudo de usuário com os pesquisadores dos arquivos literários da Biblioteca Beinecke. A partir da investigação, houve maior clareza sobre como esses acervos podem apoiar cada vez mais as pesquisas científicas. Entre outros aspectos, verificou-se, por exemplo, que é cada vez mais forte a necessidade de tornar as coleções digitalmente acessíveis, sobretudo por meio do seu escaneamento e disponibilização *on-line* (GROUP FOR LITERARY ARCHIVES AND MANUSCRIPTS – NORTH AMERICA, 2012).

Sobre esse aspecto, Hay (2003) enfatiza que, nos últimos anos, as condições de pesquisa se modificaram de maneira espetacular. De acordo com a autora, no século passado, “um pesquisador devia, frequentemente, dedicar 95% de seu tempo à pesquisa de um documento e 5% à sua interpretação” (HAY, 2003, p. 71), realidade que foi alterada com o desenvolvimento das práticas arquivísticas e a informatização dos catálogos.

Como exemplo desse desenvolvimento, Bordini (2006) relata o processo de informatização do acervo de escritores sulinos e a forma como a organização do material a partir de um sistema eletrônico facilitou a obtenção de dados sobre os arquivos literários, antes restrita à pesquisa manual. De acordo com a autora, além de dispensar a pesquisa direta ao documento, preservando-o do desgaste, esses recursos otimizam o tempo e a forma de acesso a uma grande variedade de materiais e assuntos, bem como às datas e aos dados multidisciplinares pelo pesquisador.

Se estamos acompanhando a informatização desses acervos nas últimas décadas, conforme Sutton (2018), o futuro dos arquivos literários parece estar caminhando para uma fase cada vez mais híbrida, na qual instituições, arquivistas e pesquisadores devem lidar com acervos de escritores que possuem documentos tanto em formato analógico como em meio digital. Segundo o autor, em uma perspectiva internacional, muitas instituições que custodiam arquivos

---

manuscritos e arquivos literários na Grã-Bretanha e na Irlanda. Para mais informações, consultar: <http://glam-archives.org.uk/>. Acesso em: 05 abr. 2022

<sup>29</sup> “Grupo de Arquivos Literários e Manuscritos Norte-Americano”, em tradução livre. O grupo foi criado em 2010 por iniciativa de Michael Forstrom, Jennifer Meehan e Heather Dean, então arquivistas da Biblioteca de Livros Raros e Manuscritos de Beinecke (Universidade de Yale), em conjunto com colegas de outras instituições localizadas nos Estados Unidos da América e no Canadá. Para mais informações, consultar: <https://glamna.org/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

literários já têm lidado com uma realidade híbrida desde 2010, com registros parcialmente digitais e parcialmente em papel. No Brasil, podemos citar a experiência com o processamento arquivístico do arquivo natodigital do escritor, jornalista, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão (1965-2009), doado ao AMLB em 2012, tal como é analisado por Abreu (2018).

À medida que avançamos, as incertezas têm girado em torno dos arquivos literários que são constituídos de documentos exclusivamente em meio digital. No contexto em que vivemos, os *e-mails* tornam-se vitais para a pesquisa biográfica e literária, e especialmente em relação aos manuscritos, há uma dificuldade de localizar, por exemplo, as versões, os progressos e o desenvolvimento da obra literária, o que pode tornar esses documentos menos interessantes para os estudiosos de crítica genética. No que se refere aos usuários de arquivos literários natodigitais, poucas universidades parecem desenvolver cursos sobre o uso desse tipo de recurso (SUTTON, 2018).

No plano internacional, Sutton (2018) considera que as discussões sobre os arquivos literários se darão em torno dos seguintes tópicos:

- a) a natureza e as implicações da fragmentação dos arquivos literários: essa parece ser uma característica intrínseca aos arquivos literários e à pesquisa nesses acervos. A fragmentação é decorrente de razões distintas e pode ser exemplificada a partir dos acervos das instituições que são objeto desta tese, tal como o arquivo de Clarice Lispector (1920-1974), dividido entre o AMLB e o IMS (SUTTON, 2018; SILVA, 2018);
- b) a ética no processo de aquisição dos arquivos literários: arquivistas e gestores de unidades de informação devem buscar explicitar e justificar a aquisição de qualquer tipo de acervo particular, considerando inclusive a ética como uma política institucional (SILVA, 2017);
- c) a necessidade de uma política de localização dos arquivos literários: recorrentemente, estamos acompanhando a transferência de acervos de um país para o outro, evidenciando que, muitas vezes, a identidade das nações mais pobres está sendo extremamente prejudicada<sup>30</sup>. Como exemplo, podemos mencionar a compra do arquivo de Carlos Fuentes (1928-2012) pela Universidade de Princeton e a venda do arquivo de

---

<sup>30</sup> Para mais informações, consultar a notícia veiculada pelo jornal Infobae em 12 de abril de 2020: <https://www.infobae.com/cultura/2020/04/12/fuga-de-archivos-por-que-los-papeles-personales-de-los-grandes-autores-latinoamericanos-se-encuentran-en-eeuu/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Gabriel García Márquez (1927-2014) para a Universidade do Texas em novembro de 2014<sup>31</sup> (SUTTON, 2018);

- d) o deslocamento, a alienação e a diáspora dos arquivos literários: de certo modo, o tema está relacionado ao item anterior e diz respeito a uma discussão que cabe não só aos acervos de escritores. Um exemplo frequentemente citado são os arquivos administrativos da Argélia anteriores a 1962, a maioria dos quais estão retidos na França, considerando que a Argélia era parte daquele país até a década de 1960. Trata-se, portanto, de um tema significativo que precisa ser debatido dentro do contexto pós-colonial. Para entender melhor essas questões, em 2012, foi criada a Diasporic Literary Archives Network<sup>32</sup> que, entre outras ações, instituiu um diretório<sup>33</sup> com uma ampla seleção de exemplos mundiais da migração de arquivos literários (DIASPORIC LITERARY ARCHIVES, 2021; SUTTON, 2018).

Por fim, considerando esses desafios e a heterogeneidade de materiais que constituem os arquivos literários, assim como a multiplicidade de usos que esses registros possibilitam, torna-se cada vez mais necessária a articulação entre as áreas que podem lidar com as demandas relacionadas à aquisição e difusão e ao tratamento, acesso e uso desses acervos, tais como: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Letras, História, Informática e Direito, esta última tendo em vista os aspectos legais que serão abordados a seguir.

### **2.3 O ACESSO E USO DOS ARQUIVOS LITERÁRIOS: UMA QUESTÃO LEGAL**

Os profissionais que lidam com arquivos literários passam por uma preocupação quase constante envolvendo o acesso a essas coleções, assim como os aspectos éticos relacionados à proteção da privacidade dos autores e aos seus direitos autorais. Certamente, para os pesquisadores, o mais desejável seria que o acesso total e imediato a qualquer tipo de material fosse possível. Entretanto, no caso dos arquivos literários, muitas vezes, seus titulares impõem

---

<sup>31</sup> Para mais informações, consultar: [https://elpais.com/cultura/2014/11/24/actualidad/1416843920\\_511749.html](https://elpais.com/cultura/2014/11/24/actualidad/1416843920_511749.html). Acesso em: 05 abr. 2022.

<sup>32</sup> “Rede de Arquivos Literários Diásporas”, em tradução livre. A rede foi formada por cinco principais parceiros: a Biblioteca de Livros Raros e Manuscritos de Beinecke, Universidade de Yale; um arquivista proeminente de Trinidad e Tobago; o Centro per gli Studi sulla Tradizione Manoscritta di Autori Moderni e Contemporanei na Universidade de Pavia; o Institut Mémoires de l’Édition Contemporaine na França; e o Serviço Nacional de Bibliotecas e Arquivos da Namíbia. De acordo com as informações que constam em seu site, a rede foi financiada até 2015. Apesar disso, os seus membros concordaram em mantê-la. Para mais informações, consultar: <http://www.diasporicarchives.com>. Acesso em: 05 abr. 2022.

<sup>33</sup> Consulte o diretório em: <http://www.diasporicarchives.com/collections>. Acesso em: 05 abr. 2022.

restrições aos documentos que limitam a disponibilidade instantânea de alguns registros (GARAY, 1984).

Considerando a complexidade do problema, na década de 1980 a Society of American Archivists<sup>34</sup> (SAA) publicou o manual *Archives & Manuscripts: Law*<sup>35</sup> (PETERSON; PETERSON, 1985), com o intuito de apresentar as questões legais básicas que compreendem as atividades desenvolvidas pelos arquivistas dos Estados Unidos. De acordo com a obra, em relação ao acesso, o arquivista tem duas funções principais: aplicar os conceitos que regem a consulta aos documentos e gerenciar os procedimentos de acesso.

De acordo com a terminologia arquivística, o acesso diz respeito à possibilidade de consulta a documentos e informações com o intuito de tornar os registros acessíveis, promovendo a sua utilização (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Porém, algumas coleções podem ser consideradas restritas, pois foram adquiridas ou produzidas com certas ressalvas que as impedem de estar disponíveis de modo integral para consulta. Essas restrições geralmente são impostas para proteger a confidencialidade de registros que possam prejudicar a imagem e a honra de pessoas que ainda estejam vivas (THORPE, 1974).

De acordo com Peterson e Peterson (1985), “restrito” é um termo genérico utilizado para classificar os documentos que são fechados para consulta, que vão desde registros totalmente fechados ao acesso público até aqueles que podem ser abertos para determinados indivíduos e/ou apenas sob certas condições. Segundo os autores, há cinco categorias de restrições comuns em arquivos: 1) privacidade; 2) informações de negócios; 3) dados pessoais; 4) informações investigativas; e 5) restrições legais. Além disso, a aplicação desses conceitos varia de acordo com o tipo de material e de instituição arquivística.

A SAA e a American Library Association (ALA)<sup>36</sup>, em declaração publicada em 1994, reconhecem que os detentores dos arquivos têm o direito de impor restrições razoáveis aos documentos, considerando a proteção de sua privacidade e/ou confidencialidade. De acordo com o documento conjunto elaborado pela SAA e pela ALA, as instituições devem desencorajar os doadores a impor restrições e devem incentivar um período específico caso isso seja necessário (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 1994). Além disso, segundo as propostas, as entidades devem avaliar periodicamente os materiais que têm restrições, a fim de removê-las quando não mais forem necessárias.

---

<sup>34</sup> “Sociedade de Arquivistas Americanos”.

<sup>35</sup> “Arquivos e manuscritos: legislação”.

<sup>36</sup> “Associação Americana de Bibliotecas”.

Além dos materiais restringidos pelos próprios detentores, muitas vezes os profissionais que lidam com esse tipo de material podem identificar registros que podem trazer prejuízos à honra e privacidade de alguém, como, por exemplo, cartas escritas sobre pessoas que ainda estejam vivas. Desse modo, esses profissionais podem sugerir que tais conjuntos sejam fechados por determinado período, de modo a equilibrar os interesses de todos os envolvidos – a instituição, os detentores e os pesquisadores. No entanto, deve haver limites claros sobre esses conteúdos e sobre o tempo de restrição desses materiais (GARAY, 1984).

Devemos ressaltar que não são apenas os produtores e detentores dos arquivos literários que impõem restrições de acesso a essas documentações; muitas vezes, as instituições custodiadoras dos acervos precisam garantir a segurança de sua coleção, pois lidam com documentos raros e de alto valor de mercado (GARAY, 1984). Portanto, a admissão dos usuários, muitas vezes, tem sido realizada por meio do preenchimento de formulários de inscrição que possibilitam a identificação dos pesquisadores. Alunos de pós-graduação, por exemplo, geralmente apresentam carta de seus orientadores para comprovar o objetivo de suas pesquisas (THORPE, 1974).

Além da instrução acerca do manuseio do material, o usuário também é orientado em relação ao regulamento da instituição, de modo que fiquem claros seus direitos e deveres, sendo essas atividades supervisionadas de perto para evitar danos, perda ou roubo do material (THORPE, 1974; GARAY, 1984).

Atualmente, parece haver uma abertura muito maior para o acesso e uso dos arquivos literários, porém não faz muito tempo que isso se tornou possível. Na década de 1950, por exemplo, Peckham (1956) defendia que a consulta e o manuseio de arquivos literários deveriam ser restritos aos estudiosos mais experientes, isto é, àqueles que têm competência para utilizar essas fontes. O autor acreditava que o bibliotecário também tinha o direito de excluir aqueles cujas pesquisas fossem superficiais ou sem real significado, considerando esse julgamento um dever do profissional, tendo em vista a proteção e preservação das coleções (PECKHAM, 1956).

Certamente, nenhum profissional ou instituição deveria questionar ou julgar os motivos pelos quais o acesso a determinado documento é solicitado. Algumas exceções podem acontecer se os registros estiverem em má condição física, mas, mesmo nesses casos, fotocópias ou microfimes podem ser disponibilizados para que todos tenham acesso ao material (GARAY, 1984). Se por um lado há soluções que podem resolver as questões relacionadas ao acesso aos arquivos literários; por outro, a reprodução dos documentos pode apresentar problemas que não são superados facilmente. Em todo o mundo, a proteção de direitos autorais para materiais



publicados tem um tempo limitado, geralmente associado à vida do autor e ao período após a sua morte (THORPE, 1974).

Como forma de exemplificar todos esses aspectos, Lejeune (2014), na crônica “A quem pertence uma carta?”, apresenta uma série de aspectos que exemplificam como essas questões permeiam os arquivos literários. Segundo o autor, a correspondência, a partir do momento em que é postada, torna-se propriedade do destinatário e, quando este morre, de seus herdeiros. Entretanto, ainda que seja postada, a carta é propriedade intelectual e moral de seu autor e, após sua morte, os herdeiros ou detentores desses registros são os únicos que podem autorizar a sua publicação. Além disso, caso a correspondência exponha a vida privada de todas as pessoas envolvidas – remetente, destinatário e terceiros –, sua divulgação e publicação podem ser proibidas.

Ao final de seu texto, Lejeune (2014) nos questiona: “após o falecimento, pode-se ler a correspondência íntima recebida por um parente, escrita por alguém ainda vivo? Quando recebemos um patrimônio familiar, ou encontramos velhas cartas que, inversamente, não têm mais nenhuma importância, podemos, devemos destruí-las?” (LEJEUNE, 2014, p. 294). Essas são questões que suscitam diversos debates. Vejamos quais são as diretrizes previstas na legislação brasileira a respeito do acesso e uso dos documentos provenientes de arquivos literários.

### **2.3.1 A Lei de Diretos Autorais**

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a legislação de direito autoral constituiu-se como um marco jurídico que auxilia nas atividades da indústria editorial, sobretudo ao proteger autores e criadores, fomentando a produção e difusão de suas obras (AFONSO, 2009).

Do ponto de vista conceitual, Bittar (2019) afirma que o direito autoral é o ramo do Direito Privado que orienta as relações jurídicas provenientes da criação e exploração econômica de obras intelectuais estéticas, presentes na literatura, nas artes e nas ciências. Segundo o autor, essas relações surgem a partir da criação da obra e estão vinculadas aos direitos de paternidade e de comunicação ao público, que englobam, por sua vez, os direitos patrimoniais (divididos em dois grupos: representação e reprodução da obra).

Portanto, os direitos autorais se referem às leis que têm por objetivo garantir aos autores o reconhecimento moral e a participação financeira em troca do uso da obra que ele criou. Dessa forma, essa legislação visa proteger as criações intelectuais originais, expressas

por qualquer meio ou fixadas em qualquer tipo de suporte (AFONSO, 2009; GIACOMELLI; BRAGA; ELTZ, 2018).

Ao longo do tempo, várias foram as denominações utilizadas para referir-se a esses direitos, a saber: “propriedade literária, artística e científica”; “direitos de criação”; “direitos de autor”; “direito de autor”; e, mais recentemente, “direito autoral”, expressão utilizada por Bittar (2019), que também adotaremos neste trabalho.

Cabe destacar também que o direito autoral é produto de uma longa e conturbada evolução histórica, sobre a qual não se tem pleno acordo. Há quem vincule a sua origem à invenção da imprensa na Europa no século XV; entretanto, hoje em dia, sabemos que a técnica de impressão, desconhecida para os europeus, existia há muito tempo em países como China e Coreia, e a noção de propriedade sobre os resultados desse trabalho intelectual foi caracterizada de diferentes formas antes que Gutenberg desenvolvesse seu invento (AFONSO, 2009; BITTAR, 2019).

No Brasil, durante o período colonial, entre os anos de 1530 e 1822, deve-se lembrar que nem mesmo a atividade de imprensa era autorizada. Até a chegada da Família Real e da criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, em 1808, qualquer texto escrito no país deveria ser impresso em Portugal (HOHLFELDT, 2009).

Nesse sentido, é importante salientar que a introdução da imprensa na Europa permitiu a impressão, reprodução e distribuição de manuscritos em larga escala. Com base nisso, soberanos perceberam a necessidade de regulamentar os direitos exclusivos de publicação de determinadas obras. Na Inglaterra, pelo Estatuto da Rainha Ana de 1710, estabeleceu-se, quanto aos livros novos, que era conferido aos autores o direito de exclusividade na reprodução das obras por um período de 14 anos, por exemplo (AFONSO, 2009; DAL PIZZOL, 2018).

Além disso, durante a Revolução Francesa foram tomadas várias medidas que permitiram a evolução do direito de autor na França. Naquele momento, foram abolidos todos os privilégios reais, inclusive os relacionados à propriedade artística (AFONSO, 2009; DAL PIZZOL, 2018). Esses desenvolvimentos deram origem, na França e na Inglaterra, respectivamente, aos sistemas jurídicos do *Droit d’Auteur*<sup>37</sup> e *Copyright*<sup>38</sup>. Nesse período, passou-se a entender que era necessário reconhecer e sancionar os direitos dos autores não

---

<sup>37</sup> Trata-se do sistema francês, que se preocupa mais em proteger os direitos do criador da obra. O Brasil se filiou a esse sistema, privilegiando, portanto, o direito do autor das obras intelectuais (GIACOMELLI; BRAGA; ELTZ, 2018).

<sup>38</sup> Trata-se do sistema anglo-americano, que visa proteger a obra e a sua possibilidade de reprodução (GIACOMELLI; BRAGA; ELTZ, 2018).

apenas mediante a concessão arbitrária das autoridades, mas conforme a ordem natural, originada exclusivamente da criação intelectual (SOUZA, 2006).

Em contrapartida, Portugal só viria a adotar essa nova concepção tardiamente, e o Brasil, quando de sua independência, herdou do direito português um regime ultrapassado no que se refere aos direitos de autor, baseado na prática da concessão de privilégios<sup>39</sup> para a reprodução de obras, sem a devida obediência aos critérios estabelecidos em lei (DAL PIZZOL, 2018).

Embora em vários estados dos Estados Unidos as primeiras leis sobre direito de autor tenham precedido a Revolução Francesa, a lei federal sobre a matéria foi sancionada em 1790. Acompanhando esse movimento, no começo do século XIX, vários países da América Latina promulgaram leis nacionais sobre os direitos de autor (AFONSO, 2009).

Com o desenvolvimento das relações internacionais, dos intercâmbios culturais e da tradução de obras para outros idiomas, surgiu também a necessidade de proteger as obras e os seus autores para além de seus territórios. No âmbito internacional, destaca-se o sistema instituído pela Convenção de Berna (1886) e pela Convenção Universal de Genebra (1952). Além disso, outras convenções foram realizadas, como a de Direitos Conexos de Roma (1961) e o Acordo TRIPS, que inovou as leis do comércio internacional (AFONSO, 2009; BITTAR, 2019).

No Brasil, a primeira lei específica sobre direitos autorais foi a Lei nº 496, de 1º de agosto de 1898, conhecida por Lei Medeiros e Albuquerque. Posteriormente, o Código Civil brasileiro, que entrou em vigor em 1917, consolidou um capítulo especial à matéria, sob o título “Da Propriedade Literária, Científica e Artística”. Desde aquele ano até a década de 1970, foram promulgadas diversas leis e decretos no país de modo a solucionar os conflitos que surgiram a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação (AFONSO, 2009; BITTAR; 2019; DAL PIZZOL, 2018).

A criação de um dispositivo legal em caráter sistemático e autônomo tornou-se inadiável e resultou na edição da Lei nº 5.988, de 14 de fevereiro de 1973. Essa legislação estabelecia e regulamentava a distinção entre os direitos morais e patrimoniais, bem como direitos de autor e os direitos conexos, o que foi considerado um avanço na época. Além disso, previa a criação do Sistema Autoral Brasileiro, apoiado no Conselho Nacional de Direito

---

<sup>39</sup> O privilégio consistia em uma solicitação realizada pelo interessado (autor, editor ou tipógrafo) para o soberano (ou autoridade administrativa ou legislativa) a fim de reproduzir uma obra específica, em regime de monopólio temporário ou perpétuo, de acordo com os limites territoriais fixados no acordo entre as partes (PIZZOL, 2018).

Autoral (CNDA)<sup>40</sup>, nas Associações de Defesa dos Direitos Autorais e no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) (CHAVES, 1979).

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, ampliou a proteção dos direitos do autor, erigindo-a, ainda, ao patamar de garantia fundamental, conforme previsto no art. 5º, inc. XXVII e XXVIII, do capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, o Brasil promulgou a LDA, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre os direitos de autor no Brasil e os direitos a eles conexos, isto é, aqueles direitos relacionados aos artistas intérpretes, produtores e organismos de radiodifusão (BRASIL, 1998).

De acordo com Bittar (2019), as sucessivas violações de direitos autorais e o avanço da pirataria no ambiente virtual tornaram necessária a modernização da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Entretanto, a reforma concretizada pela Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, dedicou-se somente a alterar a legislação em relação à gestão coletiva dos direitos autorais, perdendo a oportunidade de modificar a lei conforme a dinâmica tecnológica imposta pela internet (BITTAR, 2019).

A Lei promulgada na década de 1990 manteve o caráter pioneiro da Lei nº 5.988, de 14 de fevereiro de 1973, e o direcionamento em relação aos princípios previstos na Constituição de 1988. As principais alterações se referem aos aspectos tecnológicos das obras e à abolição da normativa do CNDA (BITTAR, 2019). Constam no rol de obras protegidas pela LDA: textos de obras literárias, artísticas, científicas ou dramáticas; composições musicais; fotografias; desenhos; programas de computador etc. Embora a legislação seja bastante abrangente no que concerne a uma obra protegível, a normativa também declara, em seu artigo 8º, aquilo que não é passível de proteção (BRASIL, 1998).

Além disso, a Lei estabelece os critérios necessários para a proteção de uma obra intelectual; entretanto, não é determinado qualquer tipo de formalidade ou registro para que o material esteja protegido (art. 18). Em consonância com a isenção de registro, o autor também não precisa se preocupar com o prazo de duração dos seus direitos, pois a legislação os garante durante todo o tempo de vida do criador da obra (BRASIL, 1998).

O aspecto temporal inicia apenas no ano seguinte ao falecimento do autor e está circunscrito ao direito patrimonial, o qual perdurará pelo prazo de 70 anos, contados a partir do dia 1º de janeiro subsequente ao falecimento do autor (art. 41). Após esse prazo, a obra cai em domínio público e qualquer pessoa pode utilizá-la sem a necessidade de autorização do titular dos direitos autorais (BRASIL, 1998).

---

<sup>40</sup> Convém lembrar que o CNDA não existe mais, e que obras cinematográficas devem ser registradas na Agência Nacional de Cinema (Ancine) (PARAGNAGUÁ; BRANCO, 2009).

Paranaguá e Branco (2009) acreditam que esse prazo seja excessivo. De acordo com os pesquisadores, se fosse intenção da lei proteger o autor, seria possível admitir que obras caíssem em domínio público logo após a sua morte. Entretanto, parece que a legislação quer proteger não apenas o autor, mas também os seus sucessores. A Convenção de Berna – da qual o Brasil é signatário – estabelece que a proteção se estende pela vida do autor e por ao menos 50 anos após a sua morte. Entretanto, nos últimos anos, esse prazo foi se tornando cada vez mais extenso até atingir o período atual, que pode ser, em casos como o dos Estados Unidos, de 95 anos (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009).

Valente e Freitas (2017) destacam outro aspecto relacionado ao prazo de proteção e ao domínio público. O primeiro deles é que alguns dos direitos morais do autor, previstos no artigo 24º da LDA, jamais se extinguem. Além disso, após o falecimento do criador da obra e durante o prazo de proteção dos direitos patrimoniais, aos sucessores são transferidos alguns direitos morais, tal como pode ser observado no Quadro 1 – Subsistência dos direitos morais:

**QUADRO 1** – Subsistência dos direitos morais

	Pelo autor, em vida	Pelos sucessores, após falecimento do autor e durante prazo de proteção	Pelo Estado, após prazo de proteção
Reivindicar autoria	X	X	X
Garantir associação do nome à obra	X	X	X
Assegurar integridade	X	X	X
Manter ineditismo	X	X	
Retirar de circulação	X		
Modificar a obra	X		
Ter acesso a exemplar único	X		

**Fonte:** Valente e Freitas (2017, p. 32).

Instituições de memória como arquivos, bibliotecas e museus, especialmente aquelas que detêm arquivos pessoais, são frequentemente afetadas por questões relacionadas ao direito à privacidade e à intimidade e ao direito de acesso à informação. Os arquivos, de modo específico, contêm documentos valiosos não apenas por sua estrutura física, mas por sua forma intelectual, enquanto correspondência, notas de pesquisa, imagens, expressões poéticas etc. (VALENTE; FREITAS, 2017; MAHER, 2012).

Trata-se de uma questão bastante complexa, pois, em muitos casos, os herdeiros têm o poder de definir o que desejam ou não que seja publicado sobre determinada pessoa de importância histórica. Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em 2015, do caso

das “biografias não autorizadas” (ADI nº 4.815), que declarou inexigível a autorização e o consentimento de pessoa biografada sobre obras biográficas literárias ou audiovisuais, esses debates ganharam um norte, mas nem todas as situações podem ser resolvidas a partir desse mesmo entendimento (VALENTE; FREITAS, 2017).

A LDA também estipula limitações em relação ao uso das obras e elenca as situações que não constituem ofensa a esses direitos no artigo 46 (BRASIL, 1998). A normativa prevê que cabe ao autor usar a obra da forma que melhor lhe convier, e que a utilização por terceiros depende de autorização prévia e expressa de seu criador (BRASIL, 1998).

Considerando a necessidade de livre acesso ao conhecimento, outra limitação imposta pela legislação é a reprodução de pequenos trechos, desde que se indiquem o nome do autor e a origem da obra, sendo possível averiguar o uso correto da informação refletida pelo autor em determinada obra literária (BRASIL, 1998). Em contrapartida, Marques (2015) acredita que há uma dificuldade em definir qual é a extensão de um “pequeno trecho” e fiscalizar esse tipo de uso pelo público em geral.

No caso de acervos custodiados por instituições de memória é importante destacar também que a transferência de propriedade dos documentos não acarreta a cessão de direitos autorais. Portanto, quando um conjunto documental é adquirido por doação, compra ou venda, a instituição adquire apenas a propriedade física daquele material. Por isso é tão importante que os itens de um arquivo, ao serem adquiridos, contenham as devidas autorizações de uso, caso haja interesse entre as partes envolvidas (MARQUES, 2015; BRANCO, 2017).

Especificamente no caso das cartas, item presente nos arquivos literários, Vasconcellos (2012) afirma que o signatário detém os direitos autorais, o destinatário tem o direito patrimonial, e os dois indivíduos são protegidos pelo direito à intimidade. Para a autora, o direito à intimidade limita o direito autoral, portanto, o pesquisador deve ser informado sobre a legislação vigente e, sempre que possível, a autorização dos herdeiros do titular deve ser solicitada, informando o objetivo da pesquisa e a necessidade de reprodução de determinados documentos, por exemplo.

Marques (2015) acredita que a necessidade de autorização do titular e dos herdeiros leva as instituições a tomar medidas de regulação do uso dos acervos documentais mediante o preenchimento de formulários, cartas de autorização e informações de parâmetros legais. Segundo o autor, esses aspectos dificultam a realização das pesquisas, uma vez que nem sempre os envolvidos estão dispostos a autorizar o estudo.

Ainda de acordo com Marques (2015), essa realidade parece estar se modificando com a crescente valorização da pesquisa em arquivos pessoais. Para ele, é necessário que haja uma

conscientização por parte de pesquisadores, escritores, familiares e herdeiros sobre todos os aspectos pragmáticos que norteiam a pesquisa em acervos, de modo que sejam criadas condições favoráveis para o estudo dos arquivos literários.

Do ponto de vista institucional, o AMLB prevê que, nos casos em que houver a necessidade de reprodução dos documentos que estejam protegidos pela LDA, o interessado deverá solicitar a autorização para os detentores dos arquivos. Além disso, no que se refere às condições de uso, os documentos podem ser reproduzidos, sendo obrigatória também a citação da fonte e o respeito às informações coletadas (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015a, 2017).

Em pesquisa realizada na base de dados “Arquivos Pessoais de Escritores Brasileiros” gerida pela FCRB, Lopes e Rodrigues (2017a) verificaram que, além dessas diretrizes, no caso específico do arquivo do escritor Rodrigo de Souza Leão (1965-2009), foi observado que “a reprodução de documentos pressupõe a autorização do representante legal da família”, o que, segundo as autoras, parece simbolizar a interferência sutil dos detentores dos acervos nas formas de acesso e uso dos documentos.

Por fim, Maher (2012) sugere que arquivistas e usuários devam se conscientizar a respeito das regras do direito autoral, identificando as normativas que precisam ser corrigidas para que as instituições e os usuários percebam seu valor para a sociedade. De forma prática, o autor sugere que sejam desenvolvidas histórias atraentes que ilustrem as necessidades que os arquivos e usuários têm em relação aos direitos autorais, para que possamos ser mais eficientes enquanto defensores de uma mudança política e legislativa nacional e internacional sobre essa temática.

### **2.3.2 A Lei de Arquivos**

A criação da Lei de Arquivos brasileira está inserida no processo histórico de constituição do campo arquivístico no país, datada a partir da década de 1970 (JARDIM, 2021). Nesse sentido, a modernização do Arquivo Nacional (AN), nos anos 1980, terá como um dos seus objetivos implementar uma política nacional de arquivos. Para tanto, foi nomeada uma comissão com o intuito de realizar um levantamento sobre a questão legal dos arquivos no país e produzir um anteprojeto que seria submetido à apreciação dos poderes Executivo e Legislativo (FRANCO, 1984; JARDIM, 2021).

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, foi promulgada após um longo processo administrativo e legislativo. O anteprojeto foi objeto de diversas discussões entre pesquisadores

e políticos, especialmente no que se refere às contradições do texto sobre os aspectos relacionados aos domínios público e privado, tal como foi analisado por Lopes e Rodrigues (2017). Rodrigues (2011) destaca que a concepção dessa lei, naquela época, se orientava pelas seguintes ações do governo: (a) a proteção dos documentos do poder público; e (b) o atendimento às exigências de modernização do tratamento arquivístico, esta última voltada “cada vez mais para o pleno controle da informação documental” (RODRIGUES, 2011, p. 269).

De acordo com Jardim (2021), naquele momento, a Lei de Arquivos, formulada a partir das orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do ICA, deveria ter um caráter mais conceitual e didático que favorecesse os aspectos operacionais pretendidos. Segundo o autor, os detalhes mais específicos deveriam ser tratados em decretos regulamentares posteriores.

De fato, especificamente em relação aos arquivos privados, a legislação determina de forma genérica, em seu art. 11, que são considerados “arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991). Portanto, prevê-se a distinção entre os arquivos públicos e privados com base nas características da entidade produtora do acervo, estando, de um lado, os órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, e de outro, as pessoas físicas e jurídicas (BRASIL, 1991).

Conforme discutimos na primeira seção, partimos do pressuposto de que os arquivos pessoais correspondem a uma categoria dos arquivos privados e, por isso, estão subordinados à Lei de Arquivos. O mesmo entendimento é dado aos arquivos literários, uma vez que esses acervos também são produzidos por pessoas físicas; logo, devem ser submetidos às regras previstas para os acervos de natureza privada.

Nesse sentido, considerando a sua relevância para a pesquisa história e científica, a Lei de Arquivos também prevê a possibilidade de o Poder Público identificar arquivos privados como de “interesse público e social”, tendo em vista que esses acervos podem ser constituídos de “fontes relevantes para a história e para o desenvolvimento científico nacional”, tal como pode ser analisado no art. 12 da normativa (BRASIL, 1991).

O Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002<sup>41</sup>, que regulamenta a Lei de Arquivos, apresenta diretrizes para essa declaração que foram instituídas a partir das práticas de outros países, como França, Canadá, Itália e Espanha. Cabe destacar também que a intervenção do Estado, proveniente do ato classificatório, não elimina os direitos de propriedade dos titulares

---

<sup>41</sup> Recentemente foi promulgado o Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, que altera a normativa (BRASIL, 2019).



ou herdeiros do arquivo – isto é, a classificação não altera o seu regime legal, portanto, os arquivos continuam a ser de direito privado –, mas implica a obrigatoriedade dos detentores do acervo de preservar esses documentos (BRASIL, 2002; COSTA, 1998; HEYMANN, 2012).

Em 2002, por meio da Portaria do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) nº 66, foi criada a Câmara Setorial sobre Arquivos Privados, com o intuito de estabelecer diretrizes para a identificação e declaração de arquivos privados de interesse público e social. No ano seguinte, o órgão também publicou a Resolução nº17, atualizada recentemente por meio da Resolução nº47, de 26 de abril de 2021, que institui procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas e jurídicas (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, 2003, 2021).

Desde 2004 foram declarados como de interesse público os arquivos pessoais de Barbosa Lima Sobrinho, Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro, Oscar Niemeyer, Abdias Nascimento, César Lattes, Paulo Freire, Dom Lucas Moreira Neves, assim como os arquivos institucionais da Associação Brasileira de Educação (ABE), da Companhia e Cervejaria Brahma, da Companhia Antártica Paulista, da Atlântida Cinematográfica, da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, da Associação Circo Voador e do Instituto de Arqueologia Brasileira, conforme pode ser observado no Quadro 2 – Arquivos Privados Declarados de Interesse Público e Social pela Presidência da República (2004-2018) (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2022):

**QUADRO 2** – Arquivos Privados Declarados de Interesse Público e Social pela Presidência da República (2004-2018)

ITEM	ARQUIVO	DECRETO PRESIDENCIAL
1	Barbosa Lima Sobrinho	Decreto de 6 de setembro de 2004
2	Associação Brasileira de Educação – ABE	Decreto de 7 de abril de 2006
3	Companhia e Cervejaria Brahma	Decreto de 7 de abril de 2006
4	Companhia Antártica Paulista	Decreto de 7 de abril de 2006
5	Glauber Rocha, Cineasta	Decreto de 7 de abril de 2006
6	Atlântida Cinematográfica – LTDA	Decreto de 1º de fevereiro de 2007
7	Darcy Ribeiro	Decreto de 20 de janeiro de 2009
8	Berta Gleizer Ribeiro	Decreto de 20 de janeiro de 2009
9	Oscar Niemeyer	Decreto de 16 de abril de 2009
10	Abdias Nascimento	Decreto de 16 de junho de 2010
11	César Lattes	Decreto de 1º de junho de 2011

12	Paulo Freire	Decreto de 9 de maio de 2012
13	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu	Decreto de 9 de maio de 2012
14	Dom Lucas Moreira Neves	Decreto de 20 de outubro de 2016
15	Associação Circo Voador	Decreto de 24 de janeiro de 2018
16	Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB	Decreto de 18 de dezembro de 2018

**Fonte:** Conselho Nacional de Arquivos (2022).

Conforme analisado por Mattos e Almeida (2018), os arquivos pessoais declarados como de interesse público e social estão vinculados a um perfil bastante específico de titulares, denotando a preponderância de acadêmicos, políticos e intelectuais. Já Mattos e Mendes (2021) afirmam que, no que se refere às Declarações de Interesse Público e Social emitidas até hoje, a quantidade de registros ainda é pequena e existem hiatos na atuação da Comissão. Segundo os autores, embora as avaliações sejam baseadas em procedimentos técnicos e imparciais, elas geralmente se assentam em juízos de valor que não estão necessariamente relacionados ao acervo, mas às personalidades a eles associadas (MATTOS; MENDES, 2021).

Cabe-nos salientar que ainda de acordo com os dados que constam no Quadro 1 – Arquivos Privados Declarados de Interesse Público e Social pela Presidência, o acervo de Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997) é o único arquivo privado feminino declarado como de interesse público e social. No que diz respeito à sua biografia, Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997) foi uma antropóloga, etnóloga e museóloga romena naturalizada brasileira. Nas palavras de Mirian Goldenberg, em reportagem veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, em março de 2022, “Berta G. Ribeiro: muito mais do que a mulher de Darcy Ribeiro: a antropóloga era dedicadíssima e uma militante apaixonada da causa indígena” (GOLDENBERG, 2022)<sup>42</sup>.

Do ponto de vista técnico, o interesse público e social dos acervos arquivísticos de Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997) e Darcy Ribeiro (1922-1997) foi apresentado em processo conjunto, a partir da solicitação da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), entidade que detém os dois fundos arquivísticos (MATTOS; MENDES, 2021). Segundo o Parecer nº009/2008, emitido pelo CONARQ, o acervo de Berta Gleizer Ribeiro “não se trata apenas de um acervo complementar ao do marido Darcy Ribeiro, mas de uma importante fonte textual e iconográfica

<sup>42</sup> Recentemente a Fundação Darcy Ribeiro e o Arquivo Central da UnB firmaram uma parceria com o intuito de tratar e disponibilizar os acervos de Darcy Ribeiro e Berta Ribeiro, localizado no Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo), no campus da UnB. Para mais informações sobre o projeto de extensão “Revisitando o passado para dar luz ao futuro: Acervo de Darcy Ribeiro e Berta”, consultar: <https://arquivocentral.unb.br/acervo/darcy-berta-ribeiro/93-darcy-berta-ribeiro>. Acesso em: 17 ago. 2023.

para a história da política indigenista e da antropologia brasileiras” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 2).

Dentro dessa perspectiva, Mattos e Mendes (2021) afirmam que é interessante observar que o processo de reconhecimento dos arquivos de Berta Gleizer Ribeiro e Darcy Ribeiro foram concebidos originalmente como um só. No entanto, análise da Comissão revelou que o arquivo de Berta Gleizer Ribeiro não era simplesmente um complemento, mas sim um fundo independente e significativo por si só. Ainda de acordo com os autores, podemos observar dois aspectos: no caso do acervo de Darcy Ribeiro, destacou-se a importância do político e pensador brasileiro, ressaltando a sua influência nos campos da Cultura, Educação e políticas públicas; por outro lado, no acervo de Berta Gleizer Ribeiro, ressaltou-se apenas o seu valor informativo.

De modo complementar, para Silva (2011a), a Lei de Arquivos parece ser contraditória por não esclarecer quais são os aspectos que definem quando um arquivo privado é ou não de interesse público e social. Além disso, Costa (1998) destaca que essa classificação não assegura o acesso ao arquivo, ou seja, a liberação à consulta pública é de competência exclusiva de seus proprietários.

Esse aspecto pode nos levar duas hipóteses: restrições ou impedimento total de consulta aos documentos e uma omissão do Estado no que diz respeito às garantias de acesso a essas informações, especialmente no caso de instituições públicas que custodiam arquivos privados (SILVA, 2011a; LOPES; RODRIGUES, 2017). Dentro dessa categoria, os arquivos pessoais, especificamente os de homens públicos, são os mais afetados pelos conflitos relacionados aos direitos individuais e à proteção da intimidade, bem como aos direitos de acesso à informação (GARCIA, 1998).

Os problemas que envolvem a custódia de arquivos pessoais por instituições arquivísticas contemporâneas, especificamente sob o prisma da intimidade e suas implicações com relação ao acesso à informação, têm sido debatidos de forma constante. Dentro dessa categoria, Oliveira, Macêdo e Sobral (2017) afirmam que a Lei de Arquivos é insuficiente por não indicar os critérios e as regras que envolvem, por exemplo, a aquisição e o acesso de um arquivo pessoal por uma instituição pública. Segundo as autoras, essa ausência leva as instituições a produzir políticas próprias que formalizam a custódia, a preservação, o acesso e a divulgação desses acervos para a sociedade.

Em contrapartida, Costa (2003) considera que, apesar do seu grau de generalidade, a Lei de Arquivos representou um grande avanço para as práticas arquivísticas no país. De acordo com a autora, esse foi apenas o primeiro passo para uma série de debates que deveriam ser

realizados posteriormente à promulgação da legislação, a respeito de temas como o acesso à informação e a privacidade, que seriam regulamentados por outros decretos e instrumentos legais. De fato, ao longo dos últimos anos, tal como em muitos países, um “tripé” jurídico fundamental foi estruturado no Brasil: a Lei de Arquivos (1991), a LAI (2011) e a LGPD (2018).

Consoante a isso, há algum tempo foi reconhecida a necessidade de atualização da Lei de Arquivos. Em 2011, foi discutida uma proposta de atualização da normativa que, posteriormente, foi aprovada em consulta pública e encaminhada pelo Conselho ao Ministério da Justiça, em 2014. Entretanto, a proposta não teve seu prosseguimento legislativo (JARDIM, 2021)<sup>43</sup>.

Em agosto de 2021, foi apresentado pelas deputadas Erika Kokay e Benedita da Silva o Projeto de Lei 2.789/2021, que “moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa”. O projeto foi objeto de análise e debate entre os pesquisadores, conforme dossiê temático<sup>44</sup> da *Revista Arquivo*, do Arquivo do Estado de São Paulo, publicado em dezembro do mesmo ano.

### 2.3.3 A Lei de Acesso à Informação

De maneira geral, podemos compreender o direito de acesso à informação como o direito que qualquer pessoa tem de receber informações – sobre qualquer tipo de assunto – que estejam em poder do Estado. Atualmente, diversos termos são utilizados para denominar esse direito: liberdade de informação, direito de informação, acesso à informação etc. (MARTINS, 2012).

É importante salientar que, embora nossa investigação se concentre nos arquivos literários femininos sob a guarda do Departamento de Literatura do IMS, uma entidade de natureza privada que não está sujeita à LAI, nossa análise também engloba os acervos sob a custódia do AMLB, instituição vinculada à FCRB e hierarquicamente subordinada ao Ministério da Cultura, portanto, sujeita à legislação federal aplicável.

<sup>43</sup> “A I Conferência Nacional de Arquivos em 2011, em sua plenária final, aprovou propostas relativas à necessidade de revisão e ampliação da Lei nº 8.159/91. O Conselho Nacional de Arquivos disponibilizou para consulta pública, de 16 de setembro a 15 de novembro de 2013, um projeto que propôs alteração de dispositivos da lei. Após a consulta pública, o Plenário do Conselho Nacional de Arquivos aprovou e encaminhou a proposta ao Ministro da Justiça, em 31 de março de 2014.” (SILVA, 2021, p. 12).

<sup>44</sup> Dossiê intitulado “30 anos da Lei de Arquivos: vitalidades e limites”. Para maiores informações, consultar: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/13/capa.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/13/capa.php). Acesso em: 09 jan. 2022.

De modo prático, o direito de acesso à informação impõe a necessidade de publicação e disseminação de informações essenciais sobre o que os órgãos públicos estão realizando, assim como obriga os governos a receberem os pedidos de informação, respondendo-os e disponibilizando os dados solicitados. Ademais, permite que a sociedade possa consultar os documentos originais indicados ou receba cópia desses registros (MARTINS, 2012).

O estabelecimento de mecanismos que garantam o acesso à informação pública é bastante recente no Brasil. Foi apenas a partir da redemocratização de 1985 e da promulgação da Constituição Federal de 1988 que o tema passou a ser discutido de maneira mais intensa no contexto brasileiro. Nesse sentido, a promulgação da LAI foi precedida de um longo processo em torno da construção do direito de informação no Brasil (JARDIM, 2021; GRUMAN, 2012; BARROS, 2020). De acordo com a LAI, no inciso I do Art. 3º “a publicidade” é o “preceito geral” que a rege e considera o “sigilo como exceção”. (BRASIL, 2011, 2012).

No que diz respeito às informações pessoais, segundo a normativa, estas correspondem “à pessoa natural identificada ou identificável” (BRASIL, 2011), e o seu tratamento deve ser feito “de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais” (BRASIL, 2011). Desse modo, podemos afirmar que a LAI não legisla especificamente sobre os arquivos pessoais, mas sim à necessidade de tratamento das informações de natureza pessoal por órgãos e entidades públicas (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017).

Dentro dessa perspectiva, a LAI, em seu art. 31, estabelece que as informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente da classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar a data de produção do documento e a sua divulgação poderá ser realizada mediante autorização legal do titular. No caso de falecimento, a autorização poderá ser fornecida por cônjuge, companheiro, descendentes ou ascendentes do titular da informação (BRASIL, 2011, 2012).

Nessa perspectiva, Costa (1998) e Lafer (2005) compreendem que os direitos que concernem à vida privada e à intimidade são um limite ao direito de acesso à informação. Para Celso Lafer, “este limite resulta da possibilidade jurídica, que deve ter toda pessoa, de excluir do conhecimento de terceiros aquilo que só a ela se refere e diz respeito ao seu modo de ser na vida privada” (LAFER, 2005, p. 38). Porém, “assim como a vida privada e a intimidade são os principais limites à liberdade de informação, o inverso também é verdadeiro” (COSTA, 1998, p. 194).

Nesse sentido, no parágrafo 4º do art. 31, a LAI determina que a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem não pode ser invocada com o intuito de

prejudicar, por exemplo, ações voltadas para a recuperação de fatos de maior relevância (BRASIL, 2011). Oliveira, Macêdo e Sobral (2017) questionam até que ponto os arquivos pessoais, quando transferidos para instituições como arquivos, bibliotecas e museus, devem ser submetidos a esses prazos, por exemplo.

Em uma palestra realizada na FCRB em 2015, José Maria Jardim afirmou que, no caso de arquivos pessoais custodiados por entidades públicas, esses conjuntos documentais devem obedecer às condições de acesso que são pactuadas legalmente entre o detentor do acervo e o Estado. Portanto, de acordo com o pesquisador, é durante a institucionalização do arquivo pessoal que devem ser decididas as formas de acesso e consulta aos registros. Durante esse processo de negociação, os profissionais das entidades têm o papel fundamental de esclarecer aos detentores dos acervos os direitos relacionados ao acesso às informações custodiadas por instituições públicas (JARDIM, 2015).

Esse esclarecimento foi realizado durante o evento “Direitos cruzados à informação e aos arquivos pessoais”, cujo objetivo era discutir as questões legais que envolvem o direito de acesso à informação no contexto dos arquivos pessoais (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015). O debate foi necessário especialmente após o caso envolvendo um pedido de consulta realizado, via LAI, a uma das cartas enviadas pelo escritor Mário de Andrade (1893-1945) a Manuel Bandeira (1886-1968), custodiada pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da FCRB desde a década de 1970. A carta tratava de aspectos íntimos da vida do escritor, e a sua divulgação foi possível somente por solicitação por meio da LAI, pois, segundo a FCRB, a família de Mário de Andrade não era a favor da divulgação do documento (CHAGAS, 2016; LOPES; RODRIGUES, 2020).

Na época, foram publicadas diversas matérias a respeito do assunto. O jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, fez um levantamento a respeito dos documentos com restrição de acesso em arquivos pessoais custodiados por algumas instituições brasileiras, conforme Figura 1:

**FIGURA 1** – “Tesouros escondidos: as instituições e os documentos fechados para pesquisadores”



Fonte: Jornal *Folha de S. Paulo* (2015).

A partir desse caso, percebemos um movimento das instituições em permitir cada vez mais o acesso aos documentos que estão sob sua custódia, como a Academia Brasileira de Letras e a Fundação Joaquim Nabuco, que informaram, em 2018, estar se “adequando aos novos tempos” (COZER, 2015). Dentro dessa perspectiva, Campello (2016) reitera a necessidade de que as instituições tenham instrumentos legais que formalizem a aquisição desses acervos, tais como termos e cartas de doação padronizados, considerando a legislação vigente sobre os direitos individuais, a proteção à intimidade e a vida privada. Esse aspecto é reforçado por Oliveira, Macêdo e Sobral (2017), que defendem a formulação de políticas de aquisição de arquivos pessoais que visem assegurar, entre outros aspectos, o acesso a esses acervos.

Cumpre-nos destacar também que, no ano de 2015, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito da FCRB, com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos relacionados à aquisição, preservação e consulta dos arquivos privados sob a custódia da instituição. Como resultado dessa iniciativa, foi elaborado, no mesmo ano, o documento intitulado “Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos”. De acordo com o referido documento, a aquisição dos acervos é realizada principalmente por meio de doações e compreende algumas etapas: (a) a comunicação da intenção de doar o acervo; (b) a verificação do conteúdo e das condições do arquivo; e (c) a celebração do de doação, prevendo ou não a cessão de direitos autorais (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015a).

Nesse contexto, o contrato deve ser estabelecido em consenso entre as partes interessadas e incluir cláusulas que abordem as questões relativas ao acesso aos documentos:

Documentos com restrição de acesso deverão ser identificados pelos doadores, e sua identificação deve constar do Contrato de Doação. Os doadores deverão definir o prazo de restrição de acesso, o qual não poderá ser superior a 100 anos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015a).

No que se refere ao acesso aos arquivos, o documento também estabelece que o acesso e reprodução dos documentos sob custódia da FCRB serão regidos por critérios legais e contratuais. Nesse sentido, cabe à Fundação o cuidado na preservação das informações pessoais de acordo com as disposições estabelecidas pela LAI:

Ao realizar a triagem, caso a FCRB entenda que determinados conteúdos devem ser reservados, promoverá consulta ao doador ou a quem for legitimado para que esse autorize a exibição dos referidos conteúdos, isentando a FCRB de qualquer responsabilidade (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015a).

É importante enfatizar que o portal eletrônico da FCRB possui uma seção denominada “Acesso à Informação”, a qual apresenta o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e uma lista das perguntas mais frequentes relacionadas à instituição, visando promover a transparência e



facilitar o acesso do público às informações pertinentes à FCRB. Nesse sentido, conforme destacado por Lopes e Rodrigues (2017a), a FCRB adota práticas de divulgação de seus acervos com o objetivo de disponibilizá-los para consulta pública, tendo em vista a legislação em vigor.

No entanto, essa realidade nem sempre coincide com as informações veiculadas pela mídia. Um exemplo disso é o caso da abertura do acervo do escritor Pedro Nava (1903-1984), divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em março de 2017, que noticiou a liberação do acesso aos documentos do médico e escritor após um período de trinta anos sob sigilo. De acordo com a matéria, a FCRB “resolveu reavaliar o status de sigilo dos papéis depois da celeuma envolvendo a carta de Mário de Andrade (1893-1945), em posse da instituição, que foi mantida em sigilo por 40 anos e revelada em 2015” (MEIRELES, 2017).

Em consonância com a análise feita por Lopes e Rodrigues (2017a), é bastante provável que a decisão da instituição tenha sido influenciada pelo atual contexto de valorização do direito de acesso à informação, no qual o acesso é considerado um princípio fundamental, e o sigilo, uma exceção. Desse modo, a FCRB, ao promover a abertura dos acervos, parece estar alinhada à tendência contemporânea de favorecer a transparência e a democratização do acesso a informações de interesse público.

Ainda do ponto de vista legal, especificamente no que se refere ao tema da informação pessoal, a LAI prevê, no §5º do art. 31, a criação de um regulamento sobre os procedimentos a serem adotados em relação a esse tipo de documentação (BRASIL, 2011). Nesse sentido, foi promulgada a LGPD, que abriu espaço para diversos debates sobre a temática relacionada à proteção de dados e informações pessoais no Brasil (BRASIL, 2018).

#### **2.3.4 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**

Considerando o avanço das tecnologias digitais e a necessidade de prevenir problemas que concernem à violação da privacidade, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, mais conhecida como LGPD, foi promulgada com o intuito de regulamentar as questões relacionadas à manipulação de dados pessoais (BRASIL, 2018; FERREIRA; PINHEIRO; MARQUES, 2021).

No Brasil, as discussões em torno da proteção de dados pessoais tiveram início em 2010. Até aquele momento, o país não tinha uma legislação que abordasse especificamente o tema, apenas normativas que incluíam a proteção de dados pessoais em seu conteúdo, visando, de modo geral, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, tal como consta no inciso X do art. 5º da Constituição Federal e no Código Civil

brasileiro (FERREIRA; PINHEIRO; MARQUES, 2021; BARROS; SILVA; SCHMIDT, 2019).

Nesse sentido, em 23 de abril de 2014, entrou em vigor também a Lei nº 12.965, conhecida como Marco Civil da Internet, que, entre outros aspectos, trata da proteção dos dados pessoais ao afirmar que:

Art. 11. Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à **proteção dos dados pessoais** e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros (BRASIL, 2014, grifo nosso).

A LGDP, por sua vez, teve origem no Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018 (BRASIL, 2018a). O documento foi pensando principalmente a partir do caso envolvendo a coleta e o vazamento de dados pessoais de usuários da rede social Facebook no período das eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016 (SENADO FEDERAL, 2018).

A lei brasileira foi inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais da União Europeia<sup>45</sup>, aprovado também em 2016 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia, entrando em vigor dois anos mais tarde (UNIÃO EUROPEIA, 2016). Ao seguir as orientações da lei europeia, a LGPD garante aos cidadãos maior controle sobre as suas informações pessoais, de forma a exigir o consentimento explícito do titular para a coleta e o uso desses dados, assim como a devida anuência sobre a visualização, correção e exclusão dessas informações (SENADO FEDERAL, 2018).

Entretanto, ao ser sancionada pelo então Presidente da República Michel Temer (2016-2018) alguns artigos da proposta original foram vetados. Uma das alterações diz respeito ao veto dos artigos 55 a 59 sobre a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), vinculada ao Ministério da Justiça, e do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. Essas entidades seriam responsáveis por regular, fiscalizar e zelar pela proteção dos dados pessoais, além de propor diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (FERREIRA; PINHEIRO; MARQUES, 2021).

Visando corrigir esse aspecto, em 2019, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória nº 869/2018, que apresentou alterações à LGDP, sendo a principal delas a reinserção da ANPD. Naquele ano, também foi promulgada a Lei nº13.853, de 8 de julho de 2019, que

---

<sup>45</sup> Em inglês, *General Data Protection Regulation* (GDPR).

altera a LGPD e dá outras providências (BRASIL, 2019; FERREIRA; PINHEIRO; MARQUES, 2021).

Cabe destacar que, mesmo sendo promulgada em 2018, a maior parte da LGDP entrou em vigor apenas em setembro de 2020. Três anos após ser sancionada, em agosto de 2021, passaram a valer os artigos 52, 53 e 54, que estabelecem multas e demais sanções administrativas que podem ser aplicadas pela ANPD (BRASIL, 2018a). Atualmente a LGDP estabelece uma série de diretrizes a serem observadas pelo Poder Público no que concerne ao tratamento de dados pessoais, e elas se aplicam, por exemplo, a toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou que possa ser identificável, assim como aos dados vinculados a uma pessoa natural que tratem de origem racial, convicção religiosa, opinião política, saúde ou vida sexual (BRASIL, 2018).

De maneira geral, a legislação também identifica cinco agentes principais: o titular dos dados, o controlador, o operador, o encarregado e a ANPD. O titular é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais. O controlador, por sua vez, pode ser definido como uma pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que tem responsabilidade sobre as atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais. O operador é a pessoa natural ou jurídica, também de direito público ou privado, que realiza efetivamente o tratamento dos dados pessoais em nome do controlador. Por último, o encarregado é a pessoa indicada pelo agente de tratamento para mediar a comunicação entre o controlador, os titulares e a ANPD (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, também é importante destacar que, apesar de terem sido escritas e aprovadas em contextos diferentes, a LGPD e a LAI apresentam conceitos e definições que, se não exatamente iguais, podem estar relacionados ou ser muito semelhantes, como é o caso dos termos “dado pessoal”, “dado pessoal sensível” e “informação pessoal”, conforme pode ser observado no Quadro 3 – Conceitos e definições de “informação pessoal”, “dado pessoal” e “dado pessoal sensível” conforme a LAI e a LGDP (BARROS; SILVA; SCHMIDT, 2019):

**QUADRO 3** – Conceitos e definições de “informação pessoal”, “dado pessoal” e “dado pessoal sensível” conforme a LAI e a LGDP

LAI	LGDP	
INFORMAÇÃO PESSOAL	DADO PESSOAL	DADO PESSOAL SENSÍVEL
“Aquele relacionada à pessoa natural identificada ou	“Informação relacionada a pessoa	“Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a

<b>identificável” (Art. 4º, inciso IV);</b>  <b>“Relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem” (Art. 31, § 1º).</b>	natural identificada ou identificável” (Art. 5º, inciso I).	sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural” (Art. 5º, inciso II).
---	---	---

**Fonte:** Brasil (2011; 2018); Barros; Silva; Schmidt (2019).

Segundo Barros, Silva e Schmidt (2019), podemos afirmar que o conceito de “informação pessoal”, abordado na LAI, engloba os conceitos de “dado pessoal” e “dado pessoal sensível”, que constam na LGPD, sem diferenciações, o que abre espaço para questionamentos a respeito do que pode ser considerado informação pessoal “comum” e relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem. Segundo as autoras, a LGPD parece preencher essa lacuna ao definir a origem dos dados ou das informações de caráter sensível.

Além disso, as duas legislações apresentam o conceito de “banco de dados” e “documento”, tal como consta no Quadro 4 – Conceitos e definições de “banco de dados” e “documento” conforme a LAI e a LGPD:

**QUADRO 4** – Conceitos e definições de “banco de dados” e “documento” conforme a LAI e a LGPD

LAI	LGPD
<b>DOCUMENTO</b>	<b>BANCO DE DADOS</b>
<b>“unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (Art. 4º, inciso II).</b>	<b>“unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (Art. 4º, inciso II).</b>

**Fonte:** Brasil (2011, 2018) e Barros, Silva e Schmidt (2019).

A definição de “banco de dados”, que consta na LGPD, nos permite compreendê-lo como um documento ou um conjunto de documentos inscrito em qualquer tipo de suporte. Como exemplo, podemos citar: prontuários médicos, fichas cadastrais de empregados ou de alunos etc. Comparando o termo com a ideia de “documento”, apresentada na LAI, podemos estabelecer uma relação de equivalência entre os conceitos, uma vez que ambos se referem a registros de informações ou dados que constem em suportes físicos ou eletrônicos (BARROS; SILVA; SCHMIDT, 2019).

Em relação a esses documentos, tanto a LAI quanto a LGPD autorizam o acesso a esses dados ou informações, desde que consentidos pelo titular ou pessoa à qual se referem (BRASIL, 2011; 2018). A LGPD apresenta ainda, em seu art. 8º, a possibilidade de o titular do

dado ou da informação pessoal revogar o consentimento de acesso a esses registros a qualquer momento, mediante manifestação expressa (BRASIL, 2018).

De acordo com o que é declarado na LAI, os documentos que contêm informações pessoais podem estar, de fato, completamente acessíveis após cem anos de produção. Porém, isso não se repete na LGPD, segundo a qual os documentos com dados e/ou informações pessoais parecem não poder estar integralmente acessíveis, a não ser nas hipóteses elencadas no art. 7º da Lei<sup>46</sup> (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, o ICA elaborou orientações para os arquivos, com diretrizes detalhadas em relação à gestão de arquivos que tenham restrição de acesso:

[...] as restrições de acesso precisam ser discutidas e acordadas entre a instituição arquivística e a organização ou pessoa transferidora antes ou **no momento que os documentos forem transferidos, e devem ser as mais específicas e mínimas possíveis**. A política geral de acesso da instituição arquivística constituirá a base dessas discussões. Quaisquer restrições específicas devem ser listadas no documento de transferência (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 9, grifo nosso).

Além disso, o ICA esclarece que os doadores podem solicitar que determinados itens ou categorias específicas de materiais sejam restringidos do acesso público por determinado período ou até que um determinado evento ocorra. Essas condições podem ser difíceis de administrar e deveriam ser desencorajadas, mas, se forem necessárias, devem ser válidas apenas por um tempo limitado, sendo estabelecidas e formalizadas a partir do instrumento de doação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2014).

Schwaitzer (2020) compreende que nem sempre os termos de transferência incluem as diretrizes de acesso aos documentos. Desse modo, é preciso considerar os princípios da

---

<sup>46</sup> De acordo com art. 7º, o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- I – Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- II – Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- III – Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- IV – Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- V – Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- VI – Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- VII – Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- VIII – Para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias; VIII – para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- IX – Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou
- X – Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente (BRASIL, 2018).

legislação em vigor. Em relação à LGPD, deve-se prevenir o dano moral, patrimonial, individual e coletivo que pode ser causado pelo tratamento dos dados pessoais. A autora relembra, inclusive, que a LGPD inclui a realização de estudos por órgão de pesquisa como uma das hipóteses previstas para autorização do tratamento de dados pessoais. Portanto, nos casos em que não seja possível a anonimização do dado e não exista risco potencial de danos de qualquer natureza, não há que se obstar o direito de acesso à informação de um indivíduo.

Além da questão do acesso, a LGPD traz um detalhe adicional ao determinar, no art. 18, que

o titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:  
[...] VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei [...] (BRASIL, 2018a, não paginado).

A legislação não é clara se a eliminação deve ser feita a pedido do titular ou pelo próprio controlador apenas com o consentimento do titular. Compreendemos, assim como Barros, Silva e Schmidt (2019), que, mesmo que haja essa autorização, o documento de arquivo de caráter público, ainda que contenha informações ou dados pessoais, só pode ser eliminado conforme as diretrizes expostas na Lei de Arquivos<sup>47</sup>.

De maneira geral, Schwaitzer (2019) acredita que, diversamente da LAI, que estimulou uma série de discussões nas instituições arquivísticas em torno de sua aplicabilidade, a LGPD não vem recebendo a mesma atenção dos profissionais ligados à Arquivologia, ou até mesmo das instituições públicas. De acordo com a autora, o assunto está restrito aos escritórios de advocacia e aos institutos de certificação e tecnologia, que, por sua vez, estão encontrando um mercado com a ameaça de multas que podem atingir quantias milionárias.

Por outro lado, cabe destacar que, conforme Garcia (1998), no contexto dos arquivos públicos, são inúmeros os tipos de documentos pessoais custodiados por essas instituições: registros relativos a estado civil e filiação, à saúde, à atividade profissional, aos processos penais e criminais etc. De acordo com a autora, todo esse conjunto de documentos contém informações sobre uma pessoa singular, identificada ou identificável.

Nesse sentido, Schwaitzer (2020) analisa os impactos mais relevantes da LGPD nas atividades de arquivos e nos centros de memória, instituições que, em geral, custodiam diversos acervos históricos. Segundo a autora, essas entidades passam por alguns desafios que podem ser divididos em três pontos centrais, a saber: (a) preservar o direito de privacidade dos

---

<sup>47</sup> “A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.” (BRASIL, 1991).

indivíduos, considerando os objetivos primários das instituições; (b) garantir a autenticidade, confiabilidade e acurácia dos documentos, independentemente do seu formato; e (c) estabelecer critérios para o acesso virtual aos documentos ou às ações de preservação digital que não violem o direito à privacidade e proteção dos dados pessoais.

No contexto da legislação em vigor, Barros, Silva e Schmidt (2019) consideram que estamos tratando de um acesso condicional, que deve levar em conta diversos fatores, tais como: o objetivo de quem quer consultar esses documentos; o teor dos dados ou das informações pessoais contidas nesses documentos; e o instrumento legal que fundamentará a consulta ou restrição de acesso a esses registros (BARROS; SILVA; SCHMIDT, 2019).

Schwaitzer (2020) também considera que, para solucionar a colisão dos direitos de privacidade e de acesso à informação, é preciso analisar uma série de circunstâncias. Primeiramente, é necessário identificar se há uma restrição de acesso prevista no instrumento de transferência do arquivo. Caso não haja, é preciso verificar se há risco potencial ou dano à privacidade do titular do dado e à possibilidade de anonimização dessas informações. Segundo a autora, caso inexista risco ou dano potencial ao titular, ainda que não seja possível a anonimização, há respaldo legal para o acesso ao documento ou conjunto documental.

Por fim, entre os desafios advindos da promulgação da LGPD, enfatiza-se a necessidade de que sejam declaradas e observadas as condições estabelecidas no instrumento de transferência, doação, empréstimo ou cessão de acervos, assim como de haver a formulação e revisão constante da política de acesso aos documentos, com normas claras acerca das restrições existentes (SCHWAITZER, 2020).

## **2.4 OS USUÁRIOS E OS USOS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

A ampliação do conceito de acesso, assim como do direito à informação, a partir da segunda metade do século XX, estimularam o entendimento dos arquivos enquanto instituições com forte papel social (COSTA, 2003). Blais (1995) relaciona esse progresso ao final da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, quando mais de 30 países, até então regidos por governos ditatoriais, abriram-se à democracia. Como consequência desse movimento, os arquivos tiveram que se adaptar e democratizar o acesso à informação contida em seus acervos.

A democratização do acesso à informação resultou, portanto, no reconhecimento das fontes documentais enquanto ferramentas essenciais para a reconstituição de acontecimentos, personagens, organismos, estruturas administrativas etc. Em decorrência disso, a reconstituição histórica passou a ser realizada por diversos indivíduos, sejam cientistas, estudiosos ou não

(COSTA, 2006). Desse modo, também ao longo do século XX, os historiadores passaram a dividir as salas de consulta dos arquivos com pesquisadores de outras disciplinas, tal como descrito por Rosseau e Couture (1998):

Os serviços de arquivo se tornaram verdadeiros laboratórios para as disciplinas das ciências humanas, das ciências sociais e das ciências puras [...] o engenheiro, o arquiteto, o urbanista, o historiador, o sociólogo, o politicólogo, o médico, o cineasta, o homem ou a mulher de teatro, o administrador, podem também eles precisar desse material de laboratório que são os arquivos para empreender e levar a cabo vários de seus projetos (ROSSEAU, COUTURE, 1998, p. 125).

Em conferência proferida em 1978, durante uma visita técnica ao Brasil, Michel Duchein discutiu o papel da Arquivologia naquela época e questionou por que os arquivos deveriam ser preservados. De acordo com o autor, “a resposta tradicional é que os arquivos são armazéns da História e o arsenal da Administração. É uma verdade, mas, no mundo atual, já não basta” (DUCHEIN, 1978, p. 30). Portanto, há mais de 40 anos, Michel Duchein já presumia a formação de uma sociedade cada vez mais participativa, considerando o crescente avanço das TICs. De acordo com o autor, naquela época, já havia uma necessidade cada vez maior de buscar referências no passado, assim como obter informações de modo rápido e imediato (DUCHEIN, 1978).

Nesse sentido, a partir do desenvolvimento de mecanismos de produção, disseminação, preservação e uso da informação e dos registros documentais, especialmente no período pós-guerra, percebemos diversas mudanças nas atividades realizadas pelos profissionais ligados às áreas de Biblioteconomia, Comunicação e Ciência da Informação, assim como de Arquivologia. No entanto, se antes a preocupação desses campos de estudo era, sobretudo, com a guarda dos suportes para fins de memória e comprovação jurídica de suas atividades, com o surgimento das TICs, surgiu uma nova preocupação, voltada principalmente para as condições de acesso à informação (RANGEL, 2020).

Na década de 1990, por exemplo, houve uma mudança de perspectiva em relação aos serviços arquivísticos. Os arquivos passaram a ser pensados para além de seus depósitos e salas de consulta, de modo que a conexão entre usuários, arquivistas e acervos passaram a ser de maior interesse para as atividades realizadas por essas instituições (OLIVEIRA, 2006).

Do ponto de vista histórico, o início dos estudos sobre os fluxos de informação e tipos de usuário data da década de 1990. A partir daquele momento, as pesquisas concentraram-se no impacto da internet sobre o comportamento dos usuários e, nos anos 2000, voltaram-se para a influência das redes sociais na conduta dos usuários, fazendo crescer a quantidade de estudos



relacionados à internet e a predominância das discussões sobre a informação no âmbito digital (VITORIANO; LEME; CASARIN, 2020).

Com a possibilidade de relacionamento remoto, propiciada pelo ambiente *web*, o usuário tem assumido um papel central: de receptor de informações para coprodutor e agente no processo de transferência da informação. Desse modo, tem-se percebido esses indivíduos como sujeitos inseridos em um dado ambiente, que percebem uma anomalia em seu estado de conhecimento e buscam informações para corrigi-la. Nesse sentido, os usuários têm sido compreendidos como aqueles que utilizam um sistema de informação e participam de seus processos de comunicação (OLIVEIRA, 2006; ÁVILA, 2011).

No contexto arquivístico, geralmente os conceitos utilizados para definir o usuário não são distantes daquele que é difundido pelo ICA – indivíduo que consulta registros arquivísticos, geralmente em uma sala de pesquisa, também chamado de leitor ou pesquisador (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1984, tradução nossa). Dentro dessa perspectiva, o usuário busca a informação e, portanto, a comunicação entre os arquivos e usuários ocorre somente quando o indivíduo provoca esse processo, tornando o serviço de referência arquivístico passivo e reativo, estimulado apenas quando a demanda é externalizada pelo usuário.

Jardim e Fonseca (2004) realizaram um levantamento sobre o estado da arte em relação aos estudos de usuários (EU) em arquivos e, a partir dessa proposta, elaboraram um quadro sobre a terminologia utilizada para definir esses usuários. Com o mesmo objetivo, Silva (2011) fez um mapeamento mais recente, com base em dicionários arquivísticos nacionais, a fim de identificar a terminologia utilizada para denominar os usuários de arquivo. O produto do levantamento elaborado por esses autores foi adaptado e pode ser observado no Quadro 5 – Os usuários na terminologia arquivística:

**QUADRO 5 – Os usuários na terminologia arquivística**

TÍTULO	AUTOR	ANO	TERMO	CONCEITO
Glossário de « Les Archives au XX siècle » <sup>48</sup>	Carol Couture/ Jean-Yves Rousseau	1982	Não se encontra nenhum termo	
Dictionary of Archival Terminology	Conselho Internacional de Arquivos	1988	User, chercheur, lector, investigador, usuário	Um indivíduo que consulta registros/arquivos <sup>49</sup> , geralmente em uma sala de pesquisa. Também

<sup>48</sup> Records and Archival Management Program (RAMP) – Unesco.

<sup>49</sup> Disponível em: [www.ica.org/](http://www.ica.org/). Acesso em 29 mar. 2021.

				chamado leitor, pesquisador.
<b>Dicionário de Terminologia Arquivística</b>	Associação dos Arquivistas Brasileiros	1990	Usuário	Pessoa que consulta ou pesquisa documentos num arquivo.
<b>Dictionnaire des archives: de l'archivage aux systèmes d'information</b>	École Nationale des Chartes	1991	Não se encontra nenhum termo	
<b>Diccionario de Archivologia<sup>50</sup></b>	Berarda Salabarría Abraham et alli	1992	Usuario de la información <sup>51</sup>	Pessoa ou grupo de pessoas que recebe ou utiliza informação em seu trabalho científico ou prático.
<b>Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira</b>	Arquivo Nacional do Brasil	1992	Usuário	Pessoa física ou jurídica que consulta documentos de arquivo. Também chamada de consulente, leitor ou pesquisador.
<b>Dicionário de Terminologia Arquivística</b>	Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (Portugal)	1993	Leitor, utilizador	Indivíduo que consulta documentos para efeitos de investigação ou estudo. Indivíduo que consulta arquivos por razões funcionais, civis, judiciais, culturais ou de investigação, nomeadamente elementos da administração produtora e/ou de custódia, investigadores, outros leitores, público em geral. O utilizador é o destinatário dos serviços de comunicação de um arquivo.
<b>Les archives en France</b>	Guy Braibant	1996	Não se encontra nenhum termo	
<b>Dicionário de Terminologia Arquivística</b>	Arquivo Nacional do Brasil	2005	Usuário	Pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador.
<b>Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia</b>	Murilo Cunha e Cordélia Cavalcanti	2008	Usuário	Pessoa que consulta os documentos de um arquivo. Erroneamente denominado leitor.

**Fonte:** Jardim e Fonseca (2004) e Silva (2011).

<sup>50</sup> Obra reeditada em 1992, pelo Archivo General de La Nación, Colômbia, sob o título “Diccionario de Terminología Archivística”.

<sup>51</sup> Esse termo e o respectivo conceito encontram-se na obra *Hacia un diccionario de terminología archivística*, produzido pelo Grupo Iberoamericano de Tratamiento de Archivos Administrativos, publicado em 1997 pelo Archivo General de La Nación, Colômbia.

De acordo com Jardim e Fonseca (2004), durante muito tempo o tema “usos e usuários dos arquivos” esteve ausente dos principais manuais de Arquivologia. Nesse sentido, a partir do Quadro 5, também podemos observar que nem sempre a terminologia arquivística considerou o termo “usuário” no campo conceitual da área, indicando a periferização desse sujeito em relação às práticas arquivísticas.

De acordo com Le Coadic (1997), o usuário é aquele que busca a informação para suprir alguma demanda; portanto, essa necessidade orienta a forma como o indivíduo busca, acessa e utiliza os documentos que estão presentes em unidades informacionais. Desse modo, compreendemos que o usuário não é apenas um receptor de conteúdo, mas um agente essencial que pode, inclusive, influenciar as políticas de tratamento e difusão de acervos adotadas por unidades arquivísticas, e entendemos também que o conceito proposto pelo autor parece ser o mais razoável para o propósito desta tese.

Ainda de acordo com Jardim e Fonseca (2004, p. 3), “a noção de acesso à informação arquivística tende a estar mais relacionada aos atributos do arquivista e aos deveres da instituição arquivística do que a um processo de transferência da informação que envolve necessariamente a participação do usuário”. Para os autores, de modo geral, o usuário não é identificado como sujeito que compõe o processo de transferência da informação, e sim como um objeto relacionado ao acesso à informação. Por esse motivo, o acesso aos arquivos parece não estar baseado em um diálogo entre os arquivistas, as instituições e os usuários, de modo que as pesquisas sobre a temática tendem a enfatizar os usuários dos arquivos permanentes, desconsiderando as especificidades do público que compreende as demais fases do ciclo documental.

Esse aspecto também é reiterado por Silva (2011) ao defender que a ideia de “usuário”, muitas vezes, está atrelada àqueles que consultam os arquivos permanentes, grupo majoritariamente composto por pesquisadores interessados em acessar documentos cujo valor está atrelado ao seu caráter informativo, científico, social e/ou cultural. Borrás (2001) acredita que essa percepção é decorrente inclusive da imagem tradicional do arquivista, quase sempre vinculada à documentação histórica.

Nesse sentido, parece-nos que o perfil dos indivíduos que consultam os documentos arquivísticos tende a ser estabelecido conforme a idade do documento pesquisado. Os usuários que buscam registros de arquivos correntes e intermediários, por sua vez, são encarados como aqueles que exercem alguma função dentro de uma instituição e necessitam do acesso aos documentos para exercer suas atribuições (SILVA, 2011).

Além da categorização dos usuários a partir do ciclo vital dos documentos é comum distingui-los entre usuários reais e potenciais. Os usuários reais de unidades arquivísticas são caracterizados por indivíduos que utilizam, de fato, os serviços, produtos e/ou acervos dessas instituições. Os usuários potenciais, por sua vez, são aqueles que não frequentam esses espaços e não utilizam esses serviços por diversas razões, seja por não terem necessidade, por falta de interesse, seja por não conhecerem a instituição e os serviços que ela oferece (DIAS; PIRES, 2004).

Além disso, frequentemente, os usuários de arquivos são identificados a partir de outras duas categorias: interno e externo. O usuário interno está relacionado às funções arquivísticas de criação e produção de documentos e, na maioria dos casos, pode ser localizado nos arquivos correntes e intermediários. O usuário externo pode ser encontrado também nesses arquivos, assim como pode ser localizado em arquivos permanentes, devido às suas diversas necessidades informacionais (RANGEL, 2020).

Ainda em relação a essa categorização, Tarraubela i Mirrabet (1997) afirma que o usuário interno se caracteriza por requisitar ao arquivo o cumprimento de suas funções básicas de organização, transferência e preservação, de modo a tornar acessível a documentação. Por outro lado, de acordo com o autor, os usuários externos podem ser classificados em quatro grupos: (a) investigadores profissionais: indivíduos que frequentam os arquivos com o intuito de satisfazer alguma necessidade intelectual ou de estudo; (b) aficionados: têm formações diversificadas e apresentam necessidades estranhas às instituições; (c) estudantes: buscam os acervos devido à produção de algum trabalho de curso; e (d) cidadãos: realizam consultas esporádicas, relacionadas ao direito de acesso à informação.

Além do aspecto passivo, cabe ressaltar que essa classificação não se refere aos usuários internos das unidades arquivísticas. Nesse sentido, Borràs (2001) apresenta três categorias para os usuários internos de arquivos: (a) os diretores: aqueles que planejam e gerenciam os procedimentos administrativos; (b) os coordenadores: responsáveis pelas unidades administrativas e, em conjunto com os arquivistas, coordenam os sistemas de gestão documental; e (c) os usuários-executivos: aqueles que executam a gestão de documentos. De acordo com o autor, os arquivistas são os profissionais que devem supervisionar essas atividades em conjunto com todos esses atores.

O papel social dos arquivos também justifica a necessidade de atender a três tipos de demanda informacional: o uso acadêmico-científico; o administrativo; e o popular. Cada um desses grupos exige das instituições arquivísticas e de seus profissionais ações e soluções diferenciadas para suas necessidades: (a) o uso acadêmico busca a solução para um problema

científico, baseado no campo das ideias; (b) o uso administrativo, ou prático, refere-se à busca da informação para aplicação imediata e opera especialmente no contexto organizacional; e (c) o uso popular é realizado pelo dito “homem comum” e está relacionado ao direito de acesso à informação, principalmente no que se refere ao conhecimento das ações praticadas pelo Estado (BELSUNCE, 1986; COSTA, 2006).

Essa função também resultou no aparecimento de um novo usuário nos arquivos que Blais (1995) designa como “usuário-cidadão”. Segundo a autora, o primeiro usuário dessa categoria surgiu na Europa e é caracterizado pelos genealogistas. Outros indivíduos cujo comportamento se assemelha ao do usuário-cidadão são os juristas, jornalistas e editores, que buscam informações pontuais e precisas nos acervos arquivísticos (BLAIS, 1995).

Além dessa categoria, Blais (1995) também recorre à classificação utilizada por Paul Conway e cita os usuários “pesquisadores amadores”. Trata-se dos indivíduos que são movidos por curiosidades pessoais e encontram nos arquivos ferramentas para a coleta de dados. Por fim, a autora também cita a categoria dos arquivistas, profissionais que consultam os documentos de arquivo para a consecução de suas atividades e comunicação das informações para os usuários.

Podemos perceber, portanto, que o usuário de informações arquivísticas recebe diversas definições e categorizações. Desse modo, embora não haja uma regra ou um padrão nessa realidade, é possível identificar as tipologias de usuário e seus comportamentos de acesso, busca e uso da informação, tal como observado no Quadro 6 – Definições de usuário representados em níveis:

**QUADRO 6** – Definições de usuário representados em níveis

<b>NÍVEL</b>	<b>USUÁRIO</b>	<b>USOS</b>
<b>Interno (principalmente corrente/intermediário, mas também permanente)</b>	Produtor, gestor administrativo, gestor da informação, arquivista	Ação administrativa; garantia de direitos e deveres; gestão do conhecimento; tomada de decisão
<b>Externo (principalmente permanente, mas também corrente/intermediário)</b>	Pesquisador, população em geral, alunos, professores	Pesquisa técnica e científica; garantia de direitos e deveres; ampliação do conhecimento escolar; geração de conhecimento
<b>Híbrido</b>	Produtor/pesquisador, arquivista/pesquisador, gestor/pesquisador	Pesquisa técnica e científica, com interesses funcionais e pessoais combinados (acadêmicos)

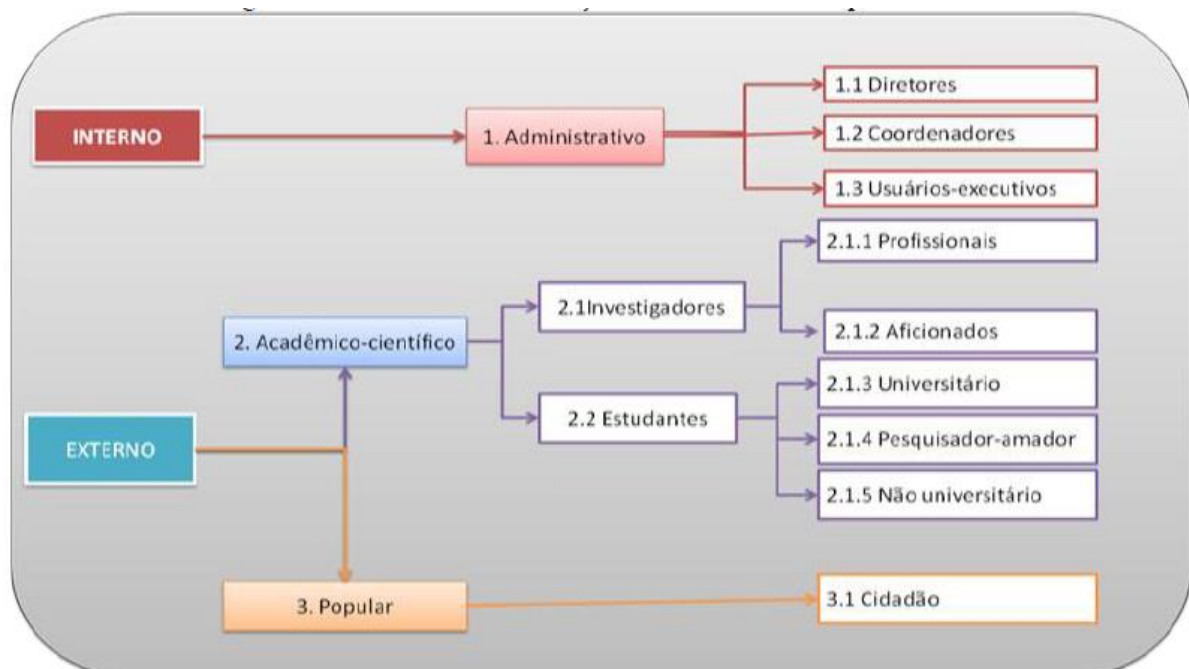
**Fonte:** Vitoriano, Leme e Casarin (2020, p. 161).

Considerando o panorama apresentado até aqui, observamos também que as definições de usuário apresentam alguns problemas. Dentre eles, destacamos os apontamentos realizados por Ávila (2011, p. 95):

- a) não há uma clareza quanto ao referencial a ser usado para as classificações. Ora as classificações tomam como ponto de partida o uso dos documentos, ora o contexto de atuação do usuário (administrativo ou social), em outros momentos ainda revelam o ambiente em que este se relaciona com o arquivo (interno ou externo);
- b) percebe-se claramente a limitação quanto à classificação dos usuários internos dos arquivos;
- c) os usuários externos são os mais enfatizados pelos estudos. Talvez reforçando uma Arquivística atrelada à herança tradicional francesa, deixando-se de lado o ponto de vista da gestão documental. Além de uma vinculação limitada ao ideal público dos arquivos;
- d) há uma generalização excessiva do quadro de pesquisadores externos. As estratificações não são suficientes para destacar as peculiaridades a cada grupo de pesquisadores;
- e) as classificações apresentam problemas metodológicos e conceituais. No mesmo grupo temos definições idênticas, assim como definições distintas para os mesmos usuários, demonstrando a falta de comunicação entre os pesquisadores do tema; e
- f) a necessidade premente de se pesquisar os usuários que utilizam os arquivos por intermédio das tecnologias de informação (ÁVILA, 2011, p. 95).

A partir desses aspectos, Ávila (2011) apresentou um esquema que abrange os mais diversos tipos de usuário de arquivos, considerando a tipologia apresentada pelos autores, estudada por eles na revisão de literatura de sua dissertação de mestrado, conforme mostra a Figura 2:

**FIGURA 2 – Classificação dos usuários de arquivo**



**Fonte:** Ávila (2011, p. 96).

De modo mais sintético, Bellotto (2006) afirma que a justificativa para a organização dos arquivos públicos reside na ordem de interesse de quatro tipos fundamentais de usuário que dele fazem uso:

- a) o administrador: aquele que produz o documento e necessita desses registros para sua própria atuação, de modo a auxiliar o processo de tomada de decisões;
- b) o cidadão: indivíduo interessado em documentos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de deveres perante o Estado;
- c) o pesquisador: caracterizado por historiadores, sociólogos, acadêmicos ou estudiosos em geral, que estão em busca de informações para a realização de trabalhos de análise de comportamentos ou eventos passados;
- d) o cidadão comum: aquele que não está interessado em registros jurídicos, mas sim em informações de cultura geral, entretenimento.

Em suma, de acordo com a autora, há um tripé que sustenta a consulta aos documentos arquivísticos: o pesquisador, que encontra ali a sua matéria-prima profissional; o administrador, que utiliza os acervos como seu arsenal de provas, testemunhos e informações; o cidadão, que utiliza os dados para se informar, bem como para definir a comunidade em que vive e sua própria atuação nela.

Cabe destacar que, de acordo com Oliveira (2006), a temática sobre os usos e usuários de arquivos, gradualmente, “vem se colocando como objeto de estudo na área de Arquivologia, seja como iniciativa dos arquivos, instituições arquivísticas e programas acadêmicos” (OLIVEIRA, 2006, p. 68). Nesse sentido, Vaz e Araújo (2015) acreditam que, no contexto acadêmico, são promovidas discussões sobre os usuários durante a graduação de Arquivologia, assim como a mediação da informação, de modo a possibilitar a criação de treinamentos para atender às demandas do público, segundo suas especificidades. Como exemplo desse movimento, podemos citar, de modo mais recente, o dossiê da revista *Acervo* (1986-)<sup>52</sup>, publicado pelo AN em setembro de 2020, cujo objetivo foi apresentar diferentes abordagens sobre os usuários das instituições arquivísticas e a multiplicidade de interesses que cercam os fundos arquivísticos.

Conforme Parrela e Rocha (2020), responsáveis pela apresentação do dossiê, a publicação foi realizada após 16 anos da importante referência de Jardim e Fonseca (2004), que afirmavam a necessidade de pesquisas sobre usos e usuários de arquivos no Brasil e no mundo.

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/82>. Acesso em: 30 mar. 2021.

De acordo com as autoras, embora o dossiê avance em alguns pontos sobre a temática, ainda há lacunas que precisam ser desenvolvidas, entre as quais a de maiores estudos sobre usuários de arquivos pessoais.

Em uma análise mais específica, o estudo realizado por Pereira (2021) revelou que os pesquisadores-docentes envolvidos nas pesquisas sobre os arquivos pessoais no Brasil apresentam uma variedade de formações acadêmicas, abrangendo diferentes níveis educacionais, como graduação, mestrado e doutorado. De acordo com a autora, profissionais de áreas como História, Arquivologia, Ciência da Informação e Letras têm se dedicado ao estudo sobre esses acervos, especialmente devido a transformações significativas nas ciências humanas, que passaram a reconhecer o potencial desses documentos como valiosas fontes de informação.

#### **2.4.1 Os estudos de usuários em arquivos**

Os estudos de usuários (EU) surgiram com o intuito de identificar as necessidades informacionais dos usuários das bibliotecas e compõem uma parte significativa dos trabalhos realizados nas áreas de Comunicação, Ciência da Informação e Biblioteconomia, tornando-se imprescindíveis para a compreensão sobre o papel dos usuários dentro dos sistemas, tendo em vista os produtos e serviços que lhes são ofertados (RANGEL, 2020; JARDIM; FONSECA, 2004).

De maneira geral, os EU tiveram início nos séculos passados. No Brasil, esses estudos tiveram origem na metade do século XX, como um desmembramento das pesquisas realizadas no âmbito das bibliotecas, considerando a necessidade de se compreender como e o que os indivíduos liam e qual era a finalidade do uso das bibliotecas em geral (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015).

Cabe ressaltar que existem diversas definições para a expressão. No âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, Cunha, Amaral e Dantas (2015) selecionaram algumas definições em ordem cronológica, como consta no Quadro 7. Os autores destacaram palavras em negrito com o objetivo de demonstrar a relação entre os termos escolhidos pelos autores e as respectivas áreas do conhecimento e/ou disciplinas inter-relacionadas à perspectiva de cada autor sobre a temática.



QUADRO 7 – Algumas definições de estudos de usuários da informação

DATA	FONTE	AUTORES	DEFINIÇÃO E TERMOS DESTACADOS	ÁREAS/DISCIPLINAS INTER-RELACIONADAS
1967	ARIST, v. 2, p. 1-34	Saul Herner e Mary Herner	Estudo sobre as <b>fontes</b> que comunicam <b>mensagens</b> através de <b>canais</b> aos receptores	Bibliografia Comunicação
1974	Livro: <i>Students and books</i>	Peter Mann	Estudo de <b>quem diz o que para alguém</b> através de que <b>meios</b> e com que <b>efeito</b>	Comunicação Psicologia
1977	<i>Aslib Proceedings</i> , v. 29, n. 2, p. 65-69	K. Wilson-Davis	Estudo de <b>quem demanda</b> (ou necessita, ou recebe) <b>o que de alguém e para que</b>	Comunicação Marketing Psicologia
1979	Livro: <i>Avaliação de coleções e estudo de usuários</i> , p. 79	Nice Menezes Figueiredo	Investigações que se fazem para saber o que <b>indivíduos</b> precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as <b>necessidades de informação</b> por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo <b>satisfeitas</b> de maneira adequada	Comunicação Marketing Psicologia
1990	<i>Revista de Biblioteconomia de Brasília</i> , v. 18, n. 1, p. 71-91	Edna Lúcia Silva	Investigação que objetiva <b>identificar e caracterizar</b> os <b>interesses</b> , as <b>necessidades</b> e os <b>hábitos de uso de informação</b> dos <b>usuários reais</b> e/ou <b>potenciais</b> de um <b>sistema de informação</b>	Comunicação Marketing Psicologia Sistema de Informação
1994	Livro: <i>Manual de estudios de usuarios</i> , p. 31	Elias Sanz Casado	Conjunto de estudos que tratam de analisar <b>qualitativa e quantitativamente hábitos de informação</b> mediante a aplicação de distintos <b>métodos</b> , entre os quais os matemáticos, principalmente <b>estatísticos</b> , a seu	Antropologia Estatística Marketing Metodologia de Pesquisa Psicologia

			<b>consumo de informação</b>	
<b>1997</b>	Livro: <i>Seminario latinoamericano sobre formación de usuarios de la información y los estudios de usuarios</i> , p. 7	Patricia Hernández Salazar	No âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, é uma área <b>multidisciplinar</b> do conhecimento que, a partir de diferentes <b>métodos de pesquisa</b> , analisa <b>fenômenos sociais</b> referentes a aspectos e características da <b>relação informação-usuário</b>	Biblioteconomia Ciência da Informação Ciências Sociais Metodologia de Pesquisa Multidisciplinar
<b>2004</b>	Livro: <i>Las necesidades de información: fundamentos teóricos y métodos</i> , p. 201	Juan José Calva González	Complexa utilização de <b>métodos, técnicas e instrumentos</b> muito diversos, mas todos convergem para o que é <b>pesquisado</b> ou estudado no sujeito chamado <b>usuário</b> , seja ele vinculado a uma <b>unidade de informação</b> , como é mais comum, ou um <b>usuário da informação</b> , que pertence a uma <b>comunidade</b> de sujeitos entre os quais existe um <b>fluxo de informação</b> , vinculado ou não a uma unidade de informação	Biblioteconomia Ciência da Informação Metodologia de Pesquisa
<b>2005</b>	Livro: <i>Los estudios de necesidades y usos e información</i> , p. 23	Aurora González-Teruel	Conjunto de <b>investigações</b> cujos <b>resultados</b> permitem <b>planejar</b> e melhorar os <b>sistemas de informação</b>	Metodologia de Pesquisa Planejamento Sistema de Informação

**Fonte:** Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 34-35).

De acordo com o Quadro 7, percebemos, inicialmente, que as definições têm uma incidência maior na área de Comunicação. Posteriormente, outras disciplinas entraram em destaque e passaram a dialogar com os EU (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015). Nesse sentido, a partir das definições apresentadas anteriormente e da leitura de outras obras sobre a temática, compreendemos os EU como

um campo interdisciplinar do conhecimento que, no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a partir da aplicação de diferentes métodos e técnicas de pesquisa, possibilita a análise de fenômenos sociais e humanos relacionados com os diversos aspectos e características da relação do usuário com a informação em suas ações, comportamentos e práticas informativas (AMARAL, 2014).

Nessa definição, está implícito que os EU englobam todos os tipos de pesquisas que estejam relacionados a demandas, desejos, expectativas, comportamentos e demais atividades de uso da informação por um ou mais indivíduos, com o intuito de se compreender a relação das pessoas e dos grupos com a informação (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015).

De maneira geral, esses estudos visam: (a) conhecer os hábitos e as necessidades informacionais dos usuários, de modo a satisfazê-las; (b) aproveitar todos os recursos dos centros de informação a partir da análise dos acervos e serviços prestados; (c) realizar cursos de formação para os usuários; (d) avaliar os sistemas nacionais de informação, visando identificar os pontos que necessitam de revisão e correção; e (e) conhecer as características e a dinâmica dos grupos de investigação (RANGEL, 2020; CASADO, 1993).

Dentro da perspectiva biblioteconômica, o ambiente informacional geralmente analisado são as bibliotecas. No contexto da Ciência da Informação, esse espaço se expande e pode incluir estudos que tenham como objeto as organizações, assim como o próprio indivíduo, objetivando-se compreender o contexto e as diversas ações e práticas que as pessoas adotam para se informar (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015).

Jardim e Fonseca (2004) verificaram que, em relação ao contexto arquivístico, a literatura tem sido pouco expressiva em relação aos EU quando comparada a outros temas que são caros à Arquivologia, tais como a transferência, o arranjo e a descrição de documentos. De acordo com os autores, a ausência da temática também pode ser observada nos principais manuais da área, que não trazem seções dedicadas aos debates sobre as necessidades informacionais e os EU. Essa evidência também é constatada por Melo (2020) ao reiterar a ausência de publicações sobre as características do público e pesquisadores de arquivos, assim como estudos específicos sobre as questões relacionadas aos usuários que, no âmbito acadêmico, se encontram majoritariamente vinculadas aos programas de pós-graduação.

Da mesma forma, Rangel (2020, p. 175) também afirma que há uma “ausência de consolidação epistemológica da disciplina de estudos de usuários na arquivologia brasileira”. De acordo com o autor, as pesquisas sobre a origem desses estudos são facilmente encontradas na Biblioteconomia, porém pouco ou nada se tem sobre a aplicação de EU em arquivos. Cada vez mais nos interessa, portanto, compreender: quem seriam esses usuários que, frequentemente, desconhecemos? (RANGEL, 2020)

Do ponto de vista histórico, cabe destacar que os debates sobre os usuários dos arquivos tiveram maior destaque na década de 1960, a partir das discussões ocorridas em três grandes eventos: Conselho Internacional de Arquivos: O Congresso Extraordinário, realizado em Washington, em 1966; X Conferência da Table Rounde, realizado em Copenhague, em 1967; e o VI Congresso Internacional, realizado em Madri, no ano de 1968 (RANGEL, 2020; VAZ, 2019).

Ainda nos anos 1960, havia uma preocupação em relação à difusão e ao uso de documentos, considerando o surgimento das microformas<sup>53</sup>. Desse modo, acredita-se que a criação e utilização dessas ferramentas desempenharam grande papel no desenvolvimento dos estudos sobre os usuários nos arquivos que, durante muito tempo, restringiram suas práticas à guarda, avaliação e preservação dos documentos (RANGEL, 2017, 2020).

Dentre os estudos pioneiros sobre as políticas de acesso, transferência e uso da informação em arquivos, destacam-se as publicações do Records and Archives Management Programme (RAMP) e as pesquisas realizadas por:

- a) Michel Duchein, que publicou *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del Ramp*, em 1983;
- b) Hugh Taylor, que produziu *Los servicios de archivos y el concepto de usuario: estudio del Ramp*, identificando os diferentes níveis de necessidades e usuários que compõem as fases do ciclo vital dos documentos arquivísticos, em 1984. Nesse estudo, destaca-se o lugar dos usuários no contexto dos arquivos, especialmente nos processos que envolvem a estruturação dos sistemas e serviços arquivísticos;
- c) Dowle, que, em 1992, propôs uma agenda de pesquisas relacionadas ao acesso e uso dos arquivos, de modo que fossem gerenciados com foco nos usuários;
- d) Cox, que, no mesmo ano, também estimulou a produção de pesquisas sobre o uso de documentos de arquivísticos (JARDIM; FONSECA, 2004; ARAÚJO, 2013; MELO, 2020; RANGEL 2020).

Araújo (2013) observa também que, a partir da década de 1980, duas linhas de pesquisa se delimitaram no contexto da Arquivologia: uma visão mais voltada para a garantia do acesso aos documentos por meio da criação de instrumentos de recuperação da informação e

---

<sup>53</sup> A microforma é a “representação obtida diretamente, ou indiretamente, por meio de dispositivos óticos que reduzem as proporções dos documentos originais. Microcópias, microfichas e microfilmes são microformas” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 249).

eliminação de barreiras, e outra abordagem mais centrada em pesquisas relacionadas à prática de estudo com os usuários.

Essas duas linhas aproximaram as práticas e os estudos arquivísticos do conceito de informação, ampliando os debates da área sobre a importância dos usos e usuários dos arquivos, de modo que a Arquivologia passou a superar sua dimensão auxiliar da História, vendo-se integrada às Ciências da Informação. Tornou-se imprescindível, portanto, compreender o arquivo como um serviço de informação, ou seja, não só como lugar de memória, mas um local onde a informação está organizada e pode ser acessada e transferida (JARDIM; FONSECA, 2004; ARAÚJO, 2013).

Essa aproximação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação ocorreu com bastante ênfase na área de estudos sobre comportamento informacional, surgindo três grupos distintos de potenciais usos dos documentos orgânicos de arquivos: (a) acadêmico-científico; (b) administrativo; e (c) popular. Nesse sentido, considerando as demandas da chamada sociedade da informação, tornou-se necessário mudar as práticas arquivísticas não só para um paradigma pós-custodial, mas sobretudo para um direcionamento voltado aos seus usuários, aos grupos sociais e seus diversos agentes (ÁVILA; SOUZA, 2011).

Cabe destacar também que, no contexto brasileiro, a legislação arquivística também desempenhou um papel importante nos EU em arquivos. Dentre essas normativas, destacam-se: a Lei nº 6.546, 4 de julho de 1978, que regulamenta as profissões de arquivista e técnico de arquivo; a Constituição Federal Brasileira de 1988; a Lei de Arquivos; e a LAI (RANGEL, 2017, 2020).

A partir do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017<sup>54</sup>, os usuários passaram a contar com novas ferramentas no âmbito das instituições arquivísticas, como as cartas de serviço. Por meio delas, as entidades informam os serviços e produtos disponíveis, bem como os prazos previstos para atendimento de suas demandas (MELO, 2020). A partir da promulgação da LAI, houve uma maior aproximação entre os cidadãos, as informações e as instituições arquivísticas, pois os arquivos e profissionais dessas instituições obtiveram a oportunidade de divulgar seus serviços, criando um diálogo entre o arquivo e a sociedade, de modo a tornar o arquivo uma entidade indispensável para o estabelecimento de um regime democrático pleno (VAZ; ARAÚJO, 2015; MELO, 2020).

---

<sup>54</sup> O referido ato normativo revogou o Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

A partir desse panorama e com base nos dados do artigo publicado por Vitoriano, Leme e Silva (2020), autoras que analisaram a produção de artigos nacionais a respeito de EU em arquivos, podemos inferir que

- a) os EU em arquivos são recentes se comparados aos estudos realizados no âmbito da Biblioteconomia;
- b) há um crescimento gradual de EU em arquivos a partir dos anos 2000, com maior predomínio a partir de 2010;
- c) parece haver um equilíbrio na realização de estudos em arquivos permanentes, correntes e intermediários;
- d) há uma incidência maior de EU em arquivos vinculados a instituições públicas;
- e) frequentemente, esses estudos são realizados a partir das seguintes técnicas de coletas de dados: entrevistas, questionários e observação.

Por fim, podemos dizer que os EU, até há pouco direcionados para o grau de satisfação do público em relação aos serviços de informação, têm se voltado para a identificação das necessidades informacionais do público, considerando não só a urgência de avaliarmos os serviços prestados aos usuários, mas sobretudo quais informações devem ser disponibilizadas, tendo em vista os seus interesses e o impacto do acesso a essas informações em seu cotidiano (JARDIM; FONSECA, 2004).

#### 2.4.1.1 Métodos e abordagens

De maneira geral, os EUs podem ser orientados para duas abordagens tradicionais, com enfoque no uso de um sistema de informação ou no usuário (DIAS; PIRES, 2004). Esses estudos fornecem subsídios e instrumentos para a gestão das unidades informacionais, como arquivos, museus e bibliotecas, visto que permitem mensurar, pela perspectiva do público, questões que muitas vezes impactam negativamente a realização de atividades (RANGEL, 2020).

Nesse sentido, Cunha, Amaral e Dantas (2015) afirmam que, para serem úteis aos gestores como instrumentos de planejamento e gestão, os EUs devem ser conduzidos com rigor do método científico, de modo que a coleta de dados gere informações confiáveis. Desse modo, segundo os autores, o planejamento desse tipo de pesquisa deve envolver as seguintes etapas:

- 1) diagnóstico da situação;
- 2) esboço do prognóstico da situação futura;
- 3) identificar possíveis agências financiadoras para o projeto;

- 4) definição dos objetivos, metas e limites do estudo;
- 5) determinação dos tipos de dados a serem utilizados;
- 6) elaboração e pré-teste dos instrumentos de coleta de dados;
- 7) determinação da população/amostra;
- 8) escolha do programa de análise estatística a ser utilizado;
- 9) coleta e análise dos dados;
- 10) controle e avaliação das etapas no desenvolvimento do projeto;
- 11) elaboração do cronograma;
- 12) orçamento dos custos envolvidos: recursos humanos, materiais de consumo, transporte, impressão etc.;
- 13) esboço da estrutura do relatório final para apresentação dos resultados, bem como os tipos de tabelas, gráficos e figuras que poderão ser utilizados;
- 14) apresentação das referências dos documentos e obras utilizadas em todas as fases do projeto;
- 15) inclusão de anexos e apêndices, quando necessários (CUNHA; AMARAL, DANTAS, 2015, p. 150-151).

De modo mais sucinto, Dias e Pires (2004) afirmam que os EU pressupõem os seguintes procedimentos:

- 1) definição dos objetivos do estudo;
- 2) delimitação dos tipos de dados e métodos que serão utilizados;
- 3) produção dos instrumentos para a coleta de dados;
- 4) coleta de dados;
- 5) análise dos dados;
- 6) preparação do relatório;
- 7) revisão e conclusão do relatório final (DIAS; PIRES, 2004).

Dentro dessa perspectiva, Rangel (2020) afirma que a abordagem apresentada por Dias e Pires (2004) se baseia em uma perspectiva biblioteconômica, mas, de certo modo, é aplicável à arquivística, considerando o seu caráter generalista. Segundo o autor, “quando tratamos dos EU em arquivos, essa representação de métodos e técnicas para mensuração e objetivação analítica é incipiente” (RANGEL, 2020, p. 183).

Também constatamos esse aspecto a partir de pesquisas em base de dados, ao buscar artigos, teses e dissertações que abordassem os procedimentos e instrumentos para a realização de EU em arquivos. Não localizamos estudos com esse enfoque na literatura nacional, apenas na internacional, com artigos produzidos por Hernández (2003), Ramírez (2009) e Garcia (2006; 2010), que subsidiaram os aspectos que serão abordados a seguir.

De acordo com esses autores, especificamente no que se refere à metodologia de EU em arquivos, geralmente essas ações envolvem a análise do ambiente no qual está inserida a instituição, assim como a aplicação de métodos diretos e indiretos. As fontes de informação sobre os usuários podem ser diversas; são consideradas diretas quando os dados são obtidos a partir da comunicação e do contato com o próprio usuário, e indiretas quando os dados são provenientes de outros instrumentos, tais como relatórios, estatísticas, ferramentas de controle etc. (GARCIA, 2006, 2010; HERNÁNDEZ, 2003).

No que se refere à análise do ambiente no qual está localizado o arquivo, é importante contextualizar os EU de acordo com o ambiente interno e externo a essa entidade. Portanto, deve-se verificar o meio em que o arquivo está circunscrito a partir da análise de indicadores territoriais, demográficos, econômicos e políticos. Além disso, no que se refere ao seu contexto interno, é importante recuperar o histórico da instituição, assim como a missão, os objetivos, as funções e os produtos e serviços ofertados (GARCIA, 2010).

A escolha dos métodos de aplicação dos EU dependerá dos objetivos da pesquisa. O método indireto pressupõe a utilização dos dados de uso e usuários a partir de registros de público e relatórios de empréstimo, consulta e reprodução de documentos, informações que geralmente são de caráter mais quantitativo do que qualitativo. O método direto, por sua vez, se aplica diretamente aos usuários e pode ser realizado por meio de entrevista, observação e grupos focais, por exemplo (GARCIA, 2010).

Por fim, é importante reiterarmos que a viabilização dos EU, assim como o acesso às informações desejadas por parte do usuário, são possibilitados também por meio do Serviço de Referência de Informação (SRI) (RANGEL, 2020):

As entrevistas de referência são realizadas de forma a confirmar a identidade do pesquisador, como medida de segurança; determinar **os objetivos do pesquisador e suas demandas por informações**; guiar o pesquisador sobre os procedimentos básicos e sobre as limitações impostas ao acesso, ao manuseio dos documentos e à reprodução; por fim, quando a pesquisa estiver concluída, **avaliar o sucesso da visita e a eficácia do serviço** de referência oferecido (DUFF, 2016, p. 176, grifo nosso).

Portanto, compreendemos que o profissional arquivista desempenha a função de mediador, estabelecendo o contato entre o sujeito e a informação, tornando essa relação mais familiar, de modo, inclusive, a ensinar o usuário a ter acesso às informações no arquivo de maneira autônoma. A partir dessa mediação entre o usuário, o arquivo e a informação é provável que haja uma melhoria na recuperação de informações que sejam relevantes para esses indivíduos. A chave para esse sucesso é o reconhecimento do usuário como agente protagonista no processo de transferência da informação (VAZ; ARAÚJO, 2015; DUFF, 2016).



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, serão detalhados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, bem como serão descritas as etapas de coleta de dados, as técnicas utilizadas, os critérios de seleção da amostra e os instrumentos de análise.

Inicialmente, os procedimentos metodológicos consistiram no levantamento de informações a respeito dos estudos sobre a institucionalização de arquivos literários e os usos e usuários desses acervos no Brasil. Foram consultados *sites* e bases de dados utilizando as seguintes palavras-chave ou descritores para investigação: (a) arquivos privados; (b) arquivos pessoais; (c) arquivos literários; (d) aquisição de arquivos literários; (e) institucionalização de arquivos literários; (f) legislação arquivística; (g) acesso e uso de documentos arquivísticos; (g) usuários de arquivos; e (h) EU em arquivos.

A partir da revisão de literatura, mais especificamente com base no estudo realizado por Negrini e Sutton (2017), constatamos que atualmente são custodiados aproximadamente 150 arquivos literários por diferentes instituições no Brasil. Diante dessa diversidade, optamos por direcionar a nossa análise para entidades que não estivessem vinculadas a universidades e que possuíssem departamentos específicos destinados à preservação de arquivos literários. Nesse sentido, foram escolhidos como escopo do estudo os acervos femininos custodiados pelo Departamento de Literatura do IMS e pelo AMLB, cujo descritivo consta nos Apêndices A e B desta tese e totalizam 25 fundos<sup>55</sup>.

Em relação ao universo da pesquisa, destacamos que o IMS é uma entidade cultural, mantida inicialmente por meio de recursos advindos do Unibanco e posteriormente pela família Moreira Sales. Localizada em três cidades – Poços de Caldas (MG), onde nasceu em 1992, Rio de Janeiro e São Paulo –, o instituto possui patrimônios em quatro áreas principais, Fotografia, Música, Literatura e Iconografia, e seu principal objetivo é difundir esses acervos de forma mais ampla (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2023]).

Conforme mencionado nas seções anteriores, o Departamento de Literatura do IMS foi criado em 1994 a partir da chegada do arquivo do jornalista e escritor Otto Lara Rezende (1922-1992). Atualmente, o acervo é composto por uma biblioteca com cerca de 30 mil itens e arquivo, com aproximadamente 130 mil documentos. Segundo os dados que constam no *site* do IMS, há o compromisso de tratar e divulgar a coleção, favorecendo a pesquisa, bem como

---

<sup>55</sup> Os documentos pessoais das escritoras Clarice Lispector (1920-1977) e Maria Julieta Drummond de Andrade (1928-1987) estão divididos entre as duas instituições.

promover exposições e edições de livros com o material do acervo, sendo ele inédito ou não (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017b]).

A FCRB, por sua vez, é um órgão vinculado ao Ministério da Cultura<sup>56</sup> e foi instituída por meio da Lei nº 4.943, 6 de abril de 1966, tendo como finalidade “o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino”, divulgando a obra e a vida de Rui Barbosa (1849-1923) (BRASIL, 1966). A entidade está organizada a partir de órgãos colegiados, de assistência e específicos (BRASIL, 1966; FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2021).

Dentro desse universo, o AMLB está ligado a um órgão específico dentro da FCRB, o Centro de Memória e Informação (CMI), e foi oficialmente instituído a partir da Portaria nº 5, de 18 de outubro de 1972, publicada no Diário Oficial do Estado da Guanabara<sup>57</sup> em dezembro do mesmo ano. O propósito foi de conservar, tratar e expor manuscritos e objetos que pertenceram a grandes personalidades do universo literário, integrando em seu acervo correspondências, obras literárias originais, documentos iconográficos e fonográficos etc. (SOPHIA, 2017).

Ao longo dos anos, o acervo cresceu, ganhou credibilidade e firmou-se como um centro de documentação reconhecido tanto no Brasil quanto no exterior, recebendo documentos de escritores como Lúcio Cardoso (1912-1968), Cruz e Souza (1861-1898); Clarice Lispector (1920-1977) e Cyro dos Anjos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012). Para Sophia (2017), o período compreendido entre 1972 – ano de criação do AMLB – e 2012 – ano de publicação do Guia de Acervo da instituição – foi caracterizado pela expansão das atividades, pelo aprimoramento dos procedimentos técnicos da entidade e, especialmente, pela criação de instrumentos de pesquisa e pelo aumento de usuários atendidos.

Retomando o problema de pesquisa – a necessidade de analisar de que modo a institucionalização dos arquivos literários femininos tem contribuído para o desenvolvimento de estudos a respeito da vida e obra das titulares desses acervos – esta pesquisa pode ser caracterizada como do tipo descritiva. Nas palavras do autor De Sórdi (2017), como estudo descritivo, nosso propósito é coletar a maior quantidade possível de informações de modo a entender, descrever e explorar a temática que é objeto do estudo.

Considerando os objetivos específicos, utilizamos uma abordagem qualitativa para a execução do estudo que, segundo Creswell e Creswell (2021), “envolve a emergência de perguntas e procedimentos, a coleta de dados geralmente no ambiente do participante, a análise

---

<sup>56</sup> Conforme estrutura regimental apresentada no Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

<sup>57</sup> A Guanabara foi um estado do Brasil entre os anos de 1960 e 1975, que existiu no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro (BRASIL, 1960; 1974).

indutiva desses dados iniciada nas particularidades e levada para temas gerais e as interpretações do pesquisador acerca do significado dos dados” (CRESWELL, CRESWELL, 2021, p. 3).

A partir disso, utilizamos como método a pesquisa documental que, de acordo com Martins e Theóphilo (2016), refere-se à abordagem que utiliza documentos como fonte de dados, informações e evidências. Segundo os autores, os documentos podem ser dos mais variados tipos – como diários, documentos arquivados em entidades públicas e privadas, correspondências etc. –, são compilados pelo pesquisador e podem ainda não ter sido objeto de análise ou ser reelaborados segundo os objetivos do estudo.

Conforme o primeiro objetivo desta pesquisa, descrito no tópico 1.4, que visa analisar a história custodial dos arquivos literários femininos, especialmente os aspectos que envolvam a institucionalização dos acervos: período e forma de aquisição; estágio de tratamento; disponibilidade de instrumentos de pesquisa, realizamos uma pesquisa documental utilizando as seguintes fontes de informação: (a) Guia de Acervo do AMLB; (b) Base de Fundos e Coleções da FCRB; e (c) Base de dados de arquivos e acervo bibliográfico do IMS. A etapa de coleta de dados também foi complementada com outros registros disponibilizados no site das instituições e com a troca de informações por correio eletrônico com os funcionários responsáveis por esses acervos (APÊNDICE C).

De acordo com o segundo objetivo específico desta pesquisa, descrito no tópico 1.4, que visa identificar os trabalhos realizados sobre a vida e obra das titulares dos arquivos literários femininos, tendo como foco os trabalhos desenvolvidos a partir do uso dessas fontes documentais, também foi realizada uma pesquisa documental. O objetivo foi localizar trabalhos produzidos a partir dos documentos provenientes dos arquivos literários femininos custodiados pela FCRB e pelo IMS.

Para a coleta de dados sobre os trabalhos acadêmicos, utilizamos o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASISBR), uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A escolha dessa ferramenta deve-se ao fato de que esse é um mecanismo de busca multidisciplinar e de consulta gratuita que, mediante uma única interface, nos fornece o acesso à produção científica, tendo como objetivo reunir e dar visibilidade aos conteúdos científicos produzidos por pesquisadores que atuam nas universidades e institutos de pesquisa brasileiros e portugueses.

É importante salientar que a plataforma OASISBR possui registros dos metadados de produções acadêmicas publicadas desde 1993 até os dias atuais. Logo, ao definir a abrangência

da pesquisa, é fundamental destacar que os resultados obtidos estiveram restritos ao período contemplado pela referida ferramenta.

Entre os meses de agosto e novembro de 2022, realizamos uma busca por artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses na base de dados OASISBR, utilizando a ferramenta de pesquisa avançada e as seguintes palavras-chave para a investigação: 1º Campo: “Título”: (a) nome e sobrenome das titulares; 2º Campo: “Em todos os campos de busca”: (b) “Fundação Casa de Rui Barbosa”; (c) “Instituto Moreira Salles”; (d) “Arquivo”; e (e) “Acervo”, conforme modelo de busca que consta na Figura 3 – Busca na base de dados OASISBR. Os resultados não foram limitados por idioma, tipo de documento ou ano da publicação para que o espectro fosse o mais amplo possível, contemplando, inclusive, os períodos anterior e posterior à institucionalização dos acervos.

**FIGURA 3 – Busca na base de dados OASISBR**

**Fonte:** OASISBR, 2022.

A partir da busca sobre produções a respeito da vida e obra de cada uma das titulares dos arquivos literários localizados na FCRB e no IMS, foram retornados 114 resultados relacionados a nove dessas escritoras. Esses dados foram registrados e compilados em uma planilha com as seguintes colunas: (a) autor; (b) título; (c) resumo em português; (d) ano; (e) instituição; (f) sigla da instituição; (g) país; (h) região; (i) Unidade da Federação (UF); (j)

departamento da instituição; (k) Programa de Pós-Graduação; (l) área do conhecimento; (m) assuntos em português; (n) tipo de documento (Artigo; Trabalho de Conclusão de Curso; Dissertação; Tese); e (o) Referência, conforme modelo que consta no Apêndice D.

Com intuito de localizar as produções desenvolvidas a partir do uso dos documentos provenientes dos arquivos literários femininos custodiados pela FCRB e no IMS, examinamos os resumos e procedimentos metodológicos de cada um dos 114 resultados localizados na busca inicial. A partir disso, verificamos que, do total, 25 trabalhos foram produzidos a partir da consulta e do uso dos documentos desses acervos, tal como pode ser observado nos resultados quantitativos disponibilizados no Apêndice E. Essas produções, escolhidas como foco para análise, foram realizadas a partir do acervo de seis titulares, cujos dados estão descritos no quadro abaixo:

**QUADRO 8** – Dados das titulares dos arquivos literários femininos analisados durante a pesquisa

Item	Titular	Instituição de custódia	Nascimento	Falecimento	Ano de aquisição do acervo
1	Ana Cristina Cesar	IMS	1952	1983	1999
2	Carolina Maria de Jesus	IMS	1914	1977	2006
3	Clarice Lispector	FCRB / IMS	1920	1977	1978
4	Elisa Lispector	IMS	1911	1989	2007
5	Judith Grossmann	FCRB	1931	2015	1992
6	Rachel de Queiroz	IMS	1910	2003	2006

**Fonte:** Elaboração própria.

Considerando o terceiro objetivo específico descrito no tópico 1.4, que consiste em indicar o perfil dos usuários dos arquivos literários femininos a partir de informações como: (a) gênero; (b) grau e área de formação; (c) vínculo institucional; e (d) origem/localidade. A partir das informações coletadas na base OASISBR, complementamos a busca com o nome dos autores das produções na plataforma Lattes, vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esses dados foram compilados numa planilha conforme modelo que também consta no Apêndice D.

Além disso, com relação ao quarto objetivo específico descrito no tópico 1.4, que visa demonstrar os principais elementos que incentivam e obstam a busca e a utilização de documentos provenientes de arquivos literários femininos, levando em consideração os dados sobre os usos e usuários desses acervos, foi realizada uma pesquisa documental nos trabalhos selecionados como escopo do estudo a fim de compreendermos as particularidades e motivações que envolveram a busca e o acesso aos arquivos.

A fim de complementar esses dados, optamos por entrar em contato com os autores desses trabalhos enviando um questionário com catorze perguntas por *e-mail*, conforme modelo que consta no Apêndice F. De acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010), o questionário é um instrumento para a coleta de dados que é confeccionado pelo pesquisador e preenchido pelo informante. Portanto, encaminhamos os questionários por correio eletrônico entre os meses de fevereiro e março de 2023 e recebemos um total de 9 respostas, cujo modelo e formulário de consentimento e autorização constam nos Apêndices G e H. Cabe ressaltar que, desse universo, há pesquisadores que optaram por enviar as respostas por áudio, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones, como o WhatsApp. Essas informações foram transcritas e podem ser consultadas integralmente no Apêndice I.

Além disso, os participantes das entrevistas foram identificados conforme os dados que constam no Quadro 9 – Descrição da amostra:

**QUADRO 9** – Descrição da amostra

<b>Item</b>	<b>Amostra</b>	<b>Arquivo literário feminino</b>
<b>1</b>	Pesquisador 1	Ana Cristina César
<b>2</b>	Pesquisador 2	Ana Cristina César
<b>3</b>	Pesquisador 3	Ana Cristina César
<b>4</b>	Pesquisador 4	Carolina Maria de Jesus
<b>5</b>	Pesquisador 5	Judith Grossmann
<b>6</b>	Pesquisador 6	Rachel de Queiroz
<b>7</b>	Pesquisador 7	Clarice Lispector
<b>8</b>	Pesquisador 8	Clarice Lispector
<b>9</b>	Pesquisador 9	Clarice Lispector

**Fonte:** Elaboração própria.

Feitas a seleção e a análise preliminar das informações, procedemos à análise dos dados que, de acordo com Cellard (2008), “é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos chave” –, de modo que seja possível fornecer uma interpretação coerente das informações considerando o problema de pesquisa.

Portanto, os dados coletados foram agrupados em categorias inter-relacionadas, de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos. A análise dessas informações foi realizada em três atividades contínuas: (a) redução: processo contínuo de seleção e simplificação dos dados originais; (b) apresentação: organização dos dados para auxiliar no processo de tomada de decisões e conclusões, com a produção de gráficos e tabelas; e (c) delineamento: identificação de padrões, possíveis explicações e fluxos de causa e efeito (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

O Quadro 10 ilustra a relação entre os objetivos específicos deste projeto de pesquisa, a fonte dos dados, os instrumentos de coleta de dados e a técnica de análise a ser empregada.

**QUADRO 10** – Relação entre objetivos, fonte, coleta e análise de dados

<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>FONTE</b>	<b>TÉCNICA PARA COLETA DE DADOS</b>	<b>TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS</b>
<b>Analisar a história custodial dos arquivos literários femininos, especialmente os aspectos que envolvam a institucionalização dos acervos: período e forma de aquisição; estágio de tratamento; disponibilidade de instrumentos de pesquisa</b>	(a) Guia de Acervo do AMLB;  (b) Base de Fundos e Coleções da FCRB;  (c) Base de dados de arquivos e acervo bibliográfico do IMS.	Pesquisa documental	Análise documental
<b>Identificar os trabalhos realizados sobre a vida e obra das titulares dos arquivos literários femininos, tendo como foco os trabalhos desenvolvidos a partir do uso dessas fontes documentais.</b>	Base de dados OASISBR	Pesquisa documental	Análise documental
<b>Indicar o perfil dos usuários dos arquivos literários femininos a partir de informações como: (a) gênero; (b) grau e área de formação; (c) vínculo</b>	Base de dados OASISBR  Plataforma Lattes	Pesquisa documental	Análise documental

institucional; (d) origem/localidade.			
<b>Demonstrar os principais elementos que incentivam e obstam a busca e utilização de documentos provenientes de arquivos literários femininos, considerando os dados sobre os usos e usuários desses acervos.</b>	Trabalhos localizados na base de dados OASISBR  Pesquisadores	Pesquisa documental  Questionário	Análise documental  Análise de conteúdo

**Fonte:** Elaboração própria

A partir disso, buscamos relacionar os dados coletados e analisados com os fundamentos e objetivos da pesquisa, de modo que os propósitos e o problema do estudo fossem respondidos. Essas informações poderão ser verificadas na seção posterior, dedicada à análise dos dados.



## 4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando o objetivo de investigar como a institucionalização de arquivos literários femininos tem impulsionado as pesquisas e a produção bibliográfica e/ou científica sobre as titulares desses acervos no Brasil, esta seção apresenta os resultados do estudo, os quais estão estruturados em seis subseções, a saber: (a) Ana Cristina Cesar; (b) Carolina Maria de Jesus; (c) Clarice Lispector; (d) Elisa Lispector; (e) Judith Grossmann; e (f) Rachel de Queiroz. Esses tópicos estão organizados de forma a responder aos objetivos específicos delineados na introdução e são seguidos por uma seção dedicada à discussão geral dos resultados obtidos.

### 4.1 ARQUIVO DA ESCRITORA ANA CRISTINA CESAR (1952-1983)

Ana Cristina Cruz Cesar (Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952 — Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1983) foi uma poeta, crítica literária, professora e tradutora brasileira (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017]). A escritora teve maior visibilidade a partir da década de 1970, a partir de uma poesia intimista e marcada pela coloquialidade. Em 1982, publicou a obra “A teus pés”, reunião de seus três primeiros livros: “Cenas de abril”, de 1979; “Correspondência completa”, do mesmo ano, e “Luvas de pelica”, de 1980, em formato de diário (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017]).

**FIGURA 4** – Retrato de Ana Cristina César (1952-1983)



**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

Ana Cristina Cesar faleceu no Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1983. De acordo com os dados disponibilizados pelo IMS, por vontade expressa da poeta, seu acervo foi depositado inicialmente na casa de Armando Freitas Filho que, com a ajuda de Maria Luiza, mãe de Ana Cristina, e da amiga Grazyna Drabik, organizou, a partir dessa documentação, a obra “Inéditos e dispersos (prosa e poesia)”, publicada em 1985 (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017]).

Ainda segundo os dados do IMS, o acervo de Ana Cristina Cesar chegou ao Instituto em quatro etapas, que se sucederam entre os anos de 1999 e 2005. Além da máquina de escrever da poeta e de sua biblioteca particular, composta por mais de 700 itens, foi doado um arquivo com aproximadamente 300 documentos relativos à sua produção intelectual, 40 correspondências, 590 recortes de jornais e revistas, desenhos, além de documentos audiovisuais e provas de impressão de livros (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017]).

O pesquisador Clovis Britto (2011) destaca que o acervo documental foi doado ao IMS e catalogado entre os anos de 2002 e 2004. O processamento técnico foi realizado por Manoela Purcell Dautt D’Oliveira, assistente cultural do Instituto. De acordo com a profissional, à medida que o acervo foi sendo organizado, a família de Ana Cristina Cesar frequentemente doava mais documentos. Do mesmo modo, sempre que possível, a instituição “atendia os pesquisadores interessados em consultá-lo, **mesmo antes da conclusão da descrição dos itens documentais**” (BRITTO, 2011, p. 91, grifo nosso).

Atualmente, o conjunto documental está organizado em quatorze séries: Correspondência de terceiros; Correspondência familiar; Correspondência pessoal; Diversos; Documentos audiovisuais; Documentos complementares; Documentos iconográficos; Documentos pessoais; Impressos; Material de divulgação; Produção intelectual; Produção intelectual de terceiros; Produção intelectual não identificada; e Produção na imprensa (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2022]).

Segundo as informações disponibilizadas pela equipe do IMS (APÊNDICE C), o arquivo já está 90% processado, isto é, boa parte das informações relativas ao Arquivo de Ana Cristina Cesar estão disponíveis para consulta na base de dados da instituição. O fundo possui atualmente 1.636 registros disponíveis de forma on-line, conforme modelo de descrição, que pode ser observado na Figura 5 – Descrição dos documentos do Arquivo de Ana Cristina Cesar (1952-1983):

**FIGURA 5** – Descrição dos documentos do Arquivo de Ana Cristina Cesar (1952-1983)

000003.jpg	
ÁREA:	Literatura
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:	BR IMS CLIT ACC Cf
AUTORIA:	Cesar, Ana Cristina; destinatário: Cesar, Tirza Aranha Lenz
LOCAL:	Rio de Janeiro - RJ
DATA:	7 jul. 1962
NÍVEL DE DESCRIÇÃO:	Item
DIMENSÃO E SUPORTE:	Textual; 1 f.; 15,2 x 21,8 cm
TIPO DOCUMENTAL:	Carta
ARQUIVO/COLEÇÃO:	Cesar, Ana Cristina, 1952 - 1983
BIOGRAFIA:	Poeta de privilegiada consciência crítica, Ana Cristina Cesar destacou-se na década de 1970 por uma poesia intimista marcada pela coloquialidade. Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 2 de junho de 1952 e cursou Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Incluída na... <a href="#">More</a>
ÂMBITO E CONTEÚDO:	Relato sobre as férias de Ana Cristina Cesar
SOBRE O ARQUIVO/COLEÇÃO:	O Arquivo Ana Cristina Cesar chegou ao Instituto Moreira Salles em 1999. Conserva numerosos cadernos com anotações diversas, rascunhos de poemas, traduções, notas de leitura, de reflexões e observações gerais, além de outros originais da autora. Contém... <a href="#">More</a>
SISTEMA DE ARRANJO:	Arquivo organizado em 14 séries: Correspondência de terceiros, Correspondência familiar, Correspondência pessoal, Diversos, Documentos audiovisuais, Documentos complementares, Documentos iconográficos, Documentos pessoais, Impressos, Material de divulgação,... <a href="#">More</a>
SOBRE A SÉRIE:	O documento faz parte da série Correspondência de terceiros. Formada de documentos relativos à comunicação escrita que mostram relações entre correspondentes que não o titular, entre eles, abaixo-assinado, bilhete, carta, cartões de naturezas diversas como cartão de Natal, pêsames etc.... <a href="#">More</a>
CONDIÇÕES DE ACESSO:	Disponível para consulta presencial
CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:	O IMS não detém os direitos patrimoniais de autor e os direitos de uso de imagem do(s) retratado(s) nos documentos deste arquivo.
IDIOMA:	Português
EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DOS ORIGINAIS:	Série Correspondência familiar do AACC
UNIDADES DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS:	Arquivo Ana Cristina Cesar (AACC); Série Correspondência familiar do AACC
NOTAS SOBRE CONSERVAÇÃO:	marcas de dobras
NOTAS GERAIS:	Segundo Flavio Lenz Cesar, Tirza Aranha Lenz Cesar (nome de solteira) é irmã de Waldo Cesar, e ficou conhecida como Nidia. Estudou no Colégio Bennet, trabalhou como bancária em São Paulo e Rio de Janeiro. Aos 22 anos viajou a Montreal, Canadá, e mudou para Chicago (Estados Unidos), onde casou com George... <a href="#">More</a>
NOTA DO ARQUIVISTA:	Na primeira organização do Arquivo Ana Cristina Cesar, dada pelo IMS em 2002, registrada em base Access, esse documento integrou a subsérie Correspondência ativa com a notação ACC-C-CA-12.
PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS:	Pessoas/Entidades: Identificação parcial [Chagal]; CORELLI, Arcangelo; VIVALDI, Antonio; BARTHES, Roland

**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

Além das atividades de tratamento, a partir da chegada do acervo ao IMS, o Instituto fomentou a divulgação do acervo, realizando, por exemplo, a reedição e o lançamento de publicações inéditas relacionadas à vida e obra de Ana Cristina Cesar, apoiando também uma série de pesquisas, exposições e cursos sobre a escritora. Como exemplo dessas atividades, podemos citar: (a) a exposição “Em memória de Ana Cristina Cesar”, realizada em outubro de 2003 no IMS; (b) a publicação da obra “Antigos e soltos: poemas e prosas da pasta rosa”, publicada em 2008 e organizada por Viviana Bosi a partir da seleção de documentos inéditos encontrados pela mãe da escritora e, posteriormente, doados ao IMS; e (c) o curso “Aos pés de

Ana Cristina”, promovido na sede carioca do IMS entre dos dias 8 e 29 de abril de 2010 (BRITTO, 2011).

Tendo em vista o segundo objetivo da pesquisa, qual seja, identificar os trabalhos realizados sobre a vida e obra das titulares dos arquivos literários femininos, tendo como foco as produções acadêmicas desenvolvidas a partir do uso dessas fontes documentais, foram localizados 5 trabalhos. A respeito da natureza dessas produções, destacamos que se trata de 3 teses e 2 dissertações defendidas entre os anos de 2004 e 2018, ou seja, posteriormente à institucionalização do arquivo – ocorrida entre os anos de 1999 e 2005, tal como demonstrado no Quadro 12 – Usos do arquivo de Ana Cristina Cesar (1952-1983):

**QUADRO 11 – Usos do arquivo de Ana Cristina Cesar (1952-1983)**

Item	Autor(a)	Título	Trabalho	Ano
1	Britto, Clovis Carvalho	Economia simbólica dos acervos literários: itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina César	Tese	2011
2	Nascimento, Carla	Uma mulher do século XIX disfarçada em século XX: um olhar crítico-biográfico sobre o acervo de Ana Cristina Cesar	Tese	2004
3	Kmita, Andréia	O rigor e a sensibilidade poética da prática tradutória de Ana Cristina Cesar	Dissertação	2018
4	Malufe, Annita Costa	Poéticas da imanência : Ana Cristina Cesar e Marcos Siscar	Tese	2008
5	Munhoz, Erica Martinelli	As luvas, as lâminas, o estilete de sua arte : intertextualidade e leitura feminina em Ana Cristina Cesar	Dissertação	2017

**Fonte:** Elaboração própria.

No que concerne ao terceiro objetivo da pesquisa, qual seja indicar o perfil dos usuários dos arquivos literários femininos a partir de informações como: (a) gênero; (b) grau e área de formação; (c) vínculo institucional; e (d) origem/localidade, a partir dos dados que constam no Quadro 12 – Perfil dos usuários do arquivo de Ana Cristina Cesar (1952-1983), podemos identificar algumas de suas principais características:

**QUADRO 12 – Perfil dos usuários do arquivo de Ana Cristina Cesar (1952-1983)**

Item	Autor(a)	Sexo	IES	Programa de Pós-Graduação	Grau e área de formação	País	UF
1	Britto, Clovis Carvalho	Masculino	Universidade de Brasília	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	Doutorado em Sociologia	Brasil	DF
2	Nascimento, Carla	Feminino	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Letras	Mestrado em Letras	Brasil	RJ

3	Kmita, Andréia	Feminino	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária	Mestrado em Letras	Brasil	SP
4	Malufe, Annita Costa	Feminino	Universidade Estadual de Campinas	Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária	Doutorado em Teoria História Literária	Brasil	SP
5	Munhoz, Erica Martinelli	Feminino	Universidade Estadual de Campinas	Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária	Mestrado em Teoria História Literária	Brasil	SP

**Fonte:** Elaboração própria.

O primeiro ponto que deve ser destacado é que o conjunto de autores é composto majoritariamente por pesquisadores com formação na área de Letras e Literatura, vinculados a instituições localizadas principalmente no estado de São Paulo. Analisando os dados do Currículo Lattes, verificamos que nenhum dos autores desempenhou atividades profissionais junto ao IMS, o que, de certa forma, indica que os arquivos literários da instituição também têm sido objeto de estudo por motivos diversificados.

Nesse sentido, em relação ao quarto objetivo da pesquisa, o de demonstrar os principais elementos que incentivam e obstam a busca e utilização de documentos provenientes de arquivos literários femininos, destacamos que, em sua tese “Economia simbólica dos acervos literários: itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina César”, Clovis Britto (2011) teve como propósito discutir a inserção e o reconhecimento das escritoras Cora Coralina (1889-1985), Hilda Hilst (1930-2004) e Ana Cristina César (1952-183) no campo literário brasileiro. Desse modo, o pesquisador utilizou o acervo pessoal como fonte de pesquisa, pois esses conjuntos documentais contribuíram para:

A visualização de seus projetos estéticos, biográficos e políticos, já que por meio dos documentos construíram determinadas imagens de si e de suas obras para a posteridade, herança mobilizada pelas titulares e herdeiros simbólicos no intuito de produzir e sustentar determinadas crenças em seus nomes. A partir dos acervos foi possível reconstruir relações promovidas por e em nome das poetisas, explicitando vinculações hierarquizantes entre suas trajetórias e os registros produzidos na batalha pela distinção no campo literário (BRITTO, 2011, p. 6).

Ainda de acordo com os dados que constam no trabalho do pesquisador, a princípio, a escolha pela análise da trajetória de determinadas escritoras foi pautada em critérios subjetivos – na familiaridade com a obra e a visibilidade adquirida nos últimos anos. Entretanto, ao longo

da pesquisa, “tais critérios se somaram a **existência e disponibilização de seus acervos pessoais a consulta pública**” (BRITTO, 2011, p. 15, grifo nosso).

Andréia Kmita (2018), em dissertação de mestrado intitulada “O rigor e a sensibilidade poética da prática tradutória de Ana Cristina Cesar”, teve como objetivo investigar a atividade de tradução literária de Ana Cristina Cesar, recorrendo ao acervo da escritora para compreender esses processos:

Ao lapidar seu objeto de apreço, a poesia inglesa, vertendo-a para língua portuguesa, Ana C. pensou e repensou, escreveu e reescreveu através da transcrição. **O documento seria, pois, uma das recriações de Ana C. que não foram publicadas em livro, mas permaneceram guardadas em arquivos do Instituto Moreira Salles – Rio de Janeiro** (KMITA, 2018, p. 94, grifo nosso).

Erika Munhoz, autora da dissertação “As luvas, as lâminas, o estilete de sua arte: intertextualidade e leitura feminina em Ana Cristina Cesar”, buscou analisar a intertextualidade entre a poesia de Ana Cristina Cesar e escritores de língua inglesa, tendo como base a problemática da mulher no texto literário. Para tanto, selecionou alguns nomes importantes da tradição literária, tais como: James Joyce, T. S. Eliot, Walt Whitman, Katherine Mansfield e Emily Dickinson, destacando que:

Algumas das escolhas feitas, como é o caso de T. S. Eliot, se deram por conta de uma grande quantidade de referências, mais ou menos explícitas, atravessando diversos poemas da autora, até **os rascunhos e anotações não publicadas em seu arquivo no Instituto Moreira Salles** (MUNHOZ, 2017).

Dos cinco usuários do arquivo de Ana Cristina Cesar, três responderam ao nosso questionário informando que o contato com a documentação permitiu a reconstrução da trajetória de vida e da obra da escritora, trazendo à tona elementos inéditos sobre as suas atividades:

“Tocar em um objeto literário, uma relíquia, papel precioso que deve ser preservado no tempo foi um prazer indescritível primeiramente. **Os documentos, mesmo que em partes, narram trajetórias da vida de Ana C.**, era como se eu conversasse com ela, e ela me devolvia essa conversa mostrando caminhos, passos que seguiu desde pequenina, quando ditou um poema em metáfora rica ainda criança, quando escreveu seu próprio jornal nessa fase, como gerenciava e administrava seus próprios escritos e desenhos no jornal, as férias que passou, as coisas que decidia, como dirigia criteriosamente o jornal da igreja de sua comunidade já na adolescência, a decisão em ir estudar no exterior para aprimorar seu inglês, as escolhas que fazia estavam, muitas delas, ali. Cartas que escrevia aos seus amigos, trabalhos da fase da faculdade e do mestrado” (PESQUISADOR 1, grifo nosso).

“Ana Cristina César por ter uma produção de poucos anos de vida e por ter morrido muito cedo e boa parte da produção que interessa dela não está pública, não foi publicada em vida, né? [...] E aí **me interessava verificar o que era possível encontrar nesse arquivo em termos de coisas não publicadas** [...] A maioria das coisas que eu encontrei já tinha acesso, mas algumas anotações foram superinteressantes para mim. Por exemplo, a observação em alguns rascunhos dela quando ela anotava o nome de um autor do nada tinha um rascunho com um poema e do lado tinha um nome de um autor” (PESQUISADOR 2, grifo nosso).

**“Anotações e entrevistas de Ana C. sobre a constituição de seu arquivo literário foram fundamentais.** Em minha pesquisa não entrei em contato com os familiares de Ana C. Naquela época o pai da escritora havia doado recentemente novos documentos para o IMS. Todavia consultei diversos textos e matérias de jornal com depoimentos dos familiares sobre a constituição, preservação e doação do arquivo literário. **A opção pela doação do acervo para o IMS foi um gesto significativo por possibilitar uma melhor organização e acesso ao acervo**” (PESQUISADOR 3, grifo nosso).

Com relação à investigação no arquivo literário, incluindo a utilização de guias e catálogos, bem como a necessidade de autorização para acesso e uso dos documentos, os entrevistados informaram que:

“Foi fundamental a realização de algumas visitas e pesquisas no acervo da escritora, na reserva técnica literária do Instituto Moreira Salles, na Gávea, Rio de Janeiro. Nessas pesquisas, em 2010, além de conhecer e pesquisar o acervo, foi fundamental entrevistar as profissionais que o haviam organizado, em especial Manoela Daudt D'Oliveira, arquivista da coordenação de literatura do IMS [...] **No Rio de Janeiro, durante as pesquisas no acervo, o acesso ao plano de arranjo também foi fundamental, além das conversas com a arquivista responsável** (PESQUISADOR 3, grifo nosso).

**“A estratégia começou focando naquilo que eu achava essencial para a pesquisa, anotações dela sobre suas traduções, pois trataria desta pauta em alguns capítulos da dissertação,** depois fui para vida dela, desde a infância até seu mestrado em Oxford, e outro curso na UFRJ, e seus planos para dar aula sobre tradução na PUC-RJ, e por fim fui aos textos que não tinham nada a ver com a temática da pesquisa, mas eu tinha esperança de encontrar pontas soltas em seus escritos em todo momento” (PESQUISADOR 1, grifo nosso).

“Não utilizei nenhum guia de pesquisa, fui muito pelos meus instintos [...] Fiz uma **pesquisa na internet e descobri que os registros literários e biográficos de Ana Cristina Cesar estavam em posse do irmão mais velho “Flávio”, que por sua vez cedeu à curadoria do IMS-RJ,** para ter acesso a estes arquivos literários tive que enviar uma carta de solicitação, timbrada com dados da universidade da qual estudava, ao irmão de Ana C, que na altura morava na Alemanha, mas que fazia gosto que pesquisassem sobre a irmã. Ele me concedeu autorização em um outro documento, o qual reencaminhei às autoridades do IMS-RJ, esta parte não foi difícil.” (PESQUISADOR 1, grifo nosso).

**“Eu me lembro de procurar por internet.** Eles tinham um *site* com algumas informações, inclusive um artigo a respeito de uma pesquisadora que tinha trabalhado com algumas coisas do arquivo e eu entrei em contato por *e-mail*. Eu falei com eles por *e-mail* também.” (PESQUISADOR 2, grifo nosso).

“Eu pedi muito ajuda das funcionárias lá do arquivo. Foram pessoas muito legais. **Eu acho que eles tinham muita noção do que tinha ali.** E foi isso. Eu passei três dias, se eu não me engano, durante um período assim, talvez amanhã. Passei a manhã de três dias lá. **A minha estratégia foi buscar tudo o que pudesse que não está, não está publicado.** No caso dela, não era tanto material assim.” (PESQUISADOR 2, grifo nosso).

Os entrevistados ressaltaram que no que diz respeito à utilização dos documentos oriundos do arquivo literário:

“**Os documentos que tinham conexão com minha dissertação foram agrupados nos anexos do trabalho,** e outros que eram importantes, mas tratavam de outros assuntos, ficaram para um trabalho futuro.” (PESQUISADOR 1, grifo nosso).

“Foi uma importância de complementar uma discussão, de **trazer elementos que realmente sustentaram os argumentos sobre o que eu estava discutindo.** Foi muito bacana mesmo.” (PESQUISADOR 2, grifo nosso).

Em relação à relevância do IMS durante a condução da pesquisa, eles afirmaram que:

“**Teve muita importância, sem a preservação do material eu não conseguiria perceber lances que eram só da Ana C.** desejos, críticas, trabalhos voluntários pela igreja da comunidade etc. Responsabilizar-se por documentações preciosas não é tarefa fácil, manter os traços escritos a lápis, manter sinais de anotações na parte do papel que estava abaixo de outro papel, manter os traços que identificam a escritora intactos foi de grande valia, o IMS-RJ faz um bom trabalho de curadoria.” (PESQUISADOR 1, grifo nosso).

“A instituição custodiadora foi fundamental para a pesquisa, visto que a pesquisa consistiu em compreender a constituição e organização do arquivo literário. **Sem o acesso ao arquivo não teria sido possível a realização da pesquisa.**” (PESQUISADOR 3, grifo nosso).

## 4.2 ARQUIVO DA ESCRITORA CAROLINA MARIA DE JESUS (1914-1977)

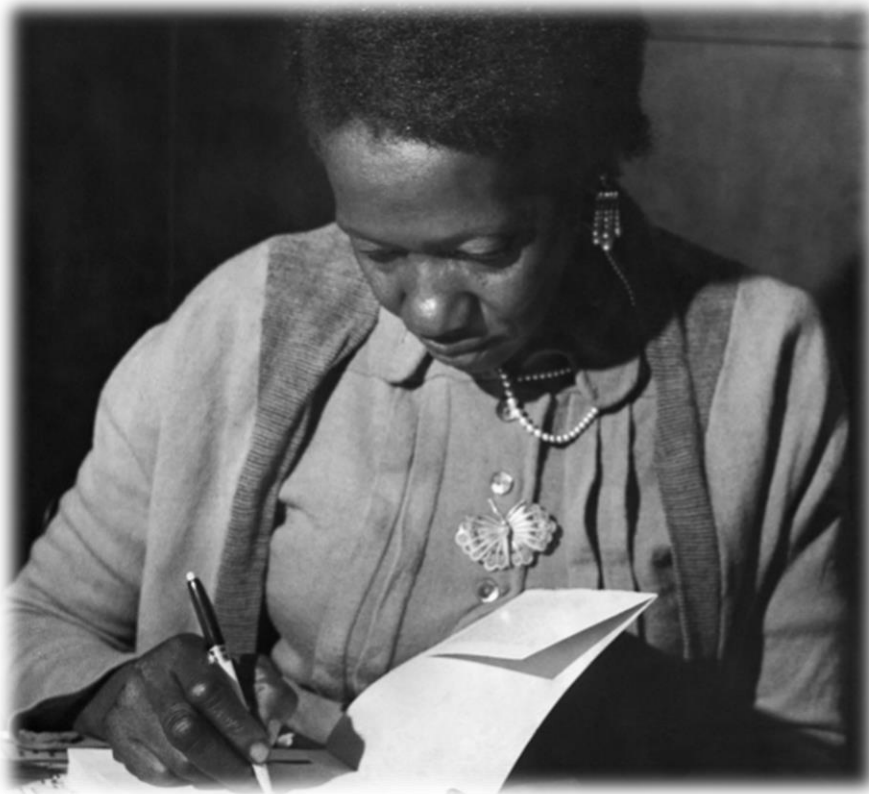
Nascida em 1914, na cidade de Sacramento-MG, Carolina Maria de Jesus viveu a infância no interior de Minas Gerais, onde frequentou a escola até o segundo ano do ensino primário (GONÇALVES, 2014). Aos 23 anos, mudou-se para São Paulo, residindo nos cortiços do centro da cidade. Devido às reformas urbanas, em 1948, mudou-se para a favela do Canindé, às margens do rio Tietê, mesma época em que engravidou de seu primeiro filho, João José. Ela teve mais dois filhos: em 1949, nasceu José Carlos, e em 1953, Vera Eunice (MONTEIRO, 2014; GABRIEL, 2019).

Naquele período, Carolina Maria de Jesus passou a catar papel das ruas da cidade. Ao vasculhar o lixo, descobriu os cadernos que se transformariam em seus "diários", nos quais



registrava sua rotina e suas angústias e aspirações de se tornar escritora. Em 1958, em virtude da inauguração de um parquinho público na favela, encontrou o jornalista Audálio Dantas, da *Folha da noite*, que realizava uma reportagem sobre a expansão das favelas nas margens do rio Tietê. Audálio se interessou por seus cadernos de anotação em forma de diário, publicando o primeiro deles em 1960, o livro *Quarto de despejo* (ITAÚ CULTURAL, 2021; GABRIEL, 2019; GONÇALVES, 2014).

**FIGURA 6** – Retrato de Carolina Maria de Jesus (1914-1977)



**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

O título vendeu mais de cem mil exemplares em seis meses, sendo posteriormente traduzido em treze línguas e comercializado em mais de quarenta países (GONÇALVES, 2014). No entanto, o sucesso editorial durou pouco e foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964. De acordo com Meihy (1998), “a autora de tanto sucesso no livro de estreia, depois deste, padeceu enormemente a dor do silêncio e, o que é pior, do esquecimento” (MEIHY, 1998, p. 88). Mulher, negra e representante legítima da cultura não erudita, Carolina Maria de Jesus contrastava com outras escritoras do cenário literário da época, como Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector (MEIHY, 1998).

No que diz respeito ao arquivo literário, Robledo (2020) aponta que as experiências de ascensão e subsequente marginalização vividas por Carolina Maria de Jesus, juntamente com a falta de interesse na preservação de seu acervo após sua morte, resultaram em seu esquecimento e na falta de preocupação com seu espólio literário.

Essa falta de interesse perdurou até o momento em que os pesquisadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine tiveram acesso ao acervo, até então preservado por sua filha, Vera Eunice, e realizaram o primeiro trabalho de organização do conjunto documental, que foi microfilmado em 1996, a partir de uma parceria com a Biblioteca do Congresso, em Washington D.C. A partir disso, a instituição passou a preservar uma cópia dos microfilmes, sendo outra cópia conservada pela BN (ROBLEDO, 2020). Os documentos originais foram devolvidos a Vera Eurice que, em 1999, os doou ao Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik, de Sacramento (MG) (ROBLEDO, 2020).

Outra parte importante dos documentos da escritora estava em poder de Audálio Dantas. Entre outros documentos, havia dois cadernos originais que serviram de base para publicações como *Quarto de despejo* e *Casa de alvenaria*, que foram doados pelo jornalista à BN em 2011 (ROBLEDO, 2020). O jornalista também cedeu outros cadernos para o Museu Afro Brasil, localizado em São Paulo (FERNANDEZ, 2016).

Após diversas negociações, em 2006, o IMS também recebeu da jornalista Clélia Pisa dois cadernos que Carolina Maria de Jesus havia deixado com ela e com a jornalista francesa Maryvonne Lapouge, na década de 1970, e que subsidiaram a elaboração da publicação *Journal de Bitita*<sup>5859</sup> (FERNANDEZ, 2014, 2016). Portanto, o acervo Carolina Maria de Jesus custodiado pelo IMS é formado apenas por esses dois cadernos: um deles intitulado “Um Brasil para os brasileiros: contos e poemas”, e outra coletânea do mesmo gênero, sem título, e que estão descritos na base de dados da instituição, conforme a Figura 7 – Descrição dos documentos do Arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1987) (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017b]):

---

<sup>58</sup> JESUS, Carolina Maria de. **Journal de Bitita**. Paris: A.M. Métailié, 1982.

<sup>59</sup> Para maiores informações a dispersão do arquivo literário de Carolina Maria de Jesus consultar Lopes, Bizello e Rodrigues (2022).

**FIGURA 7** – Descrição dos documentos do Arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977)

ÁREA:	Literatura
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:	BR IMS CLIT CMJ Pi 0001
AUTORIA:	Jesus, Carolina Maria de
TÍTULO:	Um Brasil para os brasileiros: contos e poesias
LOCAL:	S.I.
DATA:	19--
NÍVEL DE DESCRIÇÃO:	Item
DIMENSÃO E SUPORTE:	Textual; 98 f.; 22,5 x 16,7 cm
ARQUIVO/COLEÇÃO:	Jesus, Carolina Maria de, 1914 - 1977
BIOGRAFIA:	Autora de retumbante sucesso editorial com o lançamento de Quarto de despejo (1960), relato do cotidiano de uma favela e de um período da realidade sócio cultural paulista no início da formação dessas comunidades. Nasceu em Sacramento (MG), em 14 de março de 1914, e em São Paulo, como escritora, conheceu a fama e o fracasso quase ao mesmo tempo. Morreu na casa de um dos filhos, no sítio Cipó, em São Paulo (SP), em 13 de fevereiro de 1977.
ÂMBITO E CONTEÚDO:	Caderno com o texto em prosa Prólogo; poemas A carta, Porque, Riso de poeta, Uns beijos, As aves, Mamãe, Trinado, Solteirona, O sírio, A passarada, A rosa, Ingenuidade, Mistério, Desilusão, Noivas de maio, Mentira, Negras, Devaneio, O colono e o fazendeiro, Pobre inocente, Segredo oculto, O turco e o lampião, Quero-lhe, Meu avô, Estátua de pedra, Visita, Festa dos bichos, O exilado, Em que pensas?, Carta de luto, Atualidades, A vida, Noite de São João, Reminiscências, Dá-me as rosas, Ao... <a href="#">More</a>
SOBRE O ARQUIVO/COLEÇÃO:	O Arquivo Carolina Maria de Jesus chegou ao Instituto Moreira Salles em 2006. É formado de dois cadernos manuscritos.
SISTEMA DE ARRANJO:	Arquivo organizado em 1 série: Produção intelectual.
SOBRE A SÉRIE:	O documento faz parte da série Produção intelectual. Formada de documentos que contenham textos de autoria do titular nos diversos gêneros literários (análise crítica, artigo, autobiografia, biografia, conto, crônica, depoimento, diário, discurso, ensaio, entrevista, epopeia, fábula, novela, poema, poética, prosa, resenha, romance etc.) ou gêneros textuais (adaptação de obra, argumentação, descrição, dissertação sem ficha catalográfica, exposição, letra de música, memória,... <a href="#">More</a>
CONDIÇÕES DE ACESSO:	Disponível para consulta presencial
CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:	O IMS não detém os direitos patrimoniais de autor e os direitos de uso de imagem do(s) retratado(s) nos documentos deste arquivo.
IDIOMA:	Português
EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DOS ORIGINAIS:	Série Produção intelectual do ACMJ
UNIDADES DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS:	Arquivo Carolina Maria de Jesus (ACMJ); Série Produção intelectual do ACMJ
NOTA SOBRE PUBLICAÇÃO:	Livro Antologia pessoal, organizado por José Carlos Sebe Bom Meihy, 1996. O texto Prólogo foi publicado no livro Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus, de Robert M. Levine e José Carlos Sebe Bom Meihy, 1994.
NOTAS GERAIS:	Possui anexo: fotocópia de bilhete datiloscrito 20 hs. Melvin Jones..., de autoria não identificada, 1 f., encontrado entre as folhas 22 e 23.

**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

Cabe-nos destacar também que, entre os meses de setembro de 2021 e abril de 2022, a unidade do IMS localizada na cidade de São Paulo promoveu a exposição “Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros”. Com o intuito de apresentar a trajetória e a produção

literária da escritora, o título da mostra remeteu aos dois diários originais da escritora que, atualmente, estão sendo preservados pelo Instituto (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2021]).

Em relação à produção de estudos sobre a vida e da escritora Carolina Maria de Jesus, especialmente os trabalhos acadêmicos a partir do uso dessas fontes documentais, localizamos uma tese, defendida em 2015 na UNICAMP, conforme dados que podem ser visualizados no Quadro 13 – Usos do arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977):

**QUADRO 13** – Usos do arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977)

Item	Autor(a)	Título	Trabalho	Ano
1	Fernandez, Raffaella Andréa	Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus	Tese	2015

**Fonte:** Elaboração própria.

Com relação ao perfil autora da tese, destacamos alguns aspectos no Quadro 14 – Perfil dos usuários do arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977):

**QUADRO 14** – Perfil dos usuários do arquivo de Carolina Maria de Jesus (1914-1977)

Item	Autor(a)	Sexo	IES	Programa de Pós-Graduação	Grau e área de formação	País	UF
1	Fernandez, Raffaella Andréa	Feminino	Universidade Estadual de Campinas	Instituto de Estudos da Linguagem	Doutorado em Teoria e História Literária	Brasil	SP

**Fonte:** Elaboração própria.

Da mesma forma que ocorre com os usuários do arquivo literário de Ana Cristina Cesar, podemos observar que a pesquisadora do acervo de Carolina Maria de Jesus também possui formação na área de Letras e está vinculada a uma instituição de ensino situada no estado de São Paulo. Os dados obtidos do Currículo Lattes também indicam que Raffaella Fernandez não desempenhou atividades profissionais junto ao IMS, mas que a sua atuação está ligada principalmente à literatura negro-periférica, crítica genética e crítica textual.

Conforme evidenciado em sua tese, Raffaella Fernandez buscou analisar o processo criativo de Carolina Maria de Jesus a partir de seus manuscritos, com o objetivo de decifrar suas estratégias de criação por meio do acervo literário, isto é, “os manuscritos de Carolina de

Jesus permitiram à pesquisadora evidenciar lacunas e diálogos transversais que se entrecruzam e se atravessam deixando pistas para iluminar os **caminhos percorridos pela escritora**” (FERNANDEZ, 2015, p. 25, grifo nosso).

Nesse sentido, a pesquisadora concedeu-nos uma entrevista em que descreveu o seu processo de busca, acesso e uso dos documentos da escritora Carolina Maria de Jesus, levando em consideração a dispersão do acervo literário dessa autora, que atualmente está sob a custódia de diversas instituições: (a) Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik, em Sacramento-MG, cidade natal de Carolina Maria de Jesus; (b) IMS, no Rio de Janeiro; (c) BN, também na mesma cidade; (d) Museu Afro Brasil (MAB), na cidade de São Paulo; e (d) Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, vinculada à USP (BARCELLOS, 2015; TORRES, 2018).

A pesquisadora mencionou que, dentre os motivos que a incentivaram a realizar um estudo sobre a vida e obra de Carolina Maria de Jesus, estava o interesse inicial em investigar a trajetória de escritoras negras:

“Conforme eu fui fazendo a pesquisa, **muitas pessoas falavam que isso não era literatura** e que, sobretudo, **Carolina não era literatura** e que havia um debate sobre isso. E aí eu me aprofundei nesse debate até chegar a sentir necessidade de ler o que ela havia escrito além do Quarto de Despejo. E foi aí que a minha pesquisa tomou um rumo muito diferente, que foi o de ler os manuscritos, porque **não havia literatura dela publicada sobre aqueles escritos**. E foi aí que eu comecei a estudar nos arquivos e pesquisar a Carolina na literatura.” (PESQUISADOR 4, grifo nosso).

Durante a pesquisa no acervo literário, Raffaella Fernandez mencionou que enfrentou algumas dificuldades, incluindo a necessidade de realizar deslocamentos frequentes, devido à falta de catalogação adequada dos materiais e à ausência de informações *on-line* sobre o arquivo literário. Especificamente a respeito dos itens que estão alocados no IMS, a pesquisadora destacou que:

“De 2004 até 2007, eu cheguei a **dialogar** durante muito tempo com uma **jornalista francesa, Clélia Pisa**, que estava com dois cadernos que foram entregues ao Instituto Moreira Salles e que culminou em todo esse trabalho que hoje o Instituto Moreira Salles vem fazendo” (PESQUISADOR 4, grifo nosso).

Raffaella Fernandez também ressaltou a importância do acervo para a realização da pesquisa:

“Foi a partir do **espólio da Carolina que eu pude conhecer uma outra e outras Carolinas**. Então, sem a possibilidade de ler esse material arquivado, eu não teria acesso às outras Carolinas e **não teria realizado a minha tese**, que na verdade é um

resultado de uma pesquisa de 15 anos que foi ler esses manuscritos, me aproximar desse material, dessa literatura e ter contato com os romances, os contos e a partir daí, poder, durante a minha tese, mostrar esses caminhos, **os percursos do espólio literário de Carolina.**” (PESQUISADOR, 4, grifo nosso).

Além disso, a pesquisadora enfatizou que o acesso e a utilização dos documentos do arquivo desempenharam um papel fundamental na promoção e divulgação do acervo. Por meio desses documentos, foi possível apresentar e explorar os textos literários de Carolina Maria de Jesus de uma forma mais abrangente e significativa. Ao ter acesso direto às fontes primárias, foi possível compreender e contextualizar melhor a produção literária de Carolina Maria de Jesus. Isso permitiu não apenas a análise aprofundada de suas obras, mas também a disseminação e o compartilhamento de seu legado artístico e cultural com um público mais amplo.

#### 4.3 ARQUIVO DA ESCRITORA CLARICE LISPECTOR (1920-1977)

Clarice Lispector nasceu em 10 de dezembro de 1920 na cidade de Tchetchelnik, na Ucrânia. Foi romancista, contista, cronista, jornalista e redatora. Filha de pais exilados da Rússia, ela imigrou para o Brasil junto com sua família, instalando-se em Recife (PE), onde fez os estudos primários e secundários (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012; ITAÚ CULTURAL, 2023b; INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017d]).

Após a morte de sua mãe, em 1935, Clarice Lispector e sua família mudaram para a cidade do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, ela ingressou no curso de Direito da então Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro –, enquanto trabalhava como redatora na *Agência Nacional* e, posteriormente, no jornal *À Noite* (ITAÚ CULTURAL, 2023b; INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017d]).

Em 1943, Clarice Lispector casou-se com o diplomata Maury Gurgel Valente (1921-1994), passando a viver em diferentes países, incluindo Itália, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos. Nesse ínterim, ela escreveu seus primeiros livros, e o seu romance de estreia, “*Perto do Coração Selvagem*”, recebeu o Prêmio Graça Aranha em 1944 (ITAÚ CULTURAL, 2023b).

Em 1959, após seu divórcio, Clarice Lispector retornou ao Brasil e lançou algumas de suas obras mais importantes: “*Laços de Família*” (1960), “*A Paixão Segundo G.H.*” (1964), “*Água Viva*” (1973) e “*A Hora da Estrela*” (1977). Residindo no Rio de Janeiro, atuou como jornalista em veículos como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*, escrevendo

crônicas e artigos sobre moda, beleza e comportamento direcionados ao público feminino (ITAÚ CULTURAL, 2023b).

**FIGURA 8** – Retrato de Clarice Lispector (1920-1977)



**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

A partir da década de 1960, Clarice Lispector ganhou cada vez mais renome e importância literária. Sua obra é considerada pioneira no Brasil por retratar a crise da representação na arte moderna. Assim como João Guimarães Rosa (1908-1967) ela é tida como uma inovadora da prosa brasileira, especialmente devido à tensão existente entre a linguagem e a vida. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012). Clarice Lispector faleceu em 9 de dezembro de 1977, no Rio de Janeiro (RJ) (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

No que diz respeito ao seu espólio literário, o acervo de Clarice Lispector está dividido entre duas instituições: o AMLB e o IMS<sup>60</sup>, o que o torna mais um exemplo de dispersão de fundos arquivísticos (SILVA, 2017). Com relação aos documentos da escritora que estão localizados no AMLB, esse conjunto foi doado por seu filho Paulo Gurgel Valente (1953- )

---

<sup>60</sup> Cabe ressaltarmos que, além dessas duas instituições, a Seção de Manuscritos da BN também preserva a correspondência com as suas irmãs, Elisa Lispector (1911-1989) e Tanya Lispector (1915-2007) (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

em dois lotes: o primeiro chegou a pedido de Plínio Doyle (1906-2000), fundador do AMLB, em 1977, e o segundo, anos mais tarde.

A parte documental do acervo é composta por 697 manuscritos e datilografados – originais de livros, correspondências, cadernos de anotações – e 1.466 documentos impressos – recortes de jornais e revistas, folhetos etc. É importante destacar a correspondência trocada entre Clarice Lispector e escritores brasileiros, como Rubem Braga (1913-1990) e Fernando Sabino (1923-2004), além do material que foi utilizado como referência para a construção da coluna “Correio Feminino”, publicada no *Correio da Manhã*, sob o pseudônimo Helen Palmer (SILVA, 2017; VASCONCELLOS, 1993; FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

Esse conjunto foi identificado, classificado, descrito e arranjado nas seguintes séries: correspondência pessoal, correspondência de terceiros, correspondência familiar, correspondência familiar de terceiros, produção intelectual, produção intelectual de terceiros, documentos pessoais, documentos diversos, produção na imprensa, documentos iconográficos e documentos complementares (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

O acervo foi aberto à consulta em 1987 e o seu inventário analítico, organizado por Eliane Vasconcellos, foi publicado pela FCRB, em 1994, como estratégia de divulgação do acervo (SILVA, 2017). Segundo os dados disponibilizados pela FCRB, o inventário está disponível de modo impresso e na base de dados do AMLB, tal como pode ser observado na Figura 9 – Descrição dos documentos do Arquivo de Clarice Lispector (1920-1977):



**FIGURA 9** – Descrição dos documentos do Arquivo de Clarice Lispector (1920-1977) no AMLB

	Unidade de descrição	Arquivo
	Número de chamada	
	Nível	Arquivo
	Título	<b>Clarice Lispector</b>
	Imprenta	[S.l.: s.n.].
	Desc. física	Acervo arquivístico: 1, 30 m ou 697 documentos manuscritos e datilografados; 1466 documentos impressos.
	Forma do registro	ARQUIVÍSTICA; bibliográfica.
	Notas	
	Gerais	Há peças de museu
	Condições de acesso	Aberto à consulta. É necessário que haja um contato prévio com a instituição mantenedora dos documentos para agendamento
	Resumo	O arquivo Clarice Lispector foi arranjado em 10 séries, assim distribuídas: Correspondência, abrange a correspondência pessoal da escritora, além da de terceiros, de familiares e familiares de terceiros. Esta série é constituída por 390 documentos. Na correspondência pessoal passiva destacamos a mantida com Fernando Sabino, abrangendo o período de 1946 a 1959, e com Rubem Braga, entre os anos de 1945 e 1962. Em relação a este último, trata-se de 7 cartas nas quais, além da situação política brasileira no ano de 1945, comenta-se a produção literária de Clarice, do cronista e dos amigos. A série produção intelectual da titular compõe-se de 84 trabalhos, entre originais de crônicas e traduções. Destacamos o datiloscrito de Água-viva, o manuscrito do conto a Bela e a fera e o material que serviu de base para a elaboração da coluna Correio Feminino, publicado no Correio da Manhã, sob o pseudônimo de Helen Palmer. A série documentos pessoais reflete de maneira bastante fragmentária a vida da titular. Esta série reúne carteira de identidade, profissional, título de eleitor, contrato de edições, diplomas, contra-cheques, recibos e extratos de contas. Na série documentos diversos, encontramos material de natureza variada. São boletins informativos, cadernos de endereços e telefones, menus, programação do Primeiro Congresso de Bruxaria e as mais variadas notas. Os documentos complementares referem-se a material com data posterior à morte da titular. É uma série pequena composta de 5 documentos. A série produção na imprensa é constituída de recortes de jornais com artigos de Clarice e de terceiros
	Resumo	Acervo bibliográfico: a Coleção Clarice Lispector é formada por livros de Literatura brasileira dos grandes escritores contemporâneos de Clarice como Antônio Calado, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Lúcio Cardoso, Manuel Bandeira, Rubem Braga e outros
	Condições de reprodução	Acervo arquivístico: é permitida a reprodução dos documentos, sendo obrigatória a citação da fonte e o respeito às informações coletadas. Os documentos que não se encontram em domínio público necessitam de autorização
	Condições de reprodução	Acervo bibliográfico: obras raras ou que não estiverem em boas condições físicas não podem ser xerocopiadas somente fotografadas ou escaneadas
	Origem	Doado por Paulo Gurgel Valente, filho de Clarice Lispector, em 1/2/1978
	Biográficas/Administrativas	Clarice Lispector, nasceu em Tchetel'nik, Ucrânia, em 10 de dezembro de 1925. Filha de pais exilados da Rússia passou a infância no Recife, PE, aonde chegou com 2 meses, e onde fez os estudos primários e secundários, já entregue às leituras literárias e às tentativas de escrever. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1929. Diplomou-se em Direito (1944). Casou-se com o diplomata Mauri Gurgel Valente e viveu muitos anos no exterior, até fixar-se definitivamente no Rio de Janeiro, a partir de 1958. Nesse interim seus contos apareceram em periódicos. Recebeu os seguintes prêmios: Graça Aranha (1944), Carmen Dolores Barbosa (1956), Calunga (1967) e Golfinho de Ouro (1969). Foi uma das escritoras modernas de maior fortuna crítica. Romancista, contista, cronista, jornalista, redatora Como seus contemporâneos pós-modernistas, Clarice colocou no centro da criação o problema da busca de uma linguagem nova e especial, analítica, para traduzir a vida interior. Elevou ao mais alto grau a ficção psicológica deixando uma obra densa e original, no conto e no romance, que ocupa lugar de relevo na narrativa literária brasileira. Faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 9 de dezembro de 1977. (Informações extraídas da Enciclopédia de Literatura Brasileira)
	Idioma	Acervo arquivístico: documentos predominantemente em português
	Idioma	Acervo bibliográfico: livros predominantemente em português
	Instrumento de pesquisa	<b>inventário</b> analítico publicado em papel e na base de dados
	Locais 2	Acervo arquivístico: documentos em bom estado de conservação
	Locais 2	Acervo bibliográfico: em geral estão em bom estado
	Locais 3	Acervo arquivístico: organizado
	Locais 3	Acervo bibliográfico: disponível para consulta na base de dados
	Locais 4	AMLB

**Fonte:** Fundação Casa de Rui Barbosa (2023).

Na década de 1990, Eliane Vasconcellos (1993) já ressaltava a possibilidade de que familiares e amigos detivessem outros documentos da escritora. De fato, outra parte do acervo foi doada ao IMS, em 2004, também por Paulo Gurgel Valente (1953-). Nesse grupo de documentos, incluem-se os originais de obras, como “A hora da estrela” e “Um sopro de vida” e os contos originais datiloscritos de “A bela e a fera”, livro póstumo, publicado em 1979. No conjunto de correspondências, há missivas trocadas entre Clarice Lispector e Maury Gurgel Valente. Naquela época, a biblioteca da escritora, composta por mais de 800 itens, também foi doada para a instituição (SILVA, 2017). Em 2012, o acervo também recebeu da família um caderno de notas em que a escritora fez registros pessoais sobre diversos momentos de sua vida (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017d]).

Com o intuito de divulgar a obra de Clarice Lispector, em 2004, o IMS homenageou a escritora com a publicação dos volumes 17 e 18 dos *Cadernos de Literatura Brasileira*. Em 2009, foi realizada a exposição “Clarice pintora”, com 16 quadros da escritora, pertencentes ao acervo do AMLB. Dois anos mais tarde, foi lançado o projeto “A hora de Clarice”, evento organizado pelo IMS, com o intuito de fazer com que a data do ano de nascimento de Clarice Lispector fosse comemorada e compusesse o calendário cultural do país. Além dessas atividades expositivas e de cursos ministrados no IMS, em 2012, o Instituto também lançou um *site*<sup>61</sup> dedicado à escritora (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017d]).

De acordo com os dados disponibilizados pela equipe do IMS (APÊNDICE C), o acervo custodiado pelo Instituto está 98% processado. Os 338 registros inseridos na base de dados estão organizados em 13 séries: Correspondência de terceiros, Correspondência familiar, Correspondência pessoal, Diversos, Documentos audiovisuais, Documentos iconográficos, Documentos pessoais, Impressos, Material de divulgação, Produção intelectual, Produção intelectual de terceiros, Produção intelectual não identificada e Produção na imprensa. Esses documentos podem ser consultados conforme o exemplo que consta na Figura 10 – Descrição dos documentos do Arquivo de Clarice Lispector (1920-1977):

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://claricelispector.ims.com.br/>. Acesso em: 22 maio 2023.

**FIGURA 10** – Descrição dos documentos do Arquivo de Clarice Lispector (1920-1977) no IMS

ÁREA:	Literatura
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:	BR IMS CLIT CL Cf
AUTORIA:	[Valente, Maury Gurgel]; destinatário: Lispector, Clarice
LOCAL:	S.I.
DATA:	9 jan. 1941
NÍVEL DE DESCRIÇÃO:	Item
DIMENSÃO E SUPORTE:	Textual; 3 f.
TIPO DOCUMENTAL:	Carta
ARQUIVO/COLEÇÃO:	Lispector, Clarice, 1920 - 1977
BIOGRAFIA:	Escritora de estatura internacional, Clarice Lispector iniciou a carreira na imprensa como jornalista e repórter do jornal carioca A Noite. Nasceu na aldeia de Tchechelnik, na Ucrânia, em 10 de dezembro de 1920, mas, desde os cinco anos de idade, viveu no Brasil, para onde se mudou com a família em fuga da dominação comunista no país durante a guerra civil (1918-1921) que se seguiu à Revolução Bolchevique de 1917. Consagrada com uma das maiores ficcionistas brasileiras,... <a href="#">More</a>
ÂMBITO E CONTEÚDO:	Notícias pessoais
SOBRE O ARQUIVO/COLEÇÃO:	O Arquivo Clarice Lispector chegou ao Instituto Moreira Salles em 2004. Conserva os manuscritos dos romances A hora da estrela e Um sopro de vida, além de outros originais da autora. Contém fotografias e negativos, correspondência, discos e o documentário Perto de Clarice em película de 16mm.
SISTEMA DE ARRANJO:	Arquivo organizado em 13 séries: Correspondência de terceiros, Correspondência familiar, Correspondência pessoal, Diversos, Documentos audiovisuais, Documentos iconográficos, Documentos pessoais, Impressos, Material de divulgação, Produção intelectual, Produção intelectual de terceiros, Produção intelectual não identificada e Produção na imprensa.
SOBRE A SÉRIE:	O documento faz parte da série Correspondência familiar. Formada de documentos relativos à comunicação escrita que mostram relação de parentesco entre o correspondente e o titular, entre eles, abaixo-assinado, bilhete, carta, cartões de naturezas diversas como cartão de Natal, pêsames etc., cartão-postal, circular, comunicado, convite, memorando, ofício, requerimento, telegrama etc.
CONDIÇÕES DE ACESSO:	Disponível para consulta presencial
CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:	O IMS não detém os direitos patrimoniais de autor e os direitos de uso de imagem do(s) retratado(s) nos documentos deste arquivo.
IDIOMA:	Português
EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DOS ORIGINAIS:	Série Correspondência familiar do ACL
UNIDADES DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS:	Arquivo Clarice Lispector (ACL); Série Correspondência familiar do ACL
NOTAS GERAIS:	Manuscrito.

**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

Tanto o AMBL quanto o IMS disponibilizam os documentos do arquivo de Clarice Lispector para consulta presencial. O acervo sob custódia do AMLB não está digitalizado, estando disponível somente para consulta agendada. Entretanto, no IMS, alguns documentos importantes, como as notas manuscritas do livro “A hora da estrela” e todo o seu caderno de

bordo, estão digitalizados com alta qualidade. Os pesquisadores podem acessar esses documentos por meio do *site* da instituição. Caso haja interesse em digitalizar outros documentos durante a consulta ao arquivo, é necessário solicitar autorização para os detentores dos direitos patrimoniais e de imagem da autora (SILVA, 2017).

No que concerne às produções acadêmicas sobre a vida e obra de Clarice Lispector, desenvolvidos a partir do acesso e uso dos documentos localizados no AMLB e no IMS, foram localizados 15 trabalhos, sendo 4 teses, 8 dissertações e 3 artigos publicados entre os anos de 1993 e 2022, conforme demonstrando no Quadro 15 – Usos do arquivo de Clarice Lispector (1920-1977):

**QUADRO 15** – Usos do arquivo de Clarice Lispector (1920-1977)

Item	Autor(a)	Título	Trabalho	Ano
1	Cavalcanti, Henrique Inojosa	Clarice Lispector: no coração do Recife (1925-1935)	Dissertação	2020
2	Mota, Karyn de Paula	Clarice Lispector na Era Digital: a apropriação da escritora na Rede	Dissertação	2018
3	Mai, Tagiane	Por trás do pensamento e do objeto gritante: edição e análise dos datiloscritos de Água viva, de Clarice Lispector	Dissertação	2022
4	Cavalheiro, Marcos Ulisses	Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector	Dissertação	2019
5	Andrade, Maria das Gracias Fonseca	Da escrita de si à escrita fora de si: uma leitura de Objeto gritante e Água viva de Clarice Lispector	Tese	2007
6	Jacinto, Valeria	Cartas a Clarice Lispector: Correspondência passiva da escritora depositada na Fundação Casa de Rui Barbosa	Dissertação	1997
7	Oliveira, Eneida Gomes Nalini de	Contribuições das reflexões do Círculo de Bakhtin para o estudo e prática da tradução: uma análise do datiloscrito de Clarice Lispector da peça <i>The member of the wedding</i>	Tese	2015
8	Ramírez, Alberto Emiliano Mastache	Escrevo que escrevo: um estudo comparado de <i>A hora da estrela</i> de Clarice Lispector e <i>El libro vacío</i> de Josefina Vicens	Tese	2018
9	Santos, Cibele Araujo Camargo Marques dos Cavalheiro, Marcos Ulisses	Identificação arquivística no fundo Clarice Lispector: caracterização tipológica da série documentos pessoais	Artigo	2019
10	Santos, Neli Edite dos	A crítica jornalística sobre Clarice Lispector (1943-1997)	Dissertação	1999
11	Silva, Carlos Augusto Moraes	As correspondências de Clarice Lispector: cartografias de um processo criativo	Tese	2021
12	Silva, Emilly Fidelix da	Entre achados e perdidos: o arquivo pessoal de Clarice Lispector	Dissertação	2017

13	Silva, Lohanne Gracielle	A alquimia como processo de criação: pulsações entre a escrita de Clarice Lispector e a escrita da história	Dissertação	2013
14	Vasconcellos, Eliane	Clarice Lispector no arquivo-Museu de Literatura	Artigo	1994
15		O arquivo de Clarice Lispector	Artigo	1993

**Fonte:** Elaboração própria

Quanto ao perfil desses pesquisadores, percebemos que o grupo de usuários do acervo de Clarice Lispector é formado tanto por homens quanto por mulheres que estão localizados no Nordeste e no Sudeste do Brasil. Além da diversidade geográfica, verificamos que esses estudiosos possuem formação relacionada à área de Letras e Literatura, bem como História, Comunicação e Ciência da Informação, conforme descrito no Quadro 16 – Perfil dos usuários do arquivo de Clarice Lispector (1920-1977):

**QUADRO 16** – Perfil dos usuários do arquivo de Clarice Lispector (1920-1977)

Item	Autor(a)	Sexo	IES	Programa de Pós-Graduação	Grau e área de formação	País	UF
1	Cavalcanti, Henrique Inojosa	Masculino	Universidade Católica de Pernambuco	Programa de Pós-Graduação em História	Mestrado em História	Brasil	PE
2	Mota, Karyn de Paula	Feminino	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social	Mestrado em Comunicação Social	Brasil	RJ
3	Mai, Tagiane	Feminino	Universidade Nova de Lisboa	Departamento de Estudos Portugueses	Mestrado em Edição de Texto	Portugal	--
4	Cavalheiro, Marcos Ulisses	Masculino	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado em Ciência da Informação	Brasil	SP
5	Andrade, Maria das Gracias Fonseca	Feminino	Universidade Federal de Minas Gerais	Programa de Pós-Graduação em Letras	Doutorado em Letras	Brasil	MG
6	Jacinto, Valeria	Feminino	Universidade de São Paulo	Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas	Mestrado em Literatura Brasileira	Brasil	SP
7	Oliveira, Eneida Gomes Nalini de	Feminino	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa	Doutorado em Linguística	Brasil	SP
8	Ramírez, Alberto Emiliano Mastache	Masculino	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Letras	Doutorado em Letras	Brasil	RJ

9	Santos, Cibele Araujo Camargo Marques dos	Feminino	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Doutorado em Ciência da Informação	Brasil	SP
	Cavalheiro, Marcos Ulisses	Masculino	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Mestrado em Ciência da Informação	Brasil	SP
10	Santos, Neli Edite dos	Feminino	Universidade Estadual de Campinas	Instituto de Estudos da Linguagem	Mestrado em Teoria e História Literária	Brasil	SP
11	Silva, Carlos Augusto Moraes	Masculino	Universidade Federal de Uberlândia	Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários	Doutorado em Estudos Literários	Brasil	MG
12	Silva, Emilly Fidelix da	Feminino	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação em História Cultural	Mestrado em História Cultural	Brasil	SC
13	Silva, Lohanne Gracielle	Feminino	Universidade Federal de Uberlândia	Programa de Pós-Graduação em História	Mestrado em História	Brasil	MG
14	Vasconcellos, Eliane	Feminino	--	--	--	Brasil	RJ
15							

**Fonte:** Elaboração própria

Em relação ao quarto objetivo da pesquisa, o de demonstrar os principais elementos que incentivam e obstam a busca e utilização de documentos provenientes de arquivos literários femininos, verificamos que, na dissertação intitulada “Clarice Lispector: no coração do Recife (1925-1935)”, Henrique Cavalcanti teve como objetivo estudar a trajetória da escritora durante o período em que ela viveu na cidade de Recife. Para subsidiar o seu trabalho, Cavalcanti (2020) utilizou como fonte os documentos localizados no AMLB, como, por exemplo, notas e artigos sobre a escritora, bem como as correspondências entre Clarice Lispector e João Cabral de Melo Neto (1920-1990).

Na dissertação “Clarice Lispector na Era Digital: a apropriação da escritora na rede”, defendida em 2018, a pesquisadora Karyn Mota analisou a apropriação da imagem da escritora no contexto da Internet. Com esse propósito, o estudo realizou a coleta de postagens em páginas do Facebook dedicadas a Clarice Lispector, a fim de realizar uma análise comparativa com o conteúdo observado no Blog Clarice Lispector, produzido pelo IMS, com base no acervo literário da escritora (MOTA, 2018).

A pesquisadora Tagiane Mai, no trabalho “Por trás do pensamento e do objeto gritante: edição e análise dos datiloscritos de *Água viva*, de Clarice Lispector”, apresentado em 2022 na Universidade Nova de Lisboa, investigou o processo de edição realizado pela escritora, especificamente na construção da obra “*Água Viva*”:

Clarice trabalhou intensamente sobre o texto, realizando substituições, acréscimos, correções e supressões – das 188 páginas que os originais chegaram a ter, o livro sairia com 115, apenas –, alterando a ordem das palavras e a posição dos parágrafos, embora sem alterar significativamente a estrutura das frases. Até a versão definitiva do texto, **a autora produziu duas versões completas do mesmo, que documentam diferentes fases da elaboração da obra**. Trata-se das versões intituladas “Atrás do pensamento: monólogo com a vida” (AP), aos cuidados do Instituto Moreira Salles (IMS), e “Objecto gritante” (OG), sob a guarda da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), ambos sediados no Rio de Janeiro.

[...]

Tendo por objetivo apresentar uma reprodução que integre os diferentes elementos da escrita da autora de um modo graficamente legível e que ofereça uma sequência de páginas que amplie as possibilidades de análise e interpretação dos documentos, optamos pela edição diplomática de fac-símiles de AP e OG, **obtidos junto ao Acervo Clarice Lispector do Instituto Moreira Salles e ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa**, respectivamente (MAI, 2018, p. 9-10, grifo nosso).

Na tese de doutorado “Da escrita de si à escrita fora de si: uma leitura de Objeto gritante e Água viva de Clarice Lispector”, Maria das Graças Andrade, por sua vez, também analisou as versões de “Objeto gritante”, prototextos do livro “Água Viva”, que estão armazenadas no AMLB. A principal meta do estudo foi traçar a evolução da obra, especialmente as alterações que surgiram na transição de um estilo de escrita autobiográfico para um estilo de escrita mais distanciado e impessoal. Em seu trabalho, Andrade (2007) destaca que:

A pesquisa no arquivo, **pôs-nos em contato com materiais com os quais não esperávamos lidar**, como correspondências de Clarice e para Clarice, artigos que indicavam a recepção crítica de *Água Viva*, entrevistas, telas pintadas pela autora, fotos etc. (ANDRADE, 2007, p. 12-13, grifo nosso).

A pesquisadora Eneida Oliveira, na tese de doutorado intitulada “Contribuições das reflexões do Círculo de Bakhtin para o estudo e prática da tradução: uma análise do datiloscrito de Clarice Lispector da peça *The member of the Wedding*”, defendida em 2015, teve como objetivo problematizar, com base na análise da tradução inacabada dessa peça, realizada pela escritora, as contribuições desenvolvidas pelo Círculo Bakhtin no que se refere aos conceitos de linguagem:

Clarice Lispector iniciou a tradução da peça em 1961 e deixou uma versão datilografada e revisada por ela, com marcas manuscritas, que integra o espólio da autora na Fundação Casa de Rui Barbosa. Nas folhas datilografadas há apontamentos e interferências feitas por Clarice-tradução, o que nos faz concluir que o trabalho de tradução ainda estava em processo e, possivelmente, outra versão seria considerada como finalizada (OLIVEIRA, 2015, p. 13).

No trabalho “Escrevo que escrevo: um estudo comparado de *A hora da estrela* de Clarice Lispector e *El libro vacío* de Josefina Vicens”, de autoria de Alberto Ramírez, objetivou-se

analisar a escrita literária das duas escritoras. Especificamente em relação a Clarice Lispector, foi realizado um exame detalhado dos arquivos localizados no AMLB e no IMS:

**A consulta aos arquivos conferiu maior sustentação à nossa pesquisa**, uma vez que permitiam observar que os documentos existentes, pelo menos no arquivo de Clarice Lispector, podiam ter uma profunda relação com a nossa reflexão sobre a escrita [...]

É preciso assinalar que, a presente tese, sem desconsiderar a teoria, **privilegia – porque assim a própria pesquisa foi sendo constituída – o trabalho no arquivo e o corpo a corpo com os manuscritos como forma de indagação teórica**, na medida em que, as materialidades, constituíram uma das preocupações centrais da reflexão desde o começo [...]

O fato de termos tido tempo suficiente para **uma consulta apurada do arquivo foi o que nos permitiu descobrir um traço absolutamente constitutivo da escrita de Clarice Lispector**, que, salvo erro, não tem sido destacado até agora (RAMÍREZ, 2018, p. 17-18, grifo nosso).

Na dissertação “A crítica jornalística sobre Clarice Lispector”, apresentada em 1999, Neli Santos buscou traçar a evolução da crítica jornalística sobre a escritora, desde a sua estreia em 1943 até a década de 1990. O objetivo foi identificar os elementos que constituem essa crítica, apontando possíveis abordagens para a compreensão de sua obra e propondo critérios adequados para a sua inclusão no conjunto de análises críticas sobre Clarice Lispector (SANTOS, 1999). Para tanto, a pesquisadora recorreu a diversos arquivos, dentre eles o acervo da escritora localizado no AMLB:

De modo geral, a cultura da memória, no Brasil, encontra-se em estágio inicial e amadorístico e isso fica ainda mais evidente quando se trata de arquivamento e conservação de periódicos. É bastante precária a situação da maioria dos arquivos, salvo exceções - por exemplo: **Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH/UNICAMJ>), Fundação Casa de Rui Barbosa e Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)**, cujo profissionalismo garante ao material tratamento adequado, zelo e organização imprescindíveis, às suas particularidades; ao pesquisador, condições fundamentais para o conhecimento do material existente e para a coleta de dados (SANTOS, 1999, p. 157).

O pesquisador Carlos Augusto Moraes Silva, na tese intitulada “As correspondências de Clarice Lispector: cartografias de um processo criativo”, defendida em 2021, teve como objetivo analisar a correspondência da escritora, observando-a como um “laboratório” ou “arquivo” de criação literária, bem como suporte essencial para a compreensão de sua obra ficcional e suas concepções estéticas. Nesse sentido, uma das etapas da pesquisa de Silva (2021a) foi a visita ao arquivo de Clarice Lispector, custodiado pelo IMS e pelo AMLB. Em seu trabalho, ele descreve um pouco dessa atividade:



Uma das etapas de nossa pesquisa consistia na visita às instituições, com sede no Rio de Janeiro, que hoje detêm os manuscritos das correspondências originais. Assim, em abril de 2019, partimos para o Rio com o intuito de encontrar algo inédito, abrir uma gaveta ou arquivo, conseguir uma carta que ainda não tenha sido escrutinada pelo olhar dos críticos e estudiosos. A princípio, o sentimento de frustração nos deixou desanimados, pois não vimos nada de “novo”. Até o momento, as cartas que vieram a público já foram lidas, relidas e publicadas – são as mesmas disponibilizadas para os pesquisadores. Maior do que o sentimento de frustração e desânimo foi **o prazer do contato com o arquivo que contém os originais**. Cada caixa branca aberta no Instituto Moreira Salles (IMS), cada envelope de papel-cartão ou pasta acessada na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) nos colocava frente a frente com papéis amarelados, manchados pela ação do tempo. **Cartas inteiras, envelopes, cartões postais, bilhetes, anotações dispersas, narrativas de outro tempo, de outra forma de se comunicar com os amigos e entes queridos. Estávamos na intimidade de uma vida, em que a letra trêmula e retorcida de Clarice Lispector nos contava sobre alegrias, frustrações, solidão e uma dolorida saudade do Brasil, da família e dos amigos** – compartilhava conosco o nascimento de cada conto e romance, relatava os prazeres e a angústia que acompanhavam o ato da criação artística (SILVA, 2021a, p. 13, grifo nosso).

Em relação à experiência de pesquisa, Silva (2021a) destacou que, embora o IMS detenha esses documentos, quem autoriza a cópia ou reprodução dos materiais é Paulo Gurgel Valente, filho de Clarice Lispector, que “costuma liberar a reprodução ou cópia para fins acadêmicos” (SILVA, 2021a, p. 14). Ainda de acordo com o pesquisador, a equipe de funcionários do IMS foi bastante solícita e não dificultou o acesso aos documentos.

Por outro lado, Silva (2021a) mencionou que o cuidado com a preservação dos materiais não tem ocorrido no AMLB, uma vez que as correspondências “estão dispostas em envelopes e sem nenhuma proteção extra. Muitas não estão devidamente protegidas, tampouco em salas climatizadas, e não é exigido o uso de luvas para manuseá-las” (SILVA, 2021a, p. 14). Além disso, apesar de apresentar documentos comprovando o seu vínculo como discente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o pesquisador notou certa resistência por parte da equipe em disponibilizar os manuscritos e ele atribui essa postura a duas possíveis razões: falta de profissionais disponíveis para auxiliar os pesquisadores ou o fato de que ele era uma pessoa desconhecida, fora dos círculos frequentados por estudiosos de renome (SILVA, 2021a).

Na dissertação intitulada “Entre achados e perdidos: o arquivo pessoal de Clarice Lispector”, Emily Silva analisou as formas de produção do arquivo da escritora, desde a fase de acumulação documental até o ingresso no AMLB e no IMS. A pesquisadora buscou investigar os documentos da escritora como construtos sociais, ou seja, como mediadores de memória, dispositivos de poder e objetos de trocas simbólica (SILVA, 2017).

No âmbito dos estudos históricos, Lohanne Silva, na dissertação intitulada “A alquimia como processo de criação: pulsações entre a escrita de Clarice Lispector e a escrita da história”,

apresentada em 2013, buscou compreender as relações entre o processo de criação de Clarice Lispector e a escrita da história. Para subsidiar seu trabalho, Silva (2013) utiliza como fonte e objeto de estudo o livro “Água Viva”, o manuscrito da obra, preservado pelo AMLB, e os quadros pintados por Clarice Lispector nas décadas de 1960 e 1970, também custodiados pelo AMLB e pelo IMS. Em relação aos documentos consultados, a pesquisadora informa que:

A consulta ao arquivo de Clarice Lispector na FCRB aconteceu no ano de 2009, 2011 e 2012. A documentação presente no arquivo foi doada pelos herdeiros a partir de 1977, em várias etapas, os quadros de Clarice Lispector só foram doados em 1985. Ainda há documentos que só podem ser vistos a partir de 2016 (SILVA, 2013, p. 172).

[...]

A pesquisa ao arquivo de Clarice Lispector no IMS foi realizado em 2009 e 2011. O acervo de Clarice Lispector começou a ser depositado no IMS em 2004 por Paulo Gurgel Valente, filho de Clarice Lispector, neste ano chegou a primeira parte dos livros de sua antiga biblioteca (896) e os originais dos manuscritos de *A hora da estrela* e *Um sopro de vida*, além de contos reunidos em *A bela e a fera*. É composto também por algumas cartas pessoais. Em 175 2007 chegaram mais 19 livros, 2 quadros, 18 discos, 2 cassetes, e 3 CDs, em 2009 chegaram mais 140 livros, em 2010 mais 2 livros, a biblioteca do acervo contém hoje 1017 obras. Os documentos de Clarice Lispector neste arquivo ainda não foram numerados. Neste arquivo não foi reproduzido nenhum documento (SILVA, 2013, p. 174)

A pesquisadora Eliane Vasconcellos, autora dos artigos “Clarice Lispector no Arquivo-Museu de Literatura” (1994) e “O arquivo de Clarice Lispector” (1993), foi diretora do AMLB por quase vinte anos. Os trabalhos que foram publicados descrevem as atividades de organização do acervo da escritora, mais especificamente de uma análise técnica dos documentos que pertenceram a Clarice Lispector.

No contexto da Ciência da Informação, o pesquisador Marcos Cavalheiro (2019) propôs uma reflexão sobre a contextualização da informação em arquivos pessoais, identificando os tipos documentais presentes no arquivo de Clarice Lispector, que está sob guarda do AMLB. Segundo o autor, a relação dos tipos documentais apresentada no trabalho permitirá que os usuários do acervo acessem de forma mais dinâmica os registros que compõem o fundo, dado o esclarecimento terminológico e funcional.

No ano de 2019, em parceria com a sua orientadora de mestrado, a Prof.<sup>a</sup> Dra. Cibele Santos, Marcos Cavalheiro escreveu o artigo “Identificação arquivística no fundo Clarice Lispector: caracterização tipológica da série documentos pessoais”, apresentado no XX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Os pesquisadores tiveram como objetivo “caracterizar, sob a perspectiva da identificação arquivística e da tipologia documental, a série documentos pessoais, nomenclatura tão usual nos fundos de

arquivo pessoal, tomando como referência o arquivo privado da modernista Clarice Lispector” (CAVALHEIRO; SANTOS, 2019, p. 1).

Além de analisar as produções encontradas durante a etapa de coleta de dados, buscamos entrar em contato com esses pesquisadores para compreendermos os elementos que motivaram a busca e utilização do arquivo de Clarice Lispector. Três pesquisadores responderam ao nosso questionário e informaram que o contato inicial com a obra da escritora foi durante a juventude, de modo que o interesse pessoal foi o fator determinante para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre Clarice Lispector:

O motivo pelo qual realizei pesquisa a respeito de Clarice Lispector, primeiro pela **motivação afetiva**, por sempre me sentir impactado com sua escrita, por ser recifense e querer obter mais profundidade com relação à passagem da escritora pela cidade e o que isso interferiu em sua vida e obra [...] (PESQUISADOR 7, grifo nosso).

Devido ao meu **gosto pessoal e admiração** pela obra de Clarice Lispector, além do interesse em conhecer mais profundamente a gênese da sua produção literária (PESQUISADOR 8, grifo nosso).

Assim, posso dizer que realizei uma pesquisa a respeito da obra clariceana **por gosto e por formação**, uma vez que queria me tornar Profa. na Universidade (PESQUISADOR 9, grifo nosso).

Os pesquisadores também enfatizaram que o acesso e a utilização dos documentos provenientes do arquivo literário desempenharam um papel fundamental na produção de seus trabalhos. Por meio desses documentos, eles puderam explorar e analisar as fontes primárias de forma direta e imersiva, obtendo informações valiosas para seus estudos:

Para estudar o livro *Água viva*, que escolhi como objeto, **era importante acessar a integralidade dos datiloscritos originais da obra**. Contatei o titular dos direitos autorais de Clarice (o filho dela), mas só recebi a autorização para acessar e reproduzir uma parcela muito reduzida desses datiloscritos. Necessitei, então, visitar presencialmente o Instituto Moreira Salles (IMS), no Rio de Janeiro, onde finalmente pude entrar em contato com os documentos na sua totalidade. Na época, devido às restrições sanitárias decorrentes da pandemia de covid-19 (fevereiro de 2022), não pude visitar a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que também detém uma parte do espólio de Clarice, pois a fundação ainda se encontrava fechada para pesquisadores e visitantes (PESQUISADOR 8, grifo nosso).

[...]

Eles [os documentos] foram imprescindíveis para a minha pesquisa, uma vez que **as conclusões a que cheguei só foram possíveis a partir da consulta à integralidade do arquivo literário** (PESQUISADOR 8, grifo nosso).

**Tive a necessidade de ir à Fundação Casa de Rui Barbosa**, no Rio de Janeiro, para pesquisar no Museu de Literatura Brasileira, no arquivo Clarice Lispector, as duas versões de Objeto gritante, pois estavam sob os cuidados dessa instituição esse livro que Clarice Lispector escreveu e não o publicou tal qual. Ela foi trabalhando este material, cortando, transformando-o até chegar no livro que veio a público, a saber, *Água viva* (1973) (PESQUISADOR 9, grifo nosso).

[...]

Os documentos provenientes do arquivo literário foram fundamentais para a elaboração de minha tese porque eles compunham o corpus literário de minha pesquisa, juntamente com *Água viva* (PESQUISADOR 9, grifo nosso).

No que diz respeito aos procedimentos de acesso e à busca de informações sobre o arquivo literário em questão, os pesquisadores ressaltaram a importância dos dados acessíveis eletronicamente, principalmente por meio da base de dados do AMLB e do IMS:

**Procurei informações no site** do Instituto Moreira Salles e da Fundação Casa de Rui Barbosa e entrei em **contato via e-mail** com os dois órgãos (PESQUISADOR 7, grifo nosso).

Primeiramente, busquei tomar conhecimento sobre os arquivos de Clarice Lispector que as instituições (IMS e FCRB) abrigam **através dos respectivos sites**. Nesse sentido, encontrei mais informações junto ao IMS, que possui um acervo online (<https://acervos.ims.com.br/portals/#/categories>), pelo qual constatei a existência dos arquivos que me interessava pesquisar. A FCRB possui esse "catálogo" impresso, o *Inventário do Arquivo Clarice Lispector* (<https://www.amazon.com.br/Inventario-Arquivo-Clarice-Lispector-Portuguese/dp/8570041446>), pelo qual pude me informar dos arquivos disponíveis para consulta (PESQUISADOR 8, grifo nosso).

Entre em contato com o IMS por e-mail e recebi a indicação de **duas bases de dados**: "Os itens bibliográficos (livros e periódicos) podem ser acessados pelo *Sophia*. Os documentos de arquivo a senhora pode acessar através da base *Cumulus*". A partir daí, passei a conversar, por *e-mail*, com as funcionárias da Coordenadoria de Literatura, que atendiam às minhas demandas e informavam-me sobre os procedimentos para consulta ao material. No caso da FCRB, também entrei em contato por e-mail, tendo sido atendida pelos funcionários do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (PESQUISADOR 8, grifo nosso).

Então, eu me informei como ir lá pesquisar e me disseram que era preciso agendar a pesquisa na FCRB, no Rio. Eu fui e pesquisei. Também tinha o **Inventário do Arquivo Clarice Lispector, de Eliane Vasconcelos**, publicado pela própria FCRB (PESQUISADOR 9, grifo nosso).

Quanto às eventuais dificuldades enfrentadas durante a pesquisa no acervo literário, os estudiosos afirmaram que por não residirem na cidade do Rio de Janeiro, a consulta e a reprodução dos documentos foram muitas vezes desafiadora:

No **catálogo virtual**, ficava difícil saber exatamente o que o acervo disponibilizaria, então, achei difícil neste sentido. Como meu trabalho se refere à infância da escritora, pouco do acervo serviu a esta questão. Lembro de um funcionário ter comentado que muitas coisas e papéis, a própria escritora se desfz. (PESQUISADOR 7, grifo nosso).

Outra dificuldade foi a **necessidade de deslocamento até o Rio de Janeiro**, onde estão as instituições depositárias, para poder consultar o material presencialmente. Destaco que realizei o mestrado em Portugal e que voltei ao Brasil para poder dar

continuidade à pesquisa que já iniciara por lá. Caso não tivesse residência no Brasil (Rio Grande do Sul), acredito que teria sido ainda mais difícil levar o estudo adiante, por questões de distanciamento físico mesmo. (PESQUISADOR 8, grifo nosso).

Como eu residia em Belo Horizonte eu não poderia ficar frequentando a Casa de Rui para pesquisa. Eu pedi uma cópia de Objeto gritante (no início eu achava que era uma única versão). Eles me responderam que **não poderiam fazer cópia, pois poderia prejudicar a conservação do manuscrito, disseram-me que eu tinha que pagar pela digitalização e que era muito demorado, pois teriam que destinar um funcionário da FCRB para fazer este trabalho.** Era caro... (PESQUISADOR 9, grifo nosso).

Por fim, em relação ao papel do AMLB e do IMS, bem como dos detentores do arquivo literário, os pesquisadores salientaram que:

[As instituições tiveram] **toda importância, de tornar o material que eu buscava/necessitava acessível** e, também, de apontar por intermédio do Inventário já publicado, outros itens que eu não buscava, mas também me interessaram consultar. (PESQUISADOR 9, grifo nosso).

As instituições foram extremamente importantes para viabilizar minha pesquisa, pois **foi através delas que entrei em contato com o detentor dos direitos autorais e recebi os arquivos para estudo e, na minha visita presencial ao IMS, acessei a totalidade dos datiloscritos estudados.** (PESQUISADOR 8, grifo nosso).

[...]

O detentor dos direitos de CL foi importante no processo, pois, sem a autorização expressa dele, eu não teria recebido as cópias para estudo, edição diplomática e posterior reprodução em minha dissertação. Um detalhe interessante é que meu coorientador tem uma relação relativamente próxima com o detentor dos direitos autorais, tendo comentado comigo que o filho de Clarice costuma ser muito solícito com os pedidos dos pesquisadores, revelando-se inclusive um entusiasta pelo estudo da obra da mãe. **Ocorre, contudo, que a obra de CL ainda se encontra protegida pela lei de direitos autorais, portanto as restrições de acesso à totalidade dos materiais ainda permanecem.** (PESQUISADOR 8, grifo nosso)

#### 4.4 ARQUIVO DA ESCRITORA ELISA LISPECTOR (1911-1989)

Romancista e contista, Elisa Lispector nasceu em Sawranh, aldeia da Ucrânia, em 24 de julho de 1911. A escritora deu início à sua carreira literária com o romance "Além da Fronteira", em 1945, dois anos após a publicação de "Perto do Coração Selvagem", por Clarice Lispector, sua irmã mais nova. Em 1948, inspirada na história de sua própria família, Elisa lançou "No Exílio", uma obra com fortes elementos autobiográficos que conta a história da fuga de uma família da Ucrânia para o Brasil (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017c]).

Durante três décadas, mais especificamente a partir dos anos 1940, Elisa Lispector trabalhou na imprensa e colaborou em revistas, como a Fon-Fon, e em jornais, como o Diário

de Notícias e O Jornal. Seu romance "O Muro de Pedras", publicado em 1963, e considerado por muitos como sua obra-prima, lhe rendeu dois prêmios literários: o Prêmio José Lins do Rego, concedido pela Livraria José Olympio Editora, em 1962, e o Prêmio Coelho Neto, fornecido pela Academia Brasileira de Letras, em 1964 (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017c]).

**FIGURA 11**– Retrato de Elisa Lispector (1911-1989)



**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

Elisa Lispector também foi funcionária do Ministério do Trabalho até se aposentar em 1969. Libertando-se das obrigações profissionais, ela pôde dedicar-se à escrita de contos e, em 1970, publicou seu primeiro livro, "Sangue no Sol", seguido por "Inventário" sete anos depois (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017c]). Conhecida por seu estilo literário autobiográfico, ela deixou um livro inédito, intitulado "Retratos Antigos", que foi publicado em 2011 e organizado por Nádya Gotlib (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017c]).

A escritora faleceu em 6 de janeiro de 1989, no Rio de Janeiro (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017]).

De acordo com os dados disponibilizados no site do IMS, o acervo Elisa Lispector foi incorporado ao Instituto em 2007 e é composto por uma biblioteca com 23 livros e dez revistas catalogados, bem como um arquivo que contém uma rica produção intelectual, que inclui mais de 90 documentos, tais como: o datiloscrito da segunda edição revisada de "Além da Fronteira", o primeiro romance de Elisa Lispector publicado em 1945; o datiloscrito do livro de contos "O Tigre de Bengala", de 1985, com correções manuscritas feitas pela própria autora; o datiloscrito

intitulado “No Mais Secreto do Ser Efêmero”, que foi posteriormente publicado com o título de “O Muro de Pedras”; correspondências com 130 itens, 50 documentos pessoais e 180 recortes de jornais e revistas (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2017c]).

Segundo as informações enviadas pela equipe do IMS (APÊNDICE C), 61% do acervo está descrito na base de dados da instituição. Além disso, o arquivo está organizado em 12 séries: (a) Correspondência de terceiros; (b) Correspondência familiar; (c) Correspondência pessoal; (d) Diversos; (e) Documentos editoriais; (f) Documentos pessoais; (g) Impressos; (h) Material de divulgação; (i) Produção intelectual; (j) Produção intelectual de terceiros; (k) Produção intelectual não identificada; e (l) Produção na imprensa. Os 443 registros que compõem o fundo e possuem informações disponíveis remotamente podem ser consultados, conforme consta na Figura 12 – Descrição dos documentos do Arquivo de Elisa Lispector (1911-1989):

**FIGURA 12** – Descrição dos documentos do Arquivo de Elisa Lispector (1911-1989)

ÁREA:	Literatura
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:	BR IMS CLIT EL Cp
AUTORIA:	Alves, Dário Moreira de Castro; destinatário: Lispector, Elisa
LOCAL:	S.l.
DATA:	3 jan. 1977
NÍVEL DE DESCRIÇÃO:	Item
DIMENSÃO E SUPORTE:	Textual; 1 f.
TIPO DOCUMENTAL:	Carta
ARQUIVO/COLEÇÃO:	Lispector, Elisa, 1911 - 1989
BIOGRAFIA:	Romancista e contista de reconhecido talento, a brasileira nascida na Ucrânia, Elisa Lispector estreou na literatura com o romance <i>Além da fronteira</i> , de 1945, mas é <i>O muro de pedras</i> , de 1963, que marca o ponto alto de sua obra. Irmã mais velha de Clarice Lispector, colaborou em revistas, como a <i>Fon-Fon!</i> , e em jornais, como o <i>Diário de Notícias</i> e <i>O Jornal</i> .
ÂMBITO E CONTEÚDO:	Confirmação de recebimento do livro <i>Inventário</i>
SOBRE O ARQUIVO/COLEÇÃO:	O Arquivo Elisa Lispector chegou ao Instituto Moreira Salles em 2007. Conserva os originais datiloscritos da segunda edição revista de <i>Além da fronteira</i> , do livro de contos <i>O tigre de Bengala</i> , de 1985, com correções manuscritas da autora, e, o intitulado <i>No mais secreto do ser efêmero</i> , que seria publicado com o título de <i>O muro de pedras</i> . Contém cartas e telegramas, recortes de jornais e de revistas, dossiês médicos e certidões de nascimento e óbito, além da certidão do casamento de seus pais.
SISTEMA DE ARRANJO:	Arquivo organizado em 12 séries: Correspondência de terceiros, Correspondência familiar, Correspondência pessoal, Diversos, Documentos editoriais, Documentos pessoais, Impressos, Material de divulgação, Produção intelectual, Produção intelectual de terceiros, Produção intelectual não identificada e Produção na imprensa.
SOBRE A SÉRIE:	O documento faz parte da série Correspondência pessoal. Formada de documentos relativos à comunicação escrita que mostram tipos diversos de relações entre correspondentes e o titular, sejam elas comerciais, profissionais, institucionais, afetivas etc., entre eles, abaixo-assinado, bilhete, carta, cartões de naturezas diversas como cartão de Natal, pêsames etc., cartão-postal, circular, comunicado, convite, memorando, ofício, requerimento, telegrama etc.
CONDIÇÕES DE ACESSO:	Disponível para consulta presencial
CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:	O IMS não detém os direitos patrimoniais de autor e os direitos de uso de imagem do(s) retratado(s) nos documentos deste arquivo.
IDIOMA:	Português
EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DOS ORIGINAIS:	Série Correspondência pessoal do AEL
UNIDADES DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS:	Arquivo Elisa Lispector (AEL); Série Correspondência pessoal do AEL
NOTAS GERAIS:	Possui anexo: envelope.

**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

Quanto aos estudos sobre a vida e obra de Elisa Lispector a partir do uso dessas fontes documentais, localizamos uma dissertação, apresentada em 2015, conforme os dados que constam no Quadro 17 – Usos do arquivo de Elisa Lispector (1911-1989):



**QUADRO 17** – Usos do arquivo de Elisa Lispector (1911-1989)

Item	Autor(a)	Título	Trabalho	Ano
1	Masson, Jeferson	Elisa Lispector: registros de um encontro	Dissertação	2015

**Fonte:** Elaboração própria.

Com relação às características do pesquisador, destacamos alguns aspectos no Quadro 18 – Perfil dos usuários do arquivo de Elisa Lispector (1911-1989):

**QUADRO 18** – Perfil dos usuários do arquivo de Elisa Lispector (1911-1989)

Item	Autor(a)	Sexo	IES	Programa de Pós-Graduação	Grau e área de formação	País	UF
1	Masson, Jeferson	Masculino	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Programa Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade	Mestrado em Letras	Brasil	RJ

**Fonte:** Elaboração própria.

Da mesma forma que ocorre com os usuários dos arquivos literários de Ana Cristina Cesar e Carolina Maria de Jesus, foi observado que o autor da dissertação também possui formação na área de Letras e está vinculado a uma instituição de ensino localizada na região do sudeste do Brasil.

Em seu trabalho, Jeferson Masson teve como objetivo resgatar a trajetória de Elisa Lispector, discutindo a falta de reconhecimento da crítica literária brasileira em relação à autora. Para tanto, o pesquisador realizou a análise da fortuna crítica da escritora a partir da consulta a diversos documentos, inclusive aos registros custodiados pelo IMS. Infelizmente, não conseguimos contatá-lo para uma entrevista.

**4.5 ARQUIVO DA ESCRITORA JUDITH GROSSMANN (1931-2015)**

Judith Grossman nasceu em Campos (RJ) no dia 4 de julho de 1931. Foi uma escritora versátil, pois atuou como poetisa, contista, romancista, ensaísta, crítica literária, além de ter formação em Letras e experiência como professora universitária. Sua carreira acadêmica na Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi notável, principalmente nas áreas de dramaturgia e

teoria da literatura. Em 1994, foi agraciada com o título de professora emérita pela instituição (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

Sua estreia na poesia ocorreu com o livro “Linhagem de Rocinante”, em 1959, uma obra que reflete a palavra poética como o início da vida e das coisas. Durante os anos 1960, contribuiu em vários suplementos literários, como *Cadernos Brasileiros*, *A Tarde Cultural* e *Letra Viva*. Em 1970, publicou seu primeiro livro de contos, intitulado “O meio da pedra: nonas estórias genéticas”, que recebeu aclamação crítica pela sua habilidade narrativa. Em 1976, foi laureada com o Prêmio Brasília de Ficção, concedido pela Fundação Cultura Distrito Federal. Judith também participou de antologias e colaborou em periódicos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

Além de sua produção poética e contista, Judith Grossman publicou as obras “Temas de teoria de literatura”, em 1982, uma coletânea de ensaios, bem como os romances “Cantos delituosos”, em 1985, e “Meu amigo Marcel Proust”, em 1997 (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012). Judith Grossmann faleceu em 3 de janeiro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2015).

Em relação ao espólio literário, verificamos que os seus documentos estão localizados entre os estados da Bahia e do Rio de Janeiro, especificamente custodiados pela UFBA e pelo AMLB. Uma parcela do acervo foi doada por Judith Grossmann à Universidade, quando ocorreu sua aposentadoria como Professora Titular de Teoria da Literatura, em 1990. Esse conjunto é composto por diversos itens de sua biblioteca pessoal, além de datiloscritos relacionados à sua atuação como professora e alguns inéditos (TELLES, 2015).

A outra parte do seu acervo foi doada também por Judith Grossmann ao AMLB a partir da década de 1990. Composto por 3,54 metros lineares, nesse grupo, destaca-se correspondência da escritora com personalidades, como Jorge Amado (1912-2001), Maria Alice Barroso (1926-1912), Rubem Fonseca (1925-2020) e Osman Lins (1924-1978) (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012).

Segundo as informações que constam no Relatório de Atividades 2012-2014 da FCRB, naquele período, foi realizada a divisão dos documentos em tipologias: correspondência, produção intelectual e de terceiros, documentos pessoais e documentos diversos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2012). Uma parcela desses materiais pode ser consultada na Base de Dados Guia de Fundos e Coleções, conforme demonstrado nas Figuras 13 e 14:

**FIGURA 13** – Descrição dos documentos do Arquivo de Judith Grossmann (1931-2015)

The screenshot shows the website interface for the Fundação Casa de Rui Barbosa. At the top, there is a navigation bar with 'Home', 'Pesquisa', 'Autoridades', 'Minha seleção', and 'Serviços'. Below this is a search bar with 'Busca rápida' and 'Busca combinada' options. The search results section shows 15 records found, with two records displayed in detail:

Item	Título	Ano	Assuntos
1	A noite estrelada : estórias do Interim	1977	Nota de dedicatória
2	Cantos delituosos : romance	1985	Em processamento

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa (2023).

**FIGURA 14** – Descrição dos documentos do Arquivo de Judith Grossmann (1931-2015)

The screenshot shows the detailed description of a document. The search bar contains 'Grossmann, Judith, 1931-'. The document details are as follows:

Unidade de descrição	Documento textual de arquivo
Número de chamada	
Classificação	Carlos Drummond de Andrade
Notação	CDA Cp 778
Ent. princ.	Grossmann, Judith, 1931-
Título	<b>Carta - Carlos Drummond de Andrade</b>
Imprenta	Salvador (BA, BR) : [s.n.], 18 jun. e 1 out. 1968.
Desc. física	2 docs.
Forma do registro	Carta.
Notas	
Gerais	Há anotação de Carlos Drummond de Andrade no corpo de uma carta
Resumo	Remessa de revista. Elogios a poema de Carlos Drummond de Andrade. Pedido de encontro
Locais 2	Bom
Assuntos	1. Maud
Ent. sec.	I. Andrade, Carlos Drummond de, 1902-1987 (Destinatário)

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa (2023).

No que diz respeito aos trabalhos sobre a vida e obra de Judith Grossmann, foi localizado um artigo, publicado em 2015 na Revista Landa, vinculada ao Núcleo Juan Carlos Onetti de Estudos Literários Latino-americanos, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os dados desse trabalho podem ser observados no Quadro 19 – Usos do arquivo de Judith Grossmann (1931-2015):

**QUADRO 19** – Usos do arquivo de Judith Grossmann (1931-2015)

Item	Autores	Título	Trabalho	Ano
1	Vieira, Júlio Henrique	Os sítios arqueológicos de Judith Grossmann	Artigo	2015
	Hoisel, Evelina			

**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto ao perfil dos autores do artigo, descrevemos algumas de suas características no Quadro 20 – Perfil dos usuários do arquivo de Judith Grossmann (1931-2015):

**QUADRO 20** – Perfil dos usuários do arquivo de Judith Grossmann (1931-2015)

Item	Autor(a)	Sexo	IES	Programa de Pós-Graduação	Grau e área de formação	País	UF
1	Vieira, Júlio Henrique	Masculino	Universidade Federal da Bahia	--	Graduação em Letras Vernáculas	Brasil	BA
	Hoisel, Evelina	Feminino	Universidade Federal da Bahia	Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura	Doutorado em Letras	Brasil	BA

**Fonte:** Elaboração própria.

Cabe-nos destacar que o artigo “Os sítios arqueológicos de Judith Grossmann” foi realizado a partir da parceria entre os pesquisadores Júlio Vieira e Evelina Hoisel. Na época, Júlio Vieira era discente do curso de Letras Vernáculas da UFBA, bolsista de Iniciação Científica do CNPq e vinculado ao grupo de Teoria da Literatura, Literatura Comparada e Criação Literária, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Evelina Hoisel.

Observamos que, em seu artigo, Júlio Vieira e Evelina Hoisel tiveram como propósito “fiar e desfilar a textualidade diversificada construída por Judith Grossmann com o entrelaçamento de ficção, arquivos pessoais e memória” (VIEIRA; HOISEL, 2015, p. 78). Segundo os autores, a partir da análise dos documentos custodiados pelo AMLB, foi possível identificar aspectos relacionados ao imaginário criativo de Judith Grossmann:

No depoimento de 1995, tratar da fortuna crítica de seu livro de contos *O meio da pedra: nonas estórias genéticas*, que se encontra depositada no Arquivo-Museu, ela se recorda também de uma memória afetiva dos jardins do casarão rosado à Rua São Clemente, no bairro de Botafogo, onde também costumava passear com seu namorado à época Rui de Andrade Lima Rocha. Nessa ocasião, **a escritora faz remissão a outros documentos que estão reunidos no Museu, de forma a construir neste local de memória da literatura brasileira um “discurso de permanência”** (VIEIRA; HOISEL, 2015, p. 88-89, grifo nosso).

Henrique Vieira concedeu-nos uma entrevista e nos informou que, atualmente, cursa Doutorado em Estudos Literários na UFMG e que seu contato inicial com a obra de Judith Grossmann se deu durante a graduação em Letras Vernáculas. O pesquisador teve interesse em analisar especificamente a relação entre a ficção e as práticas de arquivamento da escritora, destacando que:

“Embora haja documentos e a biblioteca da autora na UFBA, precisei me deslocar para o Rio de Janeiro para fazer algumas consultas no AMLB, onde está a maior parte do acervo da autora. Como trabalho em literatura comparada e crítica biográfica, fiz **leituras comparativas entre a ficção da autora e as características do seu acervo**” (PESQUISADOR 5, grifo nosso).

No que concerne aos procedimentos de acesso e ao uso do arquivo literário, Henrique Vieira também ressaltou que existe apenas um inventário sumário do acervo de Judith Grossmann e que, apesar de ter encontrado as informações que precisava, a existência de instrumentos como guias e catálogos teria facilitado o processo de pesquisa. Por fim, o pesquisador também destacou que o AMLB possuía a estrutura necessária para a realização do estudo e a autorização para o uso dos documentos foi concedida pela detentora dos direitos autorais do acervo.

#### **4.6 ARQUIVO DA ESCRITORA RACHEL DE QUEIROZ (1910-2003)**

Nascida em 17 de novembro de 1910, em Fortaleza (CE), Rachel de Queiroz foi uma romancista, cronista, contista e dramaturga. A partir de 1927, ela começou a escrever para o jornal *O Ceará* e, três anos mais tarde, com apenas 20 anos, publicou a obra “O Quinze”, rapidamente aclamada pela crítica como um marco na literatura regionalista (ITAÚ CULTURAL, 2023).

Naquela época, ela se filiou ao Partido Comunista, uma experiência que a desencantou, especialmente quando seu segundo romance, intitulado “João Miguel” (1932), foi censurado pelo partido. Em 1933, ela se juntou ao grupo trotskista, liderado pelo crítico de arte Mário Pedrosa (1900-1981). Quatro anos depois, foi detida em Fortaleza sob a acusação de subversão,

experiência que resultou na criação do romance “Caminho das Pedras” (1937), publicado pela editora José Olympio, que narra a trajetória de um casal de ativistas políticos (ITAÚ CULTURAL, 2023; INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2023b]).

Após a publicação da obra “As três Marias” (1939) e sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro, Rachel de Queiroz passou a se dedicar, principalmente, à crônica jornalística, colaborando com jornais como *Diário de Notícias*, *Última Hora* e *Jornal do Commercio*. Ao longo desse tempo, a escritora se destacou não apenas por suas opiniões, mas também por desempenhar papéis significativos em instituições igualmente relevantes, incluindo o Conselho Federal de Cultura<sup>62</sup>, onde atuou ao lado do escritor João Guimarães Rosa (1908-1967) (ITAÚ CULTURAL, 2023; INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2023b]).

Em 1953, Rachel de Queiroz estreou no gênero dramático e recebeu o Prêmio Saci, concedido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, por sua peça “O Lampião”. Em 1957, outra peça de sua autoria, “Maria do Egito”, também foi premiada. A escritora só retornou ao gênero romance na década de 1970, mais especificamente com obra “Dora Doralina”; porém, até aquele momento, muitas crônicas foram publicadas em volumes (ITAÚ CULTURAL, 2023).

**FIGURA 15** – Retrato de Rachel de Queiroz (1910-2003)



**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

---

<sup>62</sup> “O Conselho Federal de Cultura (CFC), criado em 1966, foi inspirado no Conselho Federal de Educação e diretamente ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Este órgão era consultivo e normativo, composto por diversos intelectuais de renome nacional e internacional, provenientes principalmente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (COSTA, 2011, p. 6).

Outro marco de sua trajetória foi o ingresso na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1977, tendo sido a primeira mulher a ingressar na instituição que, apesar de ter sido fundada em 1897, manteve-se incólume à presença feminina até 1976, quando seu regimento interno foi alterado, permitindo às mulheres a possibilidade de candidatura (FANINI, 2010; ITAÚ CULTURAL, 2023).

Na década de 1990, Rachel de Queiroz lançou “Memorial de Maria Moura” (1993), uma saga que se torna amplamente conhecida por sua adaptação para a televisão. No mesmo ano de sua publicação, foi agraciada com o Prêmio Camões, concedido pelos governos do Brasil e de Portugal, em reconhecimento à sua contribuição para a literatura (ITAÚ CULTURAL, 2023). Rachel de Queiroz faleceu em 04 de novembro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2023b]).

Em 2006, o arquivo literário de Rachel de Queiroz foi incorporado ao acervo do IMS. O conjunto documental abriga uma vasta gama de materiais, tais como correspondências, documentos pessoais, contratos editoriais, recortes de jornais e revistas, fotografias etc. Destacam-se os documentos originais, como o livro de poemas até então inédito “Mandacaru”, publicado pelo IMS em 2010, e os recortes de jornal com os primeiros textos da escritora veiculados na imprensa do Ceará, material reunido por sua mãe, Clotilde, em um álbum preservado por Alba Frota, amiga de Rachel de Queiroz (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2023b]).

Conforme destacado pelo IMS, deve-se a Alba Frota a preservação de, pelo menos, dois documentos preciosos de Rachel de Queiroz: “o álbum com fotos de Clotildinha, a filha de Rachel que viveu apenas um ano e meio, e os originais manuscritos de dez poemas, datados de 1928, com temática social que a autora desenvolveria nos romances, sobretudo em O Quinze, de 1930” (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2020).

No que se refere às ações para divulgação do acervo, em comemoração ao centenário da escritora, em 2010, o IMS promoveu a leitura dramática da obra “A betada Maria Egito”, dirigida por Aderbal Freire Filho. Além disso, foi produzida a exposição “Rachel de Queiroz centenária”, com curadoria de Eucanaã Ferraz, e foi lançado “Mandacaru”, que, conforme citado anteriormente, era composto por dez poemas manuscritos, até então inéditos, que foram publicados em livro pelo instituto (INSTITUTO MOREIRA SALLES, [2023b]).

Em relação ao seu acervo, em 2017, a biblioteca particular de Rachel de Queiroz, contendo mais de três mil itens, que havia sido incorporada ao IMS juntamente com o arquivo, foi transferida para a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), por meio de acordo entre o Instituto e a Universidade. De acordo com os dados disponibilizados pela equipe do IMS, o arquivo

literário de Rachel de Queiroz está 98% processado (APÊNDICE C) e organizado em dois conjuntos, Fundo de Rachel de Queiroz, com oito séries, a saber: (a) Academia Brasileira de Letras; (b) Correspondência de terceiros; (c) Correspondência familiar; (d) Correspondência pessoal; (e) Documentos audiovisuais; (f) Documentos iconográficos; (g) Produção intelectual; (h) Produção na imprensa, e Coleção Alba Frota, com duas séries: produção intelectual e produção na imprensa. Os 8.326 registros que constam na base de dados do Arquivo do IMS podem ser consultados conforme demonstra a Figura 16 – Descrição dos documentos do Arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003):



**FIGURA 16** – Descrição dos documentos do Arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003)

ÁREA:	Literatura
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:	BR IMS CLIT RQ AF Pit
AUTORIA:	Queiroz, Antonio Cirilo de
TÍTULO:	Genealogia da família Queiroz
LOCAL:	Quixadá - CE
DATA:	1890
NÍVEL DE DESCRIÇÃO:	Item
DIMENSÃO E SUPORTE:	Textual; 88 f.; 33 x 21,5 cm
ARQUIVO/COLEÇÃO:	Queiroz, Rachel de, 1910 - 2003
BIOGRAFIA:	Uma das maiores romancistas brasileiras, dona de prosa vigorosa e enxuta, Rachel de Queiroz foi também cronista excepcional. Nasceu em Fortaleza (CE), em 17 de novembro de 1910, e aos dezesseis anos começou a atividade de jornalista. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1945, ano em que deu início a trinta anos de colaboração como cronista na revista O Cruzeiro, período em que deu continuidade à sua obra de romancista. Morreu no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 2010.
ÂMBITO E CONTEÚDO:	Caderno com texto em prosa sobre a genealogia da família Queiroz
SOBRE O ARQUIVO/COLEÇÃO:	O Arquivo Rachel de Queiroz chegou ao Instituto Moreira Salles em 2006. É composto de originais, como o de um livro de poemas até então inédito intitulado "Mandacaru", publicado pelo IMS em 2010, e de grande parte de recortes de jornal com a sua produção de cronista. Destacam-se os recortes de jornal com as primeiras colaborações da autora na imprensa do Ceará, material reunido por sua mãe, Clotilde, em um álbum conservado por Alba Frota, amiga da escritora.
SISTEMA DE ARRANJO:	Arquivo organizado em dois conjuntos: Fundo Rachel de Queiroz com 8 séries (Academia Brasileira de Letras, Correspondência de terceiros, Correspondência familiar, Correspondência pessoal, Documentos audiovisuais, Documentos iconográficos, Produção intelectual e Produção na imprensa) e Coleção Alba Frota com 2 séries (Produção intelectual e Produção na imprensa).
SOBRE A SÉRIE:	O documento faz parte da série Produção intelectual de terceiros. Formada de documentos que contenham textos de autoria que não a do titular nos diversos gêneros literários (análise crítica, artigo, autobiografia, biografia, conto, crônica, depoimento, diário, discurso, ensaio, entrevista, epopeia, fábula, novela, poema, poética, prosa, resenha, romance etc.) ou gêneros textuais (adaptação de obra, argumentação, descrição, dissertação sem ficha catalográfica, exposição, letra de música,... <a href="#">More</a>
CONDIÇÕES DE ACESSO:	Disponível para consulta presencial
CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO:	O IMS não detém os direitos patrimoniais de autor e os direitos de uso de imagem do(s) retratado(s) nos documentos deste arquivo.
IDIOMA:	Português
EXISTÊNCIA E LOCALIZAÇÃO DOS ORIGINAIS:	Série Produção intelectual de terceiros do ARQ
UNIDADES DE DESCRIÇÃO RELACIONADAS:	Arquivo Rachel de Queiroz (ARQ); Coleção Alba Frota do ARQ; Série Produção intelectual de terceiros do ARQ
NOTAS GERAIS:	Manuscrito. Caderno de capa verde com notas de autor não identificado referentes ao título e data.

**Fonte:** Instituto Moreira Salles (2023).

Acerca dos estudos sobre a vida e obra de Rachel de Queiroz, localizamos uma dissertação defendida em 2017 na Universidade Federal do Ceará (UFC), conforme dados que

podem ser encontrados de modo detalhado no Quadro 21 – Usos do arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003):

**QUADRO 21** – Usos do arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003)

Item	Autor(a)	Título	Trabalho	Ano
1	Oliveira, Gilberto	O livrinho que desencadeou o resto: circulação e produção do romance O Quinze de Rachel de Queiroz pela Livraria José Olympio Editora (1948-1990)	Dissertação	2017

**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto ao perfil do pesquisador, descrevemos algumas de suas principais características no Quadro 22 – Perfil dos usuários do arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003):

**QUADRO 22** – Perfil dos usuários do arquivo de Rachel de Queiroz (1910-2003)

Item	Autor(a)	Sexo	IES	Programa de Pós-Graduação	Grau e área de formação	País	UF
1	Oliveira, Gilberto	Masculino	Universidade Federal do Ceará	Programa de Pós-Graduação em História	Mestrado em História	Brasil	CE

**Fonte:** Elaboração própria.

Gilberto Oliveira desenvolveu seu estudo na área de História. Analisando o seu currículo Lattes, verificamos que o pesquisador também possui graduação e mestrado nessa área, realizando estudos sobre a história do livro, da leitura e da produção editorial no Brasil. Especificamente em sua dissertação, Gilberto Oliveira teve como objetivo investigar como a obra “O Quinze” foi produzida, publicizada e divulgada pela Livraria José Olympio Editora. Para realizar o estudo, o pesquisador recorreu à análise da correspondência trocada entre José Olympio (1902-1990) e Rachel Queiroz, às cartas da escritora e outros acadêmicos da ABL, bem como às missivas de terceiros, que estão preservadas pela FCRB, pela ABL e pelo IMS, respectivamente (OLIVEIRA, 2017).

Gilberto Oliveira concedeu-nos uma entrevista e nos informou que, para realizar o seu trabalho, buscou informações na base de dados do IMS, e que também visitou a instituição *in loco*. O pesquisador destacou que a experiência de pesquisa foi enriquecedora devido ao suporte

fornecido aos usuários, incluindo o auxílio nos “**processos burocráticos de reprodução de material e utilização para publicação na dissertação**” (PESQUISADOR 6, grifo nosso).

Além dos documentos que estavam descritos no catálogo eletrônico, Gilberto Oliveira também destacou que, durante a pesquisa presencial, encontrou “**outros documentos que não constavam na base de dados** disponível na Internet e **uma caixa de documentos que estavam em processo de catalogação**” (PESQUISADOR 6, grifo nosso).

Em relação ao papel da instituição que custodia o arquivo de Rachel de Queiroz, Gilberto Oliveira salientou que, a partir da análise dos documentos, foi possível obter uma perspectiva mais ampla sobre a trajetória da escritora, inclusive porque a equipe do IMS indicou outros caminhos para análise dos documentos e conduziu o pesquisador para outros acervos que poderiam ser interessantes para o estudo. Nesse sentido, Gilberto Oliveira ressaltou que, atualmente, essas atividades exigem um esforço maior dos pesquisadores, pois, devido à doação da biblioteca de Rachel de Queiroz para a UNIFOR, há uma “dificuldade para compreensão” do acervo, visto que a sua totalidade foi comprometida (PESQUISADOR 6).

#### 4.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A princípio é importante destacar que os dados obtidos estão em conformidade com a literatura existente sobre os arquivos literários femininos e corroboram as evidências prévias de que a institucionalização dos acervos tem estimulado o desenvolvimento de pesquisas e produções acadêmicas sobre as titulares dos conjuntos documentais. Portanto, atividades como tratamento e organização têm proporcionado o acesso e uso a essas fontes, resultando em um aumento significativo de usuários nas instituições custodiadoras de acervos arquivísticos. Esse aspecto reforça a validade dos resultados e confirma a relevância desta pesquisa no contexto de áreas do conhecimento como a Arquivologia e a Ciência da Informação.

No que diz respeito ao objetivo geral deste estudo, que visa *investigar como a institucionalização de arquivos literários femininos tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas a respeito da vida e obra das titulares desses acervos no Brasil*, os resultados revelaram que o uso dos documentos provenientes desses arquivos tem possibilitado a reconstrução da trajetória de vida e da obra das escritoras. Esses resultados corroboram as evidências encontradas em estudos anteriores, como a proposta de Oliveira (2007). Além disso, a análise dos dados revelou nuances adicionais, como a existência de trabalhos acadêmicos que estão sendo desenvolvidos exclusivamente em virtude da institucionalização dos acervos, isto é, em decorrência da disponibilidade dos documentos para acesso e uso pela sociedade.

Cabe ressaltar que a institucionalização dos arquivos literários femininos tem sido impulsionada pela compreensão de que tais acervos são constituídos por fontes de informação de interesse para a pesquisa histórica e científica. Pôde-se constatar que o crescente interesse por esses arquivos tem gerado uma ampla valorização e visibilidade deles, tal como é afirmado por Fitzpatrick (2012) e Gomes (2004). Esses aspectos podem ser corroborados, por exemplo, a partir da comparação dos dados sobre a história custodial dos acervos e as informações sobre os trabalhos acadêmicos a respeito da vida e obra das titulares desenvolvidos com base nos documentos que compõem os arquivos literários femininos.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, que buscou *analisar a história custodial dos arquivos literários femininos, especialmente os aspectos que envolvem a institucionalização desses acervos: (a) período e forma de aquisição; (b) estágio de tratamento; (c) disponibilidade de instrumentos de pesquisa*, os resultados revelaram que a institucionalização dos arquivos literários femininos tem sido realizada a partir de decisões tomadas por indivíduos com interesses e objetivos distintos, desde a produtora dos documentos até a entidade que assumirá a custódia do acervo. Essa afirmação pode ser comprovada ao analisarmos, por exemplo, o processo de aquisição dos acervos das escritoras Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus – fundos arquivísticos que foram fragmentados e estão localizados em diferentes instituições, o que tem dificultado o acesso e o uso dos documentos por pesquisadores (LOPES; RODRIGUES, 2018; FITZPATRICK, 2012).

Além disso, embora a aquisição dos arquivos seja realizada mediante assinatura de termos e/ou contratos, esses acordos parecem estar condicionados às políticas de cada entidade e aos interesses dos detentores dos acervos, o que impacta diretamente nas formas de acesso e uso desses registros. Dentro dessa perspectiva, a utilização dos documentos provenientes dos arquivos literários femininos também parece ser influenciada por questões relacionadas ao direito à privacidade e à intimidade e ao direito de acesso à informação, especialmente por haver a necessidade de autorização dos titulares e herdeiros, a fim de regular o uso dos acervos documentais. Esses resultados revelam que tais aspectos têm gerado desafios na condução de pesquisas, visto que nem sempre as partes envolvidas efetuam essas concessões de maneira simples (VALENTE, 2017; MAHER, 2012; MARQUES, 2015; BRANCO, 2017; LOPES; RODRIGUES, 2018).

Quanto ao tratamento dos arquivos literários femininos, é perceptível que os acervos custodiados pelo AMLB e pelo IMS têm sido tratados a partir de métodos arquivísticos (CAMARGO, GOULART, 2007; COSTA, 2006). Nesse sentido, a existência de instrumentos de pesquisa, tais como inventários, guias e catálogos, tem facilitado a consulta a esses conjuntos

documentais. Essa descoberta é particularmente relevante, pois demonstra que a disponibilização em meio digital desses dados tem sido fundamental para o crescimento da produção de estudos sobre a vida e obra das escritoras, principalmente quando observamos que esses trabalhos têm sido desenvolvidos em diversas partes do Brasil.

Em relação ao segundo objetivo da pesquisa que visou *identificar os trabalhos realizados sobre a vida e obra das titulares dos arquivos literários femininos, tendo como foco os trabalhos desenvolvidos a partir do uso dessas fontes documentais*, os resultados evidenciaram que essas produções têm sido realizadas principalmente por pesquisadores ligados às Ciências Sociais e Humanas, corroborando a ideia apresentada por Silva (2017). Embora esses indivíduos estejam vinculados a diferentes áreas do saber – História, Sociologia, Comunicação Social, Ciência da Informação –, as iniciativas de pesquisa nesses acervos surgem, predominantemente, no campo das Letras e da Literatura. Concordamos com Gomes (2004) que esse fato não é surpreendente, uma vez que, no contexto literário, o texto ocupa um lugar central na produção literária, sendo suas características semânticas e culturais fundamentais para atividades de pesquisa e ensino nesse campo do conhecimento.

Existe outra observação que merece destaque: a existência de um maior volume de estudos dedicados a escritoras como Ana Cristina César e Clarice Lispector, em comparação com a quantidade de pesquisas realizadas sobre a vida e obra de Carolina Maria de Jesus, Judith Grossmann e Elisa Lispector, por exemplo. Essa constatação é especialmente significativa, pois evidencia que, apesar da utilização dos arquivos literários femininos como fonte de pesquisa, os trabalhos desenvolvidos apresentam uma tendência hegemônica, ou seja, determinados acervos têm recebido maior atenção em virtude da projeção das trajetórias das escritoras.

Em complemento às ideias apresentadas por Dalcastagnè (2012a, 2012b) pode-se dizer que, com exceção da escritora Carolina Maria de Jesus, há uma homogeneidade no campo literário do nosso país, com características que evidenciam uma semelhança entre os autores em termos de gênero, classe social e localidade, por exemplo, mas também em relação ao interesse dos pesquisadores por determinadas escritoras em detrimento de outras. Esses resultados são inovadores e oferecem novas perspectivas sobre os arquivos literários de modo geral.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, a saber, *indicar o perfil dos usuários dos arquivos literários femininos a partir de informações como: (a) gênero; (b) grau e área de formação; (c) vínculo institucional; (d) origem/localidade*, verificamos que, em consonância com as observações realizadas por Lopes e Vidal (2022), os arquivos literários femininos têm sido explorados majoritariamente por mulheres que possuem vínculo com instituições

localizadas na região do sudeste brasileiro. Essa característica pode estar associada ao fato de que, historicamente e tradicionalmente, as áreas de Letras e Literatura possuem presença predominante das mulheres e que os estados como São Paulo e Rio de Janeiro geralmente dispõem de uma parcela maior de recursos e financiamentos destinados à pesquisa no país, além de abrigarem algumas das principais universidades, centros de pesquisa e instituições acadêmicas do Brasil.

Em relação ao quarto objetivo específico da pesquisa, que visou *demonstrar os principais elementos que incentivam e obstam a busca e a utilização de documentos provenientes de arquivos literários femininos, considerando os dados sobre os usos e usuários desses acervos*, os resultados demonstraram que o grupo de usuários é composto por pesquisadores que estão procurando por informações para recuperar a trajetória das escritoras, isto é, realizar a análise de eventos do passado, tal como a categorização proposta por Bellotto (2006). Portanto, o acesso e uso dos documentos provenientes dos acervos foram fundamentais para a pesquisa, pois muitas descobertas e conclusões só foram possíveis devido à consulta ao arquivo literário.

Além disso, a análise dos dados revelou que, apesar das demandas informacionais dos usuários desses acervos estarem ligadas ao contexto acadêmico-científico, conforme proposto por Belsunce (1986) e Costa (2006), o interesse pelo acesso e uso dos arquivos literários femininos surge também a partir de interesses e curiosidades pessoais. De modo complementar, os resultados evidenciaram que, por meio da investigação dos arquivos, os pesquisadores estabelecem uma conexão mais aprofundada com as trajetórias das escritoras, suas obras literárias e o contexto histórico em que estiveram inseridas. Essa interação com os acervos proporciona uma sensação de proximidade com as autoras, permitindo uma compreensão mais íntima de suas vidas.

Em concordância com o conceito proposto por Le Coadic (1997), observamos, inclusive, que a partir da familiaridade com a vida e obra das escritoras, os pesquisadores têm sido não apenas receptores de conteúdo, mas agentes essenciais que têm influenciado as formas de aquisição, tratamento e divulgação dos acervos adotadas pelas unidades informacionais.

Em suma, esta discussão de resultados evidencia a relevância e o impacto dos achados desta pesquisa de doutorado. Os resultados contribuem para o avanço do conhecimento na área, fornecendo novas percepções sobre os arquivos literários femininos e abrindo caminho para pesquisas futuras. A partir desses resultados, espera-se que a comunidade acadêmica possa se beneficiar e avançar nas investigações sobre esse tipo de acervo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, tecemos algumas reflexões sobre os objetivos alcançados, destacando a relevância dos resultados obtidos e as implicações do estudo desenvolvido nesta tese de doutorado. Esta pesquisa teve como objetivo investigar como a institucionalização de arquivos literários femininos tem contribuído para o desenvolvimento de pesquisas a respeito da vida e obra das titulares desses acervos. Para tanto, foram utilizadas, como objeto de estudo, as produções acadêmicas desenvolvidas a partir do acesso e uso dos documentos provenientes dos acervos custodiados pelo AMLB e IMS.

Os resultados evidenciaram que as atividades como tratamento, organização e divulgação dos acervos por instituições especializadas têm desempenhado um papel crucial para o desenvolvimento de pesquisas nos arquivos literários femininos. Nesse sentido, a partir da análise das produções acadêmicas anteriores e posteriores à aquisição dos conjuntos documentais, foi possível constatar os efeitos decorrentes da institucionalização dos acervos.

Primeiramente, podemos concluir que a institucionalização dos arquivos literários femininos tem fornecido maior visibilidade a esses acervos, gerando um aumento significativo na quantidade de trabalhos científicos que tem sido desenvolvidos nos últimos anos sobre as titulares dos fundos. Essas produções acadêmicas têm possibilitado o reconhecimento da trajetória de vida das escritoras, bem como a compreensão de sua obra sob diferentes perspectivas, permitindo uma análise mais abrangente e aprofundada do legado dessas autoras. Portanto, o impacto da institucionalização dos arquivos literários femininos na produção científica é inegável, uma vez que tem impulsionado a investigação e o avanço do conhecimento.

É importante destacar que os arquivos literários femininos têm sido objeto de investigação de pesquisadores ligados a diversas áreas do conhecimento. Esse fenômeno pode ser atribuído, em grande parte, à crescente disseminação e divulgação dos acervos, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela ampliação do acesso à informação.

Apesar disso, é visível que essas fontes de informação têm sido acessadas e utilizadas majoritariamente por mulheres com formação nas áreas de Letras e Literatura. A crescente atenção dedicada a esses arquivos por parte de *pesquisadoras* parece refletir a busca por uma representatividade mais equitativa na esfera literária, com o intuito de desconstruir paradigmas e dar visibilidade às experiências e perspectivas femininas. Desse modo, a valorização e o estudo dos documentos que compõem os arquivos literários femininos são uma resposta

necessária para preencher lacunas históricas e fortalecer o discurso literário em uma perspectiva mais diversa e plural.

Além disso, embora haja políticas e diretrizes que busquem promover um amplo acesso à informação contida nos arquivos, é importante reconhecer que ainda existem restrições na consulta e no uso dos documentos, as quais estão sujeitas a acordos estabelecidos entre pesquisadores, instituições custodiadoras e titulares e/ou detentores dos arquivos. Essas restrições podem estar relacionadas a diferentes questões, como o direito à privacidade e os direitos autorais. Portanto, mesmo que haja um interesse legítimo em acessar determinados documentos, a disponibilização e utilização desses materiais estão sujeitas a negociações. Esses acordos podem envolver a necessidade de obter permissões específicas, assinar termos de compromisso ou cumprir requisitos adicionais para garantir o respeito aos direitos e interesses dos agentes envolvidos.

Nesse sentido, esses achados contribuem para o avanço nos estudos acerca dos arquivos literários, especialmente no escopo da Arquivologia e da Ciência da Informação. Ao preenchermos uma lacuna de pesquisa relacionada ao impacto da institucionalização desses acervos, demos o passo inicial para compreendermos como, por quais motivos e por quem esses documentos têm sido acessados e utilizados.

Dentre as contribuições teóricas desta tese, podemos destacar que os resultados da pesquisa propiciam uma nova percepção das práticas de aquisição, tratamento, organização, consulta e uso dos arquivos literários. Além disso, esta pesquisa ajuda a destacar a importância da representação e da visibilidade das escritoras brasileiras, contribuindo para os estudos de gênero, oferecendo, inclusive, novas perspectivas e abordagens para os estudos literários, destacando as vozes e as produções literárias das mulheres e também sobre elas.

Ainda em relação às contribuições, esta tese pode, de modo prático, auxiliar as instituições na elaboração de políticas relacionadas à aquisição e preservação, bem como ao armazenamento e tratamento dos arquivos literários. Ademais, a partir da identificação e avaliação dos processos relacionados à institucionalização dos acervos, este estudo contribui para as discussões sobre o acesso à informação, o que pode resultar em recomendações para aperfeiçoamento da consulta e do uso desses documentos.



## 6 RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA

Nesta seção, são apresentadas sugestões e propostas para estudos futuros, com o objetivo de aprofundar e ampliar o conhecimento sobre o tema abordado nesta tese. Destacamos que, em relação aos arquivos literários femininos, percebemos a necessidade de novas pesquisas com os seguintes enfoques:

- (a) comparar as atividades de aquisição, organização, tratamento, acesso e uso dos documentos provenientes dos arquivos literários femininos em outros países, explorando as diferentes práticas de gestão dos acervos;
- (b) investigar o impacto das políticas de acesso e uso dos documentos que compõem os arquivos literários femininos, considerando os desafios éticos e legais envolvidos na divulgação e proteção dos materiais sensíveis;
- (c) investigar a representatividade de conjuntos documentais de escritoras de diferentes origens étnicas, sociais e culturais nas instituições que custodiam esse tipo de acervo, a fim de obter um panorama mais abrangente sobre a diversidade e pluralidade no contexto dessas entidades;
- (d) investigar as possibilidades e os desafios para a digitalização e o acesso *on-line* das informações contidas nos arquivos literários femininos;
- (e) investigar, por meio da análise do acesso e uso dos documentos dos arquivos literários femininos pela sociedade, como esses acervos têm sido utilizados pelo público de modo geral;
- (f) investigar quais parcelas dos arquivos literários femininos têm sido mais utilizadas pelos pesquisadores e as implicações desse uso para a produção científica;
- (g) investigar quais políticas de difusão dos arquivos literários femininos foram instituídas pelas entidades custodiadoras desses acervos e seu impacto na visibilidade das escritoras.

Em resumo, as recomendações de pesquisa apresentadas visam estimular estudos futuros que possam aprofundar e expandir o conhecimento sobre o tema abordado nesta tese, considerando-se que, embora esses aspectos tenham sido percebidos ao longo da nossa pesquisa, estes não estavam no nosso escopo. Espera-se que essas sugestões forneçam direcionamentos para pesquisadores interessados em investigar as lacunas identificadas, explorar novas perspectivas teóricas e metodológicas e contribuir para o avanço do campo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Phelipe Lira de. **Existir em bits**: arquivos pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2018.

AFONSO, Otávio. **Direito autoral**: conceitos essenciais. Barueri, SP: Manole, 2009.

AGUIAR, Christiano; MAIA, MAIA, Eduardo Cesar; ANDRADE, Fábio. Apresentação. In: AGUIAR, Christiano; MAIA, MAIA, Eduardo Cesar; ANDRADE, Fábio. **A crítica literária contemporânea e seu lugar no debate público de ideias**. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2018.

AMARAL, Sueli Angelica do. Mercadotécnia y estúdios de usuários para identificar y satisfacer las necesidades de información. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN SOBRE USUARIOS DE LA INFORMACIÓN, 9., 2014, México. **Anais...** Tuxtla Gutierrez: Universidad Autónoma de Chiapas, 2014.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Museu fantasia, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 jul. 1972.

ANDRADE, Maria das Graças Fonseca. **Da escrita de si à escrita fora de si**: uma leitura de Objeto gritante e Água viva de Clarice Lispector. 2007. 225f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANIC, Luana Calvi. Escritos de mulheres. **Gama**, São Paulo-SP, mar. 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/cultura/ler-ouvir-ver/escritos-de-mulheres/>. Acesso em: 11 maio. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 213-238, jan./jun. 2013.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ARTIÈRES, Philippe; KALIFA, Dominique. Présentation: l'historien et les archives personnelles: pas à pas. **Sociétés & Représentations**, França, v. 13, n. 1, p. 7-15, 2002.

ÁVILA, Rodrigo Fortes de. **Além do que se vê**: o uso e o pós-uso da informação orgânica arquivística. 2011. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BARCELLOS, Sergio da Silva. **Vida por escrito**: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus. Sacramento-MG: Bertolucci Editora, 2015.

BARROS, Dirlene. **A lei brasileira de acesso à informação** : uma análise da sua construção, do contexto nacional ao contexto político oligárquico do estado do Maranhão (2009-2014). São Luís: EDUFMA, 2020.

BARROS, Gabriel da Silva.; SILVA, Lorena dos Santos; SCHMIDT, Clarissa. Documentos públicos e dados pessoais: o acesso a partir da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Arquivo: uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 5, p. 1-20, 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel. A correspondência de escritores brasileiros como fonte de pesquisa para os estudos literários e históricos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 61–74, 2010.

BELSUNCE, César. Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 1986.

BEZERRA, Elvia. **A literatura no IMS**. 2021. Disponível em: <https://ims.com.br/acervos/literatura/> . Acesso em: 03 abr. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao109697/biblioteca-nacional-bn>. Acesso em: 03 de abr. 2021. Verbete da enciclopédia.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de autor**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BLAIS, Gabrielle. **Accès aux documents d'archives: état des lieux**. Étude RAMP. Paris: UNESCO, 1995.

BORDINI, Maria da Glória. Acervos literários e catálogos digitais. **Revista Texto Digital**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, 2006.

BORRÁS, Joaquim. Las relaciones entre archiveros y productores de documentos. **Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología**, Peru, n. 7, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRANCO, Sérgio. **Memória e esquecimento na internet**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm). Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto 4.344, de 26 de agosto de 2002.** Regulamenta a Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4344.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4344.htm). Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm). Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.148 de 2 de dezembro de 2019.** Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm). Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11336.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11336.htm). Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.** Dita normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara e dá outras providências. Rio de Janeiro-RJ: Presidência da República, 1960. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L3752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3752.htm). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.943, 6 de abril de 1966.** Transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4943.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4943.htm). Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. **Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm) . Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm) . Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº

11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) . Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm) . Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art2). Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 20, de 1º de julho de 1974**. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Brasília-DF: Presidência da República, 1974. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp20.htm). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Projeto de lei 4895/1984**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=225181> Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133486>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.11, n.3, p. 148-169, dez. 2017.

BRITTO, Clovis Carvalho. **Economia simbólica dos acervos literários**: itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina César. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CAMARGO, Ana Maria Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, p. 26-39, 2009.

CAMARGO, Ana Maria Almeida. Historiadores e arquivistas: um diálogo possível. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 48, p. 23-26, 2018.

CAMARGO, Ana Maria Almeida.; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPELLO, Lorena. Arquivos pessoais: o direito à intimidade e o dilema das instituições de custódia. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). **Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 285-293.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 150-167, maio/ago, 2013.

CASADO, Elias Sanz. La realización de estudios de usuarios: una necesidad urgente. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 3, n. 1, p. 154-166, jan. 1993.

CAVALCANTI, Henrique Inojosa. **Clarice Lispector: no coração do Recife (1925-1935)**. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses. **Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses; SANTOS, Cibele. Identificação arquivística no fundo Clarice Lispector: caracterização tipológica da série 'documentos pessoais'. In: XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2019, Florianópolis. **Anais...** Anais do XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAVES, Antônio. Desenvolvimento do direito de autor no Brasil após a Lei n. 5.988/73. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 16, n. 61, p. 227-242, jan./mar. 1979.

CHAGAS, Cláudia Maria de Freitas. **Acesso à informação e intimidade: um dilema do Estado Democrático de Direito**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CHIODETTO, Elder. **O lugar do escritor**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia. Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros. **ÁGORA**, Santa Catarina, v. 31, n. 63, p. 1–16, 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Dicionário de terminologia arquivística**. França: ICA, 1984.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Arquivo Nacional (Brasil). **Arquivos declarados**: arquivos privados declarados de interesse público e social pela Presidência da República. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Arquivo Nacional (Brasil). **Parecer nº 009/2008**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2008. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer\\_n\\_9\\_berta\\_ribeiro.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_9_berta_ribeiro.pdf). Acesso em: 21 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Arquivo Nacional (Brasil). **Portaria nº 66, de 13 de novembro de 2002**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2002. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/acesse-a-informacao/portarias-conarq-1/Portaria\\_66\\_2002\\_02\\_06.pdf?\\_ga=2.101259713.1795667354.1641503449-1587351907.1641503449](https://www.gov.br/conarq/pt-br/acesse-a-informacao/portarias-conarq-1/Portaria_66_2002_02_06.pdf?_ga=2.101259713.1795667354.1641503449-1587351907.1641503449). Acesso em: 06 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Arquivo Nacional (Brasil). **Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-17-de-25-de-julho-de-2003-1>. Acesso em: 06 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Arquivo Nacional (Brasil). **Resolução nº 46, de 26 de abril de 2021**. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: CONARQ, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-conarq-n-47-de-26-de-abril-de-2021-316266429>. Acesso em: 06 jan. 2022.

COSTA, Celia Maria Leite. A política nuclear nos arquivos pessoais. In: ABREU, Alzira Alves de. (org). **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COSTA, Celia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 178-188, 2003.

COSTA, Celia Maria Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998.

COSTA, LÍlian Araripe Lustosa da. **A política cultural do Conselho Federal de Cultura, 1966-1976**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Marli Guedes da. **Interação entre documento, arquivo e historiador**: um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no Arquivo Nacional, em Brasília. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

COZER, Raquel. Instituições estudam rever acesso a acervos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2015. Disponível em: <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/227225-instituicoes-estudam-rever-acesse-a-acervos.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CRESWEL, John; CLARK, Vicki. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWEL, John; CRESWEL, David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre : Penso, 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAL PIZZOL, Ricardo. Evolução histórica dos direitos autorais no Brasil: do privilégio conferido pela Lei de 11/08/1827, que criou os cursos jurídicos, à Lei n. 9.610/98. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 113, p. 309-330, 2018.

DE SÓRDI, José Osvaldo. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2017.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: UFSCAR, 2004.

DIASPORIC LITERARY ARCHIVES. **Home**. 2021. Disponível em: <http://www.diasporicarchives.com/> . Acesso em: 10 abr. 2021.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2015.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013.

DUARTE, Renato Crivelli; BIZELLO, Maria Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 131-153, 2020.

DUCHEIN, Michel. O papel da Arquivologia na sociedade de hoje. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 30-36, 1978.

DUFF, Wendy. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 171-205.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

FANINI, Michele Asmar. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. **História**, Franca, v. 29, n. 1, p. 345-367, 2010.

FERNANDEZ, Raffaella. Breve cartografia do espólio literário de Carolina Maria de Jesus. **Manuscrita: Revista de Crítica Genética**, São Paulo-SP, n. 31, p. 10-26, 2016.

FERNANDEZ, Raffaella. Entrevista com Clélia Pisa. **Scripta**, v. 18, n. 35, p. 297-304, 18 dez. 2014.



FERNANDEZ, Raffaella. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**. 2015. 315 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1627070>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FERREIRA, Daniela Assis Alves; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MARQUES, Rodrigo Moreno. Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectiva histórica. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 151-172, 2021.

FITZPATRICK, David. **An exploration of the contents and uses of literary archives in the UK**. 2012. 88f. Dissertação (Mestrado em Administração de Arquivos) – Universidade Aberystwyth. Reino Unido, 2012.

FRAIZ, Priscila. Dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, 1998.

FRANCO, Celina. Uma lei para os arquivos brasileiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 19 fev. 1984.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **A FCRB**. Rio de Janeiro, 31 maio 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/a-fcrb>. Acesso em: 06 mar. 2023.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Direitos cruzados à informação e aos arquivos pessoais**. 09 dez. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=geo4GIJQaaU>. Acesso em: 05 abr. 2022.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos**. Rio de Janeiro: FCRB, 2015a.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Guia do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Manual de gerenciamento e uso dos acervos**. Rio de Janeiro: FCRB, 2017.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Relatório de atividades: 2012-2014**. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. 474 p.

GABRIEL, Edgar Godoi. Uma existência atópica: vida e obra de Carolina Maria de Jesus. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, Jataí-GO, v. 11, n. 01, jan./jul., 2019.

GARAY, Kathleen. Access and copyright in literary collections. **Archivaria**, Canadá, v. 18, p. 220-227. jan. 1984.

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 175- 187, 1998.

GARCIA, Luis Fernando Jaén. La aplicabilidad de los estudios de usuarios en los archivos: el caso de los archivos históricos. **Códices**, Bogotá, v. 2, n. 1, p. 45-52, 2006.

GARCIA, Luis Fernando Jaén. Metodología para la realización de estudios de usuarios en archivos. **Códices**, Bogotá, v. 6, n. 1, p. 89-99. 2010.

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira; BRAGA, Cristiano Prestes; ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo. **Direito autoral**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

GOLDENBERG, Mirian. Berta G. Ribeiro: muito mais do que a mulher de Darcy Ribeiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, mar. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/miriangoldenberg/2022/03/berta-g-ribeiro-muito-mais-do-que-a-mulher-de-darcy-ribeiro.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.

GONÇALVES, Marco Antonio. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (Os diários de Carolina Maria De Jesus). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 21-47, jul./dez. 2014.

GROUP FOR LITERARY ARCHIVES E MANUSCRIPTS. **What are literary archives?** 2021. Disponível em: [http://glam-archives.org.uk/?page\\_id=1731](http://glam-archives.org.uk/?page_id=1731) . Acesso em: 09 abr. 2021.

GROUP FOR LITERARY ARCHIVES AND MANUSCRIPTS. **Report on a survey of GLAM members acquisitions policy and practice**. 2010. Disponível em: <http://glam-archives.org.uk/wp-content/uploads/2011/02/survrep.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2021.

GROUP FOR LITERARY ARCHIVES AND MANUSCRIPTS (NORTH AMERICA). **Literary archives user study**. 2012. Disponível em: [https://glamna.files.wordpress.com/2012/05/glamna\\_user\\_study.pdf](https://glamna.files.wordpress.com/2012/05/glamna_user_study.pdf) . Acesso em: 10 abr. 2021.

GRUMAN, Marcelo. Lei de acesso à informação: notas para reflexão e um breve exemplo. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 38-51, 2012.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 2017.

HAY, Louis. A literatura sai dos Archivos. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello. (org.). **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

HERNÁNDEZ, Alfonso Rubio. Ciertas consideraciones sobre estudios de usuarios en archivos municipales. el archivo municipal de logroño: una aproximación teórico práctica. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Colombia, v. 26, n. 1, p. 53-77, 2003.

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística general**: teoría y practica. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra-capas, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um legado. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu, Minas Gerais. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2004.

HILL, Jenie; SLOCOMBE, Will. No larkin around: the challenges of contemporary literary archives. **Archives**, Londres, v. 35, n. 122, p. 1-10, 2010.

HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 303-341.

HOHLFELDT, Antonio. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 51, p. 135-154, jan./jun. 2009.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HÜLSENDEGER, Margarete; KOHLRAUSCH, Regina. Literatura e história em El señor presidente, de Miguel Ángel Asturias: registro de seu tempo. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 165-174, maio. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Dictionary of archival terminology. France: Draft Third Edition; DAT III, 1999.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. **I Seminário internacional arquivos, mulheres e memórias**. São Paulo-SP: IEB, 2017. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/wp-content/uploads/sites/127/2017/03/I-Semin%C3%A1rio-Internacional-Arquivos-Mulheres-e-Mem%C3%B3rias.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Ana Cristina Cesar**: apresentação. Rio de Janeiro, [2017]. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-ana-cristina-cesar/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **A literatura no IMS**. Rio de Janeiro [2017b]. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/08/09/a-literatura-no-ims/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Carolina Maria de Jesus**: apresentação. Rio de Janeiro, [2017b]. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Carolina Maria de Jesus**: um Brasil para os brasileiros. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-ims-paulista/>. Acesso em: 17 maio 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Clarice Lispector**: apresentação. Rio de Janeiro, [2017d]. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-clarice-lispector/>. Acesso em: 22 maio 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Elisa Lispector**: apresentação. Rio de Janeiro, [2017c]. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-elisa-lispector/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Fundo Ana Cristina César**. Rio de Janeiro, [2022]. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/search?filtersStateId=20> . Acesso em: 11 jul. 2022.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Por dentro dos acervos**: Alba Frota ou anjo de arquivo. 30 abr. 2020. Disponível em: [https://ims.com.br/por-dentro-acervos/alba-frota-ou-anjo-de-arquivo\\_elvia-bezerra/](https://ims.com.br/por-dentro-acervos/alba-frota-ou-anjo-de-arquivo_elvia-bezerra/). Acesso em: 21 maio 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Rachel de Queiroz**: apresentação. Rio de Janeiro [2023b]. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/06/01/sobre-rachel-de-queiroz/>. Acesso em: 18 maio 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Sobre o IMS**. Rio de Janeiro [2023]. Disponível em: <https://ims.com.br/sobre-o-ims/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

ITAÚ CULTURAL. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**: Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa253139/carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 12 set. 2021. Verbete da Enciclopédia.

ITAÚ CULTURAL. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**: Clarice Lispector. São Paulo: Itaú Cultural, 2023b. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1140/rachel-de-queiroz>. Acesso em: 18 maio 2023. Verbete da Enciclopédia.

ITAÚ CULTURAL. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**: Rachel de Queiroz. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1140/rachel-de-queiroz>. Acesso em: 18 maio 2023. Verbete da Enciclopédia.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, ago., 2018.

JARDIM, José Maria. **Apresentação no seminário: “Direitos Cruzados à informação e os arquivos pessoais” da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro, 09 dez. 2015. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uPWjHXu-wG0>. Acesso em: 07 out. 2021.

JARDIM, José Maria. O projeto de lei 2789/2021 e a atualização da Lei de Arquivos brasileira: possibilidade e limites. **Revista do Arquivo: uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 89-95, 2021.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004.

KMITA, Andréia. **O rigor e a sensibilidade poética da prática tradutória de Ana Cristina Cesar**. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

KOPP-OBERSTEBRINK, Herbert. Das literaturarchiv als laboratorium der kulturforschung: Wilhelm Diltheys beitrage zu einer epistemologie des archiv. In: DALLINGER, Petra-Maria; HOFER, Georg; JUDEX, Bernhard. (org.). **Archive für literatur**: der nachlass und seine ordnungen. Berlin: De Gruyter, 2018.

LAFER, Celso. O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos. In: DOCUMENTOS PRIVADOS DE INTERESSE PÚBLICO: o acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

LE COADIC, Yves-François. **Usages et usagers de l'information**. Paris: ADBS 1997.

LEJEUNE, Philippe. A quem pertence uma carta? In: LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LOPES, Bruna Pimentel. **Arquivos pessoais de escritores no Brasil**: estudo comparativo das formas de aquisição e acesso em instituições públicas. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LOPES, Bruna Pimentel; BIZELLO, Maria Leandra; RODRIGUES, Georgete Medleg. A dispersão em arquivos literários: um estudo à luz do acervo da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 244-264, 2022.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Acesso e usos de arquivos pessoais de escritores no Brasil: um estudo comparado das práticas na Fundação Casa de Rui Barbosa e no Instituto de Estudos Brasileiros. In: GARCIA, Noelia; MELO E SILVA, Maria Celina (org.). **Archivos personales**: experiencias de organización y gestión. 1ed. Córdoba: Redes, 2017a.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. As variações terminológicas no contexto dos arquivos pessoais: uma análise das denominações utilizadas por instituições públicas brasileiras. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 87-95, 2018a.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Arquivos pessoais de escritores no Brasil: estudo comparativo das políticas de aquisição e de acesso em instituições públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UDEL), 2018.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os acervos privados de presidentes da República no Brasil: entre as noções de propriedade privada e de interesse público. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 64-80, 2019.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq. **Revista do Arquivo: uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo-SP, v. 2, p. 01-15, 2017.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Arquivos pessoais sob a ótica dos processos de institucionalização. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). **Arquivos pessoais: fronteiras**. São Paulo: ARQ-SP, 2020.

LOPES, Bruna Pimentel; VIDAL, Diana. Os usos e usuários de arquivos literários femininos: uma análise a partir dos acervos custodiados pelo Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). **Revista CPC**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 54-78, 2022.

MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. Arquivos pessoais e teoria arquivística. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues. (org.). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

MAHER, William. Arquivistas como artistas na corda bamba: o equilíbrio entre propriedade e direitos de privacidade considerando primeiro o usuário. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, jan./jun. 2012.

MAI, Tagiane. **Por trás do pensamento e do objeto gritante**: edição e análise dos datiloscritos de *Água viva*, de Clarice Lispector. 2022. 85f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal. 2022.

MARQUES, Reinaldo. **Arquivos literários: teorias, histórias, desafios**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

MARQUILHAS, Rita. **E-Dicionário de termos literários de Carlos Ceia**. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/> . Acesso em: 06 abr. 2021.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO; Carlos Renato. **Metodologia da investigação para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Paula Ligia. Acesso à Informação: Um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 233-244, fev. 2012.

MATTOS, Renato de; ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. À margem do interesse público: a preservação dos arquivos de empresários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 3045-3062. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103277> . Acesso em: 06 jan. 2022.

MATTOS, Renato de; MENDES, Juliana Maia. Arquivos pessoais e patrimônio: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1–21, 2021.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

MEIHY, JOSÉ CARLOS SEBE BOM. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. **Revista USP**, São Paulo-SP, n. 37, p. 82-91, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27047>. Acesso em: 30 set. 2021.

MEIRELES, Maurício. Casa de Rui Barbosa libera acesso a documentos secretos de Pedro Nava. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1873709-casa-de-rui-barbosa-libera-acesso-a-documentos-secretos-de-pedro-nava.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MELO, Katia Isabelli. Usuários dos arquivos: uma análise dos congressos nacionais de arquivologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 136-153, ago. 2020.

MONTEIRO, Karla. Escritora Carolina Maria de Jesus viveu do caos ao caos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20141120213029/http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1550499-escritora-carolina-maria-de-jesus-viveu-do-caos-ao-caos.shtml>. Acesso em: 12 set. 2021.

MONTERO, Teresa. Prefácio: todas as cartas: lições para viver. In: LISPECTOR, Clarice. **Todas as cartas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

MORAES, Marcos Antonio de. Edição de correspondência reunida de Mário de Andrade: histórico e alguns pressupostos. **Patrimônio e Memória**, Assis-SP, v. 4, n. 2, p. 115-128, jun. 2009.

MORAES, Marcos Antonio de. Epistolografia e crítica genética. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 30-32, mar. 2007.

MOTA, Karyn de Paula. **Clarice Lispector na era digital**: a apropriação da escritora na rede. Rio de Janeiro, 2018. 118 p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, Rio de Janeiro, RJ. 2018.

MUNHOZ, Erica Martinelli. **As luvas, as lâminas, o estilete de sua arte** : intertextualidade e leitura feminina em Ana Cristina Cesar. 2017. 221 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631854>. Acesso em: 07 mar. 2023.

NEGRINI, Luciana; SUTTON, David. A location list of literary archives in Brazil. **Comma**, Liverpool, v. 1, p. 161-168. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Antonio Braz. Arquivística literária haec subtilis ars inveniendi. **Cadernos BAD**, Portugal, v. 2, p. 107-121, 1992.

OLIVEIRA, Antonio Braz. Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanas**, Porto Alegre, v. 8, p. 373-382, ago. 2007.

OLIVEIRA, Eneida Gomes Nalini de. **Contribuições das reflexões do Círculo de Bakhtin para o estudo e prática da tradução**: uma análise do datiloscrito de Clarice Lispector da peça *The member of the wedding*. 2015. 265, 95 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015.

OLIVEIRA, Gilberto Gilvan Souza. **O livrinho que desencadeou o resto**: circulação e produção do romance *O Quinze* de Rachel de Queiroz pela livraria José Olympio Editora (1948-1990). 2017. 199f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: MóBILE, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Os usuários da informação arquivística. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna.; SOBRAL, Camila Copoi de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo: uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, 2017.

OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete; CASTRO, Raissa. A memória na Ciência da Informação: uma análise da produção científica brasileira. In: OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete (orgs.) **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: UnB, 2017.

PARANAGUÁ, Pedro.; BRANCO, Sérgio. **Direitos autorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PARRELA, Ivana Denise; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Apresentação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 7-15, 2020.

PECKHAM, Howard H. Aiding the scholar in using manuscript collections. **The American Archivist**, Chicago, v. 19, n. 3, p. 221-228, jul. 1956.

PEREIRA, Adriana Arrojado Correia. **Pesquisa em arquivos pessoais no Brasil**: um estudo dos pesquisadores-docentes. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.



PETERSON, Gary; PETERSON, Trudy Huskamp. **Archives & manuscripts: law**. Chicago: Society of American Archivists, 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO. Arquivo Público Municipal. 2023. Disponível em: <https://sacramento.mg.gov.br/turismo/arquivo-publico-municipal>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RAMÍREZ, Jafeth Campos. Los estudios de usuarios y los archivos: una alianza estratégica. **Códices**, Bogotá, v. 5, n. 1, p. 13-37, 2010.

RANGEL, Thayron Rodrigues. **Estudos de usuário em unidades de informação arquivísticas: uma análise teórica e curricular do campo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RANGEL, Thayron Rodrigues. Estudos de usuários de arquivos. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues. (org.). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

RIZZI, Iuri Rocio Franco. O tema “arquivos pessoais” nos ENANCIB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.

ROBLEDO, José Ignacio Monteagudo. Problemas na pesquisa sobre escrita popular: o espólio de Carolina Maria de Jesus. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32, 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, 2011.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto inacabado: processo de criação artística**. São Paulo: FAPESP; Annablume, 1998.

SANTOS, Neli Edite dos. **A crítica jornalística sobre Clarice Lispector (1943-1997)**. 1999. 218 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1587377>. Acesso em: 28 maio. 2023.

SANTOS, Suzanny Santana dos. **Arquivos literários abordagens na produção acadêmica e científica no Brasil**. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997.

SCHWAITZER, Lenora de Beaurepaire da Silva. **LGPD e acervos históricos: impactos e perspectivas**. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 36-51, out./dez. 2020.

SCHWAITZER, Lenora de Beaurepaire da Silva. LGPD, instituições públicas e profissionais de arquivo: uma reflexão necessária. **Revista do Arquivo: uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 10-21, out. 2019.

SEGALA, Amos. La Colección Archivos. **América: Cahiers du criccal**, Paris, n. 23, p. 147-158, 1999.

SENADO FEDERAL (Brasil). Sancionada com vetos Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. **Senado Notícias**, Brasília, 15 out. 2018. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/15/sancionada-com-vetos-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais> . Acesso em: 19 nov. 2018.

SILVA, Carlos Augusto Moraes. **As correspondências de Clarice Lispector: cartografias de um processo criativo** . 2021. 227f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021a.

SILVA, Denise. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo “usuário”. **Cenário Arquivístico**, Brasília-DF, v. 4, n.1, p. 9-21, jan./jun. 2011.

SILVA, Eliezer Pires da. 30 anos da Lei 8.159/91: vitalidades e limites. **Revista do Arquivo: uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 12-13, 2021.

SILVA, Emilly. **Entre achados e perdidos: o arquivo pessoal de Clarice Lispector**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

SILVA, J. Apresentação. In: MATTAR, Eliana (org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SILVA, Lohanne Gracielle. **A alquimia como processo de criação: pulsações entre a escrita de Clarice Lispector e a escrita da história**. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. **Diálogos**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 32-43, set. 2017.

SILVA, Wysterley Marins da. **Arquivo de interesse público e social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **ALA-SAA joint statement of access: guidelines for access to original research materials**. 1994. Disponível em:

<https://www2.archivists.org/statements/ala-saa-joint-statement-of-access-guidelines-for-access-to-original-research-materials-au> . Acesso em: 17 abr. 2021.

SOPHIA, Daniela Carvalho. O acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: histórico, perfil e função. *Museologia e Patrimônio*, **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST)**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1. 2017.

SOUZA, Allan Rocha de. As etapas iniciais da proteção jurídica dos direitos autorais no Brasil. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 136-186, 2006.

SOUZA, Eneida Maria de. Uma biografia, um bem de arquivo. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 121-129, jun. 2008.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello. Apresentação. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello. (org.). **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SUTTON, David. Conclusion: the future of literary manuscripts — an international perspective. In: SUTTON, David; LIVINGSTONE, Ann. (orgs.) **The future of literary archives: diasporic and dispersed collections**. ARC Humanities Press: Amsterdam, 2018. p. 143-152.

SUTTON, David. The destinies of literary manuscripts: past, present and future. **Archives and Manuscripts**, Austrália, v. 42, n. 3, p. 295–300, 2014.

TANUS, Gustavo. Reflexões para uma poética do arquivo: a experiência de organização do acervo do poeta Adão Ventura. CABRAL, Cleber Araújo; SILVA, Marcelino Rodrigues da. **Escavações e impressões escritas sobre acervos literários e memória cultural**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018.

TARRAUBELLA I MIRABET, Xavier. Els arxius i els seus usuaris. **Lligall: Revista catalã d'Arxivística**, Barcelona, n. 12, p. 190-204, 1998.

TELLES, Lígia Guimarães. O fio da vida que se corta, o fio da escrita que persiste: anotações sobre a escritora Judith Grossmann. In: XIV Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2015, Belém. XIV Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Belém: ABRALIC, 2015. v. 1. p. 1-14.

THORPE, James. **The use of manuscripts in literary research: problems of access and literary property rights**. New York: Modern Language Association of America, 1974.

TORRES, Bolívar. Falta de estrutura do acervo de Carolina de Jesus preocupa pesquisadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/falta-de-estrutura-do-acervo-de-carolina-de-jesus-preocupa-pesquisadores-22764393>. Acesso em: 12 set. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). **Jornal Oficial da União Europeia**, Estrasburgo, 4 maio 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=EN>. Acesso em: 25 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **UFBA se despede da professora Judith Grossmann**. 06 jan. 2015. Disponível em: [https://ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/ufba-se-despede-da-professora-judith-grossmann](https://ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-se-despede-da-professora-judith-grossmann). Acesso em: 16 maio 2023.

VALENTE, Mariana Giorgetti.; FREITAS, Bruna Castanheira de. **Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

VASCONCELLOS, Eliane. “As cartas que mando pra você são suas”. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

VASCONCELLOS, Eliane. Clarice Lispector no Arquivo-Museu de Literatura. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, 1994.

VASCONCELLOS, Eliane. Manuscritos literários e pesquisa. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, mar. 2010.

VASCONCELLOS, Eliane. O arquivo de Clarice Lispector. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 1993.

VASCONCELLOS, Eliane; SANTOS, Marcelo dos. Papeis do escritor: segredo e arquivo literário. **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 31, p. 51-64, jan./jul. 2017.

VAZ, Gláucia Aparecida. **Práticas informacionais em arquivos: quadro comportamental e contexto social dos usuários do Arquivo Público Mineiro**. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

VAZ, Gláucia Aparecida; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 3-21, jul./dez., 2015.

VIEIRA, Henrique Júlio; HOISEL, Evelina. Os sítios arqueológicos de Judith Grossmann. **Revista Landa**, Santa Catarina, v. 4, n. 1, p. 76-94, 2015.

VENÂNCIO, Renato. Onde estão os arquivos pessoais?: uma sondagem. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. (org.). **Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin.; LEME, Thalita Fernanda; CASARIN, Helen de Castro Silva. Estudos de usuários em arquivos: panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 154-174, 2020.

**APÊNDICES****APÊNDICE A – ARQUIVOS LITERÁRIOS FEMININOS:  
DEPARTAMENTO DE LITERATURA DO IMS**

<b>ITEM</b>	<b>TITULAR</b>
<b>1</b>	ANA CRISTINA CESAR
<b>2</b>	CAROLINA MARIA DE JESUS
<b>3</b>	CLARICE LISPECTOR
<b>4</b>	DORA FERREIRA DA SILVA
<b>5</b>	ELISA LISPECTOR
<b>6</b>	LYGIA FAGUNDES TELLES
<b>7</b>	MARIA JULIETA DRUMMOND DE ANDRADE
<b>8</b>	RACHEL DE QUEIROZ

**APÊNDICE B – ARQUIVOS LITERÁRIOS FEMININOS:  
ARQUIVO-MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA DA FCRB**

<b>ITEM</b>	<b>TITULAR</b>
<b>1</b>	ADALGISA NERY
<b>2</b>	CLARICE LISPECTOR
<b>3</b>	CORINA COARACY
<b>4</b>	EUGÊNIA ÁLVARO MOREYRA
<b>5</b>	ISABEL DO PRADO
<b>6</b>	JUDITH GROSSMANN
<b>7</b>	JULIETA DE GODOY LADEIRA
<b>8</b>	MARIA HELENA CARDOSO
<b>9</b>	MARIA CLARA MACHADO
<b>10</b>	MARIA ISABEL FERREIRA
<b>11</b>	MARIA JACINTA
<b>12</b>	MARIA JOSÉ DE QUEIRÓS
<b>13</b>	MARIA JULIETA DRUMMOND DE ANDRADE
<b>14</b>	MARLY MEDALHA
<b>15</b>	OLGA SAVARY
<b>16</b>	STELLA LEONARDOS
<b>17</b>	TÂNIA SERRA
<b>18</b>	TETRÁ DE TEFÉ
<b>19</b>	TRUDI LANDAU

## APÊNDICE C – QUESTIONAMENTOS PARA AS INSTITUIÇÕES

### Mensagem A – Dados sobre os arquivos literários femininos do AMLB

Dados sobre arquivos literários femininos ▶ Caixa de entrada x



**Bruna Pimentel Lopes** <bpimentelopes@gmail.com>

ter., 21 de jun. de 2022, 21:31



para rangel, analígia, cvitena, vasconcellos, eduardo.ribeiro, laura.xavier, luis.felipe, marta.clemente ▼

Prezados, boa noite.

Meu nome é Bruna Pimentel, sou aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Estou realizando uma pesquisa sobre os arquivos literários femininos custodiados pelo AMLB e não localizei os dados de falecimento de algumas titulares, bem como o ano de aquisição desses arquivos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Vocês podem me ajudar?

Segue a tabela com os dados que tenho até o momento.

Titular	Ano de nascimento	Ano de falecimento	Ano de aquisição do acervo
Maria Isabel Ferreira	1913		
Maria José de Queirós	1936		
Maria Julieta Drummond de Andrade	1928	1987	
Marly Medalha	1934		
Tânia Serra	1950		
Trudi Landau	1920		

Obrigada!

Atenciosamente,

**Bruna Pimentel Lopes**

Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCINF/UnB)

+55 (61) 992956751 | bpimentelopes@gmail.com





**Rosângela Florido Rangel** <rangel@rb.gov.br>  
para Inxavier, cvitena, mim

Prezada Bruna Lopes,

Seguem respostas inseridas na tabela.  
Atenciosamente,  
Rosângela Florido Rangel

**De:** "Bruna Pimentel Lopes" <bpimentelopes@gmail.com>  
**Para:** [rangel@rb.gov.br](mailto:rangel@rb.gov.br)  
**Enviadas:** Terça-feira, 21 de junho de 2022 21:38:37  
**Assunto:** Fwd: Dados sobre arquivos literários femininos

**Bruna Pimentel Lopes**  
Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCINF/UnB)  
+55 (61) 992956751 | bpimentelopes@gmail.com



Create your own email signature

----- Forwarded message -----

**De:** Bruna Pimentel Lopes <bpimentelopes@gmail.com>  
**Date:** ter., 21 de jun. de 2022 às 21:31  
**Subject:** Dados sobre arquivos literários femininos  
**To:** <[rangel@rb.gov.br](mailto:rangel@rb.gov.br)>, <[analigia@rb.gov.br](mailto:analigia@rb.gov.br)>, <[cvitena@rb.gov.br](mailto:cvitena@rb.gov.br)>, <[vasconcellos@rb.gov.br](mailto:vasconcellos@rb.gov.br)>, <[eduardo.ribeiro@rb.gov.br](mailto:eduardo.ribeiro@rb.gov.br)>, <[laura.xavier@rb.gov.br](mailto:laura.xavier@rb.gov.br)>, <[luis.felipe@rb.gov.br](mailto:luis.felipe@rb.gov.br)>, <[marta.clemente@rb.gov.br](mailto:marta.clemente@rb.gov.br)>

Prezados, boa noite.

Meu nome é Bruna Pimentel, sou aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Estou realizando uma pesquisa sobre os arquivos literários femininos custodiados pelo AMLB e não localizei os dados de falecimento de algumas titulares, bem como o ano de aquisição desses arquivos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Vocês podem me ajudar? Segue a tabela com os dados que tenho até o momento.

Titular	Ano de nascimento	Ano de falecimento	Ano de aquisição do acervo Dado em levantamento
Maria Isabel Ferreira	1913	Desconhecemos	
Maria José de Queirós	1936	Autora viva	2010
Maria Julieta Drummond de Andrade	1928	1987	Após seu falecimento
Marly Medalha	1934	2001	2005 a 2008
Tânia Serra	1950	Autora viva	Em fase de doação
Trudí Landau	1920	2015	2003



## Mensagem B – Dados sobre os arquivos literários femininos do IMS



**Bruna Pimentel Lopes** <bpimentelopes@gmail.com>  
para literatura ▾

qui., 16 de jun. de 2022, 12:49 ☆ ↶ ⋮

Prezados, bom dia.

Meu nome é Bruna Pimentel, sou aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, conforme declaração em anexo.

Estou realizando uma pesquisa sobre os arquivos literários femininos custodiados pelo Instituto Moreira Salles (IMS) e gostaria de obter algumas informações iniciais sobre o histórico dos acervos abaixo:

TITULAR
ANA CRISTINA CESAR
CAROLINA MARIA DE JESUS
CLARICE LISPECTOR
DORA FERREIRA DA SILVA
ELISA LISPECTOR
LYGIA FAGUNDES TELLES
MARIA JULIETA DRUMMOND DE ANDRADE
RACHEL DE QUEIROZ

Além dos dados que estão disponíveis no catálogo do IMS, esses arquivos possuem instrumentos de pesquisa, tais como guia ou inventário?

Vocês poderiam me informar também o estágio de processamento de cada um dos conjuntos documentais, isto é, se já foram integralmente catalogados?

Agradeço desde já.

Atenciosamente,

**Bruna Pimentel Lopes**

Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCINF/UnB)

+55 (61) 992956751 | bpimentelopes@gmail.com



Create your own [email signature](#)



**Jane Leite Conceição Silva** <jane.leite@ims.com.br>

para mim ▾

qua., 22 de jun. de 2022, 10:14



Prezada Bruna, bom dia.

Peço desculpas por não responder seu e-mail anterior.

Temos uma demanda grande de solicitações o que nos impede de responder aos e-mail prontamente.

Nossos instrumentos de pesquisa são o próprio site no ims na guia [Acervo/Literatura](#), você também pode consultar nossa [Base de dados de arquivos](#) e caso seja do seu interesse nossa [Base de dados para acervo bibliográfico](#)

Segue as informações sobre a descrição dos arquivos solicitados

TITULAR	ESTÁGIO DE PROCESSAMENTO
ANA CRISTINA CESAR	90% processado
CAROLINA MARIA DE JESUS	100% processado
CLARICE LISPECTOR	98% processado
DORA FERREIRA DA SILVA	3% processado
ELISA LISPECTOR	61% processado
LYGIA FAGUNDES TELLES	15% processado
MARIA JULIETA DRUMMOND DE ANDRADE	100% processado
RACHEL DE QUEIROZ	98% processado

Peço que interprete o estágio de processamento, como documentos com descrição básica já disponíveis na Base de dados.

No mais, estamos à disposição.

Atenciosamente,

--

Jane Leite

Bibliotecária - Coordenadoria de Literatura

Instituto Moreira Salles

Rua Marquês de São Vicente, 476, Gávea

Rio de Janeiro, RJ

tel.: (21) 3284-7454

## APÊNDICE D – MODELO DE PLANILHA PARA COLETA DE DADOS

PLANILHA A – Coleta de dados sobre as produções

<b>Autor (a)</b>	<b>Título</b>	<b>Resumo em português</b>	<b>Ano</b>	<b>IES</b>	<b>Sigla da instituição</b>	<b>País</b>	<b>Região</b>	<b>UF</b>	<b>Departamento da instituição</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>	<b>Área do conhecimento</b>	<b>Assuntos em português</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Referência</b>

PLANILHA B – Coleta de dados sobre os usuários

<b>Autor(a)</b>	<b>Sexo</b>	<b>IES</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>	<b>Grau e área de formação</b>	<b>País</b>	<b>UF</b>

**APÊNDICE E – RESULTADOS QUANTITATIVOS OBTIDOS NA BASE DE DADOS OASISBR**

<b>Item</b>	<b>Titular</b>	<b>Instituição de custódia</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Falecimento</b>	<b>Ano de aquisição do acervo</b>	<b>Busca OASISBR utilizando os termos: NOME E SOBRENOME DA TITULAR + "FCRB" ou "IMS"</b>	<b>Busca OASISBR utilizando os termos: NOME E SOBRENOME DA TITULAR + "ARQUIVO"</b>	<b>Busca OASISBR utilizando os termos: NOME E SOBRENOME DA TITULAR + "ACERVO"</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total de trabalhos realizados a partir do uso do acervo</b>
1	Adalgisa Nery	FCRB	1905	1980	2007	0	0	0	0	0
2	Ana Cristina Cesar	IMS	1952	1983	1999	1	3	7	11	5
3	Carolina Maria de Jesus	IMS	1914	1977	2006	0	5	4	9	1
4	Clarice Lispector	FCRB / IMS	1920	1977	1978	8	35	23	66	16
5	Corina Coaracy	FCRB	1859	1892	1996	0	0	0	0	0
6	Dora Ferreira da Silva	IMS	1918	2006	2006	0	0	1	1	0
7	Elisa Lispector	IMS	1911	1989	2007	0	2	1	3	1
8	Eugênia Álvaro Moreyra	FCRB	1898	1948	2008	0	0	0	0	0
9	Isabel do Prado	FCRB	NC	NC	1982	0	0	0	0	0
10	Judith Grossmann	FCRB	1931	2015	1992	0	3	0	3	1
11	Julieta de Godoy Ladeira	FCRB	1932	1997	1997	0	0	0	0	0
12	Lygia Fagundes Telles	IMS	1923	2022	2004	0	4	1	5	0

13	Maria Clara Machado	FCRB	1921	2001	2006	0	0	0	0	0
14	Maria Helena Cardoso	FCRB	1903	1997	1982	0	0	0	0	0
15	Maria Isabel Ferreira	FCRB	1913	NC	NC	0	0	0	0	0
16	Maria Jacinta	FCRB	1906	1994	1997	0	0	0	0	0
17	Maria José de Queirós	FCRB	1936	-	2010	0	0	0	0	0
18	Maria Julieta Drummond de Andrade	FCRB / IMS	1928	1987	NC	0	0	0	0	0
19	Marly Medalha	FCRB	1934	NC	2005 a 2008	0	0	0	0	0
20	Olga Savary	FCRB	1933	2020	1981	0	0	0	0	0
21	Rachel de Queiroz	IMS	1910	2003	2006	0	10	5	15	1
22	Stella Leonardos	FCRB	1923	-	1985	0	0	1	1	0
23	Tânia Serra	FCRB	1950	-	NC	0	0	0	0	0
24	Tetrá de Tefé	FCRB	NC	NC	1985	0	0	0	0	0
25	Trudi Landau	FCRB	1920	-	NC	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>									<b>114</b>	<b>25</b>

## APÊNDICE F – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### INTRODUÇÃO:

- 1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?
- 2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?
- 3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?

### NECESSIDADES INFORMACIONAIS:

- 4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?
- 5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?

### PROCESSO DE BUSCA, ACESSO E USO DO ARQUIVO LITERÁRIO:

- 6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?
- 7) Quais os meios/estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?
- 8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo online?
- 9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?
- 10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?
- 11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?

### CONCLUSÃO:

- 12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?
- 13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?
- 14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?



## APÊNDICE G – MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, xxxxxxxx, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília, ..... de ..... de 20\_\_\_\_\_ .

---

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes

---

Assinatura do entrevistado

## APÊNDICE H – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA



Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF)

### AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, GILBERTO OLIVEIRA, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília-DF, 14 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente  
BRUNA PIMENTEL LOPES  
Data: 23/06/2023 18:58:34-0300  
Verifique em <https://validar.j5.gov.br/>

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes

Documento assinado digitalmente  
GILBERTO GILVAN SOUZA OLIVEIRA  
Data: 23/06/2023 17:42:00-0300  
Verifique em <https://validar.j5.gov.br/>

Assinatura da(o) entrevistada(o)





## AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, ERICA MUNHOZ, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília, 16 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 BRUNA PIMENTEL LOPES  
 Data: 23/03/2023 10:41:49-0300  
 Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Assinatura da entrevistadora  
 Bruna Pimentel Lopes

Assinatura da(o) entrevistada(o)

Documento assinado digitalmente  
 ERICA MARTINELLI MUNHOZ  
 Data: 24/03/2023 18:39:38-0300  
 Verifique em <https://validar.jf.gov.br>



### AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, CLOVIS CARVALHO BRITTO, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília, 26 de março de 2023.



Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes

Assinatura da(o) entrevistada(o)

Clovis Carvalho Britto

### AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, TAGIANE MAI, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília-DF, 09 de abril de 2023.

 Documento assinado digitalmente  
BRUNA PIMENTEL LOPES  
Data: 23/06/2023 17:03:58-0380  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes



---

Assinatura da(o) entrevistada(o)



### AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, HENRIQUE INOJOSA, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília-DF, 06 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
BRUNA PIMENTEL LOPES  
Data: 23/06/2023 12:01:18 -0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes

*Henrique Inojosa Cavalari*

Assinatura da(o) entrevistada(o)



## AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, Andréia Kmita, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília, 16 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 BRUNA PIMENTEL LOPES  
 Data: 23/06/2023 16:38:04 -0300  
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes

Assinatura da(o) entrevistada(o)



## AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, MARIA DAS GRAÇAS ANDRADE, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília-DF, 12 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** BRUNA PIMENTEL LOPES  
Data: 23/06/2023 17:08:41 -0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes


Assinatura da(o) entrevistada(o)



## AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA


Eu, HENRIQUE VIEIRA, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília-DF, 17 de maio de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 BRUNA PIMENTEL LOPES  
 Data: 23/06/2023 16:55:07-0300  
 Verifique em <https://validar.ri.gov.br>

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes

Documento assinado digitalmente  
 HENRIQUE JULIO VIEIRA GONCALVES DOS  
 Data: 18/07/2023 08:24:44-0300  
 Verifique em <https://validar.ri.gov.br>


Assinatura da(o) entrevistada(o)



## AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, RAFFAELLA FERNANDEZ, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos da entrevista, bem como de estar ciente do uso de minhas declarações, autorizo BRUNA PIMENTEL LOPES, RG nº 2.708.061 e CPF nº 736.624.881-91, doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a utilizar as informações por mim prestadas, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes, para a elaboração de sua Tese de doutorado, que tem como título “Os efeitos da institucionalização de arquivos literários no Brasil: uma análise da produção sobre a vida e a obra de escritoras a partir dos seus acervos pessoais”, orientada pela Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues, com coorientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello. Autorizo, igualmente, que as informações prestadas por mim no âmbito da entrevista, poderão ser divulgadas apenas como produtos acadêmicos sob a forma de artigos científicos e/ou comunicações orais em congressos científicos.

Brasília-DF, 15 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 BRUNA PIMENTEL LOPES  
 Data: 23/06/2023 16:50:27-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da entrevistadora

Bruna Pimentel Lopes

Assinatura da(o) entrevistada(o)



## APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

### APÊNDICE IA – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 1

#### 1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?

Sou formada em Letras pela UNIFLOR, hoje conhecida como FADAF em Alta Floresta -MT; atuo na área da docência desde os 15 anos de idade (1992), lecionei em todas as disciplinas, contudo, fui me qualificando em minha área específica de formação; efetivei-me em 2012 como professora de Língua Portuguesa, Literatura e Inglês na SEDUC-MT (Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso). Estudei 4 anos de LATIM, não vejo necessidade nenhuma nessa disciplina, mas era uma exigência do MEC para se abrir universidade em minha região, tive 4 anos de um inglês fraquíssimo e um ano de literatura inglesa. Mesmo eu e mais de centenas de professores nas mesmas configurações que eu, a maioria leciona inglês sem saber de fato a disciplina e a pronúncia e a conversação, mas o dinheiro na mesa faz a compensação, é aquela lenga-lenga do “TO BE”, e por isso, desde minha formação, não quis lecionar inglês, especializei-me em literatura e português com mais segurança. Fui coordenadora do sistema educacional para alunos PPL (Privados de Liberdade), escrevi todo PPP e PDE para esse fim no meu estado (MT), portarias conjuntas, e desenvolvi muitos projetos culturais, dentro das prisões. Todavia, antes de assumir a organização da educação nas prisões de Mato Grosso, já desenvolvia projetos culturais em minha cidade. Além de atuar como profissional da Educação em Mato Grosso, sou roteirista de curtas, poeta e contista pela editora Chiado Books. Atualmente, faço Doutorado em duas instituições, Línguas Modernas: Cultura, Literatura e Tradução [FLUC (Coimbra-Portugal)], trancada no momento, reabro em setembro 2023; e Estudos Comparatistas FLUL – Lisboa.

#### 2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?

Conheci Ana Cristina Cesar (Ana C.) com mais afinco na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, época do meu Mestrado de 2005 a 2018. A escritora faz parte de um grupo de literários que os livros didáticos quase não abordam, exatamente por isso que muitos professores e alunos de escola pública no Brasil inteiro não sabem quem é Ana C. Contudo, conforme o ENEM vem cobrando poetas e escritores de gerações literárias mais novas, ambos, mutuamente, vão tomando consciência de quem foram os poetas da Geração do Mimeógrafo, ou mesmo a galera da poesia marginal. Já a conhecia, mas até 2015 era tudo superficial, na

verdade. No governo de Mato Grosso, é quase impossível conhecer a fundo a literatura e os escritores da terceira geração modernista e pós-modernista, não dá tempo de fazer isso no Ensino Médio com 3 aulas de português e literatura, sendo 1 de literatura e duas de português por causa da redação e dos textos, foi no mestrado que pude perceber sua importância e talento. Além disso, ainda temos que dividir um ano inteiro de literatura portuguesa, o que eu não vejo o menor sentido, pois as escolas portuguesas não obrigam seus alunos a estudarem a literatura brasileira, eles estudam a literatura francesa, italiana, portuguesa e inglesa, mas a brasileira não, ninguém lá sabe.

Por isso, creio que devemos rever nossos valores de tempo de ensino em literatura brasileira, e só brasileira, deixando a literatura portuguesa e a literatura de demais países para as Universidades e pós-graduações. Caso isso não seja mudado, o futuro da literatura brasileira nos livros didáticos estará cada vez mais comprometido com o tempo de ensino, metodologias resumidas e mais vídeos e filmes em sala de aula do que livros.

Ana C. e a turma do mimeógrafo e da poesia marginal devem aparecer mais nos livros didáticos, como também os escritores dos anos 90 e início do século XXI. Imagine, se já neste tempo, é impossível dar tempo de estudo para os escritores da época de ANA C, como será que os professores estão lecionando a entrada do século XXI na literatura? Essa questão dá uma bela tese.

### **3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?**

Apaixonei-me por Sylvia Plath quando a conheci em 2015, em uma das disciplinas complementares que quis fazer na PUC-SP. A disciplina tratava sobre tradução, e logo percebi que Ana C havia traduzido Sylvia Plath e outros poetas. A PUC-SP não aceitava trabalhos que focassem os estudos somente em literatura estrangeira, eu precisava vincular Plath com alguém, foi assim que apareceu Ana C. Logo, com o tempo, manipulando os livros e escritos soltos de ANA C, fui me apaixonando mais por ela do que por Plath, minha dissertação foi tomando corpo mais para as técnicas dela e sobre a tradução, ela como tradutora, suas tentativas em acertar o texto, suas escolhas, o estudo de rima que ela aplica nas traduções de Emily Dickinson. De certa forma, meu trabalho era mais sobre Ana C do que Plath, pois me encantei por tradução, e ao perceber Ana C, lendo-a em seus originais no IMS-RJ (Instituto Moreira Salles), fui me encantando com ela, suas técnicas de tradução, anotações do que aprendeu em Oxford etc. Isso tudo porque descobri mais de ANA C através da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Darin, excelente profissional.

#### 4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?

Precisava, em primeiro, de estar me comunicando com pessoas que a conheciam, mas estes eram muito ocupados, e outros estavam cansados de responder questões que já estavam escritas em livros. Entretanto, para muitos pesquisadores, ouvir por si, ver por si, tocar por si, vale muito também, é um campo de necessidade, portanto, busquei conhecidos de Ana C no Rio e em São Paulo, mas sem muito sucesso na época, só depois de terminar o mestrado que conheci poetas e amigos dela. Outra questão foi a necessidade de uma orientadora que pudesse compreender melhor a Língua Inglesa. Não que minha primeira orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anita Malufe não fosse boa em sua medida, mas porque a minha medida era maior, queria mais, mais proximidade com orientadores que dominassem a língua inglesa para falar de técnicas e movimentos literários da língua e literatura inglesa etc. Os dois primeiros anos escrevi a dissertação solitariamente, somente faltando 6 meses para entregar a dissertação troquei de orientadora, não que não tivesse tentado antes, tentei sim, mas a secretária conseguia me convencer de ficar com a orientadora qual iniciei o processo, mas trocar no final foi a melhor coisa que fiz. Ficar presa a uma orientadora que não entende o cronograma da literatura portuguesa e brasileira para discussões nas reuniões foi um balde de água fria para mim, saber mais que um orientador de mestrado ou doutorado, na maioria das vezes, não é recebido bem pelo corpo docente, você passa a ser uma ameaça, uma concorrente de cargo, e acaba sendo excluída de várias questões, prosseguida no silêncio e quase reprovada por combinação.

Por isso, e exatamente por isso, o orientador correto é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. A frustração de escrever sabendo que suas dúvidas não seriam sanadas é horrível, e hoje, eu, já no doutoramento em Portugal, vejo que amigos do curso de PHD de outras áreas passam pela mesma situação, porém, eles trocam logo no início quando há profissional correspondente, ou quando não há um profissional especialista no tema de pesquisa, eles mudam de orientador mesmo assim, para ver se o diálogo flui com mais harmonia.

O que coloquei aqui é fundamental, um orientador que entenda e domine, senão em todo o assunto, mas pelo menos uma parte dos assuntos, já é uma grande satisfação em tê-lo ao seu lado nos confrontos da pesquisa, isso é ESTÍMULO, e um pesquisador necessita muito disso.

Outra questão é que, mesmo havendo muitos materiais disponíveis de Ana C no IMS, estou ciente que não eram todos, há muito material de Ana C em Oxford, e consegui um trabalho que ela deixou lá, como também o da Biblioteca da UFRJ, cartas e fotos que não estão no IMS, e sim com amigos, com fotógrafos aleatórios. Recentemente, no Jornal “El País”, publicou-se matéria sobre a homenagem de Ana C na FLIP Ana Cristina César, ‘poeta marginal’ dos anos

70, será homenageada na Flip 2016 | Cultura | EL PAÍS Brasil (elpais.com), contudo, a exposição levou a aparecer outras publicações. Foi publicada uma matéria sobre Ana C com muitas fotos inéditas, e esse *link* não consegui encontrar novamente para lhe expor aqui, vou buscá-lo. Senti falta de muitos materiais ali, havia traços dela, rastros, mas aquilo não era tudo e eu sentia isso, busquei os irmãos dela, mas também eram ocupados e não iriam responder especulações, geralmente respondem somente sobre Ana C poeta. Hoje percebo que Ana C está sendo muito estudada no Brasil, aparecendo em teses e dissertações, em livros e reportagens como esta: [177073-Texto do artigo-444750-1-10-20201103.pdf](#)

Entrei em contato com Oxford, com o departamento do curso que ela fez, para saber se lá havia registros de trabalhos que ela tivesse deixado publicado, para entender melhor as técnicas que ela estudava, as que ela analisava em poemas de outros e as que ela acabava aplicando em seus próprios poemas.

Penso eu que há muita coisa de Ana C guardada por seus parentes e outros amigos, no sentido de preservação, acredito eu.

##### **5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?**

Tocar em um objeto literário, uma relíquia, papel precioso que deve ser preservado no tempo foi um prazer indescritível primeiramente. Os documentos, mesmo que em partes, narram trajetórias da vida de Ana C, era como se eu conversasse com ela, e ela me devolvia essa conversa mostrando caminhos, passos que seguiu desde pequenina, quando ditou um poema em metáfora rica ainda criança, quando escreveu seu próprio jornal nessa fase, como gerenciava e administrava seus próprios escritos e desenhos no jornal, as férias que passou, as coisas que decidia, como dirigia criteriosamente o jornal da igreja de sua comunidade já na adolescência, a decisão em ir estudar no exterior para aprimorar seu inglês, as escolhas que fazia estavam, muitas delas, ali. Cartas que escrevia aos seus amigos, trabalhos da fase da faculdade e do mestrado. Muitos materiais da época que foi professora em escola do ensino fundamental e médio, como ela corrigia os textos de seus alunos com dedicação, profissionalismo e, acima de tudo, deixando sua marca em cor, o uso das canetinhas coloridas em quase todas as suas anotações no período que lecionava em escola.

Eu sou professora, logo percebi como Ana C gostava de ser a melhor em tudo o que fazia, caprichosa com os materiais tanto dos alunos seus quanto os seus próprios na universidade. Dedicada aos estudos de línguas, ela seria poliglota em pouco tempo, estava a estudar chinês e polonês, já sabia falar outros três, estudava as técnicas de tradução com afinco, lia muito livro

e apostila, fazia suas marcações em concordância ou discordância com alguns trechos que destacava nestes papéis. Criteriosa, jornalista de alma, poeta por excesso de criticidade. Algumas anotações da “pasta rosa”, outras de outras pastas, diário e outros textos soltos em folhas de caderno e datilografadas. Mesmo sendo os materiais muito organizados por data no IMS-RJ, ainda consegui ajudar a melhorar, encontrei três textos que estavam soltos em partes de arquivos diferentes, e pela leitura minuciosa que fiz, percebi que faziam parte de um mesmo poema que Ana C foi aprimorando técnicas, fazia parte de algo na linha da crítica genética, pois trata do processo de como ela começou a escrever, o que foi retirado e acrescentado em outro papel, e até chegar no poema final.

De tudo, mesmo sabendo que nem tudo estava por ali, mesmo assim, pude perceber Ana C como se eu estivesse lá, vivendo cada momento de sua vida.

**6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

Fiz uma pesquisa na internet e descobri que os registros literários e biográficos de Ana Cristina Cesar estavam em posse do irmão mais velho, “Flávio”, que, por sua vez, cedeu à curadoria do IMS-RJ. Para ter acesso a esses arquivos literários, tive que enviar uma carta de solicitação, timbrada com dados da universidade da qual estudava, ao irmão de Ana C, que na altura morava na Alemanha, mas que fazia gosto que pesquisassem sobre a irmã. Ele me concedeu autorização em um outro documento, o qual reencaminhei às autoridades do IMS-RJ, esta parte não foi difícil.

**7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

Como eu tinha aulas todas as terças e quartas-feiras, ia uma vez por mês para o Rio de Janeiro, aproveitava o dia inteiro de quinta e sexta-feira, pois sábado e domingo o IMS não é aberto para pesquisador, e retornava às pesquisas na segunda-feira. A estratégia começou focando naquilo que eu achava essencial para a pesquisa, anotações dela sobre suas traduções, pois trataria desta pauta em alguns capítulos da dissertação, depois fui para vida dela, desde a infância até seu mestrado em Oxford, e outro curso na UFRJ, e seus planos para dar aula sobre tradução na PUC-RJ. E, por fim, fui aos textos que não tinham nada a ver com a temática da pesquisa, mas eu tinha esperança de encontrar pontas soltas em seus escritos em todo momento.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo *on-line*?**

Meu acesso foi autorizado via documentação regulamentada pelo IMS; depois disso, tive que sempre agendar por *e-mail* os dias que iria fazer a pesquisa, pois nem sempre a sala de pesquisa estava disponível para muitos pesquisadores ao mesmo tempo. Fiz a pesquisa sempre *in loco*, no bairro de Copacabana e na internet. Corri atrás de muita informação, queria mais informação, pois compreendia que nem tudo estava ali, creio ainda que na Universidade de Oxford deve haver outros trabalhos.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Não utilizei nenhum guia de pesquisa, fui muito pelos meus instintos.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Sim, eu encontrei muitas anotações das quais precisava, e outras que já estavam em uma obra organizada por Freitas Filho, amigo de Ana C na época da geração mimeógrafo. O livro já esmiuçava a maioria das anotações de Ana C que estavam no IMS-RJ, contudo, quis ler cada papel que Ana C deixou solto, cada marca de lápis apagado, cada desenho em caderno, cada rabisco em cadernos. Precisava eu não somente da prática da tradução, mas também da poeta tradutora.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

Os documentos que tinham conexão com minha dissertação foram agrupados nos anexos do trabalho, e outros que eram importantes, mas tratavam de outros assuntos, ficaram para um trabalho futuro.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

Teve muita importância. Sem a preservação do material, eu não conseguiria perceber lances que eram só da Ana C, desejos, críticas, trabalhos voluntários pela igreja da comunidade etc.

Responsabilizar-se por documentações preciosas não é tarefa fácil, manter os traços escritos a lápis, manter sinais de anotações na parte do papel que estava abaixo de outro papel, manter os traços que identificam a escritora intactos foi de grande valia, o IMS-RJ faz um bom trabalho de curadoria.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

Bem, a contar que precisei de autorização para iniciar a pesquisa, isso foi o primeiro passo importante que obtive, o fato de ter o acesso. “Flávio”, neste caso, foi muito colaborativo. Já Freitas não me deu muita moral não, enviei algumas perguntas por *e-mail*, e ele perguntou se eu não tinha lido o livro de Ana C ainda, e eu disse que sim, mas queria aquele algo mais, sabe!?

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

Lembro de tudo, do momento que entrei em contato com IMS-RJ e eles me auxiliaram em como adquirir a autorização. Logo após a autorização, a primeira visita, meu sorriso não me cabia, acho que li umas 500 folhas só no primeiro dia de acesso de tão maravilhada que estava, mas a situação mais marcante foi ter lido uma anotação de Ana C relacionada a uma amiga de faculdade. Foi lá que percebi a bissexualidade de Ana C de que ninguém fala, creio que deixaram esse texto escapar, são documentos como este, cartas pessoais de Ana e até mesmo outros diários que devem estar com o irmão, ou foram destruídos. Não posso afirmar que isso foi feito, foi uma suposição que fiz a mim mesma enquanto pesquisadora. Outro momento bacana foi descobrir o quão talentosa ela era como professora, e que seria no futuro uma grande tradutora e inesquecível professora de universidade.

## APÊNDICE IB – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 2

### **1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?**

A minha área de formação é em Letras. Eu fiz a minha graduação na USP e aí eu fui para o mestrado na Unicamp. No momento, eu estou terminando o doutorado na Unicamp e o mestrado e doutorado em Teoria Literária.

### **2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?**

O meu primeiro contato com a obra da Ana Cristina César foi ainda na graduação na Letras, numa disciplina da professora Viviana Bosi, em que ela, se eu não me engano, era uma disciplina de Literatura Comparada e era uma dessas disciplinas em que os professores têm liberdade de pensar um currículo e tal. E ela pensou em trazer para nós poetas da geração mimeógrafo, poesia marginal dos anos 70. E eu fiquei muito apaixonada pela obra de Ana Cristina César. Comecei a tentar trabalhar com ela em várias outras disciplinas. Quando eu podia fazer um trabalho que dialogava de alguma forma com a obra dela, eu fazia. E eu fiz uma iniciação científica no final da graduação sobre ela. A minha iniciação científica foi com o professor Jayme Guinsburg. Foi sobre a ideia de O Estrangeiro e a poesia de Ana Cristina César, especificamente o livro Luvas de Pelica.

### **3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?**

Então, essa pesquisa a qual você se refere é minha pesquisa de mestrado. É difícil responder essa pergunta porque quando eu trabalhei com Ana Cristina César, na minha iniciação, foi uma escolha minha. O professor me perguntou se eu tinha vontade de fazer uma iniciação científica. Ele gostava dos meus comentários em aula, das respostas dadas nas minhas provas, meus trabalhos. E eu falei que gostaria e ele perguntou se eu tinha um tema em mente. Eu falei que gostaria de falar sobre Ana Cristina César, porque era uma autora que me fascinava bastante na época. Essa pesquisa de iniciação já deu um pouco da origem para mim, algumas ideias que eu queria desenvolver um projeto de mestrado, então as coisas acabaram fluindo um pouco naturalmente da iniciação. Não sei se isso responde a sua pergunta ou não, mas acho que seria isso.

### **4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?**

A tua pergunta quatro eu tive um pouco de dúvida. Você pergunta quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa? Você quer dizer em termos de o que eu precisava



para a realização dessa pesquisa e que tipo de recursos, que tipo de, enfim, ou por que que eu fui buscar o arquivo ou se eu tive dificuldades. Essa questão quatro eu estou com um pouco de dúvida.

Bom, eu trabalhei no mestrado, principalmente com a obra que estava publicada no [livro] *Inéditos e Dispersos*. O que eu penso é o seguinte: Ana Cristina César, por ter uma produção de poucos anos de vida e por ter morrido muito cedo e boa parte da produção que interessa dela não está pública, não foi publicada em vida, né? Então, eu mesma estava trabalhando muito com *Inéditos e Dispersos*, porque era um material que tinha muito a ver com as relações que ela estabeleceu literárias, de intertextualidade com poetas e também romancistas e contistas de língua inglesa, da tradução da tradição de língua inglesa. E muito disso foi muito dessa relação que foi estabelecida enquanto ela estava morando na Europa, nos dois períodos em que ela permaneceu lá, principalmente no segundo, que foi quando ela fez um mestrado em tradução na Inglaterra.

E esse é o período que tem muito, muito do material que foi depois publicado no *Inéditos e Dispersos*. E aí me interessava verificar o que era possível encontrar nesse arquivo em termos de coisas não publicadas. De fato. Na verdade, como já tinha sido publicado a *Pasta Rosa* no volume *Antigos e soltos* pela Viviana Bosi, a maioria das coisas que eu encontrei já tinha acesso, mas algumas anotações foram superinteressantes para mim. Por exemplo, a observação em alguns rascunhos dela quando ela anotava o nome de um autor do nada tinha um rascunho com um poema e do lado tinha um nome de um autor. Isso aconteceu em alguns casos, principalmente com a Célia, que foi um caso interessante. Então isso me dava algumas dicas em relação a, enfim, processos criativos em que ela estava de fato dialogando com alguns desses autores que desapareciam nesses rascunhos. E fora isso, eu lembro de também conversar bastante com as pessoas que trabalhavam no arquivo que me recomendaram. Talvez dar uma olhada nas anotações em livros, porque a gente tem também lá acesso à biblioteca dela. E isso foi bem interessante também. Isso acabou não entrando diretamente na minha pesquisa, mas informou bastante algumas das coisas que eu queria discutir.

Teve uma resenha que a Ana esboçou a respeito de um livro de crítica literária feminista estadunidense, que é um livro que foi bem útil para mim na minha pesquisa e foi muito interessante perceber que ela tinha feito esse trabalho. Eu também encontro outras menções do fato que a Ana fez esse trabalho e algumas coisas já estavam publicadas, né? Um dos livros de crítica. Primeiro, na verdade, a primeira obra crítica de crítica à poesia de Ana Cristina César foi o trabalho de doutorado da Maria Lúcia de Barros Camargo. Depois ele se tornou um livro.

Ele já menciona essa resenha que a Ana fez, mas foi muito interessante chegar nessa resenha por mim mesma. Eu nem tinha lido essa parte ainda do livro da professora da Maria Lúcia quando eu esbarrei no arquivo nessa resenha. Isso foi muito interessante, porque já me informou que ela tinha acesso a algumas bibliografias de crítica literária feminista, que é algo que me interessou muito ao longo da pesquisa e segue me interessando na pesquisa do doutorado também. Agora teve um documento em especial que foi para mim muito, muito valioso, que foi até um documento que eu acabei fazendo uma reprodução para poder apresentar ele na minha dissertação, que foi o primeiro rascunho de, não sei se é o primeiro, mas enfim, o título é escrito, na verdade, de um trecho do livro dela publicado em vida do Até os Pés, em que tem um índice onomástico em que ela coloca no final uma série de nomes que são referências tanto literárias quanto da vida dela.

E o que eu achei interessante dessa versão que eu encontrei lá nesse arquivo é que tinha nomes riscados. Então, originalmente, por exemplo, voltando a Eliot, que é um autor com quem eu trabalhei na minha dissertação, então eu fiz um capítulo sobre a relação da Ana Cristina César com ele. Ele está ali e ele foi riscado e ou ao contrário, eu acho que ele não estava. E ele aparece na versão final. E o outro, o Walt Whitman, estava ali, foi riscado, tem uma relação. Enfim, tem autores que ela tinha nessa lista original e riscou ali e estava riscado. E tem autores que não estão ali, que aparecem na lista final, como ela foi publicada. Isso foi muito interessante para mim, porque me mostrou o quanto há um jogo que eu já vinha discutindo na obra dela, que era essa coisa de esconder as fontes e revelar as fontes. Então, mostrar ou não mostrar qual que a intertextualidade está presente no trabalho. Essa ideia de construir um índice onomástico, de fato, criar uma relação que para o leitor dela, com essa questão da intertextualidade no trabalho dela, é uma relação muito proposital, muito pensada, muito, inclusive, às vezes teatralizada e tal. Isso foi muito útil para mim. Então, esse era um documento que eu não teria tido acesso, que eu não sabia que eu estava buscando e que eu encontrei e foi muito bacana.

Então, não sei se eu entrei em detalhes demais. Desculpa se é muita coisa, se não vale a pena entrar em tantos detalhes, mas aí você seleciona o que você achar interessante para incluir, se for o caso. E era só para comentar que eu acho que, para minha pesquisa no arquivo, ela não tinha um objetivo claro. Ela tinha um desejo de ter acesso a mais material de um período específico ou de características específicas do trabalho da Ana e de descobrir o que aparecia aí. Acho que, como em quase qualquer pesquisa, a gente tem algumas perguntas iniciais, mas a gente vê o que realmente o material consegue nos dar. Então, para mim, tiveram esses elementos

muito pontuais, porém surpreendentes e muito positivos para o meu trabalho. Isso foi muito bom.

**6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

Olha, eu estou tentando me lembrar porque já faz bastante tempo que eu fiz essa consulta, mas eu me lembro de procurar por internet. Eles tinham um *site* com algumas informações, inclusive um artigo a respeito de uma pesquisadora que tinha trabalhado com algumas coisas do arquivo e eu entrei em contato por *e-mail*. Eu falei com eles por *e-mail* também.

**7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

Pois eu pedi muito a ajuda das funcionárias lá do arquivo. Foram pessoas muito legais. Eu trabalho com eles, é muito bacana. Eu acho que eles tinham muita noção do que tinha ali. E foi isso. Eu passei três dias, se eu não me engano, durante um período assim, talvez a manhã. Passei a manhã de três dias lá. A minha estratégia foi buscar tudo o que pudesse que não está, não está publicado. No caso dela, não era tanto material assim. Era tranquilo. Não precisava fazer uma seleção tão específica. Eu podia ficar realmente horas e horas olhando caixas com todo esse material, mas muito foi pela conversa, né? Eu expliquei um pouco o que eu estava buscando, essas referências que eu estava buscando que não tivesse publicado. Mas eu acabei olhando também esses rascunhos, como eu te disse, por exemplo, de coisas que estavam publicadas, mas que eu não tinha visto as versões em rascunho. E isso acabou sendo muito útil. Mas eu não tive realmente uma estratégia muito clara. Eu acho que foi a minha primeira vez trabalhando com um arquivo e eu estava ali muito no fascínio e querendo ver o que aquilo me trazia. Sem muito critério, claro, mas as pessoas do arquivo me ajudaram muito, os funcionários.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo *on-line*?**

Acho que eu já respondi como acessei o arquivo. Eu visitei mesmo o arquivo *in loco*. Poderia ter buscado algumas informações *on-line*, mas realmente o que eu queria era estar lá com a mão na massa, mexendo nele mesmo, então foi isso que eu fiz.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

E aí tem uma pergunta sobre os instrumentos de pesquisa, guias e catálogos. Sim, lá, né? Quando eu estava lá, eu acessei os catálogos, mas eu não lembro detalhes desse processo. Como eu te disse, eu conversei muito com as funcionárias e elas me ajudaram a entender os catálogos. E aí lá eu fui pedindo, elas me traziam, então eu tinha direito a, sei lá, mexer numa caixa por x tempo. Ali não tinha que colocar aquela luva protetora, eu tinha direito a só anotar em folhas de papel. Tem uma folha de papel e lápis e eu ficava ali realmente assim, sem tanto critério claro para ver o que aparecia, mas foi isso.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Então, eu encontrei informações que não eram necessariamente o que eu estava procurando. Eu não tinha uma clareza tão evidente do que eu estava buscando. Eu não fui buscando uma coisa tão específica, mas foi muito, muito bom. E realmente apareceram. Apareceram informações que eu acho que eram o que eu estava buscando.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

O uso dos documentos que eu busquei foi para a finalidade da escrita da minha dissertação. Como eu te disse antes, eu acabei fazendo um pedido para eles. A gente tem que fazer um pedido oficial para fazer uma reprodução virtual de uma página. Eu tive que fazer esse pedido para o irmão da Ana Cristina Cesar. E foi supertranquila essa comunicação. Esse contato foi bem tranquilo e eu acabei usando a reprodução de um desses arquivos, de uma dessas folhas.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

Foi uma importância de complementar uma discussão, de trazer elementos que realmente sustentaram argumentos, que sustentaram o que eu estava discutindo. Foi muito bacana mesmo.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

Quanto aos detentores dos direitos da obra da Ana, eu acabei entrando em contato com o irmão dela explicando o que era a minha pesquisa, fazendo esse pedido da reprodução. Foi supertranquilo, ele respondeu prontamente e foi muito gentil.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

Tiveram essas três situações muito marcantes, que foi o encontro de nomes anotados em rascunhos de poemas, que são nomes que não foram reproduzidos, por exemplo, no *Inéditos e Dispersos*, que é uma versão póstuma de alguns poemas da Ana. Era um livro e o encontro dessa resenha que ela escreve, ou esse esboço de resenha que ela escreve sobre um livro de crítica literária feminista estadunidense que foi muito importante e, por fim, que eu achei o mais importante, que foi essa reprodução do índice onomástico na sua versão anterior, na qual ela riscava alguns nomes. Enfim, pra entender um pouco esse processo de escolha desses nomes, como alguns, ela decidiu omitir. Outros que ela tinha decidido colocar são omitidos no final, e outros ela decidiu inserir ali em último no último momento. Então isso, pra mim, foi muito interessante.

Eu até pensei que eu gostaria de acrescentar uma coisa na minha resposta da tua pergunta sobre a importância dos detentores do acervo ou da instituição que custodia o arquivo. Para mim, eu acho que isso tem uma importância mais ampla na minha pesquisa, porque, naquele período, eu estava muito focada no trabalho da Ana Cristina Salles. Mas, no meu doutorado, eu abri um pouco essa discussão para crítica literária feminista de modo geral. E um dos pontos importantes que apareceram foi justamente essa questão da desmemoriada da literatura produzida por mulheres no Brasil e como a gente tem essa tendência ao esquecimento de apagamento de diversas traduções. Então, assim, é uma importância que, para mim, veio mais a *posteriori* a compreensão da importância desses arquivos, não só o da Ana Cristina Cesar, mas essa valorização para mim veio a *posteriori* e eu acho que ter trabalhado com o arquivo pontualmente, mesmo tendo sido pontualmente lá no mestrado, também me ajudou a compreender depois a importância dessa construção de memória, que é uma coisa tão, tão difícil nesse âmbito entre a gente. Então, é uma questão que ficou na minha cabeça depois. Não sei se vale a pena incluir. Tá bom, é isso. Obrigada mesmo.

## APÊNDICE IC – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 3

### 1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?

Sou professor do magistério superior na Universidade de Brasília na Faculdade de Ciência da Informação, atuante no curso na graduação em Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Possuo formação em Sociologia e em Museologia.

### 2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?

Desde a adolescência, no ensino médio, tive predileção pela poesia brasileira, em especial pela poesia de autoria de mulheres. Conheci a obra de Ana Cristina Cesar neste momento, especialmente impulsionado pelas obras *A teus pés*, *Escritos na Inglaterra* e *Escritos no Rio*, as duas últimas com inéditos e dispersos organizadas pelo escritor Armando Freitas Filho juntamente com Waldo e Maria Luiza César (pais de Ana C.).

### 3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?

Entre 2004 e 2006, paralelo ao mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Goiás integrei, enquanto bolsista da Fundação Vitae, a equipe que organizou o acervo documental e museológico da escritora Cora Coralina, em Goiás. Essa experiência contribuiu para que, na dissertação, privilegiasse os documentos do acervo da escritora. No doutoramento, realizado entre 2007 e 2011 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade de Brasília, optei por continuar as análises sobre acervos de mulheres poetas brasileiras, no intuito de realizar uma sociologia dos/nos acervos literários. Para tanto, escolhi três poetas, de diferentes gerações, tendências literárias e regiões do Brasil, que possuíam arquivos literários disponibilizados para pesquisa: Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina Cesar. Naquele momento, o nome e a obra de Ana C. estavam em evidência em virtude das reedições de seus livros e da intensa divulgação promovida pelo Instituto Moreira Salles (que havia recebido o acervo pessoal da autora em 1999) em parceria com a Editora Ática.

### 4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?

Inicialmente, obter o máximo de informações sobre a vida e a obra de Ana C. Adquiri sua obra e publicações oriundas do acervo, além de biografias e trabalhos acadêmicos que integravam a sua fortuna crítica. Em virtude de minha pesquisa também focar a constituição do acervo literário, também foi fundamental a realização de algumas visitas e pesquisas no acervo da escritora, na reserva técnica literária do Instituto Moreira Salles, na Gávea, Rio de Janeiro. Nessas pesquisas, em 2010, além de conhecer e pesquisar o acervo, foi fundamental entrevistar as profissionais que o haviam organizado, em especial Manoela Daudt D'Oliveira, arquivista da coordenação de literatura do IMS.

**5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?**

Como o intuito da pesquisa era compreender o processo de formação e institucionalização do acervo, as relações de poder, o modo que interferia na produção da crença no nome Ana C., foi fundamental ter acesso a todos os documentos provenientes do arquivo literário, além da biblioteca pessoal da autora. Naquele momento, acessei os seguintes documentos (conforme o plano de arranjo que me foi disponibilizado): Correspondência ativa, passiva e de terceiros; Dedicatórias; Manuscritos; Periódicos; Diversos; Documentos pessoais; Filmes; Fotografias; e Material de Divulgação.

**6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

Entrei em contato com o Instituto Moreira Salles a partir do *site* institucional e fui direcionado para a Coordenação de Literatura, responsável pela reserva técnica literária. Posteriormente, o contato foi realizado via *e-mail*, visando o agendamento das pesquisas e também diretamente com a arquivista da coordenação de literatura, responsável pela organização e salvaguarda do arquivo.

**7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

Inicialmente, identifiquei, na obra da escritora, menções ao arquivo pessoal e arquivamento. Ao longo da pesquisa, na revisão de literatura, havia identificado teses e dissertações cujas autorias mencionavam a pesquisa no arquivo do IMS. A segunda estratégia foi reunir pesquisas

que evidenciavam informações sobre o arquivo. Em seguida, adquiri publicações fruto dos documentos do arquivo literário. Naquele momento, muitas obras com correspondências e manuscritos inéditos haviam sido publicadas, algumas pelo próprio IMS. Nessas obras, era comum, na apresentação, uma menção à situação dos documentos e sua organização. No Rio de Janeiro, durante as pesquisas no acervo, o acesso ao plano de arranjo também foi fundamental, além das conversas com a arquivista responsável.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo online?**

Respondi nas questões 6 e 7.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Naquele momento me foi disponibilizado o plano de arranjo do arquivo literário, que ainda não estava disponível para acesso em banco de dados. Consultei manualmente a listagem e solicitava as pastas para consulta. Apenas a biblioteca pessoal de Ana C. estava disponível para consulta na base de dados do IMS.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Para a pesquisa, tive acesso a todas as informações solicitadas. A arquivista foi extremamente generosa em atender às solicitações e compartilhar sua experiência na organização do acervo.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

O uso dos documentos subsidiou a elaboração da tese de doutoramento A economia simbólica dos acervos literários: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9435>

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**



A instituição custodiadora foi fundamental para a pesquisa, visto que a pesquisa consistiu em compreender a constituição e organização do arquivo literário. Sem o acesso ao arquivo, não teria sido possível a realização da pesquisa.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

Anotações e entrevistas de Ana C. sobre a constituição de seu arquivo literário foram fundamentais. Em minha pesquisa, não entrei em contato com os familiares de Ana C. Naquela época, o pai da escritora havia doado recentemente novos documentos para o IMS; todavia, consultei diversos textos e matérias de jornal com depoimentos dos familiares sobre a constituição, preservação e doação do arquivo literário. A opção pela doação do acervo para o IMS foi um gesto significativo por possibilitar uma melhor organização e acesso ao acervo.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

Me recordo das exposições realizadas com documentos do arquivo e de publicações fruto desses documentos. Do mesmo modo, participei de algumas rodas de conversa de pessoas que conviveram com a escritora e que produziram/tiveram relação direta com o arquivo.

## APÊNDICE ID – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 4

### 1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?

Eu sou formada em Ciências Sociais e Letras Português-francês e, atualmente, eu trabalho com Teoria Literária e Literatura Brasileira. Atualmente, eu sou pesquisadora no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e faço um pós-doutorado. Então eu estou agora como uma pesquisadora no pós-doutorado, fazendo análise de manuscritos de Carolina, ainda editando e fazendo crítica textual de obras dela, especificamente da obra “Um Brasil para Brasileiros”, que foi publicada como um Diário de Bitita. Então é uma pesquisa que eu já tinha iniciado de caráter independente, mas que agora eu vou fazer, finalmente, institucionalmente.

### 2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?

O primeiro contato com a obra foi em 1999, quando eu ainda era caloura no curso de Ciências Sociais na Unesp de Marília. Nessa ocasião, eu estava chegando da periferia de São Paulo para fazer Ciências Sociais na Unesp de Marília e queria estudar a literatura marginal periférica. Mas aí um amigo da própria moradia me deu um livro que ele tinha encontrado no lixo da biblioteca da cidade, que era O Quarto de Despejo. Eu li esse livro num domingo, e a partir daí, eu nunca mais me separei de Carolina.

### 3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?

Eu acabei pesquisando a Carolina porque eu tinha uma necessidade muito grande, no primeiro momento, de analisar o que ela estava dizendo em relação a uma outra menina, uma outra escritora negra chamada Esmeralda do Carmo. E eu queria muito comparar, entender o que aconteceu na vida dessas mulheres negras que estavam ali, de alguma maneira, contando suas memórias e o que teria mudado ou não na vida de duas dessas mulheres em 50 anos que separavam essas trajetórias de vida tão semelhantes, tendo em vista que ambas eram faveladas e tudo? Então, nesse primeiro momento, eu fiz uma análise sociológica, porque eu era da Sociologia, Sociologia da literatura. E conforme eu fui fazendo a pesquisa, muitas pessoas falavam que isso não era literatura e que, sobretudo, Carolina não era literatura e que havia um debate sobre isso. E aí eu me aprofundi nesse debate até chegar a sentir necessidade de ler o que ela havia escrito além do Quarto de Despejo. E foi aí que a minha pesquisa tomou um rumo

muito diferente, que foi o de ler os manuscritos, porque não havia literatura dela publicada sobre aqueles escritos. E foi aí que eu comecei a estudar nos arquivos e pesquisar a Carolina na literatura.

**4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?**

Bom, a necessidade principal que eu tive foi mesmo poder acessar o material à distância, porque eu estudava na Unesp de Marília no primeiro momento, depois Unesp de Assis e depois Unicamp. E esse material não estava disponível na UNESP. Não havia a possibilidade de analisar eles se não fossem em blocos. Então eu sempre tive que me deslocar muito, porque não havia, nesse momento, digitalização do material.

**5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?**

Foi a partir do espólio da Carolina que eu pude conhecer uma outra e outras Carolinas. Então, sem a possibilidade de ler esse material arquivado, eu não teria acesso às outras Carolinas e não teria realizado a minha tese, que na verdade é um resultado de uma pesquisa de 15 anos que foi ler esses manuscritos, me aproximar desse material, dessa literatura e ter contato com os romances, os contos, e a partir daí, poder, durante a minha tese, mostrar esses caminhos, os percursos do espólio literário de Carolina.

**6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

**7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

As perguntas 06 e 07 se complementam, por isso, vou responder juntas.

Bom, eu tive notícias desses arquivos de Carolina a partir de Cinderela Negra<sup>63</sup>, onde havia um momento em que José Carlos Sebe Bom Meihy nos contava sobre o material de Carolina e dizia que havia uma cópia dos manuscritos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Então, eu fui

---

<sup>63</sup> Trata-se do livro “Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus”, escrito por de José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine.

até a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro com o dinheiro da pesquisa e cheguei lá nesse momento para tentar ler esse material. Nesse caso, foi muito complicado, porque o material não tinha uma catalogação correta, inclusive, eu fui uma das primeiras pessoas, a segunda pessoa na área de literatura a ler esse material. E nessa ocasião, eu cheguei inclusive a ajudar os bibliotecários a catalogar, porque era um material muito esquecido ali dentro daquele espaço, embora ele tivesse sido doado nos anos de 1990. Mas ele estava ali, esquecido. E foi mais ou menos em 2000, 2001, que eu comecei de fato a ler mesmo material com mais frequência. E aí, nesse sentido, a partir daí, eu comecei a criar estratégias, criar estratégias dentro de uma maneira muito isolada. E depois eu comecei a observar como o material de outras pessoas entre a biblioteca eram guardados e como eles eram catalogados. E aí eu comecei a conversar, a dialogar, sobretudo com a diretora na época, que era Vera, a falar assim que chegou a pedir para eu escrever na própria ficha do catálogo, como que poderia ser decodificado aquele material se aquilo não era romances, aquilo não era diário? O que era aquilo?

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo *on-line*?**

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Eu visitei sempre *in loco*. Como eu disse, ainda não havia uma catalogação. Isso foi surgir só depois de 2014, que realmente começou com o catálogo do Sérgio Barcellos, que inclusive eu também pude colaborar de alguma maneira com texto e também com informações sobre a organização dos arquivos da Carolina, que são esparsos. Foi aí que eu comecei a buscar essas informações. Então não existia essa informação remota. Tudo isso é muito novo. E, na verdade, a Carolina ainda precisa de um, de um fundo Carolina, para que esse material seja catalogado, digitalizado e colocado dentro de um espaço apenas para que mais pessoas possam acessar e desenvolver pesquisas, porque a magnitude dessa multiartista não é acompanhada pela dispersão dos seus arquivos.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Para mim, a maior dificuldade, sobretudo no Arquivo Público Municipal de Sacramento, que não é um arquivo, que é uma prisão onde a Carolina foi presa<sup>64</sup>. Nos primeiros anos de pesquisa lá, eu tive que comprar máscara, luva, porque lá não havia nenhum tipo de organização até a chegada do pesquisador Sérgio Barcellos, que, por fim, faz um catálogo, ganha uma bolsa, faz um trabalho muito importante lá de organização daquele material.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

A finalidade primordial sempre foi divulgar o material através de pesquisa, artigos, teses, livros. Mas depois também começou a surgir uma necessidade de mostrar os textos literários da Carolina, que inclusive resultaram no convite da Companhia das Letras, maior editora do Brasil, para publicar a obra completa da Carolina. Então, juntamente com a filha e outras escritoras negras, nós acabamos unindo escritoras e editoras negras independentes para começar a publicar obras a partir do arquivo. Então, a primeira obra foi publicada, que inclusive esse ano ela está sendo republicada e lançada.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

A instituição que custodia os arquivos de Carolina são também os detentores.

Então as perguntas 12 e 13 vou responder junto, porque foram eles que possibilitaram o acesso a esse material.

Então, sem o contato com coisa material, seria impossível. Mas também eventos que eles criaram ou pediram que organizássemos juntos, no sentido de não só acessar, mas também promover, difundir esses arquivos da autora.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

---

<sup>64</sup> Anteriormente, o edifício, que data de 1921, servia como uma cadeia pública em tempos passados, mas foi restaurado em 2000. Hoje em dia, o local é usado para armazenar documentos históricos e administrativos, desempenhando também o papel de sede da Secretaria Municipal de Cultura de Sacramento – MG (PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO, 2023).

Bom momento, mas que me marcou durante todo esse processo, foi em 2004 ou cinco, não lembro agora, mas um dos momentos em que eu fui a Sacramento e estava na sala pesquisando o material da Carolina. Eu tinha colocado os cadernos na mesa para eles respirarem, pra eles tomarem um ar, já que não tinha ninguém que tratasse esse material. E aliás, até hoje ele está lá nessa condição. É uma luta que se tem, sobretudo da filha de Carolina, Vera Eunice, para que esse material seja retirado de lá ou tenha um bom tratamento. Foi um momento em que uma das secretárias entrou na sala com uma pilha de livros e colocou em cima dos cadernos de Carolina, como se aquilo não fosse nada. Então eu fiquei muito assustada, revoltada e pedi para ela tirar e tive que explicar toda a questão, que tinha que tomar cuidado, que aquilo era um material histórico que era muito importante para a literatura do Brasil e que aquilo era um documento, que aquilo era valioso. E eu saí dali muito preocupada. Então, a partir daquele momento, eu entendi que essa pesquisa minha não era uma pesquisa científica apenas teórica, mas também uma luta política.

E até hoje é uma luta da qual eu faço parte. Não só fiz utilizando a memória e a obra, mas também tentando dialogar, sobretudo com pessoas que estão sobre posse de obras da Carolina, em caráter privado, para que devolvam, para que entreguem para a filha, para que ela possa resolver o destino.

De 2004 até 2007, eu cheguei a dialogar durante muito tempo com uma jornalista francesa, Clélia Piza, que estava com dois cadernos, que depois entregou para o Instituto Moreira Salles e que culminou em todo esse trabalho que hoje o Instituto Moreira Salles vem fazendo.

Então, esses momentos de luta pelos arquivos, o direito à memória de Carolina, aos escritos dessa escritora negra, a literatura negra que é uma constante dentro desse processo de pesquisa de mais de 22 anos. Acho que, desses momentos, esse em Sacramento foi marcante. Mas querendo dizer que é apenas uma imagem de algo que se mantém, infelizmente.

## APÊNDICE IE – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 5

### **1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?**

Letras. Faço doutorado em Estudos Literários, na UFMG, na área de Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

### **2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?**

Durante a graduação em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia, nas aulas de Teoria da Literatura e no grupo de pesquisa.

### **3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?**

Observei a relação entre a ficção e as práticas de arquivamento da autora e me interessei por esse aspecto literário.

### **4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?**

Embora haja documentos e a biblioteca da autora na UFBA, precisei me deslocar para o Rio de Janeiro para fazer algumas consultas no AMLB, onde está a maior parte do acervo da autora.

### **5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?**

Como trabalho em literatura comparada e crítica biográfica, fiz leituras comparativas entre a ficção da autora e as características do seu acervo.

### **6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

Inicialmente, entrei em contato por e-mail com o AMLB.

### **7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

Consulta presencial e anotações escritas e no computador.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo online?**

Pesquisei *in loco* depois de agendar por e-mail as datas de consulta.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Só existe um inventário sumário do acervo da autora, que não descreve os itens documentais.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Encontrei, mas teria facilitado a existência de instrumentos de pesquisa.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

Pesquisa, escrita de artigo e organização de livros da autora.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

Conservação dos documentos.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

O AMLB deu a estrutura necessária para a pesquisa satisfatoriamente, e a herdeira da autora colaborou nas autorizações necessárias.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

A forma criteriosa como a autora organizou e comentou o próprio arquivo pessoal.



## APÊNDICE IF – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 6

### **1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?**

Doutorado em História. Atuo como professor na educação básica (rede privada) e ensino superior (Prof. substituto - UECE).

### **2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?**

Durante o ensino médio, nas aulas de literatura.

### **3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?**

O interesse como leitor de Rachel de Queiroz, em especial do romance O Quinze. Mas foi durante a graduação, na disciplina Oficina de História do Ceará, onde tive a oportunidade de pensar a escrita da história além da prática historiadora, atinando com a ficção também compõe o quadro narrativo e produz historicidades. Desde então, vi nessa discussão a possibilidade de transformar um objeto de desejo em objeto de pesquisa. Contudo, algo ainda me inquietava: a quantidade excessiva de trabalho sobre a narrativa a partir do conceito de representação. Foi então que entrei em contato com o acervo da Livraria José Olympio Editora e comecei a pensar sobre a história do livro e a invenção autoral de Rachel de Queiroz a partir do trabalho editorial, pela materialidade e a ficção do livro enquanto objeto.

### **4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?**

Desenvolvimento da dissertação de mestrado.

### **5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?**

Corpus documental, incluindo as missivas, provas de livros e projetos gráficos, foi essencial para desenvolvimento da dissertação.

### **6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

Na Base de Dados do IMS, da BN e da Casa de Rui Barbosa (as duas últimas no acervo da Livraria José Olympio Editora, uma vez que as provas de livros, demonstrativos financeiros e missivas da escritora com seu editor estão disponíveis nesse acervo).

**7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

O contato com os funcionários via email, o catálogo, a base de dados da instituição, além da indicação de documentos em outros trabalhos que utilizaram fontes presentes no acervo.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo in loco ou buscou as informações de modo online?**

Tive a experiência presencial e o serviço de atendimento à distância. Particularmente falando do IMS, foi uma experiência incrível e enriquecedora devido à qualidade do suporte dado ao pesquisador, incluindo os processos burocráticos de solicitação de reprodução de material e utilização para publicação na dissertação.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Sim.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Sim. Durante a pesquisa presencial, acabei encontrando outros documentos que não constavam na base de dados disponível na internet e uma caixa de documentos que estavam em processo de catalogação.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

Para elaboração da dissertação de mestrado.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

Pelo caráter que uma coleção possui, foi importante para criar uma teia que possibilitou uma perspectiva ampla da trajetória da autora, bem como indicou outros caminhos de análise e a condução para outros acervos. Hoje eu vejo que há uma maior dificuldade para compreensão de uma ideia de totalidade, uma vez que mais 3 mil documentos (entre livros e periódicos) foram doados pelo IMS para a UNIFOR, requerendo do pesquisador um esforço maior.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

Foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, em especial o serviço de atendimento à distância do IMS, que realizou o escâner dos documentos (os que não estavam sob a tutela de direitos autorais) e disponibilizou via e-mail de forma gratuita.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

Acredito que o processo de pesquisa como um todo é marcante, dadas as descobertas.

## APÊNDICE IG – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 7

### **1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?**

Sou formado em Ciências Econômicas pela UFPE (graduação), e mestre em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Atuo como bancário no Banco do Brasil.

### **2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?**

O primeiro contato com a obra de Clarice Lispector foi na adolescência. Minha mãe possuía diversos livros da escritora em sua estante, e como ela falava muito a respeito, peguei o livro Felicidade Clandestina para ler e gostei muito. Depois li, na faixa de 20 e poucos anos, A paixão segundo G.H. Depois não parei mais.

### **3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?**

O motivo pelo qual realizei pesquisa a respeito de Clarice Lispector, primeiro pela motivação afetiva, por sempre me sentir impactado com sua escrita, por ser recifense e querer obter mais profundidade com relação à passagem da escritora pela cidade e o que isso interferiu em sua vida e obra. Também por me sentir profundamente triste com o estado em que a primeira moradia da família Lispector no Recife se encontra (quis, com meu trabalho, tentar ajudar em algo a este respeito, cheguei a ir com uma pesquisadora conversar com o vice-prefeito da gestão anterior e com um deputado, ambas as tentativas sem sucesso. A questão do abandono do patrimônio histórico no Brasil é muito difícil de lidar e tem ligação direta com a educação, ou a falta dela).

### **4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?**

Tive a necessidade de entender quem era Clarice Lispector em sua infância, o que pude obter algumas respostas conversando com parentes, escritores, pessoas que tiveram contato com ela, lendo seus textos (principalmente nos contos e crônicas que fez para o Jornal do Brasil, ela escreveu muito acerca da época em que viveu no Recife).

### **5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?**

No Rio de Janeiro, realizei pesquisas na Fundação Casa de Rui Barbosa. O acervo de Clarice no Instituto Moreira Salles não estava disponível na época, porque o prédio estava em reformas. No acervo em questão, não encontrei muitos materiais que pudessem subsidiar minha pesquisa, porque o conteúdo que lá se encontra se refere mais à fase adulta da escritora, de modo que me detive mais a interpretar o que a própria Clarice contou sobre a infância dela em entrevistas e nos textos. Recorri às biografias Teresa Montero e Nádía Gotlib também.

**6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

Soube da existência dos arquivos através da leitura das biografias de Teresa Montero e Nádía Gotlib. Como dispunha de poucos dias para realizar minhas pesquisas (viajei do Recife para o Rio de Janeiro em 2019 para realizar pesquisas e entrevistar pessoas de interesse para meu trabalho), procurei informações no site do Instituto Moreira Salles e da Fundação Casa de Rui Barbosa e entrei em contato via e-mail com os dois órgãos e foi aí que descobri que o IMS estava em reforma e que eu não poderia ter acesso ao acervo de Clarice. No Rio de Janeiro, hospedei-me em Botafogo, muito próximo à Fundação.

**7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

Lembro que a Fundação exigia que enviasse um e-mail agendando horário de pesquisa e que, antes, escolhesse o material desejado para que, ao chegar lá, o funcionário responsável já o trouxesse para a sala de pesquisa. Não me senti muito confortável com este método porque fica difícil escolher virtualmente o que realmente terá valia para o trabalho.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo online?**

Visitei o acervo *in loco*. O acesso foi liberado por um contato de e-mail com o funcionário responsável, via agendamento.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Sim, existe um catálogo virtual que podemos saber parcialmente o que iremos encontrar dentro de determinado arquivo e que escolhemos e indicamos o código por e-mail, para que nos seja disponibilizado. Consultei desta forma.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Não. No catálogo virtual, ficava difícil saber exatamente o que o acervo disponibilizaria, então, achei difícil neste sentido. Como meu trabalho se refere à infância da escritora, pouco do acervo serviu a esta questão. Lembro de um funcionário ter comentado que muitas coisas e papéis, a própria escritora se desfez.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

O documento serve para a construção do texto, principalmente em se tratando de uma biografia. Principalmente para o historiador, é fundamental a citação dos documentos encontrados para atestar de onde saíram as informações presentes no trabalho.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

Acho que a Fundação Casa de Rui Barbosa é de fundamental importância no sentido de conservação do acervo de importantes escritores e escritoras brasileiras. Para minha pesquisa em si, como já citei, pouco material achei para pesquisar a respeito da infância de Clarice Lispector. Tive muito boa impressão da instituição, da organização, dos funcionários que lá trabalham.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

Acho que a Fundação Casa de Rui Barbosa é de fundamental importância no sentido de conservação do acervo de importantes escritores e escritoras brasileiras. Para minha pesquisa em si, como já citei, pouco material achei para pesquisar a respeito da infância de Clarice Lispector. Tive muito boa impressão da instituição, da organização, dos funcionários que lá trabalham.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

Acredito que um dos momentos mais marcantes foi se deparar com documentos originais, papéis escritos pela própria autora. É o que tenho lembrança.

## APÊNDICE IH – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 8

### 1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?

Sou formada em Letras, tenho mestrado na área de Estudos Literários e trabalho como servidora pública.

### 2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?

Não lembro exatamente quando foi, mas acredito que tenha sido no ensino básico, durante uma aula de literatura, com a leitura dos contos de *Laços de família*.

### 3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?

Devido ao meu gosto pessoal e admiração pela obra de Clarice Lispector, além do interesse em conhecer mais profundamente a gênese da sua produção literária.

### 4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?

Para estudar o livro *Água viva*, que escolhi como objeto, era importante acessar a integralidade dos datiloscritos originais da obra. Contatei o titular dos direitos autorais de Clarice (o filho dela), mas só recebi a autorização para acessar e reproduzir uma parcela muito reduzida desses datiloscritos. Necessitei, então, visitar presencialmente o Instituto Moreira Salles (IMS), no Rio de Janeiro, onde finalmente pude entrar em contato com os documentos na sua totalidade. Na época, devido às restrições sanitárias decorrentes da pandemia de covid-19 (fevereiro de 2022), não pude visitar a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que também detém uma parte do espólio de Clarice, pois a fundação ainda se encontrava fechada para pesquisadores e visitantes.

### 5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?

Eles foram imprescindíveis para a minha pesquisa, uma vez que as conclusões a que cheguei só foram possíveis a partir da consulta à integralidade do arquivo literário.

### 6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?



Primeiramente, busquei tomar conhecimento sobre os arquivos de Clarice Lispector que as instituições (IMS e FCRB) abrigam através dos respectivos sites. Nesse sentido, encontrei mais informações junto ao IMS, que possui um acervo online (<https://acervos.ims.com.br/portals/#/categories>), pelo qual constatei a existência dos arquivos que me interessava pesquisar. A FCRB possui esse "catálogo" impresso, o *Inventário do Arquivo Clarice Lispector* (<https://www.amazon.com.br/Inventario-Arquivo-Clarice-Lispector-Portuguese/dp/8570041446>), pelo qual pude me informar dos arquivos disponíveis para consulta.

**7) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

Entrei em contato com o IMS por e-mail e recebi a indicação de duas bases de dados: "Os itens bibliográficos (livros e periódicos) podem ser acessados pelo Sophia. Os documentos de arquivo a senhora pode acessar através da base Cumulus". A partir daí, passei a conversar, por e-mail, com as funcionárias da Coordenadoria de Literatura, que atendiam às minhas demandas e informavam-me sobre os procedimentos para consulta ao material. No caso da FCRB, também entrei em contato por e-mail, tendo sido atendida pelos funcionários do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo online?**

Devido à pandemia, o meu acesso aos arquivos infelizmente sofreu algumas restrições. Pude visitar, *in loco*, apenas o acervo do IMS no Rio de Janeiro, em dias e horários reduzidos (a instituição estava abrindo para pesquisas em apenas dois dias da semana). Ainda assim, pude consultar os materiais de que precisava. Quanto ao acervo abrigado pela FCRB, acessei parte dos materiais virtualmente, tendo-os recebido diretamente por e-mail. Acredito que, sem as restrições pandêmicas, teria podido acessar todo o material de CL na fundação, uma vez que ouvi relatos de outros pesquisadores que já foram até o local e não tiveram dificuldades em estudar a obra da autora lá depositada.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Vali-me do catálogo digital do IMS e do *Inventário* impresso da FCRB.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Não encontrei todas as informações, pois um dos datiloscritos de *Água viva* está depositado na FCRB, que se manteve fechada na época da pandemia, impossibilitando a minha pesquisa. Caso contrário, imagino que teria acessado todas as informações. Outra dificuldade foi a necessidade de deslocamento até o Rio de Janeiro, onde estão as instituições depositárias, para poder consultar o material presencialmente. Destaco que realizei o mestrado em Portugal e que voltei ao Brasil para poder dar continuidade à pesquisa que já iniciara por lá. Caso não tivesse residência no Brasil (Rio Grande do Sul), acredito que teria sido ainda mais difícil levar o estudo adiante, por questões de distanciamento físico mesmo.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

Os documentos subsidiaram a minha pesquisa como um todo, desde as conclusões a que cheguei, até a nova interpretação que propus sobre a presença das crônicas nos originais de *Água viva*.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

As instituições foram extremamente importantes para viabilizar minha pesquisa, pois foi através delas que entrei em contato com o detentor dos direitos autorais e recebi os arquivos para estudo e, na minha visita presencial ao IMS, acessei a totalidade dos datiloscritos estudados.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

O detentor dos direitos de CL foi importante no processo, pois, sem a autorização expressa dele, eu não teria recebido as cópias para estudo, edição diplomática e posterior reprodução em minha dissertação. Um detalhe interessante é que meu coorientador tem uma relação relativamente próxima com o detentor dos direitos autorais, tendo comentado comigo que o filho de Clarice costuma ser muito solícito com os pedidos dos pesquisadores, revelando-se inclusive um entusiasta pelo estudo da obra da mãe. Ocorre, contudo, que a obra de CL ainda se encontra protegida pela lei de direitos autorais, portanto as restrições de acesso à totalidade dos materiais ainda permanecem.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

Uma situação marcante ocorreu na minha visita ao IMS. Além da máscara, que já era de uso comum durante o período de pandemia, também tive que usar luvas, touca, uma espécie de camisola (que lembrava aquelas cirúrgicas) de mangas longas, em TNT, e sapatilhas descartáveis. Quando em contato com os papéis, só pude utilizar papel sulfite e lápis para minhas anotações (canetas deveriam ser mantidas longe, pois, caso a tinta vazasse, poderia danificar os arquivos), e uma funcionária da Coordenadoria de Literatura manteve-se ao meu lado, na sala, durante todo o tempo. Isso mostrou toda a preocupação e seriedade com que o espólio é tratado. Reconheço que foram procedimentos importantes.

## APÊNDICE II – ENTREVISTA COM O PESQUISADOR 9

### **1) Qual é a sua área de formação e atuação profissional?**

Minha área de formação é Psicologia Clínica. Sou Bacharel e Licenciada em Psicologia. Minha atuação é no Magistério do Ensino Superior, na Área de Letras, mais especificamente Literatura.

### **2) Quando e como foi seu primeiro contato com a obra da escritora?**

No ensino Médio, devo ter lido algum conto avulso de Clarice Lispector, mas quando iniciei minha graduação, tive uma professora de Sociologia que mencionou a obra de Clarice em aula e, assim que terminou o horário da aula, fui à Biblioteca da instituição (PUC-MINAS) e peguei o livro mais grosso que tinha: A descoberta do mundo. A partir daí, fui lendo gradativamente toda a obra de Clarice Lispector.

### **3) Por quais motivos você realizou uma pesquisa a respeito da obra da escritora?**

Eu sempre fui chamada pelas Letras, mas sem entender muito bem o chamado. Depois da Graduação, fiz uma Especialização em Metodologia do Ensino Superior, pois já tencionava lecionar na Universidade e, concomitantemente, cursei disciplinas na Filosofia e nas Letras (na UFMG). Depois resolvi que queria fazer um Mestrado e que seria na área de Letras - Literatura. A essa altura, eu já tinha lido boa parte da obra de Clarice. Cheguei a fazer uma disciplina com o Prof. Dr. Benedito Nunes, que tinha ido à UFMG como convidado (Ele foi um filósofo estudioso da obra de Clarice Lispector). Então, eu me inscrevi na seleção de Mestrado em Literaturas de Língua Portuguesa da PUC Minas que estava iniciando (Muitos docentes da UFMG haviam se aposentado e então formaram o corpo docente do Mestrado acima citado). Na seleção, não era preciso apresentar, de início, um projeto de pesquisa, mas na entrevista, me foi perguntado se eu sabia o que queria estudar no Mestrado e eu já sabia que a autora era Clarice Lispector. Não me lembro mais o que falei, mas me lembro que me saí muito bem na seleção, conseguindo o primeiro lugar e uma bolsa de estudos.

Assim, posso dizer que realizei uma pesquisa a respeito da obra clariceana por gosto e por formação, uma vez que queria me tornar Profa. na Universidade.

Anos depois, já concursada e lecionando e pesquisando na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), fui aprovada para o Doutorado na UFMG e fiz este curso também por gosto e por uma questão de formação acadêmica.

#### **4) Quais foram as necessidades que você teve para a realização da pesquisa?**

Tive a necessidade de ir à Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, para pesquisar no Museu de Literatura Brasileira, no arquivo Clarice Lispector, as duas versões de Objeto gritante, pois estavam sob os cuidados dessa instituição esse livro que Clarice Lispector escreveu e não o publicou tal qual. Ela foi trabalhando este material, cortando, transformando-o até chegar no livro que veio a público, a saber, Água viva (1973).

#### **5) Como os documentos provenientes do arquivo literário subsidiaram o seu trabalho?**

Os documentos provenientes do arquivo literário foram fundamentais para a elaboração de minha tese, porque eles compunham o corpus literário de minha pesquisa, juntamente com Água viva.

#### **6) Para atender às suas necessidades, onde e como você buscou informações sobre o arquivo literário?**

Eu me recordo de que eu tinha lido um livro falando sobre este material. Tratava-se do livro de Marta Peixoto: Poéticas do empobrecimento: a escrita derradeira de Clarice Lispector. Então, eu pensei em ir ao Rio de Janeiro consultar este material de perto e fazer um cotejamento do que era Objeto gritante e do que se tornou Água viva. Foi a partir desta notícia de Marta Peixoto. Eu conversei com uma Profa. do Doutorado que me animou muito, Profa. Dra. Lúcia Castello Branco - ela não era minha orientadora, mas eu havia feito disciplina com ela no Doutorado e tínhamos uma relação também, porque ela tinha sido orientadora de meu irmão desde a Iniciação Científica (ele também estava acabando o Doutorado, porém mais adiantado do que eu). Hoje meu irmão é Prof. de Literatura na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bom, então era isso: eu já tinha feito as disciplinas necessárias e Água viva era parte de meu projeto, mas eu não sabia da existência dessas duas

versões de Objeto gritante. Então, eu me informei como ir lá pesquisar e me disseram que era preciso agendar a pesquisa na FCRB, no Rio. Eu fui e pesquisei. Também tinha o Inventário do Arquivo Clarice Lispector, de Eliane Vasconcelos, publicado pela própria FCRB. Mas ainda acho que foi o livro de Marta Peixoto que me impulsionou à pesquisa no arquivo.

**8) Quais os meios/as estratégias que você utilizou para buscar informações no arquivo literário?**

Eu não me recordo muito bem, mas fui mexendo e virando até chegar ao contato com a Casa de Rui e meu orientador me deu uma carta declarando que eu era discente no Doutorado da FALE/UFMG, e que meu projeto era sobre Objeto gritante de Clarice Lispector. Isso foi em 2004. Ainda não se falava muito em digitalização, mas estava começando. Como eu residia em Belo Horizonte, eu não poderia ficar frequentando a Casa de Rui para pesquisa. Eu pedi uma cópia de Objeto gritante (no início eu achava que era uma única versão). Eles me responderam que não poderiam fazer cópia, pois poderia prejudicar a conservação do manuscrito, disseram-me que eu tinha que pagar pela digitalização e que era muito demorado, pois teriam que destinar um funcionário da FCRB para fazer este trabalho. Era caro... eu me lembro que eu conversei com a UFMG e que o Doutorado iria arcar com as despesas da digitalização com a condição de que, findada minha pesquisa, os manuscritos digitalizados ficariam sob os cuidados da Biblioteca da UFMG. Eu estava fazendo toda esta operação às claras, Eliane Vasconcelos que coordenava o arquivo Clarice Lispector, na última hora, disse que isso não poderia ser feito, que Paulo Gurgel Valente havia concordado que eu tivesse acesso ao material para realizar minha pesquisa, que eu teria que pagar e não a UFMG, pois isso seria duplicação de arquivo... Tive que pagar do meu próprio bolso.

Quando eu cheguei para pesquisar no Rio, já me esperavam. Eu também aproveitei para consultar outros materiais do arquivo.

**8) Como foi o seu acesso ao arquivo literário? Você visitou o acervo *in loco* ou buscou as informações de modo online?**

Como eu já declarei, visitei o acervo *in loco*.

**9) Você utilizou os instrumentos de pesquisa, tais como guias e catálogos, para realizar a sua pesquisa?**

Sim, uma funcionária sempre me atendia e me trazia o que eu solicitava, a partir do Inventário do Arquivo Clarice Lispector, de Eliane Vasconcelos, que eles me apresentaram lá. Se não me falha a memória, só constava uma versão de Objeto gritante. Solicitei e paguei pela digitalização. Depois, quando eu já tinha trabalhado este material e estava com a escrita da tese avançada, reli o livro de Marta Peixoto e lá diziam duas versões de Objeto gritante. Tornei a escrever para o Arquivo Clarice Lispector e me confirmaram que eram duas versões mesmo. Daí tive que solicitar a segunda versão e pagar também pela digitalização do material que me foi remetido pelos Correios. Isso atrasou o andamento de meu trabalho. Tive que solicitar mais 6 meses para concluí-la.

**10) Ao longo do processo de pesquisa, você encontrou as informações de que necessitava? Caso negativo, quais foram as dificuldades encontradas?**

Eu diria que as dificuldades foram essas: do acesso, o material não poderia ser fotocopiado, tive que pagar para digitalizá-lo, por causa de uma informação imprecisa no Inventário do Arquivo, tive que de novo pagar e aguardar até que o material me chegasse pelos Correios. Mas, sim, encontrei o material que busquei para minha pesquisa.

**11) Depois que você buscou e teve acesso às informações, o uso dos documentos foi para qual finalidade?**

O uso dos documentos serviram para a pesquisa de Doutorado que realizei na FALE/UFMG.

**12) Que importância a instituição que custodia o arquivo literário teve em sua pesquisa?**

Toda importância. Se eu não tivesse conseguido, por meio do Arquivo Clarice Lispector, acessar as duas versões de Objeto gritante, a elaboração da tese que escrevi far-se-ia inexecutável, inviável.

**13) Que importância os detentores dos acervos tiveram em sua pesquisa?**

Como eu disse acima, toda importância, de tornar o material que eu buscava/necessitava acessível e, também, de apontar, por intermédio do Inventário já publicado, outros itens que eu não buscava, mas também me interessaram consultar.

**14) Você se recorda de situações marcantes ao longo do processo de pesquisa, acesso e uso dos documentos provenientes do arquivo literário?**

Bruna, a situação marcante que eu me recordo já relatei aqui. Lembro-me que eu fiquei aguardando resposta de Paulo Gurgel Valente e nada de resposta. Daí resolvi ligar para FCRB e me disseram que ele já havia respondido há tempo e que a instituição iria entrar em reforma sem prazo previsto para conclusão, que eu tinha só uma semana para ir lá e pesquisar. Convoquei meu irmão, aqui já mencionado, e fui para o Rio. Deu tudo certo, mas foi uma correria. Lembro-me que, na ocasião, eu fiquei pensando por qual motivo eles não me disseram que o Sr. Valente iria responder para eles e não para mim. Eles também, já tendo a autorização dele, não mantiveram contato comigo avisando sobre a resposta recebida. Achei meio desorganizado, para ser sincera.

Os arquivos são muito, muito importantes, mas o acesso aos mesmos ainda é muito restrito.

Já estive também pesquisando o Arquivo Clarice Lispector no Instituto Moreira Salles, pois estou realizando pesquisa sobre os manuscritos de A hora da estrela, que estão depositados lá.